



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Alexandre Andrade Alvarenga

**Geopolítica de guerras híbridas por recursos: um estudo sobre métodos
indiretos, disputas e conflitos no setor de petróleo do Brasil**

Rio de Janeiro

2022

Alexandre Andrade Alvarenga

**Geopolítica de guerras híbridas por recursos: um estudo sobre métodos indiretos,
disputas e conflitos no setor de petróleo do Brasil**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Alexis Toribio Dantas

Coorientador: Prof. Dr. Elias Marco Khalil Jabbour

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

A473 Alvarenga, Alexandre Andrade.
Geopolítica de guerras híbridas por recursos: um estudo sobre métodos indiretos, disputas e conflitos no setor de petróleo do Brasil / Alexandre Andrade Alvarenga. – 2022.
222 f.

Orientador: Alexis Toribio Dantas.
Coorientador: Elias Marco Khalil Jabbour.
Tese (Doutorado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Petróleo – Brasil – Teses. 2. Geopolítica – Teses. 3. Recursos naturais – Teses. 4. Recursos energéticos – Teses. I. Dantas, Alexis Toribio. II. Jabbour, Elias, 1975-. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 553.982(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Alexandre Andrade Alvarenga

**Geopolítica de guerras híbridas por recursos: um estudo sobre métodos indiretos,
disputas e conflitos no setor de petróleo do Brasil**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 14 de março de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexis Toribio Dantas (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Elias Marco Khalil Jabbour (Coorientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Miriam Gomes Saraiva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Carlos José Espindola
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Antônio José Alves Jr
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos que me ajudaram nesse processo de aprendizado e conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, amigos e colegas do programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ, em especial aos Professores Alexis Toribio Dantas, Elias Marco Khalil Jabbour, Miriam Saraiva, Paulo Velasco e Lorena Granja, pelas orientações, pelas aulas, pelas conversas e pelas contribuições.

Aos amigos de Vitória e do Rio de Janeiro pelo apoio constante e pelos momentos de descontração, em especial Miqueias Ostergreen Cruz, Flavio Mesquita Ramos, Fabrício Sampaio, Rodrigo Armstrong, Bruno Barreto Lino, André Saboya, Marco Nascimento, Guilherme Bystronski, Thiago Rocha e Camila de Carli.

Aos amigos e colegas de trabalho, pela força, pelos ensinamentos e pela experiência, em especial, Bernardo Salgado, Helio Farias, Celia Almeida, Vinícius Gonçalves, Rodrigo Rassier, Diogo Proença, Vágner Bittencourt e William Oliveira.

À Déborah Vasconcelos, pela companhia, pela parceria, pelo carinho, pela inspiração, pelo trabalho e pelo imensurável apoio nos momentos mais difíceis.

À minha família, em especial meu irmão Rodrigo Andrade, meu padrasto Paulo Lindoso, minha avó paterna Palmira Rodrigues e meu avô materno Antônio Deodato Santos Andrade.

E à minha mãe, Maria Angélica Carvalho Andrade, pela sabedoria, pelo respeito, pelo exemplo, pela resistência e, principalmente, pelo amor à vida e à ciência.

Muito obrigado!

Don't forget your history
Know your destiny
In the abundance of water
The fool is thirsty

Alpharita Constatia Anderson (1976)

RESUMO

ALVARENGA, Alexandre Andrade. **Geopolítica de guerras híbridas por recursos: um estudo sobre métodos indiretos, disputas e conflitos no setor de petróleo do Brasil.** 2022. 222 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Diante das crescentes disputas e conflitos internacionais por recursos naturais e energéticos, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o setor de petróleo no Brasil no século XXI para saber se as instabilidades e crises no Brasil e na Petrobras estão associadas a uma geopolítica global de “guerras por recursos” e de “guerras híbridas”. Para tanto, em um primeiro momento, buscou-se fazer uma revisão histórica e teórica sobre a geopolítica dos recursos naturais e energéticos, sobretudo do petróleo, e sobre abordagens e métodos indiretos de poder para definir algumas variáveis de pesquisa. Em seguida, buscou-se observar a existência dessas variáveis no Brasil e no setor de petróleo nacional, com foco na Petrobras, no Pré-Sal e na operação Lava Jato. Por fim, conclui-se que as instabilidades e crises no Brasil são, em parte, reflexos da geopolítica mundial por recursos naturais e ativos energéticos por meio de métodos híbridos.

Palavras-chave: Guerras Híbridas. Guerras por Recursos. Geopolítica do Petróleo. Petróleo no Brasil.

ABSTRACT

ALVARENGA, Alexandre Andrade. **Geopolitics of hybrid resource wars**: a study on indirect methods, disputes and conflicts in the Brazilian oil sector. 2022. 222 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

In view of the growing international disputes and conflicts over natural and energy resources, this research aimed to analyze the oil sector in Brazil in the 21st century to know if the instabilities and crises in Brazil and Petrobras are associated with a global geopolitics of “resource wars” and “hybrid wars”. Therefore, at first, we sought to make a historical and theoretical review on natural and energy resources geopolitics and on indirect methods to define some research variables. In a second moment, a historical contextualization in relation to oil geopolitics was carried out. Then, we sought to observe the existence of these variables in the case of Brazil and Petrobras. Finally, it is concluded that the instabilities and crises in Brazil are, in part, a reflection of the global energy geopolitics through hybrid methods.

Keywords: Hybrid Wars. Resource Wars. Petroleum Geopolitics. Petroleum in Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Elementos Geopolíticos (métodos, estratégias e ações)	105
Quadro 2 – Geopolítico de Guerras Híbridas por Recursos	107
Figura 1 – Investimentos totais em exploração/produção da Petrobras (em milhões de dólares), de 2002 a 2020.....	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPET	Associação Dos Engenheiros Da Petrobras
AGIP	Azienda Generale Italiana Petroli
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ANAPETRO	Associação de Acionistas Minoritários da Petrobras
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
API	American Petroleum Institute
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATEC	Acordo de Comércio e Cooperação Econômica
BFG	Baikal Finas Group
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	British Petroleum
Bpd	Barris de petróleo por dia
BRICS	Building Better Global Economic
BTC	Baku-Tbilisi-Ceyhan
Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CASFOR	Caspian Rapid-Deployment Force
CCIBC	Câmara de Comércio e Indústria Brasil e China
CDPQ	Caisse de Depot et Placement du Quebec
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEBC	Conselho Empresarial Brasil-China
CEO	Chief Executive Officer
CIA	Central Intelligence Agency
CL	Conteúdo Local
CMC	Corporação Metalúrgica da China
CNCP	Corporação Nacional de Petróleo da China
CNOOC	China National Offshore Oil Company
CNPC	China National Petroleum Corporation
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas

CSOEs	China's State-Owned Enterprises
CSOEs	Controlled or State Owned Enterprises
CSTO	Collective Security Treaty Organization
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DoD	Department of Defense
DoE	Department of Energy
DoJ	Department of Justice
E&P	Exploração e Produção
EAU	Emirados Árabes Unidos
EIB	European Investment Bank
ESPO	East Siberia–Pacific Ocean
EU	União Europeia (European Union)
EUA	Estados Unidos da América
Extra-OTAN	Países que não são membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte
FBI	Federal Bureau of Investigation
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUP	Federação Única dos Petroleiros
FYPB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos
GAECO	Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GNL	Gás Natural Liquefeito
GNPOC	Greater Nile Petroleum Operating Company
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IEA	Agência Internacional de Energia
IOCs	International Oil Company
IPI	Irã-Índia-Paquistão
IPP	Indústria Para-Petrolífera
JAPEX	Japan Petroleum Exploration Company
JCODC	Japan-China Oil Development Corporation
KGB	Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti (Comité de Segurança do Estado)

MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MPF	Ministério Público Federal
MPF-PR	Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Paraná
MVA	Maximização de Valor para os Acionistas
NDRC	National Development and Reform Commission
NEP	Energy Policy
NIOC	National Iranian Oil Company
NOCs	National Oil Companies
NORINCO	China North Industries Corporation
NSA	National Security Agency
NSG	Grupo de Fornecedores Nucleares
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OFAC	Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros
OICS	Observatório de Inovações para Cidades Sustentáveis
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&G	Petróleo e Gás natural
PBIO	Petrobras Biocombustível
PCCh	Partido Comunista da China
PcdB-RJ	Partido Comunista do Brasil no Rio de Janeiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A
PIB	Produto Interno Bruto
PNG	Plano de Negócio e Gestão
PPI	Preço de Paridade de Importação
PROCAP 3000	Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas
PSA	Production-sharing agreements
PT	Partido dos Trabalhadores
PUDSA	Petrobras Uruguay Distribución S.A.
QPI	Qatar Petroleum
RLAM	Refinaria Landulpho Alves-Mataripe
SASAC	State Owned Assets Supervision and Administration Commission

SCO	Shanghai Cooperation Organization
SGI	Saudi Gas Initiative
Sindipetro-NF	Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense
Sindpetro	Sindicato dos Petroleiros
Sinopec	China National Petrochemical Corporation
SOE	State Owned Enterprise
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TPC	Turkish Petroleum Company
TRC	Texas Railroad Comission
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS NATURAIS E ENERGÉTICOS	21
1.1 A ascensão geopolítica do petróleo	24
1.1.1 <u>O desenvolvimento da indústria de petróleo nos EUA e a competição mundial</u>	25
1.1.2 <u>Os estados nacionais e a nova fronteira energética no Oriente Médio</u>	29
1.1.3 <u>A centralidade do petróleo nas guerras mundiais</u>	33
1.1.4 <u>O petróleo no pós-guerra e a hegemonia dos EUA no século XX</u>	41
2 A GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XXI E A LUTA PELOS RECURSOS NATURAIS E ATIVOS ENERGÉTICOS	50
2.1 Geopolítica de guerras por recursos	52
2.1.1 <u>Perspectiva da escassez e disputas geopolíticas</u>	53
2.1.2 <u>O crescente papel do Estado na geopolítica de guerras por recursos</u>	56
2.1.2.1 O protagonismo do Estado Chinês no setor energético.....	60
2.1.2.2 O protagonismo do Estado russo no setor energético.....	69
2.1.3 <u>Alianças e diplomacia na geopolítica de guerras por recursos</u>	75
2.1.3.1 <u>Diplomacia Militar na geopolítica de guerras por recursos</u>	81
2.1.4 <u>Outros fatores de influência na geopolítica de guerras por recursos</u>	87
2.2 Guerras Híbridas	89
2.2.1 <u>Revoluções Coloridas e Guerras Não Convencionais</u>	92
2.2.2 <u>Os EUA e as Guerras Híbridas</u>	96
3 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE GUERRAS HÍBRIDAS POR RECURSOS	101
3.1 O estudo de caso	101
3.1.1 <u>O desenvolvimento da teoria</u>	102
3.1.2 <u>A seleção do caso e a definição das técnicas de coleta de dados</u>	103
3.1.3 <u>A análise de dados</u>	104
3.2 Quadros metodológicos	104
4 O SETOR DE PETRÓLEO NO BRASIL À LUZ DAS “GUERRAS HÍBRIDAS POR RECURSOS”	111

4.1 Pressões e disputas por recursos naturais e ativos energéticos no campo militar/bélico	114
4.2 A negligente e subserviente atuação política e diplomática do brasil em relação ao setor de petróleo e demais setores energéticos	125
4.3 O mito do estado ineficiente, o decrescente papel do estado e os acelerados processos de desinvestimentos e privatizações	141
4.4 O combate à corrupção e o lawfare como estratégia geopolítica sobre recursos, ativos e setores estratégicos.....	158
4.5 Narrativas, campanhas (des)informativas e resistência social	181
CONCLUSÃO.....	203
REFERÊNCIAS	206

INTRODUÇÃO

As disputas e os conflitos por recursos naturais e ativos energéticos sempre exerceram grande influência no desenvolvimento das sociedades ao longo da história, sendo a posse e o controle sobre recursos estratégicos um dos principais indicadores de poder, soberania, segurança e desenvolvimento de nações, impérios e estados. No entanto, no século XXI, essas disputas e conflitos passaram a ocorrer de forma mais intensa, difusa e indireta em razão da expansão da economia capitalista, da ascensão econômica e geopolítica de outras potências internacionais, da perspectiva de escassez e esgotabilidade de recursos estratégicos, como petróleo, gás natural, água e terras raras, e da crescente complexidade do sistema internacional, envolvendo diferentes atores, métodos e âmbitos que exercem constantes pressões externas e domésticas sobre a economia mundial e o sistema internacional. É o que podemos chamar de “geopolítica de guerras híbridas por recursos”: um estado de competição, disputas e conflitos entre diferentes atores internacionais e domésticos pelos principais recursos naturais e ativos energéticos (guerras por recursos) que envolve a utilização de métodos, estratégias e ações indiretas (guerras híbridas) como instrumentos de poder para garantir seus respectivos interesses energéticos.

Dentre os atores que fazem parte dessa “geopolítica de guerras híbridas por recursos”, estão, além dos estados nacionais, forças militares e paramilitares, instituições diplomáticas, organizações internacionais, grupos e partidos políticos, empresas multinacionais, transnacionais e estatais, capitais e fundos de investimento, instituições, meios de comunicação, grupos insurgentes e movimentos sociais, dentre outros que entendem esses recursos como instrumentos de poder, soberania, desenvolvimento, riqueza, renda, sobrevivência, independência e até resistência. Nesse contexto, disputas e conflitos por recursos estratégicos passaram a ocorrer tanto no âmbito militar/bélico quanto nos âmbitos político, econômico, jurídico e social, por meio de diferentes estratégias, métodos e ações promovidas pelos atores envolvidos para garantir o controle dos principais recursos.

No que diz respeito ao âmbito militar/bélico, destacam-se intervenções militares e paramilitares, espionagem, ameaças, manobras e exercícios militares, alianças, pactos e programas de segurança coletiva, fornecimento de material bélico e mobilizações militares para monitoramento e proteção das principais reservas energéticas e rotas de escoamento. No campo político, têm-se disputas domésticas entre partidos, grupos ou instituições sobre o controle ou a desregulamentação de determinados recursos, criação de políticas públicas de viés

nacionalista ou liberais, crescente papel do Estado sobre a gestão de recursos naturais domésticos, campanhas e fraudes eleitorais, cooperações, disputas e alinhamentos diplomáticos, iniciativas e processos de integração internacional, apoio a grupos insurgentes e de oposição, *lobby* e esquemas de corrupção. No âmbito econômico, estão aquisições de recursos e ativos energéticos domésticos e estrangeiros, fusões e processos de internacionalização e de verticalização de empresas privadas ou estatais, diplomacia econômica, contratos de concessões, investimentos e financiamentos em infraestruturas de escoamento, o crescente controle dos estados nacionais sobre a gestão de toda a cadeia produtiva e comercial dos recursos naturais e energéticos e sanções econômicas e comerciais. No campo jurídico, destacam-se disputas e processos em tribunais domésticos e internacionais promovidos por instituições estrangeiras contra empresas estratégicas, cooperações extraoficiais entre instituições e atores jurídicos, utilização arbitrária da lei (*lawfare*) para garantir interesses políticos ou econômicos, sobretudo por meio de leis anticorrupção ou ambientais, além de acusações, investigações, sentenças e prisões arbitrárias que tendem a enfraquecer atores que detém alguma influência ou controle sobre determinado recurso ou ativo. No âmbito social, destacam-se campanhas informacionais, desinformacionais e midiáticas promovidas por meios de comunicação, matérias jornalísticas de apoio ou de denúncia sobre determinada ação referente a um recurso natural ou ativo energético, *fake news*, relatórios e estudos de centros de pesquisa, protestos, manifestações, greves, ataques e mobilizações virtuais, propagação de ideologias e valores apelativos e outras mobilizações sociais que buscam influenciar disputas e conflitos referentes aos recursos naturais.

Dentre os recursos mais disputados dentro desse contexto, destaca-se o petróleo. Um recurso de antiga utilização, mas que ascendeu na economia e na geopolítica mundial a partir da segunda metade do século XIX, primeiro como fonte de iluminação e depois como combustível e matéria prima da indústria e das forças militares modernas. A partir de então, tornou-se uma “*commodity* geopolítica”, um fator de segurança nacional e um elemento central em diversas disputas e conflitos ao longo do século XX e início do século XXI. Atualmente, o petróleo corresponde por 37% da matriz energética mundial, 93% da matriz de transportes e 71% da indústria química, sendo ainda a principal base das matrizes energéticas dos exércitos nacionais (IEA, 2019).

Em relação às principais reservas, ativos e fluxos mundiais de petróleo, os principais atores que buscam controlar e exercer influência geopolítica são países como EUA, China, Rússia, Reino Unido, França, Arábia Saudita, Irã, Iraque e Venezuela; a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP); a Agência Internacional de Energia (IEA); empresas

multinacionais, como Chevron, Exxon, Texaco e Shell; e empresas estatais ou de capital misto, como Statoil, Total, British Petroleum (BP), Gazprom e China National Offshore Oil Company (CNOOC). Destacam-se também instituições políticas, econômicas, jurídicas e sociais que, vinculadas aos seus estados nacionais, também participam de forma ativa dessa geopolítica em diferentes frentes, como agências de segurança e espionagem; congressos e parlamentos nacionais, ministérios, agências reguladoras, cortes e tribunais de justiça; meios de comunicação, centros acadêmicos, movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONGs).

Dentre os principais produtores mundiais de petróleo estão EUA, Arábia Saudita e Rússia. Dentre os maiores consumidores, EUA, China e Índia. Como principais exportadores, destacam-se Arábia Saudita, Rússia, Iraque e Irã, e, como importadores, China, EUA e Índia (IEA, 2019). Além disso, é relevante o fato de que dois terços das reservas mundiais de petróleo estejam concentrados no território de apenas 15 países, dos quais 13 controlam suas reservas por meio do Estado e de empresas estatais, como Rússia, China, Arábia Saudita, Irã e Venezuela (FIORI; NOVAKI, 2019).

Nesse contexto geopolítico, o Brasil se destaca por ser um dos principais detentores, produtores e exportadores mundiais de recursos naturais e energéticos (petróleo, gás natural, minério de ferro, urânio, areias monazíticas, nióbio, recursos hídricos, gêneros alimentícios e recursos florestais) e por ser um país continental, biodiverso, em desenvolvimento, considerado também uma potência regional e liderança histórica do Sul Global. No entanto, também é um país de histórico colonial e de dependência externa, o que desperta interesses econômicos e geopolíticos por parte de diferentes atores internacionais e dúvidas quanto à situação do país diante de uma geopolítica de “guerras híbridas por recursos”.

Nesse sentido, chama a atenção algumas iniciativas, disputas e conflitos políticos, econômicos e sociais entre diferentes atores domésticos e internacionais ocorridos no Brasil ao longo da história e que estiveram relacionados ao desenvolvimento do setor do petróleo do país, à nacionalização e ao monopólio estatal do petróleo e à criação e à ascensão internacional da Petrobras. Dentre eles, pode-se citar a Campanha do Petróleo de 1948, a criação da Petrobras em 1953, o processo de internacionalização e de desenvolvimento da exploração em águas profundas a partir da década de 1980 e a Lei do Petróleo de 1997.

No início do século XXI, destacam-se, de um lado, os processos de descoberta e de nacionalização do Pré-Sal e de maior internacionalização e verticalização da Petrobras, o desenvolvimento da indústria para-petroleira doméstica a partir de políticas de conteúdo nacional e a vinculação dos *royalties* do petróleo ao desenvolvimento socioeconômico nacional.

De outro lado, os casos de espionagem, as denúncias de corrupção e as investigações criminais contra a Petrobras e outras empresas estratégicas nacionais, as prisões midiáticas de empresários e políticos do alto escalão nacional e internacional, bem como os processos judiciais internacionais, as cooperações jurídicas extraoficiais, os acordos de leniência, as crises políticas e as greves envolvendo a estatal e os vazamentos de conversas entre procuradores, juízes e demais atores envolvidos nos casos de corrupção. Tudo isso ganhou força a partir da operação Lava Jato da Polícia Federal em 2014, culminando no processo de *impeachment* presidencial em 2016 e influenciando o resultado das eleições de 2018. A partir desses eventos, novos alinhamentos externos também foram observados, assim como a abertura econômica de setores energéticos estratégicos e um acelerado processo de desinvestimentos e de venda de ativos energéticos de empresas estatais, levantando dúvidas e denúncias sobre a existência de “guerras híbridas por recursos” no Brasil envolvendo atores externos por meio de métodos, estratégicas e ações indiretas de poder.

A partir de uma observação mais superficial, é possível descartar a existência de guerras e conflitos internacionais por recursos naturais e ativos energéticos no Brasil envolvendo potências internacionais. No entanto, esses eventos mais recentes apontam para a existência de disputas e conflitos no âmbito político, econômico, jurídico e social que podem ser associados à dinâmica de “guerras híbridas por recursos” como fenômeno geopolítico, econômico e internacional. Além disso, vale ressaltar que o Brasil está situado em uma região que foi historicamente explorada e colonizada por potências estrangeiras e também marcada por fragilidades institucionais, dependência econômica estrutural e constantes intervenções externas em razão de seus recursos naturais e energéticos.

Dessa forma, esta pesquisa propõe-se investigar se as disputas, conflitos, crises e mudanças no Brasil e no setor de petróleo brasileiro no século XXI fazem parte de um cenário de disputas e conflitos geopolíticos por recursos naturais e ativos energéticos que podem ser entendidos dentro de uma lógica geopolítica de “guerras híbridas por recursos”. Nesse sentido, tem-se como foco investigar os principais conflitos e disputas em relação ao setor de petróleo nacional; de que forma e em quais âmbitos esses conflitos e disputas se manifestam; quais os principais atores internacionais e domésticos envolvidos; quais os principais métodos, estratégias e ações indiretas observadas e quais os principais movimentos de reação e de resistência contrapressões externas.

Mais especificamente, interessa saber se os recentes processos judiciais, políticos e econômicos em torno da Petrobras e do Pré-Sal podem ser considerados pressões, ações e estratégias geopolíticas promovidas também por atores externos que buscam controlar recursos

estratégicos nacionais. De forma complementar, busca-se entender também se o setor de petróleo no Brasil vem sendo utilizado como um instrumento de soberania, de segurança energética e de desenvolvimento econômico nacional, ou como um espaço de aquiescência e subserviência em relação a diferentes interesses estrangeiros.

Este estudo se justifica tanto pela crescente importância dos recursos naturais e energéticos dentro da economia e da geopolítica mundial no início do século XXI quanto pelos movimentos e pressões promovidos por potências internacionais que buscam acessar e controlar recursos estratégicos fora de suas fronteiras nacionais para sustentar seus respectivos projetos geopolíticos e de desenvolvimento econômico. Por outro lado, países em desenvolvimento detentores de recursos naturais e energéticos, como o Brasil, tendem a testemunhar uma quantidade maior de conflitos e disputas em seus territórios, promovidos, sobretudo, por interesses estrangeiros. Nesse contexto, surgem questionamentos sobre como esses recursos são percebidos, controlados, administrados e explorados diante de pressões externas e internacionais. Além disso, é preciso aprofundar mais os estudos sobre “guerras por recursos” e “guerras híbridas”, em especial no que diz respeito aos seus métodos, características, dinâmicas e consequências geopolíticas, econômicas e sociais em diferentes países.

O Brasil, por sua vez, é um país interessante e que merece ser estudado a partir de uma perspectiva geopolítica de “guerras híbridas por recursos”. Por um lado, é a 12ª maior economia do mundo, uma potência regional emergente, um país autossuficiente energeticamente e um dos maiores detentores mundiais de recursos naturais e energéticos. Além disso, possuiu uma matriz energética composta majoritariamente por fontes renováveis e é membro do grupo de países megadiversos. Também é uma liderança histórica nos processos de integração da América do Sul, de desenvolvimento do Sul Global e de construção de políticas internacionais de “desenvolvimento sustentável”. No entanto, é um país em desenvolvimento com grandes dificuldades políticas, econômicas, sociais e institucionais que está localizado em uma região disputada por potências imperialistas ao longo da história.

Nesse contexto, esta pesquisa parte da hipótese de que existem “guerras híbridas por recursos” ocorrendo no Brasil no século XXI, tanto por petróleo e gás natural quanto por minerais estratégicos, terras raras, recursos hídricos e florestais. No entanto, essas guerras não são travadas de maneira tradicional, entre forças militares nacionais, mas sim de forma “híbrida”, descentralizada, difusa e, sobretudo, oculta, envolvendo (e omitindo) diferentes atores, interesses e estratégias em diferentes âmbitos e áreas de atuação. Mais especificamente em relação ao petróleo no Brasil, parte-se da hipótese de que as crises, as instabilidades e as mudanças ocorridas a partir de 2014 em relação à Petrobras e ao setor de petróleo do país

também fazem parte de um contexto geopolítico de “guerras híbridas por recursos” que exerce pressões e representa interesses internacionais, associados a interesses domésticos, que buscam acesso e controle sobre o setor de petróleo do Brasil, sobre a Petrobras e sobre os recursos, ativos, tecnologias e mercados energéticos e estratégicos do país. Nesse sentido, espera-se, a partir dessa investigação, encontrar diversas evidências que possam confirmar ou refutar a existência de “guerras híbridas por recursos” no setor de petróleo, assim como a influência de atores externos sobre a Petrobras e sobre o Pré-Sal.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa histórica, teórica, descritiva e exploratória com abordagem qualitativa de modo a identificar, caracterizar e categorizar os diferentes âmbitos, métodos e estratégias das “guerras híbridas por recursos”, bem como os principais atores, recursos e ativos energéticos em disputa no Brasil. Os resultados desta pesquisa apresenta-se dividida em duas partes: uma primeira parte histórica e teórica, que discorre sobre a crescente importância e influência dos recursos naturais e energéticos, sobretudo do petróleo, na geopolítica, na economia política e nas relações internacionais; e uma segunda parte metodológica e analítica, que busca desenvolver e aplicar o conceito de “guerras híbridas por recursos” para observar e confirmar/refutar a existência do fenômeno e de seus métodos, estratégias e ações no setor de petróleo brasileiro e na Petrobras. Por fim, a pesquisa conclui-se de modo a responder se as pressões, crises, instabilidades e mudanças ocorridas no setor de petróleo brasileiro e na Petrobras no século XXI são reflexos de métodos, estratégias e ações relacionadas a disputas e conflitos geopolíticos indiretos por recursos naturais e ativos energéticos estratégicos.

Vale ressaltar ainda que este estudo se insere no campo das Relações Internacionais, da Economia Política e da Geopolítica e pode ser considerada uma pesquisa multidisciplinar que utiliza elementos e conceitos de diferentes áreas relacionadas para observar, analisar e explicar disputas e conflitos internacionais e domésticos por recursos naturais estratégicos relacionados ao poder, à soberania, à riqueza e ao desenvolvimento de povos, estados e nações. Nesse sentido, a contextualização histórica e teórica sobre os recursos naturais e energéticos e os conceitos de “guerras por recursos” e de “guerras híbridas” ajudam a entender tanto o contexto internacional de competição por recursos naturais escassos e estratégicos quanto às formas pelas quais as disputas e conflitos internacionais por esses recursos se manifestam.

1 A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS NATURAIS E ENERGÉTICOS

A partir da segunda metade do século XIX, com a ascensão dos estados, das economias nacionais e da indústria e com a introdução de novos recursos e técnicas, os recursos naturais e energéticos passaram a fazer parte constante do pensamento estratégico e científico dos estados nacionais e de suas políticas domésticas e externas. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de diversos autores e teóricos, como os do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, no final do século XIX, *Antropogeografia* (1882), *Geografia Política* (1903) e *O mar como fonte de riquezas das nações* (1902), que ressaltam a importância da posição geográfica, do território e de seus recursos naturais para garantir sobrevivência, soberania e expansão de um estado. Para Ratzel, a adaptação do homem ao ambiente deve ser entendida a partir da utilização de recursos naturais para a reprodução de seus elementos materiais e culturais, sendo o desenvolvimento de uma sociedade condicionado pelo que o território e o ambiente podem oferecer de melhor ou de pior no que diz respeito aos recursos, atuando como estímulo ou obstáculo ao progresso. A partir das capacidades, recursos e fatores de um território, assim como de seu povo, os estados podem se expandir, contrair, prosperar, decair e morrer como seres vivos. Nesse contexto, o autor formulou as “leis do crescimento espacial dos estados” e o conceito de “espaço vital”, um espaço territorial que reuniria as condições básicas para o desenvolvimento estatal (TOSTA, 1984). As populações que controlassem os melhores “espaços vitais” teriam melhores condições para desenvolver seus respectivos estados e sociedades e para conquistar outros territórios. No entanto, a conquista e dominação do espaço dependeria também da liderança dos estadistas e da mobilidade e adaptabilidade de seu povo. No que diz respeito às disputas geopolítica, afirmava que, semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são, quase sempre, lutas por um proveito territorial (RATZEL apud TOSTA, 1984, p. 9).

De acordo com o cientista político sueco Rudolph Kjellen, criador do termo “geopolítica”, o estado nacional também deveria ser entendido como um organismo vivo, que se expande e sucumbe a partir de seus fatores geográficos (território, população, recursos) e de suas relações com os aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e culturais de sua população. A “geopolítica”, por sua vez, seria uma prática, uma arte ou uma disciplina que se refere à manifestação de um poder político sobre determinado território geográfico e à utilização desse território em favor da manutenção e da expansão desse poder (KJELLEN apud TOSTA, 1984). Em seu trabalho *O Estado como forma de vida* (1916), Kjellen define a “geopolítica” como “a

ciência que estuda o Estado como um organismo geográfico e como um fenômeno localizado em determinado espaço da Terra” (KJELLEN apud TOSTA, 1984, p.24).

O geógrafo britânico Halford Mackinder, em seu artigo denominado *The Geographical Pivot of History* (1904), defendeu a supremacia do “poder terrestre” sobre o “poder marítimo” e apresentou o conceito de “*heartland*”, um território no centro da Eurásia que combinaria vastas planícies, grande população e diversas riquezas naturais, minerais e estratégicas (TOSTA, 1984). Para Mackinder (apud TOSTA, 1984), esse território, ocupado então pela Rússia, seria o tabuleiro geopolítico mundial a ser conquistado pelas potências que buscam hegemonia global. Nesse sentido, quem dominasse *heartland* e todas as suas riquezas, conseqüentemente, dominaria o mundo. Além disso, o autor destacou a importância de que o território fosse integrado (via terrestre e marítima) para maior mobilidade dos recursos.

O general e geopolítico alemão, Karl Haushofer, por sua vez, pensou a geopolítica como um instrumento de poder do Estado que deve levar em consideração seus fatores geográficos, suas capacidades e suas relações de poder. Para o autor, “geopolítica é o fundamento científico da arte da ação política na luta de vida e morte entre os organismos estatais pelo espaço vital” (HAUSHOFER apud TOSTA, 1984, p. 24), e o controle de territórios vastos e ricos em recursos naturais seria condição básica para a hegemonia global. Haushofer também propôs uma divisão analítica do globo em panregiões, que, por sua vez, seriam “espaços vitais” para estados aspirantes a potências regionais.

No âmbito nacional, destaca-se o geógrafo brasileiro Everardo Backheuser, que afirmou que a geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas e que a geopolítica nacional deve ser sempre planejada e executada à luz da política internacional dominante, assim como comparada a outras experiências geopolíticas do globo (TOSTA, 1984).

Outra importante reflexão teórica é a do “imperialismo”, de Lênin (1999), que observou, a partir do final do século XIX, o enorme crescimento da indústria e a rápida concentração da produção por grandes conglomerados empresariais e financeiros aliados a seus respectivos estados nacionais como um dos principais aspectos do capitalismo moderno. Dentre alguns elementos característicos dessa concentração, destacam-se as políticas globais monopolísticas, controlando grandes volumes de capitais, ramos, setores, agências, representações e conexões em diferentes partes do mundo; as alianças políticas entre estados e capitais; a captura de todas as fontes de matéria prima (descobertas e em potencial), como minério de ferro e petróleo; o domínio dos grandes mercados; e as disputas por colônias e esferas de influência.

Em termos energéticos, Lenin (1999) observou que, somando produção, comércio e transporte, as grandes empresas na Alemanha, que representavam 0,9% do total de empresas e

empregavam 39% dos trabalhadores, utilizavam 75% da energia a vapor e 77% da energia elétrica. As pequenas empresas, que constituíam 91% do total, utilizavam apenas 7% da energia total empregada na produção. Do mesmo modo, também observou que cartéis e trustes passaram a concentrar entre 70% e 80% da produção total de um determinado setor da indústria, sobretudo o energético, como os casos da Rhine-Westphalian Coal Syndicate, que concentrava 86% da produção de carvão da área em 1893, na sua fundação, e 95% em 1910, e da Standard Oil Company, que dominava 90% da produção e do comércio mundial de petróleo no mesmo período. Essa concentração, por sua vez, estimulou inovações técnicas, estudos e estimativas sobre diversas fontes de recursos naturais em diversos países do mundo, viabilizando ainda mais a captura desses recursos e de seus ativos e atividades pelas grandes associações monopolísticas (LENIN, 1999).

Sobre as disputas entre os cartéis e empresas *outsiders*, Lenin (1999) destaca o fenômeno da “submissão compulsória”, que corresponde aos métodos utilizados pelas associações monopolistas para submeter as demais empresas à sua organização, dentre os quais se destacam: suspensão do suprimento de matérias primas (um dos mais importantes); suspensão do suprimento da força de trabalho e cartelização do trabalhador; suspensão das entregas; fechamento de *outlets* comerciais; acordo entre compradores para priorizar o cartel; controle de preços para quebrar empresas de fora do cartel (em especial o preço do petróleo); suspensão de crédito; boicote; e matérias jornalísticas desinformativas sobre determinada empresa (LENIN, 1999). O autor observa que os monopólios, cartéis, sindicatos e *trustes*, primeiro, dividem o mercado doméstico entre si para obter maior controle sobre a indústria nacional, para depois exportar seus capitais para suas colônias ou áreas de influência, desenvolvendo também supermonopólios internacionais, sobretudo em setores econômicos estratégicos e energéticos, como a indústria de eletricidade e a do petróleo. As possessões coloniais, por sua vez, dão aos monopólios garantias completas contra qualquer contingência resultante de disputas entre competidores, de leis de proteção de mercado ou de monopólios estatais. Para Lenin, quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior é a escassez de matérias primas, mais intensa é a busca por recursos e mais desesperada é a disputa pela aquisição de colônias (LENIN, 1999).

1.1 A ascensão geopolítica do petróleo

A ascensão do petróleo nos séculos XIX e XX foi uma das transformações mais significativas da história contemporânea, tanto em termos econômicos e políticos quanto em termos sociais e culturais. Parte disso deveu-se a eficiência energética que o petróleo e seus derivados proporcionaram à economia, à indústria, aos meios de transportes, ao comércio e à guerra, iluminando casas, estradas e cidades; movendo máquinas, navios, caminhões, carros, tanques e aviões; ou transformando e criando componentes químicos, como plásticos e óleos. Contudo, essas transformações estiveram longe de seguir apenas as leis naturais ou de mercado, tampouco foram fluídas e harmoniosas, mas sim o resultado de disputas e conflitos, traduzidos em guerras, alinhamentos e alianças políticas, intervenções econômicas, investimentos, especulações, monopólios, oligopólios, *lawfare*, poder e corrupção.

Historicamente, o petróleo (óleo da pedra) já era utilizado pelos povos sumérios, há mais de 10 mil anos, para iluminação, pavimentação e calefação, bem como por persas, romanos, árabes, turcos e bizantinos, como arma incendiária, lubrificante ou medicamento. Até a primeira metade do século XIX, o petróleo jorrava de poços e aberturas naturais e era explorado e utilizado de forma primitiva e marginal. Muito já se sabia sobre sua existência em diversas regiões do mundo e sobre algumas utilidades de seus derivados, como o betume, usado para fins arquitetônicos, urbanísticos, militares e medicinais. Contudo, limitações tecnológicas para explorá-lo e refiná-lo em larga escala, assim como a inexistência de uma indústria e de um mercado organizado, foram obstáculos para o desenvolvimento do seu uso. Já havia uma produção de petróleo em menor escala em Baku (Azerbaijão), na Pérsia (Irã), na Rússia, na Escócia e nos EUA, assim como o seu refino pelos árabes e a sua comercialização pelos europeus, mas, por motivos de baixa produtividade e utilidade, ainda não despertava muito interesse em escala global (YERGIN, 2010).

Esse cenário foi revertido na segunda metade do século XIX a partir de avanços tecnológicos nas áreas de exploração e refino em diferentes países e pelo desenvolvimento de novas utilidades e de mercados consumidores. Dentre as inovações tecnológicas, destaca-se a perfuração do “coronel” Drake, na Pensilvânia (EUA) em 1859, com colunas de bambu (já utilizadas na China para a exploração de sal), que permitiram um maior alcance a maiores e mais profundas reservas de petróleo, aumentando consideravelmente a produtividade dos poços e a lucratividade do empreendimento. O projeto foi financiado por um grupo de investidores de risco de Nova Iorque liderado por George Biessell, empresário, investidor independente,

aventureiro e entusiasta, que tinha como objetivo fazer do petróleo um recurso mais acessível e viável economicamente (YERGIN, 2010).

Outra inovação foi o desenvolvimento de diferentes métodos de refino pelos irmãos Nobel na região de Baku na década de 1870. Eles conseguiram deixar o querosene mais leve, seguro e inodoro, ampliando sua utilidade para iluminação e sua demanda em mercados locais e regionais. Além disso, a invenção e a popularização do lampião a base de querosene, que passou a ser fabricado nos EUA e vendido nos mercados europeus em um contexto de urbanização e industrialização de grandes cidades, contribuíram diretamente com o aumento da demanda por petróleo e das atividades ligadas à sua exploração (YERGIN, 2010).

Em relação às principais regiões produtoras nos EUA, destaca-se a Oil Regions, na Pensilvânia, que experimentou um *boom* econômico sem precedentes, tornando-se rapidamente a maior região produtora de petróleo do mundo, além de algumas atividades produtivas em Ohio e Virgínia, estimuladas principalmente pela Guerra Civil Americana na década de 1860. Enquanto isso, no restante do mundo, salvo em Baku e na Pérsia, a produção de petróleo ainda era insignificante e instável e a maior parte das reservas mundiais ainda era desconhecida ou inexplorável (YERGIN, 2010).

1.1.1 O desenvolvimento da indústria de petróleo nos EUA e a competição mundial

O desenvolvimento da indústria de petróleo nos EUA marca tanto a ascensão do petróleo como “*commodity* geopolítica” quanto a ascensão econômica e geopolítica dos EUA na virada do século XX. De um lado, a indústria de petróleo cumpriu uma função estratégica ao impulsionar diversas variáveis econômicas, como renda, comércio, investimento, trabalho, tecnologia e, sobretudo, segurança energética. De outro lado, o desenvolvimento da produção e do mercado doméstico proporcionou aos EUA uma posição estratégica como potência industrial e como maior produtor e exportador mundial de petróleo já no final do século XIX. Esse processo, por sua vez, apesar de ter ocorrido dentro de uma narrativa histórica de viés liberal, livre iniciativa, concorrência e baixa regulação e intervenção estatal, de modo a incentivar a produção em diferentes regiões do país, enfrentou instabilidades, crises, intervenções, monopólios, disputas e conflitos entre atores estatais e não estatais, tanto no âmbito econômico quanto político e social (YERGIN, 2010).

De 1860 a 1880, muitos empresários, comerciantes e demais trabalhadores migraram para Oil Regions em busca das crescentes oportunidades de lucro e riqueza oferecidas pelo desenvolvimento do setor de petróleo. Nesse período, foram criadas várias empresas de extração, produção, refino, transporte e comercialização, assim como bancos, fundos, agências e mercados que tratavam somente de serviços, ativos e capitais relacionados ao petróleo. Também foram criadas infraestruturas e estruturas para o escoamento e armazenamento de petróleo e de seus derivados, como ferrovias, terminais portuários, oleodutos, armazéns, reservatórios e até recipientes, como o próprio barril, que serve de referência até os dias atuais. No entanto, havia também muita euforia, especulação, instabilidade e custos operacionais, assim como pouca regulamentação estatal e base jurídica, o que gerava dificuldades para o setor e insegurança para produtores independentes e investidores (YERGIN, 2010).

A interação desses fatores promovia ciclos com períodos de alta produção, grandes lucros, acelerado crescimento, riqueza e desenvolvimento, atraindo mais interessados para o setor. Porém, esses períodos de alta eram quase sempre seguidos de inflação, superprodução, deflação, prejuízos, falência, crises e recessões (*boom and bust*). A não intervenção dos governos estaduais e federal também contribuiu para um ambiente de extrema competição, disputas e conflitos, deflagrando o que ficou conhecido como “*oil war*”, uma guerra econômica, política e social entre diversas empresas, investidores, comerciantes, trabalhadores e demais profissionais pelos principais ativos e mercados da região (YERGIN, 2010).

Diante desse cenário de instabilidades, John Rockefeller, até então mais um empresário do setor, desenvolveu uma política econômica marginalista ambiciosa e agressiva que tinha como objetivo organizar e controlar toda a indústria de petróleo doméstica e mundial, o que ficou conhecido como “O Grande Plano”. Em 1870, fundou a Standard Oil, a primeira empresa vertical que passou a controlar toda a cadeia produtiva do setor (produção, transporte, refino e comercialização). No início, a Standard Oil até tentou conviver com suas concorrentes, mas, à medida que a indústria e o mercado se desorganizavam por conta de disputas e instabilidades, a empresa agia para diminuir a concorrência e estabilizar os preços. Nesse sentido, adquiriu as principais áreas de produção, comprou refinarias, investiu em infraestrutura e criou toda uma rede de distribuição de querosene dentro e fora dos EUA, em especial na Europa (YERGIN, 2010).

No entanto, vale destacar que, na maioria das vezes, as ações e estratégias adotadas pela Standard Oil para atingir escala não eram práticas de livre mercado, mas ações monopolistas, agressivas e, muitas vezes, ilegais, envolvendo fretes privilegiados, *drawback*, *dumping*, criação de monopólios, trustes, subornos e espionagem. Um exemplo foram as taxas

preferenciais obtidas dentro do sistema ferroviário norte-americano a partir de acordos secretos e subornos revelados posteriormente, o que permitiu à Standard Oil transportar petróleo a um custo menor e excluir seus concorrentes do mercado. Além disso, a Standard Oil também corrompeu políticos e juízes em processos judiciais. Essas práticas foram alvo de protestos, acusações, denúncias e mais processos judiciais por parte de produtores independentes e de políticos que defendiam a livre concorrência. Contudo, a influência e o poder adquiridos pela Standard Oil garantiram à empresa, bem como aos EUA, a posição de maior produtor, exportador e consumidor mundial de petróleo e querosene já no final do século XIX, controlando 90% do mercado global, desde a produção até a comercialização desses recursos em escala mundial (YERGIN, 2010).

O desenvolvimento da produção e a criação de grandes empresas de petróleo em outros países no final do século XIX marcaram o início da competição global pelo mercado de petróleo e querosene, uma disputa internacional mais acirrada pelas principais reservas e ativos mundiais que se apresentou como uma ameaça à hegemonia da Standard Oil e dos EUA no setor. Em um primeiro momento, na virada do século XIX para o século XX, destaca-se a criação da Nobel na Rússia, da Shell no Reino Unido e da Royal Dutch na Holanda, que, apoiadas por seus respectivos governos e por capitais nacionais e estrangeiros, passaram a desafiar e a competir com a Standard Oil. Em um segundo momento, a partir do século XX, a competição foi marcada pela fragmentação da Standard Oil no âmbito doméstico, pela fusão da Shell com a Royal Dutch, pela criação de empresas nacionais estatais, por avanços técnicos na produção e nos transportes e por uma nova configuração da geopolítica do petróleo.

Em 1870, Baku já era uma região conhecida por reservas de petróleo abundantes que já havia experimentado um *boom* econômico, porém, assim como Oil Regions, a baixa produtividade, a desorganização da indústria e as dificuldades logísticas e jurídicas impediram um desenvolvimento inicial mais significativo. A Rússia, por sua vez, ainda era um país agrário e desindustrializado, que tinha acabado de abolir a servidão e que enfrentava sucessivas crises energéticas, econômicas, políticas e sociais. Diante desse cenário, o czar viu no desenvolvimento da indústria de petróleo uma oportunidade de garantir as necessidades energéticas básicas da população, sobretudo no inverno, e uma atividade geradora de renda, principalmente por meio da exportação. Para tanto, aboliu o sistema de monopólio e abriu a região de Baku para a iniciativa privada. Em 1875, Ludwig Nobel, que vinha de uma família de químicos com experiência na produção e no refino de petróleo na região de Baku, apoiado financeiramente pelos Rothschild, que tinham interesse em desafiar o monopólio da Standard

Oil, fundou a Nobel e passou a organizar a produção, o refino, o transporte e a comercialização do petróleo da Rússia para alguns mercados europeus (YERGIN, 2010).

Dentre as inovações, a Nobel foi pioneira na técnica de transportar petróleo a granel em tanques construídos especialmente para navios e na utilização de resíduos de petróleo como combustível propulsor de embarcações, além de ser a primeira empresa a manter um geólogo de petróleo permanente em seus quadros operacionais. Em um período de dez anos, tornou-se a segunda maior empresa de petróleo do mundo, ultrapassando a produção da Standard Oil em algumas oportunidades, o que deu a Ludwig Nobel o apelido de “rei do petróleo de Baku”. Em termos nacionais, a Rússia passou a ser o segundo maior produtor mundial de petróleo e a Nobel a segunda maior empresa operando no mercado mundial (YERGIN, 2010).

Outro marco histórico foi a criação da Shell em 1897, sob a liderança de Marcus Samuel, um comerciante britânico de origem judaica que também contou com o apoio dos Rothschild e de outras casas financeiras e que apostou no comércio do querosene de Baku para suprir a crescente demanda do mercado asiático e no desenvolvimento da produção de petróleo nas Filipinas. Dentre suas inovações, destacam-se investimentos em navios-tanques e o transporte de petróleo pelo Canal de Suez, o que reduziu a distância, o tempo e o custo de viagem para a Europa, enfraquecendo e ameaçando as posições da Standard Oil no continente. Em termos nacionais, a ascensão da Shell também marcava a presença de uma empresa britânica no mercado mundial de petróleo.

A criação da Royal Dutch, em 1890, marcou a ascensão de mais um competidor no mercado mundial do petróleo. A empresa holandesa passou a investir na produção de petróleo nas selvas de Sumatra e na integração do mercado asiático com o europeu. Seu sucesso inicial na Ásia, rapidamente passando a competir pelo mercado mundial, chamou a atenção de Rockefeller e de Marcus Samuel, que tentaram comprar a empresa. Contudo, apesar de algumas dificuldades financeiras e operacionais iniciais, a Royal Dutch manteve-se independente, desafiando a hegemonia da Standard Oil e as posições de suas concorrentes (YERGIN, 2010).

No início do século XX, entretanto, uma onda progressista e liberal dentro dos EUA ganhou peso com a eleição de Theodore Roosevelt, causando uma reviravolta no mercado de petróleo dos EUA. Dentre as principais ações adotadas pelo novo governo, estavam medidas antimonopólio e a abertura de investigações contra a Standard Oil por formação de monopólios e cartéis e por corrupção. Após anos de batalhas judiciais, a empresa foi condenada por práticas ilegais de comércio e teve que ser dissolvida, fragmentando-se no que viria ser: Exxon, Mobil, Chevron, Amaco, Conoco, Sohio, ARCO e Sun. Esse processo, por sua vez, criou algumas expectativas por parte de empresas concorrentes e dúvidas quanto à posição da Standard Oil e

da produção norte-americana. No entanto, a decisão só valia para o âmbito doméstico e, na prática, as ações das empresas fragmentadas valorizaram-se ainda mais, fortalecendo a posição do grupo. Fora dos EUA, a Standard Oil pôde manter suas empresas integradas formalmente, mantendo também seu domínio no mercado mundial. Assim, apesar das derrotas jurídicas, o grupo Standard Oil ainda detinha um quarto de todo o mercado mundial de petróleo no início do século XX (YERGIN, 2010).

Outra grande reviravolta no mesmo período foi a fusão da Royal Dutch com a Shell com o objetivo de controlar toda a produção e comercialização de petróleo e gasolina do Extremo Oriente e uma maior parcela da produção e do mercado mundial. Resumidamente, a Royal Dutch controlava uma grande produção nas Índias Orientais Holandesas (Indonésia) e precisava de mercados para escoar sua produção. Por outro lado, a Shell precisava garantir novas regiões produtoras para não ficar dependente do petróleo russo nem vulnerável a suas instabilidades. Além disso, as duas tentavam ao máximo não serem compradas pela Standard Oil, que se mostrava disposta a pagar caro pelo controle desse mercado. O resultado foi a criação da Royal Dutch Shell em 1907, também com apoio financeiro dos Rothschild, para competir em melhores condições contra a Standard Oil (YERGIN, 2010).

A partir dessa fusão, o mercado de petróleo passou a ser disputado majoritariamente por Standard Oil, Royal Dutch Shell e Nobel. Em termos nacionais, por americanos, holandeses, britânicos e russos. Além da disputa pelas principais reservas, ativos e mercados, essas empresas passaram a comprar suas concorrentes menores de forma sistemática e a tentar controlar suas principais concorrentes por meio de aquisições, fusões ou políticas de mercado agressivas. A Standard Oil abriu uma subsidiária na Holanda e o mesmo foi feito pela Royal Dutch Shell nos EUA. A Nobel, por sua vez, teve sua produtividade prejudicada e passou a atuar em menor escala devido a crises econômicas, políticas e sociais na Rússia no início do século XX, sobretudo na região de Baku e de Batum, abrindo ainda mais espaço para disputa direta entre Standard Oil e Royal Dutch Shell (YERGIN, 2010).

1.1.2 Os estados nacionais e a nova fronteira energética no Oriente Médio

A introdução do uso do petróleo e de seus derivados nos meios de transporte e na guerra e o desenvolvimento da sua produção no Oriente Médio, no final do século XIX e início do XX, também foram fatores relevantes para a ascensão geopolítica do petróleo. De um lado, criaram-

se novas utilidades que impulsionaram novos processos industriais e tecnológicos. Do outro, a nova fronteira energética no Oriente Médio passou a atrair cada vez mais a atenção dos estados nacionais e das grandes multinacionais do petróleo, acirrando ainda mais as disputas internacionais pelas principais reservas mundiais e tornando a região um dos principais focos da geopolítica mundial. Esse processo também foi marcado pela ascensão do imperialismo europeu na Ásia e na África e, sobretudo, pela escalada de tensões e da rivalidade bélica entre Reino Unido e Alemanha.

Até o início do século XX, o mercado de petróleo era dominado por empresas privadas multinacionais que operavam com a finalidade de controlar a produção e o mercado de querosene para iluminação, mas a invenção e a popularização da lâmpada elétrica trouxeram dúvidas quanto à longevidade do querosene, de seu mercado e das empresas envolvidas na sua produção e comercialização. Contudo, o desenvolvimento do motor a combustão e da indústria automobilística na Alemanha, no Reino Unido, na França e, principalmente, nos EUA passou a demandar volumes significativos de gasolina e outros derivados de petróleo, salvando o mercado de uma possível decadência. Essa nova tecnologia motora, por sua vez, começou a ser aplicada aos poucos na indústria e em veículos militares até ocupar um lugar central e estratégico dentro das matrizes energéticas militares dos estados nacionais (YERGIN, 2010).

Na Alemanha, chama atenção os significativos investimentos industriais realizados pelo kaiser Guilherme II, no final do século XIX, junto aos grandes conglomerados industriais e financeiros do país. A partir desses investimentos, o país ultrapassou a produção industrial e tecnológica britânica em diversos setores e passou a buscar maior inserção no comércio e na geopolítica internacional. No entanto, foi preciso também desenvolver um complexo industrial militar, sobretudo naval, que pudesse fazer frente aos ingleses e garantir os interesses econômicos e geopolíticos da Alemanha, especialmente no que se refere ao controle das principais rotas comerciais. Nesse sentido, o imperador passou a direcionar recursos, esforços e capitais para também desenvolver a engenharia militar e a indústria do petróleo alemã. Contudo, a Alemanha não dispunha de grandes reservas de petróleo em seu território nem de territórios coloniais que pudessem fornecer recursos naturais estratégicos. Diante dessas condições, a política externa alemã passou a direcionar seus esforços para a Pérsia (atual Irã) e para a Mesopotâmia (atual Iraque) para garantir fontes externas de petróleo (MASSIE, 1991).

Nesse contexto, destacam-se as Leis de Navegação de 1888 e de 1900, que promoveram o desenvolvimento da força naval alemã sob o comando do almirante Alfred Von Tirpitz, que coordenou a construção de mais de cem navios modernos de combate movidos a petróleo, como *dreadnoughts* , cruzadores leves e pesados e navios blindados, que eram mais velozes e

eficientes do que os navios britânicos e mais fáceis de manobrar e de operar com menor contingente. Além disso, criaram o dirigível e o submarino, também movidos a petróleo (ENGDAHL, 2007).

No que diz respeito à política externa, chama atenção o acordo entre o Império Alemão e o Império Turco-Otomano em 1888 para a construção do trecho final do que seria a ferrovia Berlim-Bagdá, que atravessaria Belgrado, Sofia e Constantinopla até chegar às jazidas de petróleo da Mesopotâmia e da Pérsia, dando também acesso ao Golfo. O projeto foi liderado pelo estado alemão e contou com a participação de trustes e conglomerados nacionais dos dois países e de grandes bancos alemães, como o Deutsche Bank. Do lado turco, a ferrovia conectaria Constantinopla a Viena e a Paris e reduziria a influência de credores franceses e britânicos na economia e na política turco-otomana (ENGDAHL, 2007). Outra incitava importante, nesse contexto, foi a assinatura o Tratado de Potsdam de 1911, celebrado entre Rússia e Alemanha, pelo qual ficou acordado a não interferência da Rússia na construção da ferrovia alemã e a não interferência alemã em questões russas no norte da Pérsia. A Pérsia, por sua vez, possuía tropas turcas e russas ocupando seu território, além atividades de exploração de petróleo lideradas por investidores britânicos que demandavam uma maior presença militar da Inglaterra na região (BULLARD, 1963).

Diante da ascensão da Alemanha, o Reino Unido buscou manter sua hegemonia naval e comercial e conter o desenvolvimento econômico e militar germânico. Para tanto, era preciso desenvolver as mesmas capacidades bélicas e energéticas, limitar o acesso da Alemanha à região do Oriente Médio e dominar o Império Turco Otomano. Por essas razões, o almirantado britânico, comandado por Archbold Fischer e depois por Winston Churchill, tomou a decisão, embasado em um estudo do War College, de substituir o carvão pelo petróleo na matriz energética naval inglesa (YERGIN, 2010).

Segundo esse estudo do War College, se a marinha britânica convertesse sua matriz energética para petróleo, sua força naval aumentaria 33% em potência. Além disso, o uso do carvão (hullha) condicionava as embarcações ao abastecimento em portos, o que comprometia aproximadamente um terço da esquadra de uma só vez, diferente das embarcações movidas a petróleo, que podiam abastecer em alto mar durante um conflito. Também existia a questão do armazenamento e do manuseio, uma vez que o petróleo detinha uma capacidade energética maior que a do carvão, além de maior durabilidade, menor volume e a possibilidade de utilizar mão de obra disponível nas operações de combate. Por fim, para derrotar os navios alemães, era também necessário desenvolver uma nova categoria de encouraçados com grande poder de fogo e que pudesse atingir a velocidade de 25 nós (BEY, 1953).

A decisão causou polêmica e gerou um grande debate político no país, uma vez que a Inglaterra possuía consideráveis reservas de carvão em seu território e nenhuma reserva significativa de petróleo, o que condicionaria o país à dependência externa e à necessidade de exercer controle sobre territórios distantes e instáveis (MASSIE, 1991). No entanto, para Churchill e seu grupo político, o risco era o preço a ser pago para que o país mantivesse sua hegemonia econômica e militar, do contrário, todo o poder político e econômico conquistado ao longo dos séculos estaria comprometido (TORRES FILHO, 2004). Nesse sentido, a marinha britânica desenvolveu uma nova classe de navios de guerra denominados Queen Elizabeth, dos quais se destacavam encouraçados tipo *superdreadnought* movidos a petróleo e que alcançavam a velocidade de 24 nós (MASSIE, 1991).

O Reino Unido também buscou controlar reservas de petróleo em regiões estratégicas, especialmente na Pérsia, depois da assinatura do acordo germano-otomano. A Rússia era outro estado que também intervinha constantemente na Pérsia, tentando controlar suas regiões petrolíferas e promover uma possível reviravolta na sua indústria de petróleo. Diante desse contexto, os britânicos investiram esforços tanto para acessar quanto para limitar o acesso alemão e russo à região. No campo diplomático, as negociações com a Pérsia foram estreitadas com a promessa britânica de desenvolver a indústria de petróleo persa em troca de direitos de exploração e concessões. Paralelamente, o Reino Unido também negociou uma permissão para extrair petróleo perto da fronteira da Pérsia com a Mesopotâmia e estabeleceu acordos da mesma natureza com o Kuwait (ENGDAHL, 2007).

No campo comercial e técnico, a marinha britânica associou-se inicialmente à Royal Dutch Shell, tanto para garantir o suprimento de petróleo quanto para desenvolver as atividades de exploração na Pérsia. Contudo, desconfianças em relação à nacionalidade da empresa, que detinha grande parte do seu capital sob controle holandês, e o risco de ficar dependente da Standard Oil e dos EUA fizeram o governo britânico optar por uma empresa de petróleo majoritariamente nacional e controlada pelo estado. Em 1909, com o apoio direto do almirantado, a Anglo-Persian Oil Company, futura British Petroleum (BP), foi criada com o objetivo de desenvolver a indústria de petróleo na Pérsia e garantir suprimento barato de combustível à marinha e ao estado britânico, que passou a deter 51% das ações da empresa. Ao final de 1916, as refinarias persas já supriam um quinto da demanda da armada britânica (YERGIN, 2010).

1.1.3 A centralidade do petróleo nas guerras mundiais

A Primeira Guerra Mundial marca a transição de uma lógica mais econômica em relação ao petróleo para uma lógica mais geopolítica, na qual o controle de reservas, tecnologias e rotas comerciais de petróleo passam a fazer parte das estratégias militares e das políticas externas dos estados nacionais de forma constante. Ao longo da guerra, o desenvolvimento de veículos de combate e de meios de transporte mais sofisticados movidos a petróleo mudou todas as dimensões e dinâmicas dos conflitos, bem como toda mobilidade por terra, mar e ar, simplificando problemas de logística e de suprimentos e ampliando o poder de destruição das forças nacionais. Em razão disso, o petróleo passou a ser percebido cada vez mais como uma questão de segurança e de desenvolvimento nacional.

Yergin (2010) ressalta que a Primeira Guerra Mundial foi uma guerra entre estados, mas travada na prática por homens e máquinas movidas a petróleo. À medida que os conflitos e as batalhas ocorriam e as tecnologias se desenvolviam, mais os estados percebiam a importância do petróleo nas estratégias militares e no esforço de guerra. Até então, tudo dependia das ferrovias, de seres humanos e de animais para ser transportado ou para avançar sobre as linhas inimigas, entretanto o motor à combustão, somado à eficiência energética do petróleo e às novas tecnologias e meios de transporte, proporcionaram maior força, mobilidade e velocidade, assim como multiplicaram o poder de defesa e de destruição daqueles que detinham esses recursos.

Dentre os principais eventos e batalhas que exemplificam essas transformações, destaca-se a batalha do Marne em 1914, na qual a mobilização de centenas de táxis de Paris permitiu a rápida chegada das tropas francesas e de suprimentos ao *front* de guerra, revertendo uma ofensiva alemã que já era dada como vitoriosa. A partir de então, o uso de automóveis, caminhões e motocicletas foram disseminados e reinventados nas estratégias militares. Além disso, novos veículos de combate foram criados e aprimorados a partir de experiências nos campos de batalha, como o tanque blindado, utilizado pela primeira vez na batalha de Somme, em 1916, para conter o avanço das Potências Centrais. Esse evento deu início a uma nova “guerra de movimentos”, superando a inércia da guerra de trincheiras. O automóvel, por sua vez, que era considerado um bem de luxo, passou a substituir rapidamente trens e cavalos no campo de batalha e nas operações logísticas, dando ainda mais impulso ao desenvolvimento das indústrias automobilísticas nacionais (YERGIN, 2010).

Outra grande novidade foi o desenvolvimento do avião, da aviação e do combate aéreo, que já havia sido utilizado pela Itália contra Trípoli em 1911, mas que ganhou outra conotação

com as batalhas aéreas entre Alemanha e Reino Unido. Considerado até então um artefato esportivo, o avião foi fundamental na guerra, sendo usado para espionagem, escolta, reconhecimento de território e bombardeiros e como arma de combate, assim como o dirigível. Ao longo do conflito, o uso de aeronaves também encurtou o tempo e a distância de algumas operações e atividades, criando vantagens e capacidades que passaram a definir o sucesso ou o fracasso de uma campanha. A partir de então, a aviação testemunhou um grande salto tecnológico, surgindo aeronaves ainda mais rápidas, eficientes e letais, que passaram a ser fabricadas em grandes quantidades, pressionando ainda mais a demanda por petróleo e seus derivados (YERGIN, 2010).

Da disputa naval entre Alemanha e Reino Unido, também surgiram outras inovações militares importantes. Além dos navios de guerra modernos movidos a petróleo já mencionados, a Alemanha também desenvolveu o submarino, que foi utilizado constantemente para atacar as posições britânicas e ameaçar seu domínio naval no Atlântico. Em resposta, os britânicos desenvolveram artefatos explosivos marítimos à base de petróleo que conseguiam atingir os submarinos alemães. Além disso, a marinha britânica obteve resultados positivos nas batalhas marítimas das ilhas Colónel, Malvinas (Falklands), Keeling e Trindade devido à conversão energética de sua armada antes da guerra, o que permitiu a manutenção de sua superioridade naval (YERGIN, 2010).

A amplitude dos conflitos e o tempo prolongado de guerra, por sua vez, logo cobraram seu preço e, em 1917, houve uma grande escassez de petróleo no mundo, comprometendo muitas operações militares e logísticas e desencadeando novas estratégias e ações por parte dos estados nacionais. Dentre as principais causas da escassez, destacam-se as toneladas de petróleo queimadas e destruídas em combate e os constantes ataques de submarinos alemães contra as linhas de suprimento inimigas, além da debilidade da oferta, que não conseguiu acompanhar a demanda em razão do prolongamento da guerra e da destruição de algumas capacidades de produção (YERGIN, 2010). Nesse contexto, Reino Unido e França viram-se obrigados a pedir ajuda aos EUA, que, por meio da Standard Oil e de suas capacidades logísticas, passou a organizar o fornecimento de petróleo aliado por meio de navios-tanques (BROWN, 2003).

No âmbito doméstico, os britânicos criaram o Poder Executivo do Petróleo, para administrar as questões referentes ao desabastecimento, e, na França, foi criado o *Comité Général Du Pétrole* com o mesmo objetivo. Em 1918, também foi realizada a Conferência de Petróleo Interaliada, entre EUA, Inglaterra, França e Itália, com o objetivo de coordenar esforços e controlar os suprimentos de petróleo dos aliados. Na prática, as operações foram

planejadas e executadas pela Standard Oil of New Jersey e pela Royal Dutch-Shell, o que demonstrou ainda mais a importância estratégica das empresas nacionais de petróleo.

A guerra e a escassez também demonstraram a importância das reservas estrangeiras e dos esforços militares e diplomáticos em relação aos países detentores de reservas. O Reino Unido, por exemplo, que teve seu abastecimento de petróleo suprido pelas reservas de Bornéu, do Golfo do México e da Pérsia, passou a se projetar ainda mais sobre essas regiões, ao passo que a Alemanha buscou cortar os fluxos de suprimento de petróleo britânico e acessar as reservas do Leste Europeu e do Oriente Médio (YERGIN, 2010).

Inicialmente, a Pérsia manteve-se neutra na guerra, entretanto, intervenções da Turquia e da Rússia levaram o país a buscar apoio britânico. O Reino Unido, então, criou a South Persia Rifles, um movimento de resistência comandada pelo coronel Percy Sykes que tinha como objetivo libertar territórios persas dominados pelos turcos, em especial os que detinham reservas de petróleo, e impedir o empreendimento ferroviário alemão (BULLARD, 1963). Além disso, o Reino Unido passou a exercer uma maior presença militar e diplomática nos Bálcãs para impedir a construção de outros trechos da ferrovia alemã e para estabelecer uma posição mais sólida na região. Nesse sentido, descolou forçar militares para a Sérvia e apoiou a independência da Albânia (ENGD AHL, 2007).

Em resposta, a Alemanha buscou acessar as fontes de petróleo da Romênia. Em um primeiro momento, tentou uma aproximação diplomática, no entanto, após a Romênia declarar guerra contra a Áustria, a Alemanha lançou uma ofensiva militar para capturar as reservas de petróleo do país. Diante da ofensiva, o Reino Unido, que havia investido no desenvolvimento da produção de petróleo na Romênia, exigiu que o governo romeno incendiasse as reservas e destruísse as infraestruturas de petróleo do país para que não caíssem sob o domínio alemão. Apesar da relutância, o sucesso da ofensiva alemã não deixou escolha e os britânicos acabaram por destruir grande parte do complexo produtivo de petróleo da Romênia. Os alemães também tentaram controlar a decadente produção de Baku invocando o Tratado de Brest-Litovski, que permitia exploração alemã na região. No entanto, o próprio partido bolchevique de Baku rejeitou a ideia, abrindo caminho para que britânicos e turcos formassem uma aliança temporária para invadir e controlar a região. Esgotada energeticamente, enfraquecida militarmente e convulsionada por crises econômicas, políticas e sociais, a Alemanha, mesmo não sendo invadida, reconheceu sua derrota e declarou sua rendição em 1918, pondo fim ao conflito (YERGIN, 2010).

O fim da Primeira Guerra Mundial trouxe a certeza de que o petróleo era um recurso fundamental para o desenvolvimento econômico e para soberania nacional e que nenhuma

potência (ou aspirante à potência) poderia desconsiderar o controle de reservas, empresas e demais ativos de petróleo. Nesse sentido, as potências vencedoras não tardaram a disputar o controle pelas principais reservas de petróleo e a negociar, dividir, redesenhar e arquitetar o novo mapa e a nova ordem mundial. Dentre as regiões e países mais cobiçados, estavam: Baku, Romênia, Venezuela, Filipinas, Mesopotâmia, Pérsia, Síria, Turquia e Arábia Saudita. O Oriente Médio, por sua vez, passou a ser o epicentro da geopolítica mundial, o que decretou o fim dos impérios na região. O que antes fora os impérios Otomano, Persa e Árabe foi fragmentado pelas potências vencedoras e por empresas estrangeiras de petróleo de maneira arbitrária, dando lugar a pequenos estados frágeis institucionalmente e, quase sempre, dependentes de investimentos e proteção militar estrangeira, de modo a impedir o ressurgimento de alguma potência na região.

Com a Alemanha também enfraquecida e desmilitarizada, a Rússia isolada em plena revolução e os EUA reticentes em relação às políticas europeias do pós-guerra, o Reino Unido e França passaram a dividir territórios no Oriente Médio e no Sudeste Asiático por meio de tratados internacionais e de mandatos expedidos pela recém-criada Liga das Nações. Antes mesmo do final da guerra, os ingleses já haviam enviado missões ao Oriente Médio para tentar estabelecer alianças com líderes e governos locais da região, sendo a mais famosa liderada por Lawrence das Arábias. Em 1916, Reino Unido e França assinaram o Tratado de Sykes-Picot, partilhando a região antes mesmo da certeza do fim do conflito. Em 1919, a Liga das Nações institucionalizou a divisão, concedendo, aos franceses, sírios e britânicos, mandatos na Mesopotâmia (atual Iraque), Jordânia e Palestina. Na Pérsia, o Reino Unido também passou a apoiar o Xá Reza Pahlavi em troca de concessões para a Anglo-Persian explorar petróleo no país. Embora se mantendo distante das questões europeias e mundiais, os EUA contestaram o processo de partilha, exigindo também o acesso de suas empresas às regiões produtoras (YERGIN, 2010).

O Tratado de Sèvres, de 1920, por sua vez, fragmentou o Império Turco-Otomano e internacionalizou Constantinopla e os estreitos de Bósforo e Dardanelos, principais rotas de escoamento do petróleo de Baku para os mercados internacionais. No entanto, também fomentou o movimento nacional turco e a guerra de independência da Turquia, que acabou sendo reconhecida pelas potências vencedoras e por países aliados por meio do tratado de Lausanne, de 1923. O reconhecimento da soberania turca, todavia, foi condicionado à desistência da Turquia sobre regiões remanescentes do Império Otomano e ao reconhecimento da soberania e da independência dos reinos do Iraque e da Transjordânia (YERGIN, 2010).

Ciente desses movimentos, França e EUA também buscaram controlar mais reservas e ativos de petróleo. Em 1924, o governo francês apoiou a criação da *Compagnie Française de Pétroles* (CFP), uma empresa nacional que teria como objetivo principal organizar a indústria e o mercado de petróleo francês e explorar suas ex-colônias. A Standard Oil, por sua vez, passou a adotar como estratégia o controle de regiões produtoras em países sob influência geopolítica direta dos EUA, como Venezuela e México.

No entanto, a maior jogada estratégica do período deu-se a partir do Acordo da Linha Vermelha (*Near East Development*), de 1928, arquitetado por Calouste Gulbenkian, um ex-consultor do Império Otomano que conhecia a principais reservas da região e que se associou a um conglomerado de empresas norte-americanas e europeias para negociar um acordo de partilha e desenvolver a indústria de petróleo no Oriente Médio e na Península Arábica. Pelo acordo, um cartel formado pela Standard Oil de New Jersey (Exxon), Standard Oil de Nova York (Mobil), Standard Oil da Califórnia (Chevron), Texaco, Gulf Oil, Anglo Persian (BP) e Royal Dutch Shell, posteriormente chamado de “Sete Irmãos”, exploraria as reservas de petróleo da região, sobretudo as províncias de Bagdá e Mosul, de forma coordenada a partir da reestruturação da Turkish Petroleum Company (TPC). Em termos nacionais, o cartel era composto por quatro empresas americanas, uma britânica, uma anglo-holandesa e uma turca, que disputavam espaços dentro da área delimitada, mas que cooperavam para evitar disputas desnecessárias, restringir a entrada de novas empresas no mercado e controlar a maior parte das reservas, da produção, das rotas comerciais e dos mercados mundiais. Apesar dos protestos, dos movimentos de resistência, das instabilidades e dos conflitos locais, o empreendimento foi garantido pela presença crescente das forças militares das potências vencedoras na região (YERGIN, 2010).

Outra estratégia adotada pelas potências vencedoras foi restringir o acesso daquelas vencidas ou insatisfeitas às principais reservas energéticas mundiais. Nesse sentido, a França retomou o controle sobre a região da Alsacia-Lorena, rica em carvão e minério, limitando o acesso germânico, ao passo que o Reino Unido enterrou de vez o projeto da ferrovia alemã. Além disso, a Alemanha teve suas possessões e territórios coloniais na África e na Ásia tomados, como forma de reparações, e a Itália e o Japão foram privados de controlar e acessar territórios e reservas de petróleo no Norte da África e no Sudeste Asiático. A aplicação dessas medidas, legitimadas por resoluções, tratados e conferências de paz do período, criou crises, instabilidades, insatisfações, nacionalismos e revanchismos, que, posteriormente, foram associados às causas da Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWN, 1995; YERGIN, 2010).

No que diz respeito à produção e à oferta, a experiência da guerra deixou as potências convictas de que o mundo passaria por uma escassez de petróleo e que, portanto, era necessário formular estratégias para garantir fornecimento seguro e controle sobre o mercado mundial. Nesse sentido, novas fronteiras de exploração foram desenvolvidas no Texas, em Oklahoma, no Golfo do México, na Venezuela e no Sudeste Asiático. No entanto, a expansão da produção criou um cenário de superprodução, deflação, instabilidades e estagnação no mercado. Além disso, os efeitos da Grande Depressão reduziram a demanda mundial por petróleo, afetando também o preço do barril e causando grandes prejuízos e crises para as multinacionais do petróleo (YERGIN, 2010).

Diante desse cenário, os EUA tentaram organizar o mercado de petróleo, estimulando os entes federativos a criarem medidas e iniciativas de restrição à produção. Em 1930, a Texas Railroad Commission (TRC) assumiu, por força de lei, o controle da oferta de petróleo no estado. Na prática, a TRC ficou encarregada de fixar cotas de produção para as empresas do estado, de modo a elevar o preço do barril e estabilizar o mercado. Logo, a experiência foi seguida por outros estados norte-americanos e passou a ser um modelo, servindo de inspiração tanto para o cartel das Sete Irmãs quanto para a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (TORRES FILHO, 2004).

O petróleo também foi fundamental para explicar o desenvolvimento tecnológico, o poder bélico e as campanhas militares na Segunda Guerra Mundial, porém já não era mais uma novidade ou oportunidade, mas realidade e necessidade para os estados nacionais que buscavam ampliar suas capacidades de poder e garantir seus interesses. Após a Primeira Guerra Mundial, os estados entenderam que uma guerra moderna significava uma guerra de mobilidade, com tanques, navios e aviões mais rápidos, eficientes e letais, e que uma economia moderna demandava uma quantidade significativa de petróleo, tanto para a indústria quanto para o comércio internacional. Por isso, não tardaram a desenvolver estratégias e ações para garantir o recurso que sustentaria toda essa mobilidade e desenvolvimento (YERGIN, 2010). No entanto, os países derrotados foram privados de controlar territórios dotados de recursos energéticos estratégicos, em especial de petróleo, o que criou insatisfações, revanchismos e expansionismos por parte desses países (HOBSBAWM, 1995).

Nesse contexto, a Alemanha, comandada por Hitler, um entusiasta do automobilismo, desenvolveu todo um sistema rodoviário e investiu na indústria petroquímica e na engenharia com o objetivo de construir uma indústria nacional moderna e forças armadas mais eficientes. Além da construção de vias expressas e do apoio à indústria automobilística, a Alemanha também desenvolveu uma nova linha de tanques blindados, navios de guerra, submarinos,

aviões e jatos de combate e investiu na produção de petróleo sintético a partir do carvão para suprir parte da demanda doméstica. No entanto, Hitler sabia que, para manter a indústria e a força militar alemã em operação, era preciso expandir o “espaço vital” germânico para controlar regiões ricas em recursos estratégicos e garantir fontes externas de petróleo (YERGIN, 2010).

O Reino Unido e a França, por sua vez, estavam esgotados economicamente e relutavam em entrar em mais um conflito em razão do esforço bélico, energético e social necessário. Apesar dos territórios coloniais e dos mandatos no Oriente Médio, os dois países também enfrentavam escassez, crises econômicas, instabilidades políticas e revoltas em seus territórios coloniais, além da constante ameaça alemã. Paralelamente, a URSS coordenava e centralizava esforços para alavancar seu desenvolvimento econômico (agrícola, industrial e militar) e para retomar a produção de petróleo, sobretudo na região de Baku e no Mar Negro. Já os EUA apresentavam taxas de crescimento expressivas após o New Deal, tornando-se a maior economia do mundo, o maior credor e o maior produtor, exportador e consumidor mundial de petróleo, porém ainda praticando uma política externa isolacionista em relação aos conflitos da Europa (HOBSBAWM, 1995).

No que diz respeito à guerra, nota-se que muitas campanhas militares, bem como articulações e iniciativas políticas, econômicas e diplomáticas, gravitaram em torno da busca e do controle por reservas e ativos de petróleo, ou foram influenciadas pela utilização e pela disponibilidade de petróleo e de tecnologias associadas. Em 1931, por exemplo, o Japão invadiu a China para garantir reservas de petróleo e outras fontes energéticas e para aumentar seu controle sobre a região do Pacífico e sobre as rotas marítimas de petróleo. Em 1939, a Alemanha invadiu a Polônia e promoveu um massacre por meio de uma “ofensiva relâmpago” rápida, inovadora, devastadora e energeticamente eficiente utilizando modernos tanques blindados, acompanhados de artilharia pesada, contra a cavalaria, soldados mal armados e camponeses poloneses (YERGIN, 2010). Em 1940, após dominar quase toda Europa Ocidental, a Alemanha iniciou uma ofensiva naval no Atlântico, com o objetivo de cortar as linhas de suprimento (sobretudo de petróleo) e enfraquecer o poder naval britânico, e lançou uma campanha de bombardeiros aéreos sobre Londres, a partir de uma moderna frota de aeronaves de combate. Também em 1940, o Japão invadiu o Vietnã, mas teve seu fornecimento de petróleo cortado pelos EUA em retaliação.

Ainda fora da guerra, em 1940, os EUA celebraram um acordo com o Reino Unido, que envolvia a troca de *destroyers* americanos por possessões territoriais britânicas na América do Norte e no Caribe e, em 1941, criaram o programa “Lend and Lease”, para financiar a compra de material bélico, alimentos e petróleo por parte do Reino Unido, da França, da China, da

URSS e de demais aliados (YERGIN, 2010). Em dezembro de 1941, entretanto, o Japão atacou os EUA em retaliação ao corte de petróleo e ao envolvimento comercial dos americanos com os aliados, colocando os EUA oficialmente na guerra. Poucos dias depois, o Japão invadiu a Indonésia, que estava sob domínio da Holanda, para controlar as reservas e a produção de petróleo do país, que eram controladas pela Shell (CASTO, 2012).

No *front* oriental europeu, a Alemanha invadiu a região do Cáucaso em 1941, obrigando os russos a queimarem as instalações de petróleo locais para impedir a capitulação da produção de Baku. Logo depois, em 1942, o exército alemão invadiu a URSS visando também controlar as reservas de petróleo russas. Contudo, a invasão revelou-se um grande desafio à estratégia de “guerra relâmpago”. Em função das longas, geladas e precárias estradas russas e de algumas decisões questionáveis do alto comando, a Alemanha queimou duas vezes mais petróleo em operações terrestres, comprometendo grande parte da ação militar germânica nesse *front*. Além disso, os dois países se enfrentaram na Batalha de Stalingrado, que esgotou a Alemanha energeticamente, e na Batalha de Rostov, a maior batalha entre tanques blindados da história, com mais de 3 mil tanques em combate, e que demandou significativos volumes de petróleo para manter o esforço de guerra (YERGIN, 2010).

No *front* africano, a Alemanha também iniciou uma ofensiva militar na costa mediterrânea a partir de 1941 com o objetivo de alcançar e controlar as reservas de petróleo do Oriente Médio, do Mar Negro e do Cáspio, mais precisamente da região de Baku e da Pérsia, sob influência britânica desde o entre guerras. Dessa forma, invadiu a Líbia e depois o Egito para abrir caminho até o Oriente Médio, no entanto, apesar da participação massiva de tanques, navios e aviões modernos, a falta de petróleo acabou comprometendo a campanha, que teve como ponto de reviravolta a Batalha de El-Alahmein, personificada pelos generais Montgomery e Rommel (YERGIN, 2010).

No Pacífico, destaca-se a batalha travada pelas Ilhas Midway entre EUA e Japão em 1943, que, apesar de ser um ponto isolado no teatro de guerra, representava um ponto estratégico para o projeto expansionista marítimo japonês a para assegurar o controle de algumas rotas de petróleo. O conflito é considerado uma das mais emblemáticas batalhas navais da história por ter mobilizado um grande número de navios de guerra, porta-aviões, aviões e submarinos. Após a vitória militar, os EUA ainda cortaram as linhas de abastecimento de petróleo do Japão, sufocando a economia e as forças armadas japoneses até o final da guerra. No mesmo ano, os EUA também construíram o maior oleoduto do mundo, permitindo o transporte de petróleo de uma costa a outra em grande escala e rapidez.

Por fim, destaca-se a ofensiva do “Dia D” em 1944, considerada a maior operação logística e de guerra até então, que foi liderada pelos EUA, mas protagonizada pelo desembarque de milhares de navios, aviões, tanques de combate e barris de petróleo para socorrer os aliados. Uma operação que somente foi possível a partir da disponibilidade e do controle de grandes reservas de petróleo, rotas marítimas e posições estratégicas e da capacidade técnica e logística das grandes empresas nacionais de petróleo para garantir o fornecimento adequado ao longo das operações (YERGIN, 2010).

Conforme os conflitos se desenvolviam, ficava cada vez mais claro para os estados que a guerra seria decidida por aqueles que tivessem mais reservas de petróleo, ou por quem apenas tivesse petróleo. Esgotada energeticamente, a Alemanha ainda tentou suprir sua força aérea com a produção de petróleo sintético, fabricado inclusive em campos de concentração, mas a escassez energética era tão extrema que, ao final do conflito, aviões a jato recém-fabricados tinham que ser puxados por vacas até a pista de decolagem para poupar combustível. Também esgotado, o Japão passou a adotar sistematicamente a estratégia kamikaze como uma resposta desesperada diante do cenário de escassez, contudo a estratégia não mudava em nada a situação do país, que ainda foi alvo das duas primeiras bombas atômicas da história, decretando sua rendição e o final da guerra (YERGIN, 2010).

Mas a escassez não se aplicava somente aos derrotados, Inglaterra e França também estavam esgotadas energeticamente, assim como outros países, que foram invadidos ou que participaram do conflito de alguma forma. Ao final, somente os EUA terminaram o conflito com reservas disponíveis e ainda dominando a tecnologia nuclear para fins bélicos, o que confirmou não só a sua ascensão geopolítica, mas também sua hegemonia energética (YERGIN, 2010).

1.1.4 O petróleo no pós-guerra e a hegemonia dos EUA no século XX

No pós-guerra, as multinacionais americanas e europeias conseguiram ter, inicialmente, maior acesso aos países produtores e detentores de petróleo sob influência militar e diplomática dos EUA, sobretudo no Oriente Médio, passando a exercer um oligopólio mundial sobre a produção e o mercado de petróleo. Porém, com a ascensão de movimentos nacionalistas e anti-imperialistas nesses países, as multinacionais passaram a perder espaço a partir dos crescentes processos de nacionalização de reservas e de empresas de petróleo nos países produtores.

Assim, os EUA passaram a se projetar ainda mais militarmente e economicamente na região, criando mais desafios e disputas.

¹ Ao analisar a trajetória da geopolítica do petróleo no pós-guerra até o final do século XX, Torres Filho (2004) divide esse período em três fases: a consolidação da hegemonia americana (1945-1973); o condomínio saudita-americano-iraniano (1973-1985); e o mercado flexível com presença militar americana no Golfo (1985-até os dias atuais).

A “consolidação da hegemonia americana” (1945-1973) é caracterizada pela ascensão global e hegemônica dos EUA (militar, financeira, energética e cultural), pelo declínio geopolítico do Reino Unido, pela ascensão da Rússia e pelas crescentes lutas anti-imperialistas e anticoloniais, sobretudo em países produtores ou detentores de petróleo. Além disso, o período foi marcado inicialmente pelo domínio das Sete Irmãs sobre a produção e sobre o mercado mundial de petróleo, que passaram a operar por meio de contratos de concessões assimétricos e desfavoráveis aos países produtores, sobretudo no que diz respeito à divisão de lucros e de custos. Os EUA, por sua vez, continuaram a ser os “ofertantes em última instância”, garantindo a segurança energética do país e de seus aliados e mantendo os preços do barril baixo e estável, o que contribuiu para o rápido crescimento da economia mundial no pós-guerra. No entanto, ao longo do período, diversos processos de nacionalização ocorreram em países produtores de petróleo, causando instabilidades globais e desafiando a hegemonia dos EUA (TORRES FILHO, 2004).

Geopoliticamente, os EUA passaram a ocupar os espaços e as posições britânicas no Oriente Médio, reforçando também a estratégia de contenção soviética no Leste Europeu e na Ásia. Nesse contexto, aproximaram-se da Arábia Saudita, que, em 1939, havia descoberto enormes reservas de petróleo e desejava reduzir ao máximo a presença e influência britânica em seu território em razão de promessas não cumpridas pelo Reino Unido no pós-guerra. No entanto, no mesmo ano, a BP e a Gulf descobriram grandes reservas de petróleo no Kuwait, o que preocupava ainda mais os sauditas, e, no México, o presidente Lázaro Cárdenas nacionalizou toda a cadeia de petróleo e expulsou empresas norte-americanas do país. Diante desses acontecimentos, os EUA passaram a estreitar relações com a Arábia Saudita e conseguiram negociar concessões para empresas americanas desenvolverem a indústria de petróleo saudita. A liderança do empreendimento coube à recém-criada Aramco, que na prática

¹ Dentre as grandes disputas e conflitos do período, destacam-se a Crise do Canal de Suez (1956), a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (1960), a Crise do Petróleo (1973), a Revolução Iraniana (1979), a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e a Guerra do Golfo (1990-1991), que contaram com participação direta e indireta dos EUA e de suas empresas nacionais de petróleo.

era a Standard Oil Califórnia. Do lado da Arábia Saudita, a relação significava uma parceria estratégica com a maior potência econômica e militar do mundo e a redução da influência britânica. No início, essa relação foi bem-sucedida, atraindo outras empresas americanas, como a Exxon, Texaco, Chevron e Mobil, que, empolgadas pelo crescimento mundial, passaram a aportar grandes investimentos na região e a conceder, aos sauditas, acordos com participação de 50% dos ganhos da comercialização do petróleo. No entanto, o apoio dos EUA à criação do estado de Israel, em 1949, criou algumas tensões na relação entre os países (TORRES FILHO, 2004).

Outro exemplo da projeção geopolítica dos EUA e de lutas imperialistas na região ocorreu na Pérsia (hoje, Irã) a partir de 1951, quando o primeiro-ministro Mohammad Mosaddegh, que havia sido eleito democraticamente, nacionalizou a Anglo Persian e suas reservas de petróleo. Em resposta, o Reino Unido, que até então exercia influência no país desde a Primeira Guerra Mundial, aplicou sanções econômicas contra a Pérsia e enviou navios de guerra ao Golfo Pérsico ameaçando uma invasão, que foi rapidamente rechaçada pelos EUA. Em contrapartida, Churchill decidiu fomentar um golpe contra Mosaddegh e, dessa vez, encontrou apoio do governo de Dwight D. Eisenhower, que havia sucedido Truman e que se encontrava preocupado com os movimentos nacionalistas e com influência soviética na região (HOBSBAWN, 1995; YERGIN, 2010). Assim, em 1953, um golpe arquitetado pelos EUA e pelo Reino Unido e promovido pela Central Intelligence Agency (CIA) depôs Mosaddegh e apoiou a ascensão do xá Reza Pahlavi, que iniciou um período autocrático de reformas pró-ocidente. Dois anos depois, um consórcio formado por Exxon, Mobil, Chevron, Texaco, Gulf, Shell e BP negociou a reestruturação da indústria de petróleo iraniana e colocou a produção do país de volta ao mercado, marcando também o auge das Sete Irmãs e de sua influência geopolítica na região (TORRES FILHO, 2004; SARAIVA, 2007).

Também um evento geopolítico marcante foi a Guerra do Canal de Suez em 1956, quando o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, nacionalizou o canal e o setor de petróleo do país e expulsou empresas britânicas e francesas que administrava o canal. Considerado um dos pontos mais estratégicos das principais rotas comerciais e de petróleo do mundo², a ação desencadeou uma guerra entre Israel, Reino Unido, França de um lado e o Egito do outro. Este, apesar das invasões e ataques sofridos inicialmente, recebeu apoio da URSS e dos EUA, o que resultou em um desfecho favorável ao Egito com a retirada das tropas estrangeiras do canal. Além da relevância do petróleo na questão, o episódio foi tanto um marco da ascensão

² Pelo Canal de Suez passava metade do petróleo comercializado no mundo.

geopolítica dos EUA e da Rússia quanto da luta anti-imperialista e anticolonial (YERGIN, 2010).

Nas décadas de 1950 e 1960, diversas tensões e disputas políticas e econômicas ocorreram entre estados produtores e empresas transnacionais. Apesar do crescimento mundial do pós-guerra respaldado pela “era do óleo barato”, a expansão da oferta e a queda dos preços provocaram a insatisfação dos produtores e deram início a crescentes processos de nacionalização do petróleo conflitantes com os interesses das Sete Irmãs. Nesse momento, o cartel praticava uma política de competição nos mercados, mas de cooperação nas regiões produtoras. No entanto, com a volta do petróleo russo ao mercado mundial em meados da década de 1950, o preço do barril caiu consideravelmente, fazendo o governo dos EUA estabelecer cotas de importação para garantir o interesse das empresas e dos produtores nacionais. As *majors* do petróleo, por sua vez, repassaram os prejuízos para os países produtores, gerando insatisfações e protestos, sobretudo por parte dos países do Oriente Médio e da Venezuela, que haviam suprido os EUA durante as guerras (TORRES FILHO, 2004).

Nesse contexto, os países produtores passaram a reivindicar a revisão da política de lucros e preços vigente e a contestar o domínio das multinacionais sobre a produção e sobre o mercado mundial. O empresário e político italiano Enrico Mattei, por exemplo, autor do termo “Sete Irmãs”, buscou contestar o domínio do cartel a partir de uma estratégia, liderada pela estatal de petróleo italiana ENI, que tinha como objetivo adquirir áreas de produção estrangeiras a partir de uma inédita “fórmula” contratual que destinava 75% dos lucros para os países produtores, rompendo radicalmente com as práticas de divisão das Setes Irmãs³ (YERGIN, 2010).

Também insatisfeito com a repartição dos lucros, o político e diplomata venezuelano Juan Pablo Perez Alfonso foi ao Oriente Médio negociar, com Irã, Arábia Saudita e demais produtores da região, a criação de uma organização internacional para coordenar e controlar a oferta mundial de petróleo por meio do estabelecimento de cotas de produção e do aumento do preço do barril. Em 1960, na Conferência de Bagdá, foi criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da qual também faziam parte Iraque e Kuwait. Inspirada na TRC, a organização também tinha como objetivos: reduzir a influência das multinacionais; apoiar processos de nacionalização de reservas e ativos; e firmar novos contratos de exploração e de comércio mais vantajosos para os produtores. Esse movimento acabou retirando das mãos das empresas o controle sobre o território, a produção e de parte significativa do comércio

³ O primeiro desses acordos foi fechado com o Egito e, posteriormente, com URSS, Irã e outros países do Leste Europeu e do Oriente Médio.

mundial, invertendo a relação de poder entre estados produtores e empresas transnacionais, marcando uma reviravolta na geopolítica do petróleo (TORRES FILHO, 2004).

O movimento de nacionalização de reservas de petróleo também encontrou “solo fértil” na Líbia, que havia se tornado independente em 1951 e, em 1955, aprovou a Lei do Petróleo, nacionalizando todas as reservas petrolíferas do país, mas ainda permitindo a participação das empresas estrangeiras nas atividades de exploração. No entanto, em 1959, a Exxon descobriu grandes reservas de petróleo no país que passaram a chamar atenção das lideranças política locais, sobretudo pela assimetria na divisão dos lucros. Uma década depois, em 1969, o movimento nacionalista líbio ganhou força e promoveu um golpe de estado liderado pelo coronel Muammar Kadaffi, que, logo após tomar o poder, decretou a participação mínima do governo de 51% nos contratos de concessão e na produção, o que encontrava apoio em outros países produtores, que aos poucos começaram a ditar as regras dos contratos, reter a maior parte dos lucros, controlar o preço e repassar os prejuízos para as multinacionais (GANEM, 2018).

Visando controlar ainda mais o mercado mundial, os países membros da OPEP reuniram-se em Teerã em 1971 para determinar o preço do petróleo. No entanto, diante da dependência das economias modernas ao petróleo, da crescente projeção militar dos EUA e da escalada de conflitos com Israel, discutiram a possibilidade de utilizar o petróleo como arma política.

Apesar de uma maior aproximação entre EUA e Irã, em virtude da retirada oficial das tropas britânicas do Golfo Pérsico no mesmo ano, a aproximação entre EUA e Israel, sobretudo a partir da Guerra do Yom Kippur, passou a tencionar a relação entre EUA e Arábia Saudita e demais países árabes produtores (TORRES FILHO, 2004). Em 1973, o rei saudita foi à TV protestar contra a ajuda norte-americana a Israel na guerra e prometeu cortar o abastecimento de petróleo caso a ajuda permanecesse. Ignorando o alerta, os EUA continuaram apoiando Israel militarmente, fazendo a OPEP cortar a produção e suspender a distribuição de petróleo para os EUA e para a Europa. Como resultado, o preço do barril aumentou aproximadamente 400%, desestabilizando toda a economia mundial e desencadeando vários efeitos negativos, como inflação, falências, moratórias e escassez. Somente nos EUA, a gasolina subiu 40%, inflacionando toda a cadeia produtiva, logística e de serviços do país. O Japão e os países da Europa, por sua vez, experimentaram períodos de estagnação, ao passo que os países da América Latina, da África e da Ásia viram seus projetos de desenvolvimento econômico ruir e suas dívidas externas explodirem. Apesar da devastação econômica, o Choque do Petróleo foi considerado um “sucesso geopolítico”, ao demonstrar o poder dos países produtores e a

dependência e vulnerabilidade internacional das potências ocidentais e de suas empresas (TORRES FILHO, 2004; YERGIN, 2010).

Após o Choque do Petróleo, os EUA passaram a administrar a segurança na região do Oriente Médio por meio de acordos militares e comerciais bilaterais com Arábia Saudita, Irã e demais países produtores, fase que Torres Filho (2004) chamou de “condomínio Saudita-Americano-Iraniano” (1973-1985). O objetivo era estabelecer uma relação estável de longo prazo com os principais produtores da região e formar uma aliança para garantir o fornecimento de petróleo seguro para seus aliados, assim como mercado e áreas de produção para as empresas norte-americanas e europeias. Além disso, pretendia ocupar o espaço deixando pelos britânicos, conter os soviéticos e frear os processos de nacionalização do petróleo da região. Nesse sentido, passou a atender às demandas políticas e econômicas dos novos parceiros, mas sem prejudicar as relações com outros países da região, em especial com Israel (TORRES FILHO, 2004).

O período também foi marcado pela estagnação do mercado de petróleo, devido ao choque de produção e aos preços elevados, e pela perda de espaço das Sete Irmãs para os países produtores, que agora eram os principais formadores do preço internacional. Os contratos de concessão, por sua vez, foram substituídos por contratos de compra e venda de longo prazo, fixando quantidades e preços, ao passo que a capacidade ociosa ficou restrita à Arábia Saudita, que se tornou o “ofertante em última instância”, substituindo os EUA como principal produtor mundial (TORRES FILHO, 2004).

Do lado do Irã, o acúmulo de petrodólares, em virtude da elevação do preço do barril, permitiu ao país lançar um projeto de potência regional industrializada e militarizada com o apoio dos EUA, que passaram a aparelhar e a modernizar as forças armadas iranianas em troca do fornecimento seguro e estável de petróleo. Nesse contexto, o Irã passou a advogar por um aumento ainda maior do preço do barril e da produção para financiar seus projetos de poder e interesses econômicos. A Arábia Saudita, por sua vez, tentava estabilizar os preços, manter sua posição de “ofertante em última instância” e frear o projeto iraniano, uma vez que o Irã fortalecido poderia trazer instabilidades para a região, para o mercado de petróleo e, em especial, para a liderança saudita na OPEP e entre os países árabes e islâmicos. O equilíbrio dessa relação, todavia, era mediado pelos EUA, que queriam garantir o bom funcionamento do “condomínio” sem fortalecer demais o Xá ou o Sheik. No entanto, apesar dos esforços e do sucesso inicial, o advento da Revolução Iraniana de 1979 destruiu rapidamente o “condomínio”, paralisando a produção iraniana e desencadeando um novo choque no preço internacional do barril, assim como novas relações de poder e alinhamentos na região (TORRES FILHO, 2004).

Com a ascensão de um novo governo revolucionário, teocrático e disposto a reduzir a influência das potências ocidentais sobre o país, o Irã passou a gravitar para o campo de influência soviética, e os EUA viram seus investimentos petrolíferos perdidos, uma vez que o governo iraniano passou a exercer um maior controle no setor de petróleo e a utilizar o petróleo como “arma política” e instrumento de barganha no decorrer da revolução (YERGIN, 2010). No entanto, mesmo com a paralisação da produção iraniana e o drástico aumento do preço do barril ao longo da década, não houve o mesmo prejuízo como em 1973, uma vez que a demanda mundial era menor, a capacidade de armazenamento era maior e as novas áreas de exploração, como no Mar do Norte e no Alasca, já produziam resultados. Além disso, outros projetos de prospecção foram desenvolvidos, na África, no Caribe, na América do Norte e na América do Sul, com o objetivo de diminuir a dependência petróleo do Oriente Médio (TORRES FILHO, 2004).

Em resposta à Revolução Iraniana e à invasão soviética ao Afeganistão, também em 1979, o presidente dos EUA, Jimmy Carter, estabeleceu uma doutrina de segurança que “legitimava” o uso da força pelos EUA na região do Golfo Pérsico quando interesses americanos fossem ameaçados, sobretudo os relacionados à produção e comercialização de petróleo. Nesse contexto, a Doutrina Carter passou a mobilizar mais tropas para região, para repelir qualquer movimento rebelde que provocasse instabilidades nos fluxos de petróleo, e a reforçar as alianças políticas regionais, para conter a influência soviética e a independência da OPEP. Além disso, promoveu o isolamento internacional do Irã por meio de sanções econômicas, abrindo espaço para a liderança da Arábia Saudita na região e para uma relação ainda mais estreita com os EUA (YERGIN, 2010).

Em 1983, a OPEP, liderada pela Arábia Saudita, reduziu o preço do barril e estabeleceu um sistema de cotas mais rígidos para estabilizar o mercado. O petróleo, por sua vez, seguindo o movimento de flexibilização do dólar e de desregulamentação e liberalização dos mercados liderado pelos EUA, passou a ser negociado como uma *commodity* no mercado futuro de capitais, na bolsa eletrônica Nymex, inaugurando um período de financeirização do petróleo e de outros recursos naturais. Com a produção iraniana fora do mercado, a Arábia Saudita confirmou sua posição de maior produtor e “ofertante em última instância” e estabeleceu relações ainda mais próximas com os EUA, que passou a intervir cada vez mais na região para preservar seus interesses (TORRES FILHO, 2004).

A partir de então, tem início a fase do “mercado flexível com a presença militar americana no Golfo” (1985 a 2002), marcada pelo baixo e lento crescimento da demanda mundial, pela relativa e restrita capacidade ociosa da Arábia Saudita, pela crescente

desregulamentação, financeirização e “comoditização” dos mercados e setores mundiais de petróleo e pelo crescente número de intervenções militares dos EUA na região do Oriente Médio. Embora a Arábia Saudita tenha seguido como o “ofertante em última instância”, os EUA reorganizaram a produção e os mercados mundiais a partir do poder de sua moeda, de suas empresas multinacionais e de seu mercado doméstico.

Em 1986, quando o preço do barril de petróleo caiu de 29 para 10 dólares, gerando excesso de oferta e provocando sucessivas crises fiscais nos países produtores, os mercados, as instituições financeiras e as empresas multinacionais passaram a administrar esses desequilíbrios entre oferta e demanda por meio de estoques e contratos “*spot*” e “*futuro*” de compra e venda de petróleo, passando também a exercer maior controle sobre a formação dos preços e dos estoques e recuperando parte do poder perdido devido aos processos de nacionalizações nos países produtores. Simultaneamente, também promoveram desregulamentações nos mercados domésticos dos países produtores. A partir desse movimento, as empresas multinacionais conseguiram repassar os prejuízos das crises e oscilações para os produtores, revertendo a lógica da OPEP, que passou a ficar ainda mais fragilizada com a escalada de conflitos entre seus membros e as intervenções norte-americanas (TORRES FILHO, 2004).

Nesse contexto, destaca-se a Guerra entre Irã e Iraque (1980-1988), que contou com a participação dos EUA fornecendo equipamentos militares e outros suprimentos aos dois lados em troca de petróleo. O conflito ocorreu em um contexto no qual o Irã estava enfraquecido e isolado após a revolução de 1979 e o preço do barril estava baixo, causando prejuízos aos países produtores. Diante disso, Saddam Hussein tentou conquistar territórios iranianos e controlar o Estreito de Ormuz, a principal rota de exportação do petróleo da região, dando início ao conflito que, apesar das fatalidades, interrompeu a produção de petróleo dos dois países durante a guerra. No entanto, mesmo com a redução da oferta, o preço do barril manteve-se estável, demonstrando o poder adquirido por mercados, instituições financeiras e empresas a partir dos processos de liberalização da década de 1980 (TORRES FILHO, 2004).

Como resultado da guerra, os dois países tiveram suas economias e produções dilaceradas, ao passo que a Arábia Saudita ascendeu ainda mais como principal produtor mundial e parceiro estratégico dos EUA na região. O Iraque, por sua vez, enfraquecido, endividado e insatisfeito com o desfecho da guerra e com a perda de espaço no mercado de petróleo, acusou o Kuwait de não cumprir acordos e não respeitar o sistema de cotas de produção estabelecido pela OPEP, invadindo o país em 1990 sob o pretexto de que estava prejudicando a economia iraquiana. Em resposta, em 1991, uma coalizão de tropas lideradas

pelos EUA e sob chancela do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) invadiu o Kuwait para conter e expulsar as tropas iraquianas, deflagrando a Guerra do Golfo (TORRES FILHO, 2004).

A coalizão contou com a participação de algumas dezenas de países como Reino Unido, França, Egito e Arábia Saudita, que apoiaram os EUA tanto com recursos financeiros quanto militares. No entanto, a guerra foi protagonizada pelos EUA, que demonstrou toda sua supremacia militar, bem como uma nova classe de armas e equipamentos, como caças, aviões *stealth* e bombas inteligentes, que impressionaram o mundo a partir de uma cobertura midiática global que reforçou ainda mais a hegemonia do país. Derrotado, Saddam Hussein ainda bombardeou Israel e mandou incendiar inúmeros poços e instalações de petróleo do Kuwait durante a retirada, provocando um dos maiores desastres ambientais da história e chamando a atenção mundial para os custos e vulnerabilidades causadas pela dependência e pelas disputas por petróleo no Oriente Médio (YERGIN 2010).

Com o fim da Guerra entre Irã e Iraque, os EUA aumentaram ainda mais sua presença militar no Oriente Médio para garantir a segurança dos principais fluxos energéticos mundiais, por meio de acordos e intervenções militares e do estabelecimento de bases e outras instalações em países da região, em especial junto à Arábia Saudita. Além disso, a partir da flexibilização de sua moeda, continuaram a dar apoio às empresas multinacionais e às instituições de mercado, com o objetivo de aprofundar os processos de liberalização econômica em países em desenvolvimento, manter o controle sobre o mercado mundial e limitar o uso do petróleo como arma política pelos países produtores (TORRES FILHO, 2004).

O fim da Guerra Fria na última década do século XX sugeriu a vitória “incontestável” da hegemonia dos EUA, do capitalismo e da ideologia liberal, que juntos promoveriam um processo de globalização benéfica, expandindo a democracia e o livre comércio para as regiões menos desenvolvidas do mundo e garantindo maior segurança energética, estabilidade política, desenvolvimento econômico, direitos humanos e sustentabilidade ambiental. No entanto, apesar do otimismo, materializado especialmente pelas conferências multilaterais da década de 1990 sobre esses temas, o início do século XXI demonstrou que a ordem internacional ainda refletia a lógica geopolítica do século XIX e XX de conquistar e controlar os principais territórios, rotas e, sobretudo, reservas de recursos naturais estratégicos.

2 A GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XXI E A LUTA PELOS RECURSOS NATURAIS E ATIVOS ENERGÉTICOS

Apesar da arquitetura econômica e geopolítica em relação ao petróleo no final do século XX, os EUA não foram capazes de estabilizar o mercado mundial nem tampouco a região no curto e médio prazo. Pelo contrário, no início do século XXI, diversos conflitos e instabilidades surgiram envolvendo países produtores de petróleo, com a participação direta ou indireta dos EUA. Além disso, o desmembramento da União Soviética em 1991 abriu novas fronteiras energéticas, que, somadas a outras descobertas de petróleo em países da África e da América Latina, criaram ainda mais disputas dentro do mercado e da geopolítica mundial.

Essas disputas, por sua vez, tornaram-se ainda mais acirradas, no Cáspio, na África e no Oriente Médio, sobretudo com a ascensão econômica e geopolítica da China e a retomada da Rússia, em especial no setor energético, pressionando a economia e a geopolítica mundial, que passaram a operar sob uma lógica de escassez, de esgotamento e de “jogo de soma zero”. Ao levantar uma pequena lista dos principais eventos, disputas e conflitos geopolíticos desde o início do século XXI, percebe-se que envolveram tantos estados detentores de reservas de petróleo quanto os principais estados consumidores e dependentes desse e de outros recursos.

Em 2001, após os atentados de 11 de setembro, os EUA invadiram o Afeganistão, sob o pretexto da Guerra ao Terror e com autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para derrubar o regime Talibã e capturar Osama Bin Laden. No entanto, a invasão transformou-se em uma ocupação de 20 anos em um país de localização estratégica dentro de um contexto de “*pipeline wars*”, que visa o controle das infraestruturas de escoamento da produção do Cáspio e do Oriente Médio (KLARE, 2008). Em 2002, a Venezuela sofreu um golpe de estado orquestrado pela oposição e por forças estrangeiras após o presidente Hugo Chávez intervir no setor de petróleo e revisar contratos exportação de petróleo entre a empresa de Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) e os EUA. Em 2003, o Iraque também foi invadido pelos Estados Unidos após ser acusado de desenvolver armas de destruição em massa, que nunca foram encontradas após mais de uma década de ocupação. Em 2005, após também ser alvo de investigações, o Irã foi sancionado pelo CSNU sob a acusação de desenvolver energia nuclear para fins militares.

Em 2008, após uma aproximação diplomática e militar entre Geórgia e EUA, a Rússia invadiu a Geórgia, cuja posição também é estratégica para o escoamento do petróleo e do gás do Mar Cáspio, e reconheceu a soberania da Ossétia do Sul, região separatista pró-Rússia e rica

em petróleo (KLARE, 2008). A partir de 2009, uma série de “revoluções coloridas” desestabilizaram diversos países produtores de petróleo do Norte da África, do Oriente Médio e no Leste Europeu e na Ásia Central, como Ucrânia, Polônia, Egito, Tunísia, Argélia, dentre outros que fizeram parte da Primavera Árabe (KORYBKO, 2015). Em 2011, o Sudão do Sul, detentor de vastas reservas petrolíferas, tornou-se independente após uma violenta guerra civil que envolveu os EUA e a China. No mesmo ano, os EUA e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) depuseram e assassinaram o presidente da Líbia Muammar Kadafi, após uma revisão mais assertiva dos contratos de fornecimento de petróleo para o continente europeu, enquanto a Síria, alinhada à Rússia, experimentou uma guerra civil que foi iniciada por protestos populares (revoluções coloridas) com apoio internacional dos EUA e de países europeus e que perdura até os dias atuais (KORYBKO, 2015).

Em 2014, a Rússia anexou a península da Criméia, pertencente à Ucrânia e uma região vital para o escoamento do gás russo para a Europa. No mesmo ano, outras províncias produtoras de petróleo de etnia russa da Ucrânia também se manifestaram a favor e dispostas à anexação, dando início a uma guerra civil no país. Meses depois, a Rússia ainda firmou um acordo com a China garantindo suprimento de gás e petróleo por 30 anos e anunciou a construção de um gasoduto conectando os dois países. Atualmente, a Gazprom também lidera projetos de construção de diversos sistemas de oleodutos e gasodutos na região do Cáspio com o objetivo de controlar todo o escoamento de gás e petróleo para a Europa e para Ásia. Paralelamente, a Rússia mantém forte patrulhamento militar na região.

Todos esses conflitos apresentam como característica a disputa por recursos naturais e o uso de “métodos indiretos” como instrumentos, estratégias e ações de dominação geopolítica no campo político, econômico, social, jurídico e cultural, sendo uma característica das disputas geopolíticas do século XXI, ainda que não sejam novidades. A seguir, nos aprofundaremos nesses dois tipos de conflitos – “guerras por recursos” e “guerras híbridas” – através de uma revisão bibliográfica dos principais autores que tratam sobre esses conceitos, para compreendermos como se dão os conflitos que envolvem as potências geopolíticas na atualidade e como eles se intensificaram nas últimas décadas.

2.1 Geopolítica de guerras por recursos

A crescente adesão das economias nacionais à produção capitalista e o aumento da população mundial e do consumo pressionam a demanda por recursos naturais e energéticos e causam disputas entre projetos políticos e de desenvolvimento econômico. Chama a atenção, nas últimas décadas, a ascensão geopolítica da Rússia, a vulnerabilidade energética dos EUA e o colossal processo de desenvolvimento da China, além do crescimento de outros países em desenvolvimento, como o caso da Índia. Ainda que Europa e Japão estejam preocupados com o processo de transição energética para fontes mais renováveis, os países em desenvolvimento estão focados em desenvolver suas indústrias nacionais. Do mesmo modo, o peso do crescimento chinês é significativo, assim como o papel do Estado nessa geopolítica, com o país buscando desenvolver fontes domésticas e externas para suprir seu *gap* energético.⁴ (KLARE, 2008).

Além dessa pressão por recursos, existe a perspectiva de escassez, cada vez mais presente em estudos militares, econômicos e científicos (KLARE, 2005, 2008; LE BILLON, 2005; ENGD AHL, 2009; YERGIN, 2010, 2014; KORYBKO, 2015). Destaca-se, nesse contexto, a crescente escassez de novas reservas, o desenvolvimento de diferentes economias nacionais e o grau de modernização de máquinas, armamentos e equipamentos e suas respectivas dependências de petróleo e demais recursos naturais energéticos e estratégicos. No campo militar, por exemplo, quanto maior e mais equipadas as forças armadas de um país, maior a demanda por energia. Durante a Segunda Guerra Mundial, um soldado do exército americano consumia um galão de petróleo por dia; na Guerra do Golfo, em 1990, essa taxa cresceu para quatro galões; já nas guerras do Afeganistão e do Iraque, a partir de 2001, o consumo saltou para 16 galões. Vale ressaltar ainda que a modernização militar é um fenômeno que envolve não só as potências e, por isso, o consumo energético tende a aumentar (KLARE, 2008).

Tendo em vista esse cenário, Klare (2008) caracteriza a geopolítica do século XXI como uma geopolítica de “guerras por recursos”, na qual os atores internacionais disputam, de forma cada vez mais intensa, o controle pelas principais reservas e ativos energéticos em escala global. A segurança e a soberania energética passaram a influenciar cada vez mais as estratégias, decisões, negociações e ações dos estados nacionais, bem como a economia e a geopolítica

⁴ Em 1990, a China representava 8% do consumo global de energia, em 2006, passou a representar 16%, e estima-se que, em 2030, represente 20%.

mundial. Desse modo, a produção mundial de energia precisa aumentar para suprir as necessidades globais e evitar disputas (guerras comerciais, *lawfare*), crises (recessão, depressão) e conflitos mais intensos (guerras, intervenções, caos).

2.1.1 Perspectiva da escassez e disputas geopolíticas

Ao tratar da geopolítica de guerras por recursos, Klare (2008) argumenta que estamos “procurando mais e achando menos” reservas de recursos naturais energéticos estratégicos. Dentre as razões, o crescente consumo mundial de energia, o ritmo acelerado de exploração das reservas e o baixo volume de grandes descobertas recentes. Por outro lado, novas tecnologias e fontes de energias alternativas não estão sendo desenvolvidas em velocidade nem escala suficiente para suprir a crescente demanda. Hoje, recursos fósseis, como petróleo, carvão e gás natural, correspondem a 87% da demanda mundial por energia (IEA, 2019).

No que diz respeito aos meios de transportes (carros, caminhões, ônibus, trens, aviões, navios), 95% são supridos por derivados de petróleo (IEA, 2019). Além disso, o petróleo é a base química de mais de 6 mil produtos na economia moderna, e, por isso, a economia mundial depende de um mercado de petróleo estável que ofereça um preço acessível. No entanto, cada vez mais, as empresas de exploração estão se deparando com oportunidades de *tough oil*, ou seja, reservas localizadas em grandes profundidades ou a quilômetros do litoral, em bolsões de difícil acesso, em altas ou baixas temperaturas, com mais impurezas ou em regiões e países instáveis (KLARE, 2008; YERGIN, 2014).

Assim, a competição por reservas não exploradas se torna mais acirrada e demanda ainda mais recursos, aumentando custos. A tendência é que cada barril de petróleo produzido tenha um custo maior devido ao esgotamento das reservas de petróleo leve e de fácil acesso e à necessidade de produção em regiões e lugares mais adversos, como em plataforma marítimas, territórios hostis e perigosos ou solos e rochas menos permeáveis, como as experiências com recursos não convencionais das areias betuminosas no Canadá, do petróleo extrapesado na Venezuela, do petróleo e gás de folhelho nos EUA e do Pré-Sal no Brasil. Recursos como carvão, gás natural e urânio também estão se tornando escassos e mais caros diante da crescente demanda (KLARE, 2008; YERGIN, 2014). Por outro lado, inovações em combustíveis sustentáveis e renováveis ainda recebem poucos investimentos para atingir escala e viabilidade econômica no curto e médio prazo, levando estados e demais atores a acreditarem que os

combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural) ainda serão dominantes no mínimo até a metade do século XXI, representando aproximadamente 87% da demanda mundial até 2030 (KLARE, 2008).

A partir da segunda metade do século XX, alguns campos de exploração de petróleo gigantes (elefantes) foram descobertos, assim como novas áreas de exploração no Alasca, no Mar do Norte e no Golfo da Guiné (YERGIN, 2010; KLARE, 2008).⁵ No entanto, observa-se cadê vez mais poços com declínios de produtividade e menos descobertas. Aproximadamente 50% da produção mundial de petróleo vêm de 116 “elefantes”, que produzem mais de 100 mil barris de petróleo por dia (bpd), em sua maioria apresentando sinais de declínio e apenas quatro tendo sido descobertos recentemente. Dos mais produtivos, destacam-se os campos de Ghawar, na Arábia Saudita,⁶ de Cantarell, no México, e de Burgan, no Kuwait, que respondem por aproximadamente 10% da produção mundial total (KLARE, 2008).

Apesar dos investimentos em novas descobertas, poucas empresas conseguiram encontrar reservas significativas que possam sustentar o ritmo de crescimento mundial. Além disso, existe grande relutância por parte das empresas para realizar investimentos e arriscar seus capitais no desenvolvimento de reservas de *tough oil*. Segundo declaração de 2005 do CEO da Chevron, David O’Reilly, “the era of easy oil is over... new energy discoveries are mainly occurring in places where resources are difficult to extract, physically, economically, and even politically.”⁷ (KLARE, 2008, p. 39).

Por outro lado, oficiais de alto escalão dos países consumidores de petróleo também estão direcionando esforços para garantir novas reservas e fontes de suprimento de petróleo, bem como direitos de exploração e acordos de produção com países produtores na Ásia Central e na África e no Ártico. O objetivo é cooperar com países que já são produtores, mas que ainda estão aquém de suas potencialidades produtivas e/ou tecnológicas. Dentre os países com significativo potencial de aumentar sua produção, estão: Argélia, Angola, Azerbaijão, Brasil, Iran, Iraque, Cazaquistão, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar, Rússia, Arábia Saudita, Emirados Árabes e Venezuela. Segundo Klare (2008). Esse grupo de 15 países, com a adição de alguns outros, constituem os principais pivôs da geopolítica energética global (KLARE, 2008).

⁵ No início do século XXI, as reservas provadas mundiais estavam acima de 1 trilhão de barris.

⁶ A Arábia Saudita chama a atenção por possuir um dos maiores campos de exploração e as principais reservas de petróleo leve do mundo, no entanto a produtividade desses campos também está caindo e impondo dilemas sobre o ritmo de produção da Saudi Aramco (entre 10 e 12 milhões bpd) para manter o preço em um patamar mais elevado e não esgotar suas reservas (KLARE, 2008).

⁷ Tradução minha: “a era do petróleo fácil acabou... novas descobertas de energia estão ocorrendo principalmente em lugares onde os recursos são difíceis de extrair, física, econômica e até mesmo politicamente”.

Mas não é só o petróleo que vem sendo objeto de disputas geopolíticas no século XXI, o gás natural⁸ e os minerais estratégicos também passaram a ser alvo de estratégias de dominação e controle sobre recursos naturais. As maiores reservas de gás natural estão no Irã, no Qatar e na Rússia, respondendo por 56% das reservas provadas. Outros oito países possuem 21% (Argélia, Cazaquistão, Nigéria, Arábia Saudita, Turcomenistão, Emirados Árabes, EUA e Venezuela), estando seis deles localizados na África, no Golfo Pérsico e em países da antiga URSS (KLARE, 2008).

No que diz respeito à utilização do gás natural como arma geopolítica, chama atenção as pressões que países como Rússia, Ucrânia, Belarus e Geórgia exercem por meio da suspensão ou do desvio de fornecimento de gás e também por uma acirrada disputa para instalação de sistemas de *pipelines* em “países de passagem”. Além disso, existem ataques e sabotagens a essas instalações. Outro fator relevante é a iniciativa de formação de uma “OPEP do Gás Natural”. Apesar de ainda pouco formalizada e institucionalizada, em 2007, 14 membros do Fórum de Países Exportadores de Gás, incluindo Rússia, Irã, Qatar, Argélia e Líbia, concordaram em formar uma comissão para criar um cartel no longo prazo (KLARE, 2008).

Diante da perspectiva de escassez, Yergin (2014) destaca que os estados estão buscando um “mix de energia”, bem como controlar diversas fontes energéticas e matérias-primas para além do petróleo e do gás natural, como carvão, minério e urânio. Nesse sentido, destacam-se as políticas dos EUA expressas na National Energy Policy de 2001 e no Energy Policy Act de 2005, que preveem investimentos, subsídios e isenções direcionados à instalação de plantas elétricas de carvão e de reatores nucleares. De acordo com Department of Energy (DoE) dos EUA, 440 reatores nucleares civis estão em operação no mundo e demandam aproximadamente 170 milhões de libras de urânio por ano, uma taxa que consumiria as reservas de Austrália, Canadá, Namíbia Níger e África do Sul, EUA e URSS em 40 anos. Já no que diz respeito ao carvão natural, a China possui a terceira maior reserva mundial, atrás de EUA e Rússia (KLARE, 2008).

A extração de minerais estratégicos utilizados em baterias, ligas de aço e tecnologias eletrônicas, militares e aeroespaciais também está em um ritmo acelerado. Entre 1995 e 2005, a produção de alumínio cresceu 64%, de 19 milhões de metros cúbicos para 31 milhões; a de ferro 50%, de 1 bilhão de toneladas para 1,5 bilhão; e a de cobre 42%, de 11 milhões de toneladas para 16 milhões. Ainda que alguns recursos sejam mais abundantes, como minério de ferro e bauxita, outros são mais escassos, como cobre, cobalto, chumbo, níquel, platina,

⁸ A British Petroleum (BP) estima que existem 6,4 trilhões de pés cúbicos de reservas no mundo, o que supriria a crescente demanda de 2010 a 2050 segundo o DoE.

estanho e zinco (KLARE, 2008). Dessa forma, as gigantes da mineração estão em uma disputa global pelas melhores reservas, localizadas em sua maioria em países instáveis e vulneráveis politicamente ou com baixo grau de desenvolvimento econômico. Na Mongólia, a canadense Ivanhoe Mines Ltd. Desenvolve projetos de extração de cobre e ouro em reservas remotas ao sul do país. O Japão, por sua vez, criou um programa para financiar empresas japonesas que desenvolvem e exploram recursos minerais no exterior, sobretudo em países em desenvolvimento.⁹ (KLARE, 2008).

A projeção econômica da China também vem se impondo nesse contexto. Em 2006, a estatal China Machine-Bulding International Corporation firmou acordo para construir três plantas energéticas de carvão no Zimbábue em troca de acesso a minerais estratégicos, como o minério de cromo. No Congo, um dos maiores produtores de minerais na África, a China garantiu acesso exclusivo a minas de cobre, cobalto e níquel em troca de um empréstimo de 5 bilhões de dólares ao país e da promessa de investir em rodovias, ferrovias e outras infraestruturas para tornar esses recursos mais acessíveis, tornando-se o maior investidor no Congo. No Afeganistão, a estatal China Metallurgical Group também lidera um projeto de 3 bilhões de dólares para desenvolver a produção da maior mina de cobre do mundo em Aynak, ao sul de Kabul (KLARE, 2008).¹⁰ Com a retomada do Talibã ao poder e a retirada dos EUA em 2021, que deixaram estudos e mapeamentos sobre diversas reservas de minerais estratégicos no país, espera-se que a China estreite ainda mais relações com o Afeganistão.

2.1.2 O crescente papel do Estado na geopolítica de guerras por recursos

Um dos principais elementos que Klare (2008) utiliza para caracterizar a geopolítica de guerras por recursos é o “crescente papel do estado” na busca e no controle de recursos naturais e energéticos estratégicos, o que não é uma novidade, uma vez que a busca por fontes energéticas sempre foi uma prioridade nacional desde a formação dos estados nacionais

⁹ Em 2003, a Japan Oil, Gas and Metals National Corporation, empresa vinculada ao Ministério da Economia, Comércio e Indústria, lançou o Basic Exploration Scheme, plano de parcerias internacionais em mineração que já detém projetos de exploração de cobre, níquel e zinco na Argentina, Brasil, Chile, Indonésia e Mongólia.

¹⁰ De acordo com o Ministro de Minas e Energia do Afeganistão, Ibrahim Adel, esse é o maior investimento na história do país, empregando 10 mil pessoas e contando com a construção de uma planta elétrica e de uma ferrovia (a primeira do país).

modernos, sobretudo em períodos de guerra e de crise. No entanto, o fenômeno vem ganhando mais intensidade, complexidade e novos métodos.

No Mar Cáspio, EUA e China disputam áreas de influência e projetos de exploração de petróleo, em especial no Cazaquistão, enquanto a Rússia tenta limitar esse movimento e ampliar sua influência na região. Também chama a atenção os movimentos de Reino Unido, França, Espanha, Holanda, Alemanha e Itália em direção a países africanos e asiáticos detentores de recursos estratégicos que foram colônias e que ainda mantêm laços culturais, como no caso da França com o Chade, com a República do Congo e o com o Gabão (KLARE, 2008).

Apesar de defender menor intervenção e regulação na economia, os EUA também estão centralizando e estatizando decisões sobre seus recursos. O governo de George W. Bush, com aprovação do congresso, adotou, em 2001, a National Energy Policy (NEP), uma política que, dentre outras coisas, demandava um papel mais assertivo do governo e de suas instâncias para ajudar as empresas dos EUA a superarem barreiras contra investimentos estrangeiros no setor de petróleo e gás de alguns países e que o presidente fizesse da segurança energética uma questão prioritária na política externa e comercial dos EUA, assumindo a responsabilidade pela “diplomacia energética nacional”. Desde então, o governo dos EUA vem estreitando relações e intervindo em países produtores de petróleo e de outros recursos energéticos (KLARE, 2008). A NEP também defendia a remoção de qualquer restrição existente sobre perfuração e produção de petróleo e gás em áreas ambientalmente sensíveis, como o Ártico; subsídios para as indústrias do petróleo, carvão e energia nuclear; e a necessidade de ganhar acesso a reservas de petróleo estrangeiras e estreitar relações com países produtores e exportadores por meio de assistência militar e transferência de armamentos (KLARE, 2008). Já em 2005, o Energy Policy Act aumentou a autoridade do DoE sobre o estabelecimento de instalações de regasificação e de linhas de transmissão elétricas interestaduais, que antes eram realizadas com o aval das entidades estaduais e municipais, mas agora estão sob o comando da Federal Energy Regulatory Commission (KLARE, 2008).

Assim com os EUA, o Japão passou a apoiar e a convocar suas empresas energéticas nacionais para assumir um maior papel na aquisição e no desenvolvimento de reservas em outros países. Em 2006, o governo japonês adotou a “New National Energy Strategy”, determinando que grande parte do petróleo importado fosse provida por empresas japonesas operando no exterior. A ideia era aumentar de 15% para 40% a participação das empresas nacionais sobre as importações de petróleo até 2030. Na outra ponta do processo, o Ministério da Economia, Comércio e Indústria supervisionou a fusão da Inpex Corporation (que tem entre seus acionistas a estatal Japan National Oil Company) com a Teikoku Oil Company, para

conseguir competir com as empresas chinesas e indianas pelas reservas da região (KLARE, 2008).

Esse fenômeno de retomada do controle dos recursos naturais e energéticos por parte dos estados para administrar seus fluxos energéticos de acordo com seus interesses vem sendo chamado de “*resource nationalism*”, que se aplica tanto em países com recursos abundantes, que tentam promover seus projetos políticos e econômicos, quanto em estados deficitários, que buscam garantir segurança energética e reduzir suas respectivas vulnerabilidades externas. É o estado controlando recursos, ativos e atores fundamentais na exploração, transporte e comercialização desses fluxos energéticos para que a segurança energética dependa cada vez menos dos mercados. Muitas vezes, dependendo do país, o fenômeno pode ser percebido como um ato soberano e patriótico, como ações “estatistas” ou “neo-mercantilistas” na visão de economistas liberais. Por outro lado, muitos países estão abrindo seus setores energéticos para empresas estrangeiras sem contrapartidas econômicas ou políticas, o que poderia ser caracterizado como “boa prática de mercado” para alguns, ou “nacional entreguismo” para outros.

No que diz respeito aos países produtores, destaca-se a crescente retomada do estado sobre o controle e a gestão dos recursos naturais e energéticos. A Rússia, sob a liderança de Putin, conseguiu restabelecer o controle estatal sobre as reservas de óleo e gás natural leiloadas após o colapso da URSS e promoveu a ascensão global da estatal Gazprom. Também se destaca a retomada de controle da PDVSA por parte do estado na Venezuela durante o governo de Hugo Chavez, que também passou a usar o poder econômico do petróleo venezuelano para promover sua política externa e agendas sociais (KLARE, 2008), e a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia com a ascensão de Evo Morales ao poder, simbolizada, sobretudo, pela intervenção do exército em duas refinarias da Petrobras em 2006 e pelo controle acionário da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (FYFB) sobre diversas empresas e ativos controlados por empresas estrangeiras, como Repsol, British Gas (BG), British Petroleum (BP) e Total (MAISONNAVE, 2006).

Percebe-se, portanto, que uma importante característica da geopolítica de guerras por recursos é a concentração cada vez maior de reservas e ativos de petróleo não explorados sob o controle das empresas nacionais e estatais – *National Oil Companies* (NOCs) –, como Saudi Aramco, National Iranian Oil Company (NIOC), China National Offshore Oil Company (CNOOC) e Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) (KLARE, 2008). Após um período de hegemonia das *International Oil Company* (IOCs), os estados nacionais tomaram para si a prerrogativa em relação à segurança energética e passaram a liderar os diversos processos de

produção e de distribuição de recursos energéticos a partir de uma lógica estratégica, sobretudo em relação ao petróleo. Como consequência, observa-se a crescente perda de espaço e de poder por parte das tradicionais multinacionais do petróleo, como Exxon Mobil, Chevron, British Petroleum (BP), Royal Dutch Shell e Total. Atualmente, as NOCs controlam nove das dez maiores reservas de petróleo do mundo e 81% das reservas conhecidas de petróleo (KLARE, 2008).

Dentre as principais empresas detentoras de reservas provadas (em bilhões de barris) em 2007, estão Saudi Aramco (264), National Iranian Oil Co. (137), Iraq National Oil Co. (115), Kuwait Petroleum Corp. (101), Abu Dhabi National Oil Co. (92), Petróleos de Venezuela S.A. (80), National Oil Corp. of Libya (41), Nigerian National Petroleum Corp. (36), Lukoil (Rússia) (16), Qatar Petroleum (15), Gazprom (13), Pemex (Mexico) (12), Petrobras (Brasil) (12), China National Petroleum Corp. (11,5) e Chevron (USA) (8). No total, essas empresas detêm 957 bilhões de barris em reservas (KLARE, 2008).

Diferente das IOCs, movidas por uma lógica de mercado, lucro e dividendos, as NOCs são movidas por uma lógica de estado, quase sempre submetidas ao interesse, à segurança e ao desenvolvimento nacional. Pode significar independência, soberania, redistribuição de riqueza e diplomacia ou ser um importante instrumento de acumulação de riqueza e de poder para determinada elite ou para criação de empregos para a população. Além disso, as NOCs estão sendo utilizadas como instrumentos de política externa e de cooperação contra o poder de mercado das IOCs. Em 2006, por exemplo, a PDVSA anunciou parcerias com algumas NOCs,¹¹ em especial a National Iranian Oil Company e a Petrobras, para exploração de petróleo extrapesado na bacia do Rio Orinoco. Além das razões econômicas, as alianças “NOC-NOC” também reforçam laços entre os governos nacionais e diminuem a influência das IOCs em países em desenvolvimento, recém independentes e ex-colônias (KLARE, 2008).

As NOCs estão mudando o histórico foco nas operações *upstream* (produção na fonte) para atividades *downstream*, como refino, transporte, distribuição, mercado, gás natural e derivados. A russa Gazprom, por exemplo, vem investindo em parcerias com empresas europeias para uma maior participação direta na venda de gás natural nos mercados da Europa Ocidental. Da mesma forma, a Saudi Aramco se associou a China National Petrochemical Corporation (Sinopec) para a construção de refinarias e para ampliar sua participação de produtos de petróleo no mercado chinês. As NOCs também estão proporcionando, aos seus estados nacionais, alianças estratégicas por meio da diplomacia do petróleo. Na Venezuela,

¹¹ Até então, as parcerias internacionais da PDVSA eram realizadas com as IOCs.

Chavez usou a diplomacia do petróleo para criar um processo de integração alicerçado em valores bolivarianos e institucionalizado por meio da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA). Dentre as iniciativas, destacam-se a venda de petróleo para os países do Caribe por um preço mais acessível (KLARE, 2008).

2.1.2.1 O protagonismo do Estado Chinês no setor energético

O consumo de petróleo da China passou de 1,7 milhões bpd em 1980 para 7,4 milhões em 2006. Além disso, a China passou a ser o maior consumidor mundial de minério de ferro, cobre, alumínio e outros recursos. Até a metade do século XXI, espera-se que China, juntamente com a Índia correspondam por quase metade da demanda energética global. Nesse sentido, esses países estão buscando novos ativos, investimentos e parceiros no exterior, bem como cooperando de modo a evitar disputas desnecessárias que possam desperdiçar recursos de ambos. Esse processo, no entanto, vem sendo cada vez mais liderado pelos governos nacionais junto a empresas estatais ou de controle estatal, que operam tanto a partir do interesse estatal quanto de uma lógica de mercado.

Em 1960, a indústria de petróleo na China começa a se desenvolver a partir da experiência *onshore* e da assistência soviética, porém sem conseguir suprir a demanda interna nem acompanhar o ritmo do desenvolvimento internacional do setor, uma vez que a tecnologia *offshore* chinesa era limitada e dependia de financiamento e assistência técnica internacional. No entanto, no final da década de 1970, as reformas e modernizações deram impulso a mudanças no setor de petróleo, que passou a ser mais aberto em troca de investimentos e conhecimento técnico (WARHURST, 1991).

Em 1979, grandes zonas *offshore* no Mar Amarelo e no Sul do Mar da China foram oferecidas para as multinacionais estrangeiras para que realizassem estudos sísmicos em troca de participações nos primeiros leilões de concessão. Após a confirmação da existência de reservas, em 1982, a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) foi fundada para desenvolver de forma exclusiva a indústria *offshore* nacional, contando com subsidiárias que detinham alguma autonomia para adquirir tecnologia. Paralelamente, todas as empresas de petróleo estrangeiras do setor que operavam na China por meio de *joint ventures* tiveram que transferir tecnologia para a CNOOC e treinar seus funcionários para continuar operando no

país. O primeiro desses contratos de consultoria foi realizado entre o Ministério do Petróleo e a Statoil para aconselhamento sobre contratos e negociações (WARHURST, 1991).

Ainda em 1982, os primeiros blocos também foram arrendados e um total de 18 áreas foram oferecidas a um consórcio de 12 empresas que incluía: Cluff, British Petroleum (BP), AGIP e Texaco-Chevron no Mar Amarelo; Sun e Penzoi no Golfo Beibu; e BP, Occidental, Esso, Philips e Japan-China Oil Development Corporation (JCODC) no Sul do Mar da China. No entanto, apenas duas áreas foram arrematadas, uma vez que o modelo dos contratos tinha como cláusulas principais o compromisso com estudos sísmicos e com a perfuração; a definição e destinação de parte do lucro indexado à produção mais 17,5% de *royalties* à CNOOC; e a transferência de tecnologia mais treinamento de pessoal. Os contratos eram de no mínimo 3 anos, com renovação de até 15 anos, e exigia-se um bônus de assinatura de 1 milhão de dólares para a CNOOC usar em projetos de transferência tecnológica. As empresas estrangeiras também tinham que arcar com todo o risco da exploração, ao passo que a CNOOC entraria com 51% de participação dos campos bem-sucedidos (WARHURST, 1991).

Em 1984, após uma segunda rodada de leilões frustrada, a CNOOC passou a adotar um modelo de contrato com condições mais flexíveis, resultando na formação de consórcios compostos por diversas empresas estrangeiras e pela CNOOC e suas subsidiárias, o que contribuiu para o desenvolvimento vertical da empresa. De 1984 a 1987, a CNOOC assinou 37 acordos sobre uma área de 110.000 quilômetros quadrados, com investimentos de mais de 2 bilhões de dólares e estudos sísmicos de mais de 357.000 quilômetros quadrados. No total, 172 poços foram perfurados e 24 demonstraram resultados promissores, indicando uma taxa de sucesso de 29%. Desses, 9 foram desenvolvidos pela CNOOC, sendo um exclusivo no Golfo Bohai. A empresa também aumentou seu patrimônio e seus bens de capital (9 sondas de perfuração, 27 navios de apoio e 6 sondas de mapeamento sísmico) e passou a oferecer serviços mais técnicos e de maior valor agregado atrelados aos contratos de concessão. Em 1987, a empresa lançou outra rodada de leilão que determinava que: os contratantes tinham que comprar pacotes de dados sísmicos gerados pela CNOOC sobre os blocos em questão; as empresas não seriam obrigadas a adotar um programa de perfuração fixo; IOCs poderiam ter cotas equitativas além do limite de 49%; as IOCs teriam um reembolso mais rápido pelos investimentos de exploração; o valor dos *royalties* e de determinadas condições de investimentos e obrigações de transferência de tecnologia, treinamentos e de bônus de assinatura seriam reduzidos, dentre outros (WARHURST, 1991).

A partir de estratégias e políticas adotadas que promoviam a cooperação entre governo e empresas, a China conseguiu dominar a tecnologia importada e gerar novas tecnologias de

acordo com suas necessidades e interesses. A escolha dos contratos, por sua vez, passava menos pelo lucro imediato e mais pela transferência e pela capacidade de contribuir com a segurança e capacidade energética do país, aprendendo com experiências passadas e reavaliando as estratégias de desenvolvimento. Atualmente, a CNOOC busca ser uma empresa cada vez mais moderna e internacional, seguindo as “melhores práticas” sem, contudo, abandonar os objetivos estratégicos da China. (WARHURST, 1991).

Para Warhurst (1991), o processo de transferência de tecnologia na China teve como principais fatores: políticas detalhadas para desenvolver as capacidades produtivas; compreensão de que esse desenvolvimento custa mais do que a importação no período inicial; mudanças organizacionais com o objetivo de equilibrar a acumulação de tecnologia e o desenvolvimento das capacidades produtivas; percepção de que a liderança tecnológica não se conquista por meio de aquisições ou de avanços isolados; criação de um *framework* institucional para dar continuidade ao processo; e desenvolvimento de recursos humanos e de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Já em 1988, foi fundada a China National Petroleum Corporation (CNPC), maior produtora e fornecedora de petróleo e gás da China. Com presença em 70 países, suas atividades incluem exploração, produção, construção de *pipelines*, refino, marketing, serviços, engenharia, fabricação de equipamentos, desenvolvimento de novas energias, gerenciamento de capitais e serviços financeiros e de seguro. Quando fundada, a empresa herdou parte das responsabilidades do antigo Ministério para Indústria do Petróleo, sobretudo no que diz respeito a operações *upstream*. Atualmente, a CNPC define-se como uma “empresa de petróleo estatal dotada de funções administrativas governamentais” (CHEN, 2017), sendo uma das 53 China’s State-Owned Enterprises (CSOEs) pertencentes aos setores mais estratégicos da economia chinesa e a maior NOC da China. Por um lado, a empresa responde aos objetivos do estado ao garantir suprimento de petróleo e preços estáveis para apoiar o crescimento econômico e social, por outro, busca ser uma empresa viável, lucrativa e competitiva no mercado global. É a maior produtora e fornecedora de petróleo e gás na China, produzindo 52% do total de petróleo cru e 71% do total de gás natural do país (CHEN, 2017).

Em 1999, a CNPC fundou a PetroChina e transferiu seus ativos mais valiosos para a empresa recém-criada, que foi listada nas bolsas de Nova Iorque, Hong Kong e Xangai. No entanto, a CNPC continuou a deter 86,17% das ações da PetroChina, que se tornou a maior produtora e distribuidora de petróleo e gás natural na China e uma das maiores empresas de petróleo do mundo. Em 2016, quando a demanda por petróleo importado cresceu 6,3%, a CNPC e a PetroChina responderam por 54% e 77% da produção de petróleo e gás natural na China.

No entanto, diferente da CNPC, a PetroChina opera sob uma lógica mais corporativa e de mercado, seguindo estritamente leis e regulamentações e publicando relatórios periódicos voltados a seus acionistas. Contudo, a CNPC tem o poder de escolher o quadro de diretores da PetroChina, além de ser o maior fornecedor e comprador da PetroChina, tendo também poder para transferir seus ativos quando necessário (CHEN, 2017).

Em 2000, CNPC e PetroChina também assinaram um acordo para evitar competição e estabelecer direitos entre as empresas (Agreement on Avoiding Competition and Pre-emption Rights). Pelo acordo, a PetroChina poderia adquirir ativos e participações da CNPC, inclusive no exterior, e a CNPC deveria comunicar a PetroChina sobre qualquer negócio com potencial de causar competição e prejuízos aos principais interesses da empresa. Existe também uma estratégia entre a CNPC e a PetroChina sobre investimentos estrangeiros que estabelece que, em um mercado relativamente estável ou que a CNPC já possua experiência em investimentos com geração de lucros de curto prazo, o investimento será feito pela PetroChina. No entanto, quando o mercado for recente ou tiver restrições políticas e econômicas aos capitais estrangeiros ou empresas subsidiárias, ou ainda os lucros forem de longo prazo, os investimentos serão realizados pela CNPC e, uma vez que esses investimentos gerem lucro, transferidos para a PetroChina. Nesse sentido, a CNPC cumpre um papel de “incubadora” para os negócios da PetroChina (CHEN, 2017).

Após as reformas ministeriais, a CNPC passou a ser uma empresa com objetivos altamente político-orientados (garantir segurança energética e gerar renda, receitas e empregos), enquanto a PetroChina é mais focada em sua performance de mercado, negócios e governança corporativa, priorizando os interesses de seus acionistas. As políticas e atividades da CNPC são monitorados pela State Owned Assets Supervision and Administration Commission (SASAC), que detém 100% da CNPC, que, por sua vez, detém 86,17% da PetroChina. De 2000 a 2004, a CNPC detinha 90% da PetroChina, em 2005, 88%, em 2011, 86,5%, e, em 2016, passou a ter 86,1%. O valor do total de ativos da PetroChina cresceu de 432 bilhões de renminbis (RMB) em 2000 para 2,3 trilhões em 2015 (CHEN, 2017).

Na China, o mecanismo de preços utilizado pela National Development and Reform Commission (NDRC) é um instrumento contra as instabilidades do mercado, mas que também serve ao desenvolvimento de regiões com menos recursos e, sobretudo, para garantir o fornecimento do mercado doméstico. A NDRC emite as políticas energéticas e as diretrizes, e as empresas atuam para manter o fornecimento adequado para a estabilidade econômica do país. Nesse sentido, a CNPC, a Sinopec e a CNOOC devem coordenar interesses do grupo em

relação à produção *upstream* e *downstream*: produção, transporte, refino, estoques, fornecimento (CHEN, 2017).

Desde que o Ministério de Energia da China foi dissolvido em 1993, o país ficou sem um poder organizacional de nível ministerial para desenvolver políticas energéticas para o país, resultando em políticas fragmentadas e desorganizadas. Nesse período, a SASAC era o investidor que monitorava o desempenho de negócios na CNPC, na Sinopec e na CNOOC, mas não conseguia desempenhar funções para desenvolver políticas energéticas. Em 2008, a Agência Nacional de Energia da China foi criada, sob a chancela da NDRC, para desenvolver políticas energéticas para carvão, eletricidade, petróleo e gás natural e energias renováveis. Em 2009, o governo criou um imposto sobre combustíveis e reformou o mecanismo de preços domésticos de petróleo, estabelecendo o maior preço de varejo possível em cada província. A reforma também permitia, ao NDRC, ajustar o preço de varejo quando o preço médio do petróleo bruto importado saísse da banda de preço estabelecida por 22 dias úteis consecutivos. Porém, em 2014, diante das oscilações do barril, a NDRC revisou o mecanismo de preço e mudou o tempo do período de ajuste para dez dias úteis e o “*price range*” para 1,10 dólar por barril. No mesmo ano, a NDRC aprovou 12 mudanças de preços domésticos com a queda do preço internacional. Em 2015, passou a identificar os tipos de petróleo bruto e determinou o preço máximo 130 e o mínimo 40 dólares por barril. O preço do diesel e da gasolina de cada província também passou a ser regulado pela comissão de acordo com as desigualdades socioeconômicas das regiões. Pequim, por exemplo, tinha o maior preço enquanto Xinjiang tinha o menor (CHEN, 2017).

Para o governo da China, a tarefa central do “socialismo com características chinesas” é desenvolver as forças produtivas do país, aumentar a riqueza material da sociedade e melhorar as condições de vida das pessoas, não podendo haver comunismo com pauperismo, nem sendo a riqueza um “pecado”. Além do impressionante parque industrial e da infraestrutura acumulada ao longo das décadas (fábricas, refinarias, plantas energéticas, estradas, pontes, represas, portos, aeroportos, ferrovias, prédios, shoppings, escolas, hospitais, hotéis, estádios, habitações e cidades modernas), o poder aquisitivo e o consumo de bens também cresceram de forma significativa. De 1993 a 2002, a China passou de 5,9 milhões para 15,9 milhões de geladeiras; de 8,9 milhões para 16 milhões de máquinas de lavar; e de 240 mil para 1 milhão carros de passeio. Em 2021, atingiu a marca de 200 milhões de carros. A ascensão da indústria automobilística nacional, por sua vez, contou com subsídios, isenções, financiamento público e privado e investimentos estatais de bilhões de dólares ao longo das décadas, empregando atualmente mais de 2 milhões de trabalhadores. No que diz respeito a carros elétricos, a China

hoje é a maior produtora mundial. Além disso, o governo vem construindo rodovias em ritmo acelerado. São mais de 20 mil milhas de sistema rodoviário com adições constantes de vias expressas desde o início do século XXI (KLARE, 2008).

Em 2020, o governo anunciou que vai promover o crescimento no século XXI por meio da “*dual circulation*”, uma estratégia que envolve tanto as bases exportadoras quanto o desenvolvimento do mercado e do consumo interno. Nesse sentido, torna-se fundamental a busca e o controle de recursos, como aço, concreto, madeira, vidro, cobre, asfalto, chromium, alumínio, minério de ferro, gás natural e petróleo. Ao longo da história, a China dependeu majoritariamente de fontes energéticas domésticas, sobretudo pelo isolamento econômico internacional e por sanções externas. Nesse contexto, destacam-se as significativas reservas de petróleo, carvão e de outros recursos que promoveram a industrialização do país até a década de 1990. No entanto, o ritmo de crescimento atual vem demandando ainda mais recursos, uma vez que, atualmente, apenas um quarto da demanda energética é produzido no país, sendo três quartos importados, assim como o urânio. Além disso, as reservas de carvão e óleo estão distantes dos grandes centros industriais costeiros.

Ao assumir a presidência da China em 2002, Hu Jintao passou a dar mais atenção à demanda energética do país, aprofundando esforços e estratégias para aumentar a produção doméstica de energia, sobretudo na província de Xinjiang e no Mar da China, e as importações de petróleo e gás natural da África, do Cáspio e do Oriente Médio. Dentre as estratégias, visitas presidenciais e de demais membros do alto escalão do governo e parcerias estratégicas lideradas, sobretudo pelas empresas de energia do país. Em 2003, Hu realizou sua primeira viagem como chefe de estado ao Cazaquistão, onde lançou esforços para resgatar o projeto de construção de um oleoduto dos campos de petróleo chineses no Cazaquistão até a China (KLARE, 2008). Além disso, o governo chinês também passou a incentivar suas autoridades e instituições a seguirem um plano comum sobre recursos energéticos externos que busca: diversificar as importações; priorizar os suprimentos e conexões via terrestre para reduzir as vulnerabilidades de um possível embargo naval; e promover a liderança das empresas estatais ou de controle estatal nos diversos setores energéticos (WARHURST, 1991).

Até 1996, dois terços das importações de petróleo da China vinham da Indonésia, Omã e Iêmen. Em 2007, aproximadamente 17% vinham da Arábia Saudita; 14% do Irã; 11% de Angola; 5% do Sudão. No entanto, ao longo das últimas décadas, a China passou a importar também do Cazaquistão, Argélia, Chade, Guiné Equatorial, Líbia, Nigéria e Venezuela. Bilhões de dólares também foram investidos em “diplomacia comercial” e nas três maiores estatais energéticas do país: CNPC, Sinopec e CNOOC. Essas empresas criaram subsidiárias com certa

autonomia para investir em oportunidades no exterior, sem deixar de seguir as diretrizes, os interesses e os objetivos do governo central, que supervisiona e estabelece parâmetros de operação, seleciona ou veta gerentes e providencia financiamentos e empréstimos de bancos estatais para aquisição de outras empresas e ativos (KLARE, 2008).

Outra estratégia chinesa é dar preferência para alianças estratégicas entre suas empresas estatais e empresas nacionais dos países produtores, como Saudi Aramco, Nigerian National Petroleum Corporation, Gazprom e PDVSA. Além de garantir ativos, reservas e fluxos de fornecimento, essas alianças também estreitam laços políticos entre os países e abrem caminho para maior participação das esferas governamentais em acordos e diretrizes futuras, tanto no setor do petróleo como em outros setores. Em 1999, a China estabeleceu uma “parceria estratégica em petróleo” com a Arábia Saudita em que a Sinopec cooperaria com a Saudi Aramco no desenvolvimento de reservas de gás na Arábia Saudita, ao passo que a Aramco investiria em refinarias e plantas petroquímicas na China. Em 2006, Hu e Putin assinaram um acordo similar estabelecendo uma cooperação entre Gazprom e CNPC para o suprimento de 80 bilhões de metros cúbicos anuais de gás russo para China a partir de 2012. A CNPC também firmou acordos de cooperação com a PDVSA para desenvolver as reservas de petróleo pesado na região do Orinoco na Venezuela (KLARE, 2008).

Nesse sentido, a questão energética e a diplomacia também se influenciam constantemente dentro do pensamento estratégico da China para que o país possa acessar territórios considerados inviáveis pelas IOCs, como o caso do Sudão, que corresponde à maior base de produção de petróleo da China fora de seu território. Chama atenção os investimentos da CNPC também em áreas sociais para as comunidades locais (saneamento, saúde e educação), que ajudaram a manter a produção funcionando durante o conflito separatista, e a mediação da China a situação pós-conflito administrada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como a construção de um campo de refugiados para desabrigados em 2014 (CHEN, 2017).

No que diz respeito a sua organização interna, a China criou, em 2003, a State Owned Assets Supervision and Administration Commission (SASAC) para administrar e maximizar os ativos e os interesses do estado como maior acionista das *controlled or state owned enterprises* (CSOEs) e combiná-los com objetivos estratégicos dos principais setores industriais, para também melhorar a competitividade internacional de suas empresas nacionais. Além disso, a SASAC busca um desenvolvimento estatal que adota as forças de mercado ao mesmo tempo em que rejeita a ideologia neoliberal. É a estratégia/prática do “*governing through the market*”, na qual o estado fortalece seu controle de forma mais efetiva enquanto as empresas operam como atores do mercado em busca de competitividade e lucro (CHEN, 2017).

Para tanto, a SASAC possui um sistema de políticas e mecanismos que atua sobre as CSOEs de modo a supervisionar seus processos administrativos, investimentos e ativos domésticos e internacionais. De acordo com as regulamentações da SASAC, a CNPC, Sinopec e CNOOC devem operar em três áreas principais: exploração e desenvolvimento de petróleo cru e gás natural; refino, petroquímica e produção de outros químicos, manutenção de reservas, transporte via dutos e comércio de petróleo e gás; e serviços e pesquisa de tecnologia e engenharia relevantes. De forma geral, as CSOEs devem estar preocupadas com a segurança energética e com o desenvolvimento nacional, além de com seus próprios interesses econômicos. Nesse sentido, a autonomia faz parte de um todo operacional complexo, contraditório, mas operativo, em que o estado consegue supervisionar e orientar as empresas nacionais sem exercer uma interferência direta nas decisões diárias de mercado, buscando aumentar a competitividade dessas empresas (CHEN, 2017).

Para muitos, a economia política “híbrida” da China é a razão do sucesso diante de outros desenvolvimentos capitalistas ou socialistas tradicionais. Para Chen (2017), no entanto, é uma simplificação definir a capacidade de controle do estado como intervenção governamental em todas as decisões dos processos. Pelo contrário, entende-se a capacidade com algo que descentraliza quando necessário e que atua antes e depois dos processos a partir de mecanismo de supervisão. Nesse sentido, percebe-se que o controle do Partido Comunista da China (PCCh) é menos direto e mais versátil, uma vez que as State Owned Enterprises (SOEs) chinesas são completamente conectadas às economias ocidentais, aplicando a lógica capitalista em seus movimentos de expansão.

Chen (2017) também afirma que é falsa a correlação de que estado está perdendo a capacidade de controle ou conflitando interesses com as CSOEs. Na verdade, o governo deseja que as NOCs operem como atores de mercado na economia global. Apesar das hierarquias, existe um entendimento do papel dessas empresas e uma busca por competitividade industrial que articula diversos setores da sociedade, como SASAC, NOCs, CSOEs, ministérios, comitês regulatórios, governos locais. Além disso, os monopólios das SOEs têm um papel significativo no total de ativos e na capacidade total de produção dos setores energéticos e estratégicos, enquanto a competição oligopolista garante eficiência, lucratividade e competitividade a essas empresas (CHEN, 2017).

É preciso destacar também a influência que a segurança energética exerce sobre as políticas públicas e externas da China e sobre seus alinhamentos diplomáticos. Durante a Guerra Fria, a China foi quase sempre autossuficiente em petróleo, o que lhe permitiu manter distância das crises do petróleo na década de 1970 e um posicionamento diplomático autônomo em

relação aos conflitos envolvendo os países do Oriente Médio naquele período. Na Guerra do Golfo, por exemplo, a China absteve-se na votação da ONU para formar uma força internacional contra o Iraque no Kuwait. No entanto, sua crescente dependência energética, sobretudo de petróleo importado, tem forçado a China a ter um maior protagonismo internacional e a condicionar sua política externa aos principais países produtores e exportadores de petróleo e de outros recursos (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

No caso da invasão do Iraque em 2003, a China posicionou-se contra o emprego da força no país e, mais recentemente, vem tentando impedir sanções econômicas ao Irã e ao Sudão. Além da defesa do princípio da soberania e não-ingerência, e da luta contra o imperialismo, esses posicionamentos também têm como objetivo estreitar relações que possam preservar ou ampliar seus ativos energéticos nesses países (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

Por outro lado, o estado chinês tenta equacionar fatores domésticos relacionados à segurança energética e ao desenvolvimento econômico, como financiamento, crescimento econômico sustentável, proteção ambiental e capacidade técnica administrativa. Dessa forma, a China entende a segurança energética tanto como uma vulnerabilidade quanto como uma possibilidade de desenvolvimento nacional e, por isso, direciona suas políticas públicas e externas para a construção e aquisição de infraestruturas energéticas por meio de suas empresas estatais, combinando objetivos de curto, médio e longo prazo. Destacam-se, nesse sentido, o esforço que o país vem fazendo para integrar seu território por meio de dutos vindos do nordeste e do noroeste até o litoral, onde estão os grandes centros industriais e financeiros. Além disso, a China busca cada vez mais desenvolver infraestruturas de ligação com a Rússia e a Ásia Central, promovendo também a cooperação energética por meio da Organização de Cooperação de Xangai (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

A China também busca diversificar suas fontes energéticas, com significativos investimentos em fontes hidráulicas, sendo a hidroelétrica de Três Gargantas o maior exemplo; em fontes termonucleares, como parte da manutenção da soberania nacional e como instrumento de desenvolvimento tecnológico, científico e comercial; em energia eólica, da qual destaca-se o parque eólico de Xangai com capacidade de gerar 46,69 milhões de quilowatts-hora ao ano; e em biomassa, com a criação de milhões biodigestores de pequeno e médio porte e com o aumento das importações de óleo de palma e de álcool por meio de acordos comerciais com países do sudeste asiático e com o Brasil (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

Investimentos consideráveis também foram realizados no setor de gás natural, como o gasoduto de 4.221 km que liga as reservas de Xinjiang a Xangai. Uma obra que cumpre objetivos econômicos, geopolíticos e sociais, uma vez que se trata de uma região isolada, menos

desenvolvida, de diferentes etnias e identidades, de viés separatista e com muita repercussão internacional. A China também construiu e está construindo 16 terminais litorâneos para receber gás natural líquido (GNL). O terminal de Shenzhen, operado pela CNOOC, deve receber todo o fornecimento de gás natural, durante 25 anos, referente ao acordo firmado com a Austrália por US\$ 18,3 bilhões. Além disso, a CNOOC assinou contratos de 5 bilhões de dólares para exploração de gás natural e de 11 bilhões de dólares para instalação de plantas de liquefação de gás no Irã (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

2.1.2.2 O protagonismo do Estado russo no setor energético

Além do maior território nacional do mundo, de grandes reservas de petróleo (sétima maior reserva), de gás natural (maior reserva provada), de carvão (segunda maior reserva provada), de urânio, de minério e de outros recursos, a Rússia ainda é o maior produtor e exportador mundial de gás natural e uma potência nuclear. Trata-se de um país superavitário energeticamente que exporta seu excedente de petróleo, gás, carvão e eletricidade para promover seu crescimento econômico e seus interesses geopolíticos. Também chama atenção a influência geopolítica que o país exerce no Leste Europeu, na Europa Ocidental e na Ásia no século XXI no que se refere ao controle das infraestruturas de escoamento (redes de *pipeline*), controladas majoritariamente pela Gazprom, que percorrem diversas ex-repúblicas soviéticas e que, atualmente, abastecem um quarto do consumo de gás natural da Europa (96% da Grécia, 70% da Áustria, 47% da Polônia, 43% da Alemanha, 30% da Itália e 26% da França) e grande parte do gás natural importado pela China, Japão e outras economias asiáticas (KLARE, 2008). Para Klare (2008), a Rússia é um “*energy juggernaut*” e um ator simbólico dentro da geopolítica internacional de “guerras por recursos” tanto pelas suas reservas energéticas quanto pela retomada geopolítica realizada a partir do século XXI.

No entanto, apesar dos fatores naturais e históricos, um dos principais fatores para a retomada geopolítica da Rússia foi a liderança de Putin, bem como sua atuação direta sobre o setor de petróleo e os demais setores energéticos do país, a partir de uma visão geopolítica e de esforços e métodos não convencionais para que o estado não perdesse, ou retomasse, o controle dos principais ativos do país (reservas, empresas e infraestruturas). Após o colapso da URSS em 1991, seguido de caos econômico e liquidação dos ativos estatais, o país passou por uma drástica redução da produção de energia, sobretudo de petróleo, que caiu de 11 milhões de

barris por dia em 1989 para 6 milhões em 1996. A chegada de Putin ao poder em 2000, todavia, deu uma nova dinâmica à economia russa, ao introduzir novas políticas e tecnologias ao setor e promover a liderança das empresas nacionais e estatais, como Gazprom, Rosneff e Lukoil. Em 2006, a produção de petróleo se recuperou, voltando a quase 10 milhões bpd, e as empresas nacionais passaram a ter maior valor de mercado, sobretudo a Gazprom, que passou a ser a maior empresa de gás natural do mundo (KLARE, 2008).

Durante o processo de privatização iniciado por Boris Yeltsin em 1990, que privatizou diversas empresas e ativos energéticos do país e deu origem a um grupo de oligarcas e empresas privadas de petróleo, Putin era um ex-funcionário da KGB (Komitet Gosudarstvenno Bezopasnosti, em português Comitê de Segurança do Estado) que trabalhava na prefeitura de São Petersburgo e fazia doutorado no Instituto de Mineralogia da cidade. Nesse período, desenvolveu uma visão estratégica sobre o papel do estado em relação à administração dos recursos naturais e sobre a importância desses recursos para retomada geopolítica da Rússia no século XXI. Além disso, percebeu que as privatizações e os interesses de investidores e especuladores internacionais sobre os recursos naturais do país por si só não garantiriam o desenvolvimento econômico russo (KLARE, 2008).

Em 1999, Putin publicou um artigo de sua tese chamado *Mineral Raw Materials in the Strategy for the Development of the Russian Economy*, no qual argumentava que os recursos naturais da Rússia não somente garantiriam o desenvolvimento econômico do país, mas também a posição internacional e geopolítica do país. Segundo Putin:

The stable development of the Russian economy in the coming years needs to be based on the planned growth of its component parts, including in first place, the potential of its mineral resources . . . which will serve as a guarantee of the country's economic security... [T]he development of the raw material sector helps form a strong industrial base which is capable of satisfying the needs of both industry and agriculture; it makes an important contribution to the income of the country as its products remain the basic source of foreign currency [...]. The structural reconfiguration of the national economy on the basis of the country's existing raw materials will be a strategic factor of Russia's economic growth in the near term.¹² (KLARE, 2008, p. 93).

Entendendo o desenvolvimento dos recursos naturais e energéticos como um “fator estratégico”, Putin também argumentou que o estado tem o direito de regular todos os recursos naturais e energéticos de seu território, sendo a perda de controle estatal um “erro custoso que

¹² Tradução minha: “O desenvolvimento estável da economia russa nos próximos anos precisa se basear no crescimento planejado de suas partes componentes, incluindo em primeiro lugar, o potencial de seus recursos minerais... Que servirá como uma garantia da segurança econômica do país... O desenvolvimento do setor de matérias-primas ajuda a formar uma forte base industrial capaz de satisfazer ambas as necessidades da indústria e da agricultura; e faz uma importante contribuição à receita do país uma vez que seus produtos continuam a ser a fonte básica de moeda estrangeira... A reconfiguração estrutural da economia nacional com base nas matérias-primas existentes do país será um fator estratégico do crescimento da economia russa no curto prazo.”

deve ser revertido” (KLARE, 2008, p. 93). No entanto, de acordo Klare (2008), reconhecia-se que o setor privado e o mercado poderiam contribuir com expertises desde que fossem subordinados aos interesses do estado e do povo russo.

Uma vez no poder, Putin buscou retirar o poder dos oligarcas e retomar o controle estatal sobre os recursos privatizados após o fim da URSS. Nesse sentido, destaca-se sua rivalidade inicial com Mikhail Khodorkovsky, que, em 1995, sob o contexto das privatizações e liquidações, comprou a Yukos por 350 milhões de dólares, quando a mesma era estimada em 31 bilhões de dólares. Após investimentos, Khodorkovsky tornou a empresa um grande conglomerado e o maior produtor de petróleo e gás do país, visando controlar ainda mais o setor. Em 2003, Khodorkovsky tentou entrar para a política financiando políticos opositores às políticas energéticas de Putin e aproximando-se de empresas norte-americanas, como Exxon e Chevron, que tinham interesses em comprar ações e ativos da Yukos. No entanto, em outubro do mesmo ano, Khodorkovsky foi preso quando visitava plantas da Yukos na Sibéria sob a acusação de múltiplos casos de evasão fiscal e fraudes e, após passar dois anos preso sem fiança, foi condenado e sentenciado, em 2005, junto a outros diretores da Yukos, a nove anos de prisão (KLARE, 2008).

As prisões abriram caminho para a reestatização da empresa, e, em 2004, a Corte de Arbitragem de Moscou tomou o controle Yuganskneftegas (a subsidiária mais produtiva da Yukos), em razão de dívidas de 3,4 bilhões de dólares em impostos e multas, e leiloou suas ações, vendendo-as para o Baikal Finas Group (BFG) por 9,35 bilhões de dólares, um pouco mais da metade do valor estimado. Sediada em Tver, uma cidade média ao noroeste de Moscou, e até então um comprador desconhecido, a empresa não apresentou nenhum histórico de suas finanças para efetuar a compra, no entanto, em 31 de dezembro de 2004, a estatal Rosneff anunciou a aquisição do BFG, trazendo a Yukos para controle do estado (KLARE, 2008).

O próximo passo foi retomar o controle da Gazprom. Criada ao final do governo Gorbachev como uma empresa unificada que realizava operações do ministério do gás, a Gazprom foi privatizada em 1993 e o estado perdeu seu controle majoritário, ficando apenas com 39,4% de suas ações e com poderes de indicação no seu conselho de membros. Durante o Governo Yeltsin, a empresa apresentou baixo desempenho econômico e seus diretores foram acusados de corrupção. No entanto, com a ascensão de Putin em 2000, a empresa passou a ser administrada por seus aliados Alexei Miller e Dmitry Medvedev, que melhoraram o desempenho da empresa e passaram a adotar uma política de maior controle do estado. Em 2005, com os aliados de Putin formando maioria no conselho de membros, a empresa concordou

em vender 10,7% de suas ações ao estado, que readquiriu o controle majoritário sobre a empresa (KLARE, 2008).

Ainda em 2005, Putin assumiu responsabilidade direta pelo crescimento da Gazprom, tomando todas as grandes decisões sobre a estratégia e as operações da empresa com o objetivo de torná-la tanto uma grande propulsora do crescimento econômico do país quanto um instrumento geopolítico. Para tanto, diversificou o portfólio de atuação da empresa para o setor de petróleo, e, em 2005, a Gazprom comprou a Sibneff, uma empresa de petróleo privada com substantivas *holdings* na Sibéria e pertencente ao bilionário Roman Abramovich, que também enriqueceu no período da privatização e que concordou em vender ações de controle para a Gazprom por 13 bilhões de dólares. Com isso, a Gazprom tornou-se a quinta maior empresa de petróleo do país e o governo russo passou a controlar um terço da produção nacional por meio da Sibneff e da Rosneff (KLARE, 2008).

Putin também deu início a uma estratégia de recuperar ativos de petróleo e gás adquiridos por empresas estrangeiras durante a liquidação de ativos do governo Yeltsin. Nesse sentido, procurou maneiras de invalidar os acordos de *production-sharing agreements* (PSA) firmados com as OICs à época (BP, Shell e Exxon Mobil), nos quais o governo detinha a propriedade das reservas, mas cedia a exploração para empresas privadas por determinado período de tempo em troca de parte da produção futura extraída. Nesse sentido, ele atuou para que essas empresas vendessem suas posições majoritárias do consórcio Sacalinas-2, um projeto de produção de petróleo liderado pela Shell, Mitsui e Mitsubishi que envolvia investimentos de 20 bilhões de dólares, reservas estimadas de 12 bilhões de barris de petróleo e 90 trilhões de pés cúbicos de gás natural, 500 milhas de oleodutos e gasodutos, terminais de conversão de gás e diversas sondas de perfuração que tinham como objetivo ampliar o fornecimento de petróleo e gás para o Japão, Coréia do Sul e EUA (KLARE, 2008).

Em 2006, o Serviço Federal Russo de Supervisão dos Recursos Naturais entrou com uma ação para retirar as permissões ambientais de todas as atividades em Sacalinas-2, alegando múltiplas violações ambientais da Shell, que liderava o consórcio. Duas semanas depois, o Ministério dos Recursos Naturais anulou a permissão do consórcio para operar e suspendeu os trabalhos até que o consórcio se adequasse às exigências. Durante três meses, o consórcio tentou resolver a situação, mas novas pendências continuaram surgindo por parte das autoridades russas, e, em dezembro de 2006, o consórcio desistiu do empreendimento e vendeu sua parte majoritária (51%) de Sacanlinas-2 para a Grazprom por 7,45 bilhões de dólares, um valor bem abaixo do estimado pelo mercado. Ao final, a Shell conseguiu manter 27%, a Mitsui 12,5% e a Mitsubishi 10% e as questões ambientais foram resolvidas. A partir de então, as OICs passaram

a operar com participações minoritária nos grandes empreendimentos energéticos do país, ao passo que a estratégia de Putin adicionou 1 bilhão de barris de petróleo e 17,3 trilhões de pés cúbicos de gás natural às reservas provadas da Gazprom (KLARE, 2008).

Em 2007, o governo russo também forçou a BP, em conjunto com investidores privados russos (TNK), a vender suas participações no campo de Kovykta na Sibéria, com reservas estimadas de 2 trilhões de metros cúbicos de gás e 83 milhões de toneladas de gás condensado que tendem a ser exportadas para China por meio de gasodutos. Após processos movidos pelas autoridades russas, acusando o consórcio de quebra de contrato e impossibilidade de atender a demanda de produção, a BP vendeu suas participações (62,7% do total do projeto), estimada em 20 bilhões de dólares, por aproximadamente 700 milhões de dólares e se colocou como possível parceiro coadjuvante do projeto (KLARE, 2008).

Putin também promoveu a competição entre China e Japão para obter investimentos estrangeiros e desenvolver as reservas de petróleo e gás no leste da Sibéria, sobretudo para acessar as reservas e construir uma rede de dutos para escoar a produção que ainda estava indefinida em relação ao destino final. Depois que a Rússia e a China assinaram um Tratado de Amizade e Cooperação com ênfase na colaboração em segurança e energia em 2001, o primeiro-ministro do Japão, Junichiro Koizumi, tentou persuadir Putin a construir o *pipeline* da Sibéria direcionado ao Japão com a promessa de financiar o projeto. Como resposta, o ministro das Relações Exteriores da China visitou Moscou em 2004 para estreitar os laços e garantir o projeto chinês. Em contrapartida, o Japão mostrou-se disposto a aumentar o investimento para 9 bilhões de dólares caso o sistema de dutos terminasse no Pacífico, o que também era interessante para as exportações russas por abrir a possibilidade de escoamento para os EUA (KLARE, 2008).

Em 31 de dezembro de 2004, a Rússia anunciou a construção do East Siberia–Pacific Ocean (ESPO), *pipeline* que percorreria 2.500 milhas de Taishet na Sibéria até a Baía de Perevoznaya, algumas centenas de quilômetros do Japão. No entanto, posteriormente, ao anunciar a construção do duto, não havia nenhuma menção ao terminal do Pacífico, sendo o término da rede na ferrovia de Skovorodino, a aproximadamente 30 milhas da fronteira da China, e mais distante ainda do projeto do Japão, causando a insatisfação de ambos os países. No entanto, mesmo assim, China e Japão continuaram a exercer pressão e a fazer *lobby* para garantir seus interesses energéticos (KLARE, 2008).

A Gazprom ocupa a posição de maior produtora de gás natural do mundo, controlando aproximadamente 16% das reservas mundiais de gás natural e a maior rede de *pipelines* do mundo, que conecta campos de produção na Sibéria e na Ásia Central aos mercados europeus

e asiáticos, conferindo à empresa grande poder energético, econômico e geopolítico sobre essas regiões. Seu poder é ainda maior nos países do Leste Europeu e, especialmente, nas ex-repúblicas soviéticas. Durante o período da URSS, essas repúblicas eram abastecidas com petróleo e gás natural subsidiados de campos de produção sob o controle de Moscou. No entanto, após o fim da URSS, Putin deixou claro que esses países iriam ser submetidos às forças de mercado. Em um primeiro momento, a Rússia ainda forneceu petróleo e gás natural com preços mais acessíveis, esperando exercer influência política nos países recém-independentes, porém, uma vez que alguns países buscaram se afastar da órbita russa em direção ao Ocidente, a Gazprom passou a aplicar os preços de mercado, o que, por sua vez, resultou em crises energéticas e conflitos políticos dentro desses países (KLARE, 2008).

O caso mais emblemático dessa pressão energética aconteceu com a Ucrânia em 1 de janeiro de 2006, quando o governo de Viktor Yushchenko (pró-Ocidente), que havia substituído Viktor Yanukovich (pró-Rússia) após a “Revolução Laranja” em 2004, recusou-se a pagar as novas taxas que a Gazprom havia estabelecido. Diante disso, a Gazprom simplesmente cortou o fornecimento de gás, gerando uma crise energética no país. Em resposta, a Ucrânia desviou gás do sistema de gasodutos da Gazprom que passava em seu território e que deveria abastecer os mercados europeus, provocando tensões e crises diplomáticas, econômicas e geopolíticas que demonstraram tanto o poder quanto a vulnerabilidade dos países envolvidos. Em 3 de janeiro, diante de muita pressão e protestos, Rússia e Ucrânia chegaram a um acordo sobre os preços, e o gás voltou a fluir. Em 2007, também diante de tensões políticas, a Gazprom impôs novos preços tanto para a Geórgia (pró-Ocidente) quanto para Belarus (pró-Rússia) e, após protestos e pedidos de apoio à União Europeia, os dois países acabaram aceitando os novos preços. Além disso, também em razão de indisposições políticas, a Rússia reduziu o apoio militar à Armênia, por onde passa um *pipeline* de 24 milhas que conecta o sistema de distribuição da Gazprom na Eurásia aos campos de produção do Irã (KLARE, 2008).

Apesar dos pedidos de ajuda à Europa para resolver essas questões de uma forma mais favorável ou diplomática, os países europeus continuam dependentes do gás russo e pouco podem fazer sem também sofrerem pressões, uma vez que 23% da demanda total combinada dos países da Europa ocidental vêm da Rússia. Por outro lado, suas empresas nacionais passaram a assinar acordos de longo prazo com a Gazprom para garantir seus interesses energéticos. Em 2006, após o episódio com a Ucrânia, a estatal dinamarquesa DONG Energy AS e a Gazprom assinaram um acordo de suprimento de gás natural por 20 anos a partir de 2011. No mesmo ano, a Gazprom também assinou contratos com a holandesa NV Nederlandse

Gasunie, incluindo participações no sistema de dutos Nord Stream, e com a italiana ENI, para exportação de gás para Itália (KLARE, 2008).

No final do seu mandato, Putin também buscou ampliar o controle e as participações da Gazprom em redes de dutos ou em plantas de processamento de petróleo e gás em outros países. Nesse sentido, a Gazprom comprou um sistema de dutos na Armênia e depois em Belarus, como parte do acordo negociado sob o contexto do corte de fornecimento, que estabeleceu um desconto no preço do gás em troca de 50% da distribuidora de gás Beltransgaz, que detém o monopólio do setor em Belarus. Em 2006, Rússia e Grécia também assinaram um acordo para a construção de um oleoduto do Mar Negro até o Mar Egeu, um investimento de 1.3 bilhões de dólares, com participação majoritária do consórcio Gazprom, Rosneft e Transneft e minoritária de empresas búlgaras e gregas, que tem como objetivo conectar a produção do Cazaquistão ao Mediterrâneo (KLARE, 2008).

Em 2007, em visita a Viena, Putin anunciou a formação de uma *joint venture* entre Gazprom e a austríaca OMV para a construção de um centro de armazenamento e distribuição de gás em Baumgarten. Ainda em 2007, a Rússia também fechou um acordo com o Cazaquistão e o Turcomenistão para construção de gasodutos e para o transporte e a comercialização do gás natural desses países via Gazprom. No mesmo ano, uma expedição submarina russa ergueu uma bandeira nacional no leito do mar no Polo Norte, demonstrando a presença e as ambições do país em estender seu controle sobre um território que detém abundantes reservas de hidrocarbonetos e que vem se tornando cada vez mais viável e disputado com o derretimento das calotas polares e com o desenvolvimento de novas tecnologias de perfuração. Já em 2008, em visita à Bulgária, Putin também assinou um acordo para facilitar a construção do gasoduto South Stream, conectando Rússia, Bulgária, Grécia e Itália (KLARE, 2008).

2.1.3 Alianças e diplomacia na geopolítica de guerras por recursos

Independentemente da posição na ordem energética internacional, ou da natureza exportadora ou importadora, cada vez mais os países estão buscando melhorar suas posições de competição e influência nessa nova ordem. Dessa forma, os países importadores e deficitários estão estreitando suas relações com os países produtores, independente das diferenças políticas, históricas e culturais e dos custos financeiros, políticos e militares. É o caso dos EUA em

relação à Arábia Saudita, da França e da China em relação à África e da Rússia em relação à América Latina.

A partir da década de 1990, por exemplo, destacaram-se iniciativas dos EUA, com o envolvimento e liderança de Bill Clinton e George W. Bush, para estabelecer alianças diplomáticas e militares com algumas ex-repúblicas soviéticas e garantir o acesso das empresas norte-americanas na região, como nas negociações para a construção do oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC), que conectaria o petróleo do Azerbaijão ao Mediterrâneo por meio da Turquia, contando com o financiamento de bancos e empresas ocidentais e com o alto nível de diplomacia do governo dos EUA ao proporcionar assistência econômica e militar a esses países. Na mesma década, a China também estreitou relações com os países da região e propôs a construção do oleoduto Trans-Cazaquistão para escoar a produção da região para o seu mercado interno. O projeto envolveu diretamente o então presidente Hu Jintao (KLARE, 2008).

Outra estratégia adotada é a *public-private partnership*, que o governo Bush deu ênfase. Por meio da National Energy Policy (NEP) de 2001, oficiais e membros do governo foram incentivados a persuadirem líderes dos países do Golfo Pérsico a reabrirem suas indústrias e mercados de energia para os investimentos privados dos EUA. O objetivo principal era remover restrições quanto a propriedade estrangeira de ativos energéticos no Irã, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita, uma vez que muitos desses países passaram a permitir participações minoritárias, sobretudo em projetos *offshore* mais complexos, o que também atraiu outros países para a disputa dos principais ativos (KLARE, 2008).

Em 2002, a Arábia Saudita anunciou a Saudi Gas Initiative (SGI), um empreendimento de 20 bilhões de dólares para desenvolver reservas de gás natural a partir de parcerias com empresas estrangeiras. Em paralelo, o Kuwait anunciou o Project Kuwait para desenvolver campos de baixa produtividade. No Qatar, a Exxon conseguiu significativas participações e lidera dois consórcios para produção e exportação de gás natural liquefeito. Nos Emirados Árabes Unidos (EAU), a Conoco Phillips é uma das principais parceiras da Abu Dhabi Oil Company no campo de Sahah. No caso do Iraque, as empresas dos EUA passaram atuar de forma mais direta depois da invasão de 2003. Além de ter planejado uma maior inserção das empresas de petróleo após a invasão, o governo americano também promoveu encontros com líderes do Iraque expatriados em 2002 para discutir a reconstituição da indústria de petróleo do país. Apesar das instabilidades causadas pela invasão, muitas empresas enviaram projetos para o Ministério do Petróleo e fizeram *lobby* sobre a nova lei de petróleo nacional como forma de garantir seus interesses e participações, além de passarem a operar em territórios curdos (KLARE, 2008).

Já em, 2006, Dick Cheney visitou o Cazaquistão depois de Nazarbayev ganhar as eleições locais pela terceira vez consecutiva de forma suspeita com 91% dos votos, quando parabenizou o mandatário pelo “desenvolvimento político” do país. A ideia era convencer o presidente cazaque a enviar mais óleo para o Ocidente do que para China e Rússia (KLARE, 2008). China e Rússia, por sua vez, também tentam aproveitar os espaços e as oportunidades econômicas e geopolíticas. Nesse sentido, os governos chinês e russo passaram a estreitar relações com a família real saudita e com o governo do Irã por meio de visitas oficiais e de acordos relacionados ao setor energético.

Desde a década de 1990, a China vem importando cada vez mais petróleo do Irã e da Arábia Saudita. O volume das importações, em 2003, foi de aproximadamente 14% do Irã e 17% da Arábia Saudita, enquanto 10% foram do Oman e 8% do Iêmen. Além do aumento das importações, a China também passou a adquirir direitos de exploração e outros ativos. Em 1997, a CNCP firmou um acordo de exploração para o campo de Ahdab no Iraque mesmo com o país submetido a sanções da ONU. No Irã, um consórcio de empresas chinesas ajudou a construir um *pipeline* de 240 milhas do porto de Neka (Cáspio) para o transporte da produção do Cazaquistão até Terã e, em 2003, a CNPC adquiriu participações no antigo campo de Masjed-I-Suleiman. Já em 2004, a Sinopec adquiriu da National Iranian Oil Company participações majoritárias (51%) no campo de Yadavaran (com produção estimada de 300 mil barris por dia) em troca da compra de 10 milhões de toneladas de GNL por ano por 20 anos (estimada em 100 bilhões de dólares). Além disso, a Sinopec também assinou um acordo em 2007 para a construção de uma refinaria e de uma usina de conversão para exportação de LNG em Yadavaran (KLARE, 2008).

Em relação à Arábia Saudita, destaca-se o estreitamento de relações diplomáticas com a China em 1999, quando o presidente Jiang Zemin visitou Riad e anunciou o estabelecimento de uma “parceria estratégica” entre os dois países. A partir de então, visitas entre oficiais, executivos das estatais e membros dos governos tornaram-se mais frequentes. Em 2003, Aramco (Arábia Saudita) e Sinopec (China) assinaram um acordo em que a Aramco teria participações em um projeto de um complexo petroquímico e de refino de 3,6 bilhões de dólares na província de Fujian na China, cabendo à empresa o fornecimento de petróleo para o complexo. Em troca, a Sinopec conseguiu direitos de exploração de gás natural na Arábia Saudita. Já em 2006, o Rei Abdullah realizou sua primeira visita como chefe de estado à China, quando foi assinado um protocolo de cooperação nas áreas de petróleo, gás natural e recursos minerais com ênfase na cooperação entre as empresas dos dois países. Três meses depois, foi a vez de Hu Jintao visitar a Arábia Saudita (saindo de Washington) para um encontro com

Abdullah que tinha como tema a cooperação em matéria energética. Durante essa visita, foi anunciado outro complexo de refino a ser construído pela Sinopec e Aramco na província de Qingdao na China (KLARE, 2008) e o príncipe Walib Bin Talal declarou que: “We are opening new channels, we are heading East. China is a big consumer of oil. Saudi Arabia needs to open new channels beyond the West. So this is good for both of us.”¹³ (KLARE, 2008, p.200).

A Rússia, por sua vez, apesar da situação energética favorável, também busca exercer influência geopolítica e obter espaços para suas empresas nacionais. No Iraque, durante o governo de Saddam Hussein, a Lukoil (Rússia) liderou alguns consórcios e projetos no país, mais especificamente no campo de West Qurna, com uma reserva estimada em 11 bilhões de barris de petróleo. No entanto, depois a invasão dos EUA, o novo governo iraquiano, pressionado por conselheiros americanos, suspendeu o contrato. Em 2007, Putin visitou Arábia Saudita e Qatar e, no mesmo ano, o rei Abdullah visitou a Rússia. Assim como ocorreu na China e na Índia, o rei da Arábia Saudita recebeu todas as honrarias possíveis de um chefe de estado. Apesar da competição, os chefes de estado manifestaram a necessidade de cooperar diante da crescente demanda energética. Nesse sentido, destaca-se a liderança da Lukoil em operações de gás natural na Arábia Saudita e a atuação da Stroitransgaz (subsidiária de engenharia da Gazprom) em contratos de serviços com a Saudi Aramco. Os dois líderes também discutiram a criação da “OPEP do Gás”¹⁴ e trataram sobre a venda de armas da Rússia para a Arábia Saudita. (KLARE, 2008).

Em relação ao Irã, a russa Gazprom busca parcerias com o governo para transportar gás natural do país por meio de sua rede de *pipelines*. Em 2007, Putin e Ahmadinejad assinaram um acordo de cooperação energética durante um encontro dos países do Cáspio em Teerã. Dentre os objetivos, conectar os sistemas de dutos dos países e desenvolver a exploração de reservas de gás do campo de Pars South no Golfo Pérsico. Ainda em 2007, em uma reunião de chefes de estado dos países da região do Cáspio, Putin declarou que a Rússia não aceitaria a presença militar dos EUA na região, sobretudo o estabelecimento de bases e o uso da força contra os países da região, além de prometer completar a construção de um reator nuclear em Bushehr no Irã (KLARE, 2008).

Em paralelo, Japão e Índia também buscam oportunidades e ativos, sobretudo o Japão, que tem 81% de petróleo importado do Golfo Pérsico. Nesse sentido, destacam-se as concessões

¹³ Tradução minha: “Estamos abrindo novos canais, estamos indo para o Leste. A China é um grande consumidor de petróleo. A Arábia Saudita precisa abrir novos canais além do Ocidente. Então, isso é bom para ambos.”

¹⁴ O mesmo foi proposto por Putin ao Sheik Hamad bin Khalifa al-Thani na viagem ao Qatar.

adquiridas por empresas japonesas, como a Arabian Oil Company, que detêm concessões na zona neutra entre Kuwait e Arábia Saudita, nos campos de Khafji e Hout. Além disso, as empresas japonesas prestam serviços técnicos para empresas locais. No Irã, a japonesa Inpex adquiriu 20% dos campos *offshore* de Soroush e Nowruz em 2003 e, em 2004, assinou um acordo de 2 bilhões de dólares com a NIOC por 75% de participação no campo de Azadegan (estimado em 26 bilhões de barris de reservas), com a expectativa de produção de mais de 250 mil bpd. No entanto, o projeto foi ameaçado diante das sanções imposta ao Irã e à Líbia pelos EUA em 1996, que penalizava empresas estrangeiras que negociassem com o Irã. Como consequência, a NIOC cancelou a participação da Inpex em um projeto e reduzir seu percentual para 10% em outro (KLARE, 2008).

Em 2006, o príncipe herdeiro da Arábia Saudita visitou o Japão e teve uma audiência com o imperador Akihito. Em 2007, o primeiro-ministro Shinzo Abe viajou à Arábia Saudita (depois de visitar os EUA) e prometeu uma nova era de relacionamento entre os países. Os chefes de estado também assinaram um acordo que permitia a Aramco armazenar grandes quantidades de petróleo na ilha de Okinawa para embarques destinados aos mercados da Ásia e do Pacífico. Em troca, os japoneses teriam garantias de quantidades de petróleo em momentos de emergência. Em Abu Dhabi, o primeiro-ministro japonês também assinou um acordo de empréstimo de 1 bilhão de dólares para a Abu Dhabi National Oil Company em troca da extensão dos contratos de fornecimento de petróleo com o Japão. Em 2006, em visita a Tóquio do ministro do petróleo iraquiano Hussein al-Shahristani, o Japão prometeu um empréstimo de 170 milhões de dólares ao Iraque para melhorias em infraestruturas do setor de petróleo e assistência tecnológica por meio da Arabian Oil Company e da Japan Petroleum Exploration Company (Japex) (KLARE, 2008).

A Índia também vem utilizando sua diplomacia para fortalecer suas empresas nacionais e conseguir ativos na região. No Irã, a India Oil Corporation firmou uma *joint venture* de 3 bilhões de dólares em 2004 com a Iran's Petropars, subsidiária da NIOC, para desenvolver blocos *offshore* no campo de gás natural de South Pars e desenvolver instalações de GNL para exportação para Índia. Em 2005, um consórcio formado pela Indian Oil-Petropars conseguiu os direitos de exploração no campo de North Pars, prevendo também a construção de infraestruturas para exportação. Além disso, os dois países planejam a construção de um gasoduto "Irã-Índia-Paquistão" (IPI), estimado em 4 bilhões de dólares, sempre precisar passar pelo Golfo. Em 2006, Bush visitou e Índia e propôs um acordo de tecnologia nuclear caso o país desistisse do *pipeline*. A Índia também buscou fortalecer relações com a Arábia Saudita:

em visita do Rei Abdullah em 2006, os dois países assinaram a Delhi Declaration, que, dentre outras coisas, buscava maior cooperação em matéria energética (KLARE, 2008).

Na busca de melhorar suas posições de competição e influência, os países também recorrem à formação de associações e organizações, como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a Organização dos Países Exportadores de Gás Natural, o Grupo de Países Fornecedores de Material Nuclear, dentre outros. Além disso, chama a atenção a criação de proto-alianças e blocos de poder em diversos setores energéticos e estratégicos, como as alianças entre China e Rússia ou China e Irã, e a criação de blocos econômicos na Ásia Central, que, entre outros objetivos, buscam limitar a influência dos EUA na região. Nesse sentido, destaca-se a Shanghai Cooperation Organization (SCO), de viés anti-imperialista, liderada por China e Rússia e as alianças informais anti-China e anti-Rússia liderada pelos EUA e que conta com Japão, Austrália, Índia, Indonésia e outros países alinhados ao Ocidente.

Criada em 1995, a Shanghai Cooperation Organization (SCO) trata de questões referentes à segurança internacional, contra insurgência e antiterrorismo na Ásia Central, sendo composta por China, Rússia, Cazaquistão, Quirquístão e Tajiquístão, além de servir como um espaço para acordos energéticos e sobre a segurança de instalações de petróleo e gás natural na região. Desde 2000, a China vem comprando armamentos modernos da Rússia, como caças, aviões de combate, destroieres, submarinos e mísseis, e, em 2001, os dois países assinaram um Tratado de Amizade e Cooperação, com o objetivo de somar esforços para limitar e reduzir o poder dos EUA na Eurásia. Em 2004, China e Rússia realizaram exercícios militares conjuntos pela primeira vez em 50 anos e, em 2005, aproximadamente 10 mil militares de ambos os países participaram de um treinamento “*peace mission*” na Península de Shandong (KLARE, 2008). Os dois países líderes da SCO também passaram a criticar a presença e a demandar a retirada das tropas dos EUA no Quirquístão, no Uzbequistão, no Afeganistão e em demais países da região. Críticos à Guerra ao Terror, eles assinaram, em 2005, a Declaration on World Order in the 21st Century, em que denunciavam estados que buscavam monopólios e domínio internacional e que causavam instabilidades à segurança internacional. Já em 2007, os estados membros da SCO realizaram exercícios militares conjuntos (*Peace Mission*) em áreas remotas da China e da Rússia, contando com 6 mil soldados (2 mil russos e 1.700 chineses) e oficiais de alto escalão de todos os estados membros (KLARE, 2008).

Os EUA, por vez, buscaram aprofundar relações de contenção à China junto ao Japão e à Coreia do Sul. Em 2005, o Departamento de Estado dos EUA publicou em relatório denominado “The Military Power of the People’s Republic of China”, que, dentre outras coisas, ressaltava a busca da China por energia como um fator decisivo para o aumento das tensões

sino-japonesas no Mar da China Oriental. Em 2006, EUA e Japão assinaram um documento – “U.S.-Japan Alliance: Transformation and Realignment for the Future” – que tinha como objetivo a realocação de bases americanas no Japão e a cooperação em sistemas de mísseis balísticos para defesa e apoio de atividades de combate em “áreas em torno do Japão”. (KLARE, 2008). Ainda em 2006, EUA, Japão e Austrália organizaram um Diálogo Estratégico Trilateral, em Sydney, manifestando preocupações com a ascensão militar da China e, em 2007, Japão e Austrália assinaram um Acordo de Segurança Conjunta após visitas de Dick Cheney (KLARE, 2008).

Em 2006, a então secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, foi à Indonésia propor uma “parceria estratégica” que previa a modernização das forças armadas da Indonésia em troca de maior cooperação em matéria energética e em especial de petróleo. No mesmo ano, o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, encontrou oficiais de alto escalão do Vietnã e anunciou que os dois países estavam prontos para realizar intercâmbios militares de todos os níveis. Por fim, os EUA assinaram um acordo nuclear com a Índia permitindo a transferência de tecnologias e materiais nucleares como parte de uma “parceria estratégica” que também prevê cooperação em segurança regional e produção de energia (KLARE, 2008).

Dessa forma, pode-se notar que alinhamentos geopolíticos e econômicos internacionais se mostram fundamentais para garantir, dentre outros objetivos, segurança energética e controle sobre a produção, transporte e armazenamento de recursos naturais e energéticos. No entanto, nem sempre são suficientes, sendo necessário recorrer a outras estratégias.

2.1.3.1 Diplomacia Militar na geopolítica de guerras por recursos

Apesar de evitarem o confronto direto, as potências internacionais também buscam exercer maior controle sobre os principais recursos e regiões produtoras por meio de um conjunto de métodos, estratégias e iniciativas militares indiretas, que também podem ser definidas como “diplomacia militar”, destacando-se: fornecimento de armamentos, apoio militar para segurança de rotas, diplomacia da canhoneira, estabelecimento de bases militares perto de áreas de produção, alinhamento diplomático, formação de blocos regionais, exercícios militares e promoção de nacionalismos, dentre outros.

Por outro lado, os estados produtores ou detentores utilizam seus recursos naturais como instrumento de barganha com o objetivo de adquirir capacidades militares para estabelecer a

ordem doméstica, defenderem-se de ameaças externas ou manterem determinado grupo político no poder. Dependendo de como são utilizados, esses fatores podem levar tanto a um desenvolvimento mais soberano, independente e sustentável quanto à instabilidade, vulnerabilidade e dependência. Embora o fenômeno não seja novo, nem tão diplomático, vem ganhando intensidade e novas dinâmicas no século XXI, podendo desencadear disputas mais extremas e provocar a escalada de conflitos.

Acordos e programas de transferência de armas e de apoio militar estão ganhando mais espaço dentro das relações entre as potências internacionais e os principais países produtores de recursos energéticos, em especial de petróleo. Além do fornecimento de armamentos avançados, observa-se também o crescente intercâmbio entre conselheiros militares, instrutores, técnicos e profissionais de apoio logístico. Se, até 1945, Reino Unido, França e Alemanha eram os países que mais forneciam armamentos para os países do Golfo Pérsico, da África e da Ásia Central, ao longo da Guerra Fria, URSS e EUA ocuparam esses espaços, com EUA passando a ser o maior fornecedor de armas e o estado com maior presença militar nessas regiões. No século XXI, a China também passou a fornecer armamentos para diversos países, como Irã, Sudão, Nigéria e Uzbequistão, em troca de maior acesso aos recursos e ativos desses países, intensificando ainda mais a diplomacia militar das potências sobre essas regiões (KLARE, 2008).

Destacam-se, nesse sentido, a relação dos EUA com a Arábia Saudita, que envolve proteção ao reino, treinamentos militares e venda de munição em troca de acesso privilegiado ao petróleo saudita, e a relação da Rússia com o Irã, também alicerçada em bases energéticas e militares. Em 2005, Rússia e Irã assinaram um acordo para o fornecimento de sistemas de mísseis de defesa (estimados em 700 milhões de dólares), envolvendo caças (Sy-24, MiG-24, MiG-29), tanques (T-72) e mísseis antiaéreos (S-300). Em contrapartida, os EUA anunciaram, em 2007, um pacote militar para a Arábia Saudita de 20 bilhões de dólares, incluindo bombas guiadas por satélites, tecnologias aéreas, navios e armamentos modernos para os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (Barein, Kuwait, Omã, Qatar e EAU) sob o pretexto de conter forças hostis e a influência da Al Qaeda, do Hezbollah, da Síria e do Irã. Em 2008, Bush também visitou a Arábia Saudita e anunciou a venda de 900 kits de bombas guiadas a laser (KLARE, 2008).

A China também fornece armamentos e tecnologias militares para os países do Oriente Médio desde a segunda metade do século XX. Em 1987, a vendeu mísseis balísticos de médio alcance (silkworm) para a Arábia Saudita e, ao final da Guerra Irã e Iraque, vendeu centenas de mísseis anti-embarcações navais para o Irã até 1997, quando foi acusada pelo U.S. Central

Command de ameaçar a segurança dos EUA na região. Em 1998, o Secretário de Defesa dos EUA viajou à China para pedir que os chineses não vendessem mais armas sensíveis para o Irã, no entanto a China continuou fornecendo tecnologia e componentes para mísseis. Como resposta, os governos Clinton e Bush aplicaram sanções econômicas contra diversas empresas chinesas, como China Great Wall Industry Corporation, North China Industries Corporation e China Aero-Technology Import and Export Corporation (KLARE, 2008).

Na África, destaca-se a aproximação dos EUA com a Nigéria, que passou a ser o principal destino de recursos para o “desenvolvimento” e para a “luta global contra o terrorismo”. Entre 2005 e 2007, os EUA alocaram 30 bilhões de dólares em forças de segurança do país e 50 bilhões em *development aid*, além de veículos, equipamentos e treinamentos. Para o Departamento de Estado dos EUA, de acordo com o Budget Justification for Foreign Operations de 2006, a Nigéria é um dos principais fornecedores de petróleo para os EUA e qualquer instabilidade no país, sobretudo no Delta do Níger, representa uma ameaça à segurança estratégica dos EUA. Em 2021, o mesmo documento demonstrava que a Nigéria foi um dos países africanos que mais recebeu recursos dos EUA para programas de saúde, assistência para o desenvolvimento, educação e treinamento militar (U.S. SECURITY..., 2021).

A China, por sua vez, em 2005, prometeu fornecer jatos de combate F-8IIM e barcos de patrulha para a Nigéria após fazer ofertas por leilões de blocos de petróleo no país. Em paralelo, a estatal chinesa de munições, Norinco, passou a ajudar na reorganização da estatal Defense Industries Corporation of Nigeria. Além disso, a China passou a fornecer ajuda econômica, médica e cultural e armamentos para o Zimbábue, Quênia, Serra Leoa, Tanzânia e outros países do continente. Os EUA responderam aumentando o fornecimento de armas para Angola, Guiné Equatorial, Etiópia, Quênia, Mali e Uganda. EUA e China estão expandindo esse tipo de cooperação com programas de treinamento, exercícios de combate e atividades de inteligência compartilhada. E, após conseguir participações na produção de petróleo do Sudão, a China também passou a vender armas para o país (KLARE, 2008).

Na região do Cáspio, o Cazaquistão é o país que mais recebe equipamentos e recursos militares das potências, em troca de acesso a suas vastas reservas de petróleo. Desde a independência do país em 1990, os EUA fornecem ajuda militar, e, em 1997, os dois países assinaram um acordo de cooperação de defesa e concordaram com criação de uma “brigada de reação rápida” para proteger as instalações de petróleo do país. A Rússia também estreitou suas relações militares com o Cazaquistão por meio do Tratado da Collective Security Treaty Organization (CSTO), uma organização de segurança coletiva formada por Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirquistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão, que conta com um sistema de

defesa aérea integrado, com manobras conjuntas e consultas regulares entre oficiais de alto escalão dos países membros. Além disso, a Rússia vem realizando exercícios militares conjuntos e fornecendo armas e equipamentos para o Quirquistão e Uzbequistão desde 2001. Além do fornecimento artilharia avançada, helicópteros e armamento antiaéreo os dois países ainda possuem seus sistemas de defesa aérea integrados com a Rússia. Mais recentemente, a China passou a fornecer equipamentos de segurança interna ao país (KLARE, 2008).

Em 2001, os EUA também estabeleceram bases logísticas no Quirquistão e Uzbequistão para facilitar suas operações no Afeganistão. Em troca, o governo Bush forneceu assistência militar aos países, entre 2004 e 2006, de aproximadamente 300 milhões de dólares. No entanto, em 2005, a Rússia assinou um Tratado de Relações Aliadas com o Uzbequistão, que previa tanto consultas para defesa mútua no caso de ameaça externa quanto a retirada da base logística dos EUA do país. Logo depois, Rússia e Uzbequistão engajaram-se em exercícios militares contraterrorismo, sendo o mesmo realizado com o Quirquistão a partir de 2006 (KLARE, 2008).

Diante desse movimento, os EUA voltaram-se para o Azerbaijão, prometendo assistência militar de 147 milhões de dólares entre 2005 e 2007 e um plano de 100 milhões de dólares de integração aérea, marítima e fronteiriça entre os países da região que operam sob supervisão dos EUA (Caspian Guard). Além disso, os EUA forneceram barcos de patrulha e centros de comando e controle marítimo. O projeto também foi estendido para o Cazaquistão. A Rússia, no entanto, propôs a criação da Caspian Rapid-Deployment Force (CASFOR) em 2006 com o objetivo de estabelecer um “grupo naval de interação imediata” composto pelas forças armadas dos países do Cáspio para combater tráfico, contrabando e terrorismo. O acordo ainda incluía o envio de armamentos modernos e *hardwares* para o Azerbaijão (KLARE, 2008).

Outro método de pressão internacional bastante utilizado é a “diplomacia da canhoneira”, que consiste na mobilização de forças militares e navais para ameaçar e exercer pressões psicológicas constantes sobre determinado país (KLARE, 2008). Historicamente, esse método foi utilizado por potências europeias e pelos EUA na Ásia, na África e nas Américas. O caso da Venezuela em relação ao pagamento de dívidas externas em 1906 e o da Guerra da Lagosta entre Brasil e França em 1963 são alguns dos mais simbólicos (GARCIA, 2005).

No entanto, esses métodos continuam vivos no século XXI e continuam a ser utilizados dentro de uma “geopolítica de guerras por recursos”. Em 2007, por exemplo, os EUA mobilizaram dois porta-aviões, dezenas de navios de guerra e centenas de veículos de combate para o Golfo Pérsico, tentando intimidar diretamente o Irã. Além disso, dois porta-aviões realizaram exercícios de combate próximo à costa do Irã e depois navegaram pelo Estreito de Ormuz para demonstrar controle das rotas navais. Os dois navios também participaram de

operações no Iraque e no Afeganistão, lançando aproximadamente 90 mil bombas combinadas nos dois países. Também fizeram parte das operações um navio porta-helicóptero, um cruzador, destroieres e barcos de assalto anfíbios (KLARE, 2008). Apesar de a operação ter sido justificado como treinamento militar no Golfo, o vice-presidente Dick Cheney fez questão de ressaltar que:

With two carrier strike groups in the Gulf, we're sending clear messages to friends and adversaries alike. We'll keep the sea lanes open. We'll stand with our friends in opposing extremism and strategic threats... [And] we'll stand with others to prevent Iran from gaining nuclear weapons and dominating this region.¹⁵ (KLARE, 2008, p. 221).

No Mar da China, esse tipo de estratégia também foi utilizado em uma disputa entre China e Japão que envolve uma parte de mar territorial (Chunxiao/Shirakaba) dotado de reservas de gás natural. Nessa região, manobras navais são executadas pelos dois países, que alegam soberania sobre o território em litígio e exploram gás natural na região, como forma de intimidação. A China demanda a suspensão das extrações do Japão na zona em disputa, mas defende seu direito de extrair em seu território (fora da zona em disputa). O Japão, por sua vez, alega que a extração do lado chinês inevitavelmente vai esgotar as reservas da zona em disputa e, por isso, mantém seu pleito pelo direito de explorar a região. Em 2004, empresas chinesas começaram a sondar sua área adjacente ao território em litígio, fazendo o Japão iniciar sondagens na zona em disputa. A China, então, alegou atentado à soberania e pediu o fim da sondagem, mas o Japão continuou. No mesmo ano, a China despachou um submarino para águas pleiteadas pelo Japão, deixando a marinha japonesa em alerta máximo, mas declarou posteriormente que foi um acidente. Em 2005, a CNOOC começou a perfurar o campo de Chunxiao a, aproximadamente, uma milha da linha divisória reclamada pelo Japão. Em resposta, o governo do Japão anunciou que iria conceder direitos para a Teikoku Oil explorar a zona em disputa, gerando protestos em Pequim e reações na mídia. Ainda em 2005, aviões de patrulha do Japão passaram a sobrevoar regularmente as plataformas de perfuração chinesas. Em resposta, a China mobilizou uma esquadra naval para a região, operação que foi defendida publicamente pelo Ministério das Relações Exteriores. Em alguns momentos, os navios chineses estavam mirando suas armas para aviões japoneses, mas nenhum tiro foi disparado. Após o episódio, os dois países acordaram em conversar para resolver a questão, mas a China continuou a bombear gás perto da zona em disputa, assegurada por sua força naval, enquanto o Japão anunciou que iria ampliar suas capacidades navais de patrulha (KLARE, 2008).

¹⁵ Tradução minha: “Com dois grupos de porta aviões, estamos passando uma mensagem clara aos aliados e também aos adversários. Nós vamos apoiar nossos aliados contra ameaças extremistas e estratégicas... E vamos apoiar outros para evitar que Irã adquira armas nucleares e domine a região.”

No Cáspio, a “diplomacia da canhoneira” também ocorre entre Irã e Azerbaijão e Irã e Turcomenistão, envolvendo regiões que não possuem tratados de delimitação. Além disso, o Azerbaijão já concedeu permissões para que empresas estrangeiras explorem a região, causando protestos e reações do Irã e do Turcomenistão. Em 2001, o Azerbaijão permitiu operações de um navio sonda da BP em um campo de petróleo na região, levando o Irã a enviar navios de guerra para abordar o navio da BP. O Azerbaijão respondeu com barcos de patrulha que perseguiram os navios iranianos. O episódio não deflagrou um conflito direto, mas, logo em seguida, o Azerbaijão usou o episódio para criar a Caspian Guard, com apoio dos EUA, ao passo que o Irã passou a fazer parte da frota no CASFOR no Cáspio, sob influência russa (KLARE, 2008).

Existem ainda as mobilizações terrestres e o estabelecimento de bases. A Rússia, por exemplo, mantém tropas para “manutenção da paz” na Abkhazia e na Ossétia do Sul, na Geórgia, que são províncias pró-Rússia, e no Cazaquistão. Três de quatro contingentes russos estão posicionados relativamente próximos do BTC *pipeline* (sob influência dos EUA). Os EUA, por sua vez, passaram a utilizar parte de seu programa de assistência internacional para mobilizar mais de uma centena de instrutores militares em Tbilisi para treinar as tropas da Geórgia para a necessidade de defender o *pipeline*. No Quirquistão, os EUA estabeleceram um centro de logística no Aeroporto Internacional de Manas para servir de base de suprimento para as forças americanas no Afeganistão após o Atentado de 11 de setembro de 2001 contra os EUA. No entanto, em dezembro de 2002, a Rússia propôs ao Quirquistão sediar uma “força de reação rápida” na base de Kant (a algumas milhas da base americana), sob o “guarda-chuva” da CSTO. Em 2005, a SCO, que também conta com Rússia e Quirquistão, demandaram que os EUA retirassem suas instalações militares da Ásia Central, incluindo a de Manas. O Uzbequistão também demandou a retirada do EUA da base aérea de Khanabad. Ao final, o Quirquistão permitiu a permanência dos EUA após uma renegociação sobre o valor do aluguel do centro em Manas por 150 milhões de dólares por ano (75 vezes o valor inicial). Em resposta, a Rússia ainda propôs o estabelecimento de uma segunda base do CSTO no país (KLARE, 2008).

2.1.4 Outros fatores de influência na geopolítica de guerras por recursos

Outros fatores que Klare (2008) destaca em sua análise são a utilização da mídia e dos meios de comunicação e a participação de órgãos de inteligência em disputas geopolíticas por recursos naturais estratégicos.

Nesse sentido, a mídia dos EUA relata, com tom alarmista e fatalista, a ascensão geopolítica e energética da China, da Rússia, da Índia e de outros países não alinhados. O objetivo é influenciar a opinião pública e pressionar ou (des)legitimar determinado regime político, política pública ou figura política. Reportagens como a do *Financial Times*, “The World Begins to Feel the Dragon’s Breath on Its Back”¹⁶, ou do *Wall Street Journal*, “Asian Rivals Put Pressure on Western Energy Giants”¹⁷ são contantes na mídia dos EUA e de outros países ocidentais. Destacam-se também reportagens que “demonizam” o crescente papel do estado nos setores energéticos dos países produtores ou detentores de recursos, geralmente caracterizando políticas públicas desenvolvimentistas ou de proteção do mercado doméstico como comunistas, fascistas, autoritárias e esquerdistas, dentre outras expressões com o objetivo deslegitimar essas iniciativas políticas.

Além da mídia, órgãos de inteligência e segurança dos EUA, como Central Intelligence Agency (CIA), National Security Agency (NSA) e Federal Bureau of Investigation (FBI), também participam desse processo com informações, desinformações, intervenções ou omissões dependendo do caso. No relatório do National Intelligence Council de 2004, “Mapping the Global Future”, alerta-se para a emergência de China, da Índia e de outros atores globais que buscam recursos energéticos: “China and India, which lack adequate domestic energy resources, will have to ensure continued access to outside suppliers; thus, the need for energy will be a major factor in shaping their foreign and defense policies, including expanding naval power”¹⁸ (KLARE, 2008). Recentemente, o governo Trump também passou a acusar a China de ter criado e disseminado o coronavírus de forma intencional para beneficiar seu crescimento econômico. Uma tese que foi posteriormente refutada, mas que ganhou adeptos entre outros chefes de estado e líderes mundiais, sobretudo no governo Bolsonaro no Brasil (COVID-19..., 2020; BOLSONARO VOLTA..., 2021).

¹⁶ Tradução minha: “O mundo começa a sentir o hálito do dragão chinês às suas costas”.

¹⁷ Tradução minha: “Rivais asiáticos pressionam gigantes ocidentais de energia”.

¹⁸ Tradução minha: “Rivais China e Índia, que carecem de recursos energéticos domésticos adequados, terão de garantir o acesso contínuo a fornecedores externos; assim, a necessidade de energia será um fator preponderante na formulação de suas políticas externas e de defesa, incluindo a expansão do poder naval”.

As disputas entre os países e a criação de novas táticas e estratégias para atender a demanda por recursos também são influenciadas por certa “histeria” globalizada, como observado na disputa entre CNOOC e Chevron em 2005 pela compra da Unocal nos EUA, que mobilizou diversos setores da sociedade americana que recorreram sistematicamente ao argumento da “segurança energética” e “segurança nacional”. Para o governo e muitas instituições políticas e militares dos EUA, a dependência de petróleo importado deixa o país vulnerável a “*rogue states*”, ameaçando a política externa do país e o padrão de vida da população americana, uma vez que os EUA importam um quinto de seu total do Oriente Médio. Além disso, existe o medo de perder ativos nacionais diante da ascensão chinesa, a tradicional desconfiança em relação à Rússia e a constante preocupação com o Irã, Iraque e Venezuela (KLARE, 2008).

O pessimismo também encontra vozes no congresso. Segundo o senador Richard Pombo, em debate sobre a Unocal:

We are near an energy crisis... We are almost equal in terms of supply and demand, and that is why the price of oil has gone up dramatically. The U.S. economy is growing. The Chinese economy is growing. The Indian economy is growing. The Brazilian economy is growing. All of these different economies are growing and they all are competing for the same source of energy.¹⁹ (KLARE, p. 26).

James R. Schlesinger, ex-secretário de defesa e ex-secretário de energia, atual consultor do Departamento de Defesa e membro do Defense Policy Board, disse ao Comitê de Relações Exteriores do Senado, em 2005 que, embora os EUA sejam o poder militar preponderante do mundo, também é altamente dependente de petróleo e que qualquer instabilidade nos preços pode causar riscos e ameaças à segurança do país devido utilização intensa de energia pelas forças armadas e suas armas de alta tecnologia. Nesse sentido, qualquer política energética e externa do país precisa levar em consideração a manutenção da preponderância das forças armadas dos EUA (KLARE, 2008).

A China, por sua vez, não se deixou afetar pelo caso da Unocal. Três semanas depois, a CNPC comprou a canadense PetroKazakhstan (com reservas de petróleo e gás no Cazaquistão) por 4,2 bilhões de dólares e, um mês depois, junto à Sinopec, comprou ativos de petróleo e oleoduto da EnCana Corporation (Equador). Também preocupado com essa ascensão, o Primeiro-Ministro da Índia Manmohan Singh declarou em 2005 que “I find China ahead of us in planning for the future in the field of energy security... We can no longer be complacent and

¹⁹ Tradução minha: “Estamos próximos a uma crise energética... Estamos quase iguais em termos de oferta e demanda, e por isso o preço do petróleo subiu dramaticamente. A economia dos EUA está crescendo. A economia chinesa está crescendo. A economia brasileira está crescendo. Todas essas diferentes economias estão crescendo e competindo pelas mesmas fontes de energia.”

must learn to think strategically, to think ahead, and to act swiftly and decisively”²⁰ (KLARE, 2008).

Essa corrida por recursos se mostra como um jogo de soma zero com grande potencial de conflitos entre as potencias internacionais. Nesse sentido, os estados nacionais estão apostando em diferentes estratégias diplomáticas e comerciais para garantir esses recursos, como: visitas oficiais, contatos diplomáticos, empréstimos e concessões, ajuda econômica e militar, *joint ventures* e acordos comerciais. Quanto mais disputas, mais o uso de táticas não convencionais, irregulares e até ilícitas pelos dois lados da disputa e da equação energética. A estratégia de resgatar e impor legislações antes ignoradas também está sendo reproduzida pelos países produtores, em especial Rússia e Cazaquistão, sobre empresas ocidentais. A ideia é aplicar multas punitivas e diluir o controle dessas empresas sobre os principais campos de exploração.

2.2 Guerras Híbridas

A geopolítica do século XXI também vem sendo marcada por diferentes métodos, estratégias e ações indiretas executadas por diferentes atores, sobretudo não estatais, em diferentes áreas de atuação (política, econômica, social, tecnológica, jurídica e cultural) e contextos. Ao destacar o pensamento de Sun Tzu de que “a excelência suprema consiste em derrotar a resistência do inimigo sem lutar”, Korybko (2015) argumenta que a “guerra indireta” vem se tornando um dos meios mais eficientes de combate, por permitir que um ator derrote seu inimigo/adversário sem se engajar de forma direta em um conflito, economizando energia e recursos. Além disso, as armas convencionais, sobretudo as nucleares, por serem mais destrutivas, possuem limites para serem utilizadas em um contexto internacional marcado pelo liberalismo institucional, pela multipolaridade, por organizações internacionais e, sobretudo, por outros países detentores de arsenais e de tecnologia nuclear.

Nesse contexto, as “guerras indiretas” estão ganhando maior valor estratégico e sendo aplicadas de diversas formas. Ao invés de bombardeiros, intervenções e invasões protagonizados por estados nacionais, os conflitos modernos estão sendo marcados por crises

²⁰ Tradução minha: “Vejo a China na nossa frente em relação ao planejamento para o futuro no campo da segurança energética... Nós não podemos mais ser complacentes e devemos aprender a pensar estrategicamente, pensar a frente, e agir com rapidez e determinação”.

políticas e econômicas, sanções, boicotes, protestos, manifestações, movimentos insurgentes organizados, campanhas de desinformação, dentre outros meios que permitam aos atores internacionais “driblar” constrangimentos políticos e econômicos, como alianças militares, paridade militar, tratados de paz, acordos comerciais e organizações regionais. Muitas vezes, é a única opção viável para desestabilizar inimigos, oponentes e adversários e colocá-los em uma situação defensiva e vulnerável ao ter que resistir ou responder aos ataques (KORYBKO, 2015).

A utilização sistemática e consciente desses métodos por estados, governos e demais atores para atingir um objetivo geopolítico, sem se apresentar como um estado de beligerância ou de violência entre os estados nacionais, consiste em um fenômeno que Korybko (2015) chama de “guerra híbrida” e que pode ser observada nas disputas e conflitos por recursos naturais. Contudo, apesar do foco em ações indiretas, a possibilidade do uso da força militar nunca é descartada, embora esse uso também possa ser realizado de maneira indireta e sem o caráter oficial do estado, por meio de milícias, fornecimento de armas, financiamento e apoio a grupos insurgentes, dentre outras ações.

As principais teorias e conceitos que dão suporte ao desenvolvimento do conceito de guerras híbridas vêm majoritariamente do campo militar. Dentre as principais, estão os trabalhos do historiador e estrategista militar britânico B. H. Liddel Hart, *The Strategy of Indirect Approach* (1954) e *The Revolution of Warfare* (1956), que destacam as “abordagens indiretas” como estratégias de guerra cada vez mais utilizadas, chamando a atenção para os diferentes meios de minar a resistência inimiga, antes mesmo do ataque direto, e para métodos indiretos para alcançar resultados positivos sobre a subjetividade das populações. Dentre os “métodos técnicos”, avanços mecânicos e tecnológicos dos exércitos nacionais e o desenvolvimento da logística e das comunicações, com destaque para a figura dos cientistas nesse processo; dentre os “métodos psicológicos”, o apelo à religião, ao nacionalismo e à liberdade, com destaque para a figura de líderes e profetas (LIDDEL HART, 1954, 1956).

Já o historiador estadunidense William Lind, em artigo publicado na *Marine Corp Gazette* em 1989, destaca o conceito de “guerras de quarta geração” (4W) e prevê guerras mais fluídas, descentralizadas e assimétricas em relação às guerras do passado e uma maior participação dos atores não estatais. Dentre as estratégias, a utilização de “operações psicológicas” e de “guerra informacional” promovidas por diferentes meios de comunicação (rádio, TV, internet) e pela própria interação local com o objetivo de minar o apoio da população a determinado regime (KORYBKO, 2015). Em *4th Generation War Handbook* (2015), Lind argumenta que, apesar da Paz de Westfália ter dado o monopólio da guerra ao estado nacional, essa lógica vem se revertendo, uma vez que os estados passaram a ser questionados e desafiados

por atores não estatais, como famílias tradicionais, grupos étnicos e raciais, movimentos insurgentes, gangues, proprietários de terras, empresários etc., resgatando uma lógica “pré-westifaliana”. Por isso, passaram a se preocupar cada vez mais com questões culturais e religiosas para “ganhar mentes e corações”. Lind apud Korybko (2015) afirma que as raízes da 4W não são militares, mas políticas, sociais e morais. Como exemplo, cita algumas “operações psicológicas” realizadas por tropas americanas no Iraque, nas quais soldados tentavam estabelecer relações amistosas com a população local como estratégia de defesa e de avanço tático.

O conceito dos “Cinco Anéis” (1995), do coronel da Força Aérea dos EUA John Warden, também faz parte do arcabouço teórico que dá base para o conceito de “guerras híbridas”. Para o autor, existem cinco principais centros de gravidade que mantêm uma força rival consolidada e que devem ser atacados simultaneamente se possível: liderança (segurança e comunicação), sistemas essenciais (eletricidade, alimentos, petróleo e sistema financeiro), infraestrutura (rodovias, aeroportos, portos, rotas), população (pessoas, grupos) e mecanismo de combate (exército, polícia, bombeiros). De forma geral, o objetivo é paralisar fisicamente o estado, o governo ou o regime alvo e colocar a população em uma condição de “enxame” para depois lançá-la contra as instituições públicas que representam o governo. Destaca-se também o conceito/estratégia de “ODDA Loop” de John Boyd, que parte da premissa de que as decisões são tomadas pelos indivíduos e pelas instituições a partir da seguinte ordem: observação, orientação, decisão e ação. Nesse sentido, o objetivo é desorientar os tomadores de decisões de forma constante para prejudicar suas respectivas habilidades e capacidades de decisão e ação. Isso vale tanto para governos quanto para empresas, organizações, movimentos insurgentes, dentre outros atores (KORYBKO, 2015).

Outra contribuição importante é o livro *Chaos Theory and Strategic Thought* (1992) de Steve Mann, que traz o “caos” como um instrumento estratégico para criar instabilidades, enfraquecer e mudar regimes e conquistar mentes e corações. Para Mann (1992 apud KORYBKO, 2015), para obter uma mudança de pensamento em determinada população, deve-se focar no indivíduo, em seus conflitos e em suas percepções, objetivos e valores, no “software ideológico” que “programa” cada pessoa. Nesse sentido, a melhor maneira de mudar o “software” seria lançar um “vírus ideológico” para “infectar” a população-alvo com ideologias de pluralismo democrático e de respeito aos direitos humanos de modo a promover um “contágio coletivo”. Para tanto, é preciso o comprometimento de meios de comunicação avançados para potencializar o “vírus” e espalhá-lo de uma “boa maneira caótica”. Quanto mais

apurado o desenvolvimento desses métodos de comunicação e de disseminação de ideologias, mais o caos pode ser gerenciado.

2.2.1 Revoluções Coloridas e Guerras Não Convencionais

De forma mais didática, Korybko (2015) divide e classifica as guerras híbridas em dois campos distintos, porém complementares: as “revoluções coloridas”, que seriam as ações e estratégias de poder “mais brando”; e as “guerras não convencionais”, relacionadas a ações e estratégias de caráter bélico, militar e intervencionista, porém não oficial e não estatal.

As “revoluções coloridas” podem ser entendidas como mudanças de regimes políticos provocadas por elementos e aspectos intangíveis, subjetivos e psicológicos que atingem determinada população de modo a criar instabilidades e crises em países não alinhados a interesses externos. Dentre os principais métodos, estratégias e ações que promovem o fenômeno, destacam-se campanhas midiáticas e informacionais, financiamento de grupos políticos, econômicos e sociais, protestos, manifestações, *lawfare* (utilização arbitrária da lei), ataques em redes sociais, treinamento de ativistas, dentre outros. Devido aos resultados positivos obtidos a partir da utilização desses métodos, as “revoluções coloridas” vêm ganhando cada vez mais espaço no pensamento militar e acadêmico das potências internacionais e de países que sofrem suas pressões e ações.

Uma referência teórica sobre métodos não violentos para desestabilizar e derrubar governos e regimes é o consultor estadunidense Gene Sharp, que em seu livro considerado um manual sobre o tema, *From Dictatorship to Democracy: A Conceptual Framework for Liberation*, apresenta métodos sobre como organizar grupos de resistência não violentos e criar “armas” psicológicas, sociais, políticas e econômicas que serão “manuseadas” pela população e pelas instituições. Para o autor, é preciso estimular a “não cooperação das massas” e expandir a resistência ao regime para áreas que o poder político encontra limites e dificuldades para atuar. Já em *There Are Realistic Alternatives* (2003), Sharp apresenta 198 métodos de resistência não violenta, que foram observados ou pensados por ele, dentre eles: discursos públicos, *slogans*, caricaturas, símbolos, marchas, protestos, desobediência social, boicote de eleições, recusa em aceitar oficiais nomeados, ocupações, apreensão de terras, apoio à dupla soberania e governos paralelos, performances em protestos, insultos, manipulações e guerrilhas (KORYBKO, 2015).

Outro conceito importante apresentado por Korybko (2015) é o de “*neocortical warfare*”, um método de operações psicológicas que tem como objetivo controlar ou moldar o comportamento do inimigo sem destruir seu organismo, influenciando e regulando a consciência e a percepção do sistema neocortical do adversário (seu cérebro, sua liderança). Para tanto, é preciso também estudar valores, culturas e visões de mundo das populações-alvo para depois desenvolver ferramentas neurolinguísticas, como linguagem, imagens, símbolos e informações para “assaltar mentes” e “mudar vontades”. Nesse contexto, as mídias sociais ocupam um lugar de destaque para essas ações (KORYBKO, 2015).

No que diz respeito a campanhas midiáticas, alguns trabalhos trazem elementos que ajudam a explicar o fenômeno e suas características, mas também contribuem para o seu desenvolvimento. No artigo *Coaching War*, Leonid Savin fala sobre “integração de sistemas sociais” ressaltando a importância da “propaganda” e da “engenharia do consenso” sobre a opinião pública, destacando, como método principal, a disseminação de mensagens em redes sociais contra determinado regime. Geralmente, as mensagens são criadas a partir de dados (*big data*), pesquisas e estudos psicológicos e espalhadas em plataformas e mídias como Facebook e Twitter, buscando conectar pessoas de diferentes localidades em torno de ideias, interesses e ações em comum. O processo envolve pesquisa dos alvos, formulação de campanhas, fabricação de notícias e eventos não lineares e utiliza palavras, imagens, sons, elementos e valores apelativos para maior influência, como “família”, “pátria” e “deus”. No entanto, tudo deve ser feito sem que a origem da mensagem e a verdadeira identidade de seus criadores sejam reveladas, para não criar um efeito de resistência naqueles que acreditam estar fazendo parte de um movimento autêntico (KORYBKO, 2015).

Destaca-se também o livro *The Advent of Netwar* (1996), de John Arquilla e David Ronfeldt, da RAND Corporation, que traz o conceito de “*leaderless networks*”, o qual argumenta que “redes de atores não estatais” podem tirar vantagens políticas na internet para formar movimentos de instabilidades contra o *establishment*. Nesse sentido, a “*netwar*” seria uma guerra menos militar, menos intensa, mais difusa, dispersa, não linear, multidimensional e ambígua. Outro artigo importante é o de Brett Van Niekerk e Manoj Maharaj, *Social Media and Information Conflict* (2012), que afirma que as redes sociais (Google Maps, YouTube, Facebook e Twitter) viraram instrumentos de organização de protestos, de criação de “efeito enxame” e uma fábrica de informações que podem ser utilizadas em operações de “guerra híbrida” (KORYBKO, 2015).

As “revoluções coloridas” são, portanto, novos modelos de desestabilização estatal que permitem atores externos negar interferência em um estado soberano ao mesmo tempo em que

mobilizam o “poder do povo” e a “opinião pública mundial” contra governos e regimes não alinhados. São formadas pela complexa interação de vários fatores, como ideologia, financiamento, social, treinamento, informação e mídia. Todas essas variáveis/categorias operam de forma simultânea, complementando-se e fortalecendo-se, mesmo sem uma coordenação direta, para viabilizar a mudança de regime em todas as frentes da guerra híbrida (KORYBKO, 2015).

A “ideologia” corresponde às ideias centrais que guiam e motivam todos os outros fatores da revolução colorida, sendo a democracia liberal a mais promovida por trás dessas ações, partindo da ideia de que se deve “libertar” países do “autoritarismo” ou do “comunismo”, com os meios indiretos sendo a melhor forma de intervir. O “financiamento” corresponde a uma estrutura financeira que facilita a inserção de ideologias e amplia suas influências em uma sociedade, geralmente direcionados a movimentos, atividades, treinamentos, campanhas, ações, organizações e instituições antirregime, neoliberais e “democráticas”. Algumas vezes, o financiamento é realizado por outro estado ou por diferentes meios, ou ainda através do treinamento dos movimentos para obter recursos próprios de modo a parecer natural, nacional e espontâneo. A variável “social” corresponde à posição hierárquica que uma pessoa ocupa dentro da estrutura organizacional do movimento, podendo ser dividida em: *core* (vanguarda), os que controlam as instituições/organizações que trazem a “mudança liberal e democrática”; *cohorts* (trabalhadores), os que executam tarefas administrativas e de recrutamento das organizações; e *civis* (simpatizantes), os cidadãos comuns que entram em contato com o movimento. O “treinamento” refere-se a técnicas de financiamento, recrutamento, criação de *website*, material promocional e exploração de rede social, sempre mantendo determinada distância institucional para não gerar acusações de ingerências externas. A “informação” corresponde à disseminação ideológica e possui dois elementos principais: as redes sociais, enquanto canais para recrutamento, compartilhamento de notícias, opiniões, informações sobre o movimento e um “termômetro” social; e o material de propaganda,²¹ que serve para fazer o “movimento” parecer maior do que é e ganhar o apoio de pessoas por “carona” ou por considerá-lo o “lado vencedor”, simplificando a mensagem para cada classe social, sobretudo com imagens e conceitos de “fácil digestão”. A “mídia” corresponde a blogs, sites alternativos, TVs e jornais tradicionais que contribuem para maior disseminação da ideologia, legitimando-a, solidificando-a, fortalecendo-a e a apresenta-a de forma a garantir respaldo internacional e mais apoio doméstico (KORYBKO, 2015).

²¹ Destacam-se, nesse sentido, folhetos, banners, bandeiras, grafites, músicas, roupas, mascotes, *slogans*, logos e cores para afetar psicologicamente a população-alvo de maneira contínua.

Por outro lado, o “movimento” busca pressionar atores da mídia tradicional e atrair o governo para uma disputa aberta que pode repercutir negativamente no âmbito doméstico e internacional, sendo o “evento” um catalisador da revolução colorida, um episódio controverso, polarizador e libertador da energia, que deve ser manifestado da maneira mais pública possível e explorado ao máximo. Esse “evento” pode ser: uma eleição manipulada; a prisão de um líder de oposição; uma greve, um protesto, a criação de uma legislação; repressões contra oposição; imposição de lei marcial; envolvimento em uma guerra impopular, dentre outros.

A manifestação real desses “eventos” não é condição necessária, no entanto, pois o essencial é a manipulação de suas narrativas ao público. Nesse sentido, campanhas de “demonização” também são muito utilizadas pelos meios de comunicação, sobretudo contra políticos não alinhados aos valores liberais e ocidentais. Muitas vezes, termos como “comunista”, “neofascista”, “ditador”, “terrorista” e “eixo do mal” são utilizados para fazer referências a governos e líderes políticos de países como Rússia, China, Irã, Síria, Turquia, Venezuela, dentre outros. Por outro lado, esses mesmos meios de comunicação evitam fazer análises da mesma natureza sobre países que não respeitam os valores liberais ocidentais, mas que são alinhados à política externa dos EUA e da Europa, como a Arábia Saudita.

Já as “guerras não convencionais” podem ser consideradas a parte tangível das “guerras híbridas”, caracterizando-se como atividades conduzidas para promover movimentos de resistência ou de insurgência para coagir, interromper ou derrubar um governo (ou poder estabelecido) por meio de operações *underground* e/ou auxiliares, guerrilha insurgência urbana, sabotagem, espionagem, infiltrações, terrorismo, grupos mercenários e forças especiais. No entanto, o objetivo das guerras não convencionais²² não é a destituição direta de um regime, mas criar as condições que possam promover e apoiar movimentos e grupos políticos, militares e sociais contrários ao governo de determinado país que se posiciona contra os interesses de uma potência (KORYBKO, 2015). É uma guerra não linear e caótica com ataques indiretos.

Dentre alguns métodos e estratégias utilizados nesse contexto, destaca-se a “guerra por procuração”, que envolve terceiros estados e/ou atores não estatais com a finalidade de causar instabilidades e abrir caminho para trocas de regimes ou golpes de estado em outros países; a presença crescente de agentes secretos, sabotadores, informantes e outros atores não estatais que operam nos países-alvo atuando como atores da sociedade civil; e a instrumentalização dos

²² Dentre as principais referências teóricas sobre guerras não convencionais, encontra-se o manual de Gene Sharp, citado anteriormente, e o documento secreto de treinamento do exército dos EUA “TC 18-01: Special Forces Unconventional Warfare”, vazado em 2012 pela NSNBC, que propõe um passo a passo sistemático sobre o desenvolvimento de insurgências e subversões, sobretudo armadas, contra o governo da Síria (KORYBKO, 2015).

meios de comunicação e das redes sociais, como uma nova e mais eficiente fronteira de ataques, organização, criação de instabilidades e resistência (KORYBKO, 2015).

A política do “*lead from behind*”, uma espécie de assistência militar “discreta” a aliados e líderes regionais que podem funcionar como “procuradores” dos interesses geopolíticos do país em determinada região, também chamada de “guerra por procuração”, foi sugerida pelo Secretário de Defesa dos EUA Robert Gates em discurso para os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2011 e pelo National Intelligence Council em 2012 por meio da publicação *Global Trends 2030*. A estratégia tem como objetivo ocultar ou minimizar a participação dos EUA na criação de instabilidades em outros países e aplica-se tanto em “revoluções coloridas” quanto em “guerras não convencionais”. No caso da Síria, os EUA treinaram forças insurgentes na Turquia e na Jordânia e transferiram armamentos para esses países, que passaram a atuar na região de acordo com os interesses norte-americanos (KORYBKO, 2015).

2.2.2 Os EUA e as Guerras Híbridas

Com o fim da Guerra Fria, o Pentágono passou a reduzir seus gastos em capacidades militares convencionais e a investir mais na contratação de empresas militares e de outras empresas de inteligência que dominam todo o espectro das guerras híbridas, como a Blackwater. Nesse sentido, a atuação dos EUA e de suas forças militares passou a ser mais indireta, embora ainda mais eficaz. De acordo com Korybko (2015), os EUA é o país que mais promove a mudança de regimes internacionalmente, e a “guerra híbrida” está cada vez mais presente dentro do pensamento estratégico, militar e diplomático do país, sobretudo quando seus alvos estão próximos aos seus principais rivais geopolíticos (Rússia e China), que também passaram a refletir estrategicamente sobre o fenômeno. Nesse sentido, destacam-se experiências de revoluções coloridas e de guerras não convencionais no século XXI em países como Hungria, Sérvia, Macedônia, Grécia, Turquia, Armênia, Irã, Turcomenistão, Uzbequistão e Quirquistão, além de ataques diretos e métodos híbridos realizados na Líbia, Síria e Ucrânia.

Para Rosenthal (2020), a guerra híbrida é uma forma de subversão e ingerência externa, que começou a ser utilizada na guerra do Iraque como uma resposta indireta a ações e movimentos que ameaçavam os interesses dos EUA. No entanto, destaca que ataques e abordagens indiretas sempre existiram, mas que agora estão ganhando mais atenção, estudos,

tecnologias e investimentos. Nesse sentido, destaca que o termo “guerra política” já havia sido adotado por George Kennan em 1948 para conter o comunismo a partir da utilização de todos os meios disponíveis de um país para alcançar seus objetivos nacionais, com exceção da guerra formal. Nesse sentido, esses meios podem variar desde ações abertas, como alianças políticas, medidas econômicas e propaganda positiva, até ações ocultas, como apoio clandestino a grupos simpatizantes em outros países, guerra psicológica com informações falsas e apoio à resistência clandestina em “países hostis”. O autor destaca também a utilização do termo “*subversive warfare*” pelo coronel francês Roger Trinquier em 1946 para definir um sistema integrado de ações política, psicológicas e militares que objetivam a derrubada da autoridade estabelecida de um país e a substituição por outra.

Atualmente, as instituições militares dos EUA entendem a guerra híbrida como uma combinação simultânea de vários elementos. Em artigo publicado em 2008 no *Army Magazine*, o então Chefe do Estado Maior do Exército dos Estados Unidos, General George Casey, apresentou uma definição de “guerra híbrida” como “combinações diversas e dinâmicas de capacidades convencionais, irregulares, terroristas e criminosas”. Em 2009, o Comando Conjunto das Forças dos Estados Unidos definiu a ameaça híbrida como “qualquer adversário que para obter seus objetivos políticos, empregue de forma adaptável e simultânea uma mistura de (1) meios políticos, militares, econômicos, sociais e de informação, e (2) armas convencionais, táticas irregulares, terrorismo e comportamento criminoso no espaço de batalha” (ROSENTHAL, 2020, s.p.).

Em artigo de fevereiro de 2013 publicado no *Military Industrial Courier*, o Chefe do Estado Maior russo, Valery Gerasimov, destacou a mudança da natureza da guerra ao dizer que “o foco dos métodos de conflito mudou na direção do uso amplo de medidas políticas, econômicas, de informação, humanitárias e outras não militares, aplicadas em coordenação com o potencial de protesto da população” (ROSENTHAL, 2020, s.p.). Essas ações, por sua vez, seriam suplementadas por meios militares ocultos, incluindo ações de informações e de forças operacionais especiais, sendo somente necessário recorrer ao uso ostensivo de forças (militares) em determinados momentos, sob o pretexto de garantir a paz ou resolver crises. Em artigo de 2014, Frank Hoffman considera que seria mais apropriado o uso de “guerra não convencional”, ou “conflito não convencional”, ou “operações não convencionais”, o que expandiria o conceito além da visão militar (ROSENTHAL, 2020).

Em 2015, o Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos publicou o documento “Estratégia Militar Nacional dos Estados Unidos de 2015”, no qual destaca que “existe uma área de conflitos onde os atores estatais e não estatais mesclam técnicas, capacidades e recursos

para alcançar seus objetivos” efetivas (ROSENTHAL, 2020, s.p.), como se observou no leste da Ucrânia. Tais conflitos ‘híbridos’ podem incluir tanto sistemas assimétricos como os militares tradicionais, e estão situados em uma escala intermediária de probabilidade de ocorrência e de gravidade das consequências. Os conflitos híbridos servem para aumentar a ambiguidade, dificultar a tomada de decisões e retardar a coordenação de respostas efetivas (ROSENTHAL, 2020).

O relatório “Modern Political Warfare” (Guerra Política Moderna), publicado em 2018, apresenta a pesquisa conduzida pelo RAND Arroyo Center, financiada pelo Comando G-9 de Operações Especiais do Exército dos EUA. Segundo o relatório, a “guerra política” não é nem inteiramente composta de ações econômicas e diplomáticas regulares, nem uma guerra convencional entre Estados, sendo uma “zona indefinida” (*gray zone*) entre esses dois limites. Ainda nesse sentido, destaca que “a escolha da terminologia correta tem importância acadêmica, mas de maior relevância é firmar o entendimento que as medidas coercitivas devem ficar abaixo do patamar do conflito cinético, para não se incorrer no risco de envolvimento em operações militares em escala total” efetivas (ROSENTHAL, 2020, s.p.). Nesse sentido, a “moderna guerra política” incorpora e aprimora táticas que não existiam no século 20, surgidas principalmente pelo advento de novas tecnologias, como a internet e as mídias sociais. Além disso, a estratégia também precisa considerar que não se trata mais de lidar com um cenário de sociedades fechadas, como na Guerra Fria. Por outro lado, a existência de organizações como Wikileaks torna mais difícil para os Estados Unidos agirem encobertos (ROSENTHAL, 2020).

Nos EUA, além da expressão “guerra híbrida”, muitos *think tanks* adotam os termos *gray zone conflicts* (conflitos de zona cinzenta), *asymmetric warfare* (guerra assimétrica), *irregular warfare* (guerra irregular) e *unconventional warfare* (guerra não convencional). A China, por sua vez, vem adotando a expressão *unrestricted warfare* (guerra irrestrita) na descrição dessas estratégias, enquanto a Rússia emprega o termo *soft power* (poder brando), *new generation warfare* (guerra de nova geração) e *non-linear warfare* (guerra não linear) (ROSENTHAL, 2020). Korybko (2015) destaca que a Rússia reconheceu o desenvolvimento das guerras híbridas em 2014, na Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional, que discutiu o crescente papel das “revoluções coloridas” dentro dos objetivos de política externa dos EUA. Durante a conferência, o Ministro da Defesa, Sergei Shoigu, destacou a participação crescente das “revoluções coloridas” e o Comandante das Forças Armadas da Rússia, Valery Gerasimov, abordou o conceito de “*adaptive approach*”, para se referir aos meios não-militares.

No documento estratégico do Pentágono de 2000, intitulado “Joint Vision: 2020”, sobre os desafios geopolíticos dos EUA no século XXI, destaca-se o conceito de “*full spectrum dominance*”²³. Para manter sua liderança e hegemonia internacional, os EUA deveriam manter o domínio no campo militar convencional, nuclear, geopolítico, econômico, tecnológico, da comunicação, da informação e dos direitos humanos. Praticamente tudo que pode ser utilizado como um fator decisivo no campo de batalha ou na consciência individual (KORYBKO, 2015). Em *Full Spectrum Domination*, o economista, historiador e jornalista estadunidense Frederick Engdahl (2009) destaca a busca declarada dos EUA por controle universal de todos os fatores de *warfare*: “do espaço sideral à galáxia da mente”. O autor cita o documento “Army Modernization Strategy” (2008), que faz menção a um estado de “*perpetual warfare*” em todos os campos e ao fenômeno da “revolução colorida” como método de dominação, destacando também a participação, o financiamento e a atuação de instituições, ONGs, órgãos de inteligência, meios de comunicação tradicionais e redes sociais.

Engdahl (2009) também afirma que os EUA promovem a democracia, o liberalismo e os direitos humanos como formas de fortalecer sua hegemonia e seu domínio global, utilizando-os como instrumentos geopolíticos para promover insurgências, explorar fraturas sociais, ganhar apoio local e derrubar regimes não alinhados aos interesses dos EUA. Exemplos da aplicação desses métodos, instrumentos e estratégias podem ser identificados no Irã, Guatemala, Vietnã, Gana, Congo e Brasil no século XX e contra Rússia, China, Irã, Sérvia, Hungria, Ucrânia, Geórgia e Venezuela no século XXI. Mais recentemente, operações psicológicas também foram utilizadas pelo exército dos EUA no Afeganistão e no Iraque para ganhar apoio da população local.

Dentre as estratégias utilizadas pela CIA ao longo das décadas, com o apoio das elites locais, de ONGs e de institutos, Engdahl (2009) destaca: propaganda, campanhas (des)informativas, eleições manipuladas, urnas sabotadas, extorsão, chantagens, escândalos sexuais, *fake news*, greves, espionagem e infiltrações, desmobilização da oposição, sequestro, tortura, agressões, intimidação, sabotagem econômica, formação de milícias e assassinatos. Paralelamente, aqueles considerados “inimigos do *big business*” também são perseguidos e rotulados de “comunistas”, como os liberais, moderados, sindicalistas, ativistas, estudantes, nacionalistas, opositores, ambientalistas, dentre outros. O autor observa ainda que, após a derrubada do regime, geralmente ascende um governo pró-EUA.

²³ Domínio de todas as áreas, fatores e atores que envolvem um conflito ou a manutenção da ordem (ENGDAHL, 2009).

Resumidamente, Korybko (2015) argumenta que o objetivo da *full dominance* é dominar todos os aspectos possíveis de um conflito ou de uma população/sociedade alvo. Dessa forma, a “revolução colorida” busca dominar os aspectos intangíveis (ideologia, psicologia e informação), enquanto a “guerra não convencional” busca dominar os tangíveis (espaços, estruturas, sistemas). Ambos formam a “guerra híbrida”, que é fruto da “guerra de quarta geração” e que tem como paradigma a “dinâmica do caos”. O caos, por sua vez, espalha-se no “sistema” do inimigo por meio de um “vírus ideológico” de modo a forçar o “reinício” do “sistema” (regime) para eliminar a ameaça. A “guerra não convencional” adiciona um elemento militar que promove insegurança e medo contínuo na equação. Dessa forma, a “guerra híbrida” apresenta-se como o domínio de fatores diretos, indiretos, tangíveis e intangíveis dentro de um conflito. É um “caos estruturado” que está sendo cada vez mais utilizado como arma/instrumento geopolítico e de política externa. Nesse sentido, a “guerra híbrida” torna-se tanto estratégia como método e instrumento. É um novo nível de guerra que transcende os conflitos militares tradicionais ao incorporar outras facetas e variáveis.

Vale ressaltar que, embora a “guerra híbrida” não queira ser revelada, muitas vezes é possível achar informações sobre esse fenômeno em livros, artigos analíticos, filmes, notícias, declarações, informações, documentos oficiais, sites oficiais, *think tanks*, relatórios, publicações e pesquisas. Korybko (2015) também ressalta que além de ser um fenômeno recente, em construção, difícil de prever e, sobretudo, de se observar, uma vez que pretende ser “invisível”, as “guerras híbridas” também são difíceis de controlar, sobretudo em países ocidentais e liberais, onde existem limites e dificuldades para regular, monitorar e censurar os meios de comunicação e a internet. A novidade dessa abordagem está no fato de que o sucesso depende simplesmente da criação e da manutenção do caos e de forças domésticas que ameaçam “rasgar” o tecido social de um determinado país-alvo. Não é necessário derrubar um governo, mas apenas dividir uma sociedade de modo a se criar instabilidades e incertezas em larga escala que reproduzam o caos e que draguem o estado-alvo para uma “armadilha” geopolítica. Essas características tornam necessários mais estudos e tempo para entender melhor como e onde o fenômeno está se manifestando, quais os principais atores envolvidos e quais seriam os melhores mecanismos e estratégias de defesa.

3 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE GUERRAS HÍBRIDAS POR RECURSOS

A escolha do tipo de estudo influi de forma determinante na investigação científica. O método deve ser alinhado face às necessidades de pesquisa, que, neste caso, propõe-se caracterizar a existência de “guerras híbridas por recursos” em relação ao petróleo no Brasil. Nesse sentido, formularam-se como questões iniciais: Quais são as principais disputas e conflitos? Como se manifestam e quais os principais atores, interesses, ações e estratégias envolvidas?

Para atingir os objetivos propostos e responder às questões de pesquisa, esta pesquisa científica aplicada, que tem como objetivo gerar conhecimentos para a aplicação prática, direcionando para a solução de problemas específicos, apresenta-se como um estudo exploratório. Dessa forma, busca-se aprofundar o conhecimento sobre um tema já conhecido, de abordagem qualitativa, procurando encontrar soluções subjetivas, provindas da interpretação.

Para o desenvolvimento deste estudo, além da pesquisa bibliográfica e documental, utilizou-se a metodologia de estudo de caso, considerado particularmente adequado quando as investigações pretendem responder a questões relacionadas com a forma (como?) ou com a razão (por quê?) da ocorrência de fenômenos sociais, assim como quando é necessário realizar um conhecimento aprofundado da realidade. Enquanto método, o estudo de caso surge da necessidade de se compreender fenômenos sociais complexos e envolve procedimentos de planejamento, coleta, análise e interpretação de dados (GIL, 2009). Dessa forma, possibilita uma análise sistematizada dos fenômenos, capaz de contribuir para o desenvolvimento científico, ajudando a construir, ilustrar e validar a teoria (YIN, 2010).

3.1 O estudo de caso

Com base nos referenciais teóricos de Yin (2010) e Gil (2010), a utilização da metodologia de estudo de caso nesta pesquisa compreendeu as seguintes etapas: (1) o desenvolvimento da teoria; (2) a seleção do caso e a definição das técnicas de coleta de dados; e (3) a análise de dados.

3.1.1 O desenvolvimento da teoria

A forma prática de estabelecer o arcabouço teórico é a revisão de literatura, que consiste na identificação, localização e análise de publicações que contêm informação relacionada ao tema da investigação (YIN, 2010) e que fornece importantes elementos para a reflexão, possibilitando a construção de um modelo de análise. Para responder às questões de pesquisa, o desenvolvimento da teoria tomou como base, em um primeiro momento, a literatura científica sobre a abordagem do conceito das “guerras por recursos” e de “guerras híbridas” a partir de uma revisão bibliográfica histórica, teórica e metodológica que levou em consideração tanto a literatura mais contemporânea quanto a literatura clássica sobre o tema.

A consulta a fontes documentais também é imprescindível em qualquer Estudo de Caso, fornecendo informações específicas, a fim de corroborar e aumentar a evidência dos resultados obtidos por meio de outros procedimentos, e promovendo maior estabilidade e confiança para a pesquisa (YIN, 2010; GIL, 2009). De forma geral, foi realizada uma pesquisa documental a partir de revisão bibliográfica (livros e artigos) e análise documental (tratados, leis, regulamentações) e de fontes primárias (dados, relatórios, notícias).

Foram utilizadas, como fontes primárias, informações e dados qualitativos e quantitativos de relatórios, documentos, tratados, legislações, mapas, sites de notícias e redes sociais de instituições governamentais, organizações internacionais, agências reguladoras, centros de pesquisa, meios de comunicação, movimentos sociais, dentre outros encontrados ao longo da pesquisa, assim como de outras organizações e instituições que abordam o tema da geopolítica do petróleo. Como fontes secundárias, utilizou-se diferentes literaturas teóricas e históricas dentro de uma perspectiva da Geopolítica, da Economia Política e das Relações Internacionais que trata de disputas e conflitos geopolíticos por recursos naturais no mundo, na América do Sul e, principalmente, no Brasil.

Além de obras clássicas da economia política, da geopolítica e das relações internacionais, foram base para esse estudo: as obras de Klare (2001, 2005, 2008) e Le Billion sobre “guerras por recursos” (2005a) e a “economia geopolítica de guerras por recursos” (2005b); a obra de Korybko (2015) sobre “guerras híbridas”; as obras de Yergin (2010, 2014) sobre a geopolítica do petróleo no século XX e sobre a busca por recursos tradicionais, alternativos, não convencionais e sustentáveis no século XXI; e a obra de Lobato (1956) sobre as disputas políticas relacionadas à exploração de petróleo no Brasil no início do século XX.

3.1.2 A seleção do caso e a definição das técnicas de coleta de dados

A seleção do caso, fundamentada na teoria e selecionada por critérios, focalizou uma investigação sobre disputas, conflitos e atores em busca de maior acesso e controle sobre o setor de petróleo do Brasil, sobre suas reservas e sobre a Petrobras, comparando com outras ações em diferentes países e regiões, de modo a identificar os elementos característicos de uma geopolítica de “guerras por recursos” e os principais meios pelos quais esses conflitos se manifestam.

Para atingir a proposta desta pesquisa, de identificar e qualificar a existência de “guerras híbridas” e de “guerras por recursos” no Brasil no século XXI, foram analisadas matérias divulgadas na imprensa tradicional e alternativa a respeito do tema central, em especial aquelas relacionadas à Petrobras e à Operação Lava Jato, no período de 2014 a 2022.

O material consultado constituiu o corpo inicial de análise deste trabalho, sendo possível identificar as principais estratégias envolvidas com o conceito de “guerras por recursos” e “guerras híbridas”. Dentre essas variáveis analisadas, posteriormente, foram selecionadas as estratégias mais relevantes para desenvolver a análise do setor de petróleo no Brasil. A identificação dessas estratégias, consideradas essenciais para análise do setor de petróleo no Brasil, levou em conta o acesso e a disponibilidade das informações e a complexidade envolvida na avaliação desse recurso, que necessita abarcar análises envolvendo os âmbitos: 1) militar, compreendendo os conflitos, intervenções militares, alianças militares, fornecimento de material bélico, mobilização de tropas e frotas e segurança de fluxos e rotas comerciais; 2) político, abrangendo desde o alinhamento diplomático, financiamento de grupos insurgentes e de oposição e *lobby*, até espionagem e esquemas de corrupção e políticas de combate à corrupção; 3) econômico, relacionado às políticas públicas, sanções econômicas e comerciais, contratos de concessões, aquisições e fusões de empresas, construção de infraestrutura para escoamento da produção, regulamentação e desregulamentação de mercados e economias e financiamentos e investimentos diretos; 4) jurídico, ligado aos processos e sentenças internacionais e domésticas, cooperação extraoficial entre instituições de diferentes países e *lawfare*; e 5) social, identificado a partir de matérias jornalísticas, campanhas midiáticas, *fake news*, relatórios, estudos, protestos, manifestos e greves.

3.1.3 A análise de dados

No presente trabalho, foi realizada a análise de dados de todos os documentos definidos previamente. Após a realização de toda coleta de dados, feita uma organização de todo o material levantado e a constituição de um quadro contendo a síntese teórica analítica, procedeu-se a análise dos dados, a partir dessas categorias analíticas. Essa análise orientou a descrição e discussão dos resultados.

Dessa forma, propõem-se apresentar os conceitos de “guerras híbridas” e “guerras por recursos”, suas principais definições, características, variáveis, aplicações e exemplos de modo a formar um conceito mais sólido para investigar a existência de “guerras híbridas por petróleo” no Brasil. A partir dessa definição, serão identificados disputas, conflitos, atores, meios, ações e outros elementos além do âmbito militar e bélico que podem ser associados a interesses geopolíticos por petróleo, sobretudo no âmbito econômico, político e social. Assim, busca-se identificar diferentes conflitos e disputas por recursos além do âmbito militar e bélico, mas sem confundi-los com relações “puramente” comerciais ou diplomáticas, como a simples exportação e importação comercial de petróleo; a atuação de uma empresa multinacional em território brasileiro; ou um tratado de livre comércio regional.

Objetiva-se, assim, identificar fenômenos e eventos que revelam interesses e disputas geopolíticos de atores internacionais sobre o petróleo brasileiro, como a ascensão e o predomínio de empresas estrangeiras nos leilões de exploração do Pré-Sal, nos processos de venda de ativos da Petrobras ou em favor de maior flexibilização e desregulamentação das legislações sobre o setor e as principais reservas. Além disso, pretende-se também observar disputas judiciais relacionadas ao petróleo tanto em âmbito doméstico quanto internacional, assim como mobilizações sociais promovidas por partidos políticos, meios de comunicação e movimentos sociais.

3.2 **Quadros metodológicos**

Para atingir a proposta desta pesquisa de identificar e qualificar a existência de “guerras híbridas” e de “guerras por recursos” no Brasil no século XXI, mais especificamente no setor de petróleo, após a pesquisa bibliográfica, foi feita uma organização lógica do material, por

meio da elaboração de um quadro metodológico – *Elementos geopolíticos (métodos, estratégias e ações)* (Quadro 1) a partir de um *framework* teórico que contém elementos referentes à “geopolítica do petróleo”, à “geopolítica de guerras por recursos” e à “geopolítica de guerras híbridas”. Esse arcabouço teórico, em sua forma final, foi constituído por uma apresentação organizada, sumarizada e comentada dos temas encontrados na literatura. Da “geopolítica do petróleo”, buscou-se trazer elementos e categorias de análise que estão presente em disputas e conflitos pelas principais reservas, ativos e mercados ao longo da história. Da “geopolítica de guerras por recursos”, elementos que caracterizam as disputas e os conflitos pelos principais recursos naturais e ativos energéticos no século XXI. E da “geopolítica de guerras híbridas”, elementos e categorias que compõem os conceitos de “revoluções coloridas” e de “guerras não convencionais” e que caracterizam disputas, conflitos, métodos e estratégias que têm como objetivo derrubar regimes e governos ou criar instabilidades em países e regiões que adotam posições contrárias aos interesses de determinada potência internacional, sobretudo dos EUA. Confira esses elementos de forma detalhada no Quadro 1.

Quadro 1 – Elementos Geopolíticos (métodos, estratégias e ações)

ELEMENTOS GEOPOLÍTICOS (MÉTODOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES)		
GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO	GUERRAS POR RECURSOS	GUERRAS HÍBRIDAS
Conflitos, intervenções e projeções militares em países produtores ou detentores de reservas, sobretudo promovidos por potências internacionais.	Busca por segurança energética: equilibrar a escassez/disponibilidade de recursos naturais estratégicos.	Revoluções Coloridas e Guerras Não Convencionais.
Formação ou presença de monopólios e oligopólios nacionais ou estrangeiros na produção, no refino, no transporte e no comércio de petróleo.	Aquisições de reservas, empresas e ativos em diferentes países e regiões.	Guerras informacionais e psicológicas e Campanhas midiáticas.
Crescente papel do estado sobre a cadeia produtiva (estatização e regulamentações de reservas, empresas e ativos).	Investimentos significativos em infraestrutura (<i>pipewar</i>).	Financiamento, apoio e treinamento de grupos políticos e sociais.
Maior verticalização de empresas (do poço ao posto).	Diplomacia (presidencial, militar, econômica, canhoneira), alinhamentos diplomáticos, alianças estratégicas, blocos e organizações internacionais relacionados à segurança energética.	Protestos, manifestações, ativismos e ataques em redes sociais.
Maior financeirização de reservas e ativos petrolíferos.	Sanções políticas e econômicas contra países produtores e detentores de reservas.	Fomento “o “nacionalismo” e combate ao “comunismo”.
Utilização do petróleo como arma geopolítica (choques e boicotes).	Crescente papel do estado em setores energéticos estratégicos.	Guerrilhas, milícias, forças especiais, apoio logístico e financeiro para insurgentes.
Maior projeção militar, política e econômica dos EUA sobre países e regiões produtoras.	Lobby e <i>lawfare</i> .	Apoio ou criação de caos social.
Busca por fontes e recursos alternativos.	Movimentos insurgentes e de resistência às pressões externas.	Espionagem, sabotagem e terrorismo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Vale ressaltar que a maior parte desses métodos, estratégias e ações é praticada majoritariamente de forma indireta, descentralizada e não oficial, tendo também como objetivo omitir a autoria de países ou governos e fazer com que essas ações pareçam endógenas, naturais e domésticas, dificultando ainda mais a identificação da origem desses fenômenos. As múltiplas manifestações em diversas áreas e esferas de atuação também nem sempre são coordenadas, simultâneas ou proporcionais, inexistindo *checklists*, fórmulas ou equações precisas sobre como operar esse tipo de guerra. As ações vão depender das condições e das capacidades de cada país envolvido, bem como das experiências históricas e de estudos e informações atuais. Nesse sentido, o quadro metodológico *Elementos geopolíticos (métodos, estratégias e ações)* serve como um guia para identificar esses elementos em um primeiro momento, para depois qualificá-los de acordo com suas particularidades.

Seguindo com análise do cenário das guerras híbridas por recursos, foi feito o mapeamento consolidado em um segundo quadro metodológico – *Geopolítica de Guerras Híbridas por Recursos* (Quadro 2) –, que combina elementos dos três cenários geopolíticos apresentados na forma de categorias e variáveis organizadas a partir de cinco esferas de atuação: militar/bélica; política; econômica; jurídica; e social.

Quadro 2 – Geopolítico de Guerras Híbridas por Recursos

GEOPOLÍTICA DE GUERRAS HÍBRIDAS POR RECURSOS			
Estado de conflitos e disputas internacionais e globais pelos principais recursos naturais e energéticos estratégicos que são travados tanto no âmbito militar e bélico quanto nos âmbitos político, econômico, jurídico e social.			
TIPOS DE CONFLITO	DEFINIÇÃO/OBJETIVOS	MÉTODOS, ESTRATÉGIAS, AÇÕES	ATORES
Âmbito Militar/Bélico	Guerras, conflitos, intervenções, movimentos militares e ações violentas que buscam controlar reservas, ativos e fluxos energéticos ou destituir/deslegitimar um determinado regime, governo ou país que atua de forma contrária a interesses externos.	Conflitos Bélicos; Intervenções Militares; Mobilização de Tropas; Exercícios Militares; Diplomacia da Canhoneira; Diplomacia Militar; Alianças Militares; Fornecimento de Material Bélico; Guerras Não Convencionais; Guerras por Procuração; Guerrilha; Inteligência; Espionagem; Terrorismo; Sabotagens; Confisco; Uso da Força e da Violência; Ameaça; Insurgência; Resistência.	Estados; Governos; Forças Armadas; OIs; Agências de Inteligência, Espiões; Terroristas; Sabotadores; Mercenários; Forças Especiais; Movimentos Insurgentes e de Resistência etc.
Âmbito Político	Conflitos, disputas e articulações políticas e diplomáticas que visam garantir acesso e controle sobre reservas e ativos energéticos ou deslegitimar atores políticos relacionados à questão.	Alinhamento Diplomático; Alianças Estratégicas; Formação de Blocos e Organizações Internacionais; Sanções Políticas e Econômicas; Boicotes e Choques; Políticas Públicas Intervencionistas, Desenvolvimentistas, ou de Combate à Corrupção; Financiamento de Grupos Insurgentes, Movimentos Políticos e Partidos de Oposição; Lobby; Esquemas de Corrupção.	Estados; Governos; Organizações Internacionais; Instituições; Grupos e Partidos Políticos; Figuras Políticas ou Burocráticas; Grupos Insurgentes ou de Resistência; Empresas.
Âmbito Econômico	Disputas, conflitos, articulações e iniciativas econômicas, financeiras e comerciais que buscam acessar, controlar e influenciar reservas, produção, mercados, fluxos comerciais e financeiros e tecnologias relacionadas a recursos naturais e energéticos estratégicos.	Constante Atuação do Estado (estatizações, intervenções, parcerias público-privadas, regulamentações, promoção das empresas nacionais); Formação ou Presença de Monopólios/Oligopólios; Crescente Financeirização de Ativos; Sanções Econômicas e Comerciais; Aquisições, Fusões e Concessões (Empresas, Ativos, Tecnologias); Investimentos e Financiamento; Construção de Infraestrutura (<i>Pipewar</i>); Criação de Fundos Soberanos; Formação de Estoques Emergenciais.	Estados; Governos; Grupos Políticos; Organizações e Blocos Internacionais; Instituições; Empresas Estatais; Empresas Privadas; Fundos de Investimento; Movimentos Sociais; Sindicatos; Trabalhadores.
Âmbito Jurídico	Disputas, conflito e articulações jurídicas que buscam garantir interesses nacionais e internacionais sobre recursos e ativos energéticos por meio da utilização arbitrária de leis, sistemas, meios e instrumentos jurídicos e policiais.	Utilização de Leis e Meios Jurídicos de forma arbitrária (<i>Lawfare e Law Enforcement</i>); Legislações Ambientais; Políticas Internacionais e Domésticas de Combate à Corrupção; Cooperação extraoficial entre instituições de Justiça e Inteligência; Investigações; Delações; Processos; Sentenças; Prisões Arbitrárias e Midiáticas.	Estados; Governos; Parlamentos; Instituições; Ministério; Tribunais; Polícias; Agências de Inteligência; Juízes; Procuradores; Advogados; Agentes; Meios de Comunicação.
Âmbito Social	Disputas, conflitos e guerras informacionais e psicológicas que buscam dominar a narrativa, a ideologia, as informações e o comportamento de determinada população em relação aos recursos naturais e energéticos nacionais.	Campanhas Psicológicas, Midiáticas, Informacionais e Desinformacionais; Promoção de Caos e Desorientação; Matérias e Coberturas Jornalísticas Sensacionalistas; Difamações; <i>Fake News</i> ; Mobilizações e Ataques em Redes Sociais; Promoção e Apelo a Ideologias, Nacionalismos e Valores (Liberdade, Deus, Pátria, Família); “Demonização” de Atores Desenvolvimentistas ou de Esquerda; Financiamento e Treinamento de ONGs e grupos políticos e sociais; Estudos, Pesquisas e Big Data; Protestos, Manifestações; Movimentos de Resistência, Greves; Denúncias.	Estados; Governos; Meios de Comunicação; Grupos e Movimentos Políticos e Sociais; Redes Sociais; ONGs, Sindicatos; <i>Think Tanks</i> .

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

No âmbito militar/bélico, destaca-se o uso de força, violência e ameaças sobre países e regiões detentoras de recursos e ativos estratégicos, além de movimentos insurgentes e de resistência que visam conter as ações, pressões e projeções externas sobre os recursos em questão. Nesse sentido, busca-se observar a existência de conflitos bélicos, intervenções militares, mobilização de tropas, exercícios militares, diplomacia da canhoneira, alianças militares, fornecimento de material e de equipamentos bélicos e operações militares oficiais e não convencionais para garantir o controle ou a segurança de determinados territórios, fluxos de fornecimento e rotas comerciais. Dentre os principais atores envolvidos, destacam-se tantos os estatais, como estados nacionais, governos, forças armadas, forças navais, agências de inteligência e espionagem e organizações internacionais (OIs); quanto os não estatais movimentos insurgentes e de resistência, grupos terroristas, mercenários e forças especiais, que buscam tanto controlar quanto desestabilizar países e regiões detentoras de recursos naturais energéticos estratégicos.

No âmbito político, apresentam-se conflitos travados dentro das principais esferas de poder internacional e doméstico e a cooptação e a desestabilização de instituições políticas, diplomáticas e burocráticas e a utilização de figuras políticas e de cargos de poder ou próximos ao poder para fazer valer interesses geopolíticos externos. Nesse sentido, destacam-se como métodos, estratégia e ações: alinhamentos diplomáticos, alianças estratégicas, formação de blocos e organizações internacionais, sanções políticas e econômicas, políticas públicas intervencionistas, financiamento e atuação de grupos e movimentos políticos, *lobby* e esquemas de corrupção, criação ou revogação de legislações, apoio direto ou indireto a golpes de estado, protestos, greves e boicotes. Dentre os atores envolvidos: estados, governos, OIs, instituições, presidentes, ministros, diplomatas, burocratas, grupos e partidos políticos (situação e oposição), figuras públicas, empresas, empresários, sindicatos, lideranças sindicais, grupos e movimentos sociais, movimentos de resistência e ativistas.

No âmbito econômico, estão as disputas por reservas, ativos, tecnologias, mercados, infraestruturas e investimentos, protagonizadas por estados, governos, organizações e blocos internacionais, empresas (estatais, privadas, nacionais e estrangeiras), cartéis, fundos de investimento, sindicatos e movimentos sociais. Como métodos, estratégias e ações, destacam-se: aquisições, fusões e concessões; formação/presença/desestabilização de monopólios e oligopólios; *lobby*, financeirização de ativos, sobretudo a aquisição de ativos por meio de bolsas de valores e participações; criação de fundos soberanos ou de *hegde funds*, formação de estoques estratégicos ou emergenciais. Além disso, destaca-se o crescente papel e controle do estado sobre esses recursos por meio de estatizações, parceiras público-privadas,

regulamentações, sanções econômicas e comerciais, financiamento e construção de infraestruturas (*pipewar*).

No campo jurídico, observa-se conflitos e disputas travadas por meio de sistemas, instituições e atores jurídicos (*lawfare*), que têm como objetivo minar a legalidade de um país, instituição, empresa, grupo ou figura política a partir da utilização arbitrária, constrangedora ou ilegal de meios jurídicos e policiais (*law enforcement*), como legislações, investigações, processos, sentenças, prisões, delações, políticas de combate à corrupção, cooperação extraoficial, vazamento de informações e espionagem. Dentre os principais atores envolvidos, estão: estados, governos, instituições, agências e órgãos governamentais, escritórios de advocacia e *compliance*, ministros, juízes, procuradores, advogados, policiais, agentes de inteligência.

No campo social, são relevantes os conflitos e as disputas travadas por atores da sociedade civil, por meios de comunicações, mídia e redes sociais, por organizações não governamentais, por centros acadêmicos e de pesquisa e por fóruns de debates (*think tanks*) que visam minar regimes e atores e ganhar o apoio de determinada população. É uma disputa pela maneira de pensar, pelo controle das ideias e das narrativas. Dentre os métodos, estratégia e ações utilizados, destacam-se: campanhas (des)informativas e psicológicas, matérias e coberturas jornalísticas sensacionalistas, conferências, protestos, difamações, mentiras (*fake news*) e mobilizações e ataques virtuais e cibernéticos que visam desorientar e criar “efeito enxame” a partir de estudos especializados e *big data*. Destaca-se também, nesse campo, a promoção de ideologias, nacionalismos e valores apelativos, como “liberdade”, “deus”, “pátria” e a “demonização” de grupos e partidos desenvolvimentistas ou de esquerda. Também é observada a utilização de protestos e manifestações, bem como o financiamento e treinamento de grupos de oposição que visam criar instabilidades e fortalecer suas respectivas narrativas. Do outro lado, observam-se movimentos sociais, e de resistência, denúncias, protestos e mídias alternativas.

A partir do desenvolvimento dessa teoria, pode-se definir a “geopolítica de guerras híbridas por recursos” como um estado de conflitos e disputas internacionais e globais pelos principais recursos naturais, energéticos e estratégicos (petróleo, gás natural, terra, recursos hídricos, recursos florestais e minerais) que são travados tanto no âmbito militar e bélico quanto nos âmbitos político, econômico, jurídico e social. Caso o controle direto dos recursos não seja possível em um primeiro momento, abordagens indiretas poderão ser utilizadas para provocar a desestabilização ou substituição de um determinado regime, governo, organização ou instituição. É uma guerra global, local, difusa, descentralizada, fluída, indireta, intangível e

também tangível. Um conjunto de estratégias e ações geopolíticas realizadas em diferentes áreas por diferentes atores de formas simultâneas, mas nem sempre coordenadas entre si. Tudo isso está inserido dentro de um contexto estratégico militar de “guerras de quarta geração”, que busca dominar todos os espectros (*full spectrum domination*) de um conflito por meio de métodos, ações e estratégias que promovem “caos” e “desorientação”, como as “guerras por procuração”, a “engenharia do consenso”, o “*neocortical warfare*” e as “guerras em redes sem lideranças”.

Nesse sentido, diante do que foi apresentado até aqui, propõe-se agora analisar o Brasil à luz do desenvolvimento teórico e metodológico realizado a partir dos conceitos “guerras por recursos” e de “guerras híbridas”, de modo a entender as disputas, conflitos, pressões, ações, métodos e estratégias aplicadas sobre os recursos do país por diferentes atores e em diferentes contextos e esferas de poder, bem como a posição, a atuação, as potencialidades, os riscos e as vulnerabilidades do país dentro da geopolítica mundial. Para tanto, buscou-se, utilizar o quadro teórico/metodológico apresentado como um guia para identificar e qualificar algumas disputas, conflitos, eventos, ações e posições adotadas por diferentes atores que podem ser caracterizados como elementos, métodos, estratégias e ações de “guerras híbridas por recursos”. Dessa forma, buscou-se analisar o Brasil a partir do âmbito militar/bélico, político, econômico, jurídico e social, ressaltando os principais elementos de análise contidos em cada âmbito.

4 O SETOR DE PETRÓLEO NO BRASIL À LUZ DAS “GUERRAS HÍBRIDAS POR RECURSOS”

Neste capítulo, propõe-se analisar o setor de petróleo do Brasil a partir dos conceitos e das ideias apresentados nos capítulos anteriores e de algumas categorias que ajudam a compreender de que forma a “geopolítica de guerras híbridas por recursos” se manifesta no Brasil no setor de petróleo, assim como se caracterizam os principais conflitos, atores, ideologias, estratégias, práticas e características relacionadas aos fenômenos; as principais ações, reações e eventos; e as ameaças à soberania e ao desenvolvimento nacional.

O Brasil foi escolhido para ser estudado a partir de uma lógica geopolítica de “guerras híbridas por recursos” por diversos motivos. Além de ser um grande detentor de diversos recursos naturais e energéticos, é um país de formação colonial que foi objeto e palco de diversas pressões e disputas geopolíticas desde o século XV. Além disso, o Brasil desenvolveu diversas economias extrativistas, agrárias e primário-exportadoras que estiveram relacionadas aos seus recursos naturais e energéticos e que influenciaram tanto a política doméstica quanto a política externa do país ao longo da história. Nesse sentido, destacam-se as disputas e conflitos entre Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda por metais preciosos, produtos tropicais, recursos minerais, territórios estratégicos e outros recursos naturais; e as disputas e conflitos territoriais desses mesmos estados nacionais contra as populações indígenas, evidenciados, sobretudo, pelos conflitos entre portugueses e a confederação dos Tamoios em 1554 (GARCIA, 2005; CERVO; BUENO, 2008). Destacam-se também os ciclos econômicos de produtos primários que influenciaram na formação do Estado e no desenvolvimento da economia nacional, como o açúcar, no século XVII, o ouro no século XVIII e a borracha e o café no século XIX e início do século XX; e as políticas externas formuladas em defesa das exportações de produtos primários como o café, o minério de ferro e o urânio nos séculos XIX e XX (CERVO; BUENO, 2008).

Na segunda metade do século XX, sobressaem pressões, tensões, disputas e conflitos relacionados a diferentes processos de industrialização e de nacionalização de recursos estratégicos dentro de um contexto internacional marcado por diferentes conflitos geopolíticos e pela projeção diplomática, econômica e militar dos EUA. Nesse sentido, destaca-se o desenvolvimento da siderurgia e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), dentro de um contexto de “equidistância pragmática” do Brasil em relação aos EUA e à Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial; o desenvolvimento da mineração, por meio da

nacionalização e da estatização de recursos estratégicos, como areias monazíticas, minério de ferro, urânio e terras raras, dentro de um contexto de Guerra Fria, de proliferação nuclear e de disputas pelo fornecimento de materiais nucleares; e o desenvolvimento da indústria de petróleo e gás (exploração, produção, refino, distribuição) e a criação da Petrobras, influenciados pelas disputas entre as International Oil Company (IOCs) e as National Oil Company (NOCs), pela dependência externa do Brasil, pelos movimentos a favor da nacionalização do petróleo e pelas duas crises do petróleo (CERVO; BUENO, 2008; GARCIA, 2005).

Ainda no século XX, destacam-se a Guerra da Lagosta contra a França em 1963, que culminou na mobilização naval dos dois países em disputa pela exploração econômica da plataforma continental marítima brasileira; o desenvolvimento da agricultura, por meio da expansão da soja, dentro de um contexto de integração do território nacional, de conflitos entre o estado e as populações indígenas e de cooperação tecnológica internacional com o Japão; e o desenvolvimento do setor nuclear, em cooperação com a Alemanha, que teve como maior obstáculo as pressões dos EUA referentes à adesão do Brasil e de demais países em desenvolvimento ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), as crises financeiras da década de 1980, a política externa intervencionista dos EUA sobre a América Latina e a posição do Brasil de resistência e independência diante da tentativa das potências nucleares de “congelamento de poder mundial” (CERVO; BUENO, 2008; GARCIA, 2005).

No século XXI, as pressões internacionais sobre os recursos naturais e ativos energéticos brasileiros parecem ainda maiores e diversas, assim como os métodos, as estratégias e as ações por meio das quais essas pressões se manifestam (ALVARENGA, 2020). Atualmente, o Brasil é o quinto maior país em extensão territorial, o sexto maior em população e um dos maiores detentores, produtores e exportadores de gêneros alimentícios, de recursos e ativos florestais, hídricos e minerais, de terras agricultáveis, de energia solar e eólica e de petróleo e gás natural. Também é uma liderança histórica do Sul Global em temas ambientais e no processo de construção de um *framework* internacional referente ao desenvolvimento sustentável (LAGO, 2013). No entanto, é também um país que apresenta diversas instabilidades e crises políticas, econômicas, sociais e institucionais que levaram o país a um processo de radicalização social, à recessão e ao desmonte do estado. Nesse contexto, muitas disputas e conflitos por recursos naturais e ativos energéticos passaram a ocorrer no país com mais frequência, bem como uma maior degradação ambiental e maiores pressões internacionais, envolvendo estados nacionais, organizações internacionais, empresas nacionais e multinacionais, movimentos sociais e outros atores domésticos e externos.

No que diz respeito ao setor de petróleo, o Brasil figura entre os dez maiores produtores, consumidores e refinadores mundiais de petróleo e vem ganhando espaço como exportador a partir do desenvolvimento de tecnologias de exploração *offshore* e das reservas do Pré-Sal. No início do século XXI, o Brasil encontrava-se em posição de destaque dentro da geopolítica do petróleo pela ampliação de suas reservas a partir do Pré-Sal, pelo crescimento de sua produção domésticas e seus investimentos e pela internacionalização da Petrobras (IEA, 2019; YERGIN, 2014). No entanto, desde 2014, o país vem passando por crises e instabilidades políticas e econômicas relacionadas ao setor de petróleo, à Petrobras e ao Pré-Sal, das quais se destaca a Operação Lava Jato de combate à corrupção, que levantam questões sobre a existência de “guerras híbridas por recursos” no Brasil e sobre os riscos e ameaças à soberania e ao desenvolvimento nacional (ALVARENGA, 2020; ALVARENGA; DANTAS, 2020).

Mesmo tendo o petróleo como caso principal, buscou-se ressaltar, nesta pesquisa, disputas, conflitos, métodos, estratégias e ações que se relacionam a outros recursos e que também podem ser entendidas a partir de uma “geopolítica de guerras híbridas por recursos”. Tendo como guia o quadro metodológico de “Geopolíticas de Guerras Híbridas por Recursos” (Quadro 2, Capítulo 3) desenvolvido nesta pesquisa a partir dos principais fenômenos relacionados aos conflitos e às disputas internacionais por recursos a partir de métodos, estratégias e ações de “guerras híbridas”, os resultados são apresentados em cinco categorias relacionadas aos âmbitos destacados: militar/bélico, político, econômico, jurídico e social. Essas características são, respectivamente: 1) Pressões, projeções e intervenções militares na América do Sul e a mudança de postura do Brasil; 2) A negligente e subserviente atuação política e diplomática do Brasil em relação ao setor de petróleo; 3) O combate à corrupção e o *lawfare* como estratégia geopolítica sobre recursos, ativos e setores estratégicos; 4) A ideologia neoliberal, o mito do Estado ineficiente e os acelerados processos de desinvestimentos e privatizações; 5) Narrativas, campanhas (des)informativas e resistência social.

No entanto, vale lembrar que o quadro metodológico serve como um instrumento de análise flexível, que busca orientar a qualificação e a uma possível quantificação do fenômeno, e não como um *checklist* ou condições necessárias para sua manifestação. Muitas vezes, um caso pode apresentar somente uma ação em um determinado campo, ou diversas ações em mais de uma área de atuação, assim como uma disputa pode se desdobrar para diversos âmbitos de atuação. Da mesma forma, os métodos podem ser executados por diferentes atores ou complementados por outros métodos que não estão necessariamente coordenados entre si. Vale lembrar que as “guerras híbridas por recursos” são disputas e conflitos permanentes e “invisíveis” que não desejam ser identificados nem relacionados aos seus atores. Nesse sentido,

quanto mais estratégias, ações, atores, recursos, disputas e conflitos identificados e associados, maiores são as chances de um determinado país estar promovendo ou sofrendo pressões geopolíticas híbridas por recursos. No caso do Brasil, partimos da hipótese de que o país se encontra vulnerável e ameaçado por diferentes pressões externas que podem ser classificadas como métodos, estratégia e ações de “guerras híbridas por recursos”.

4.1 Pressões e disputas por recursos naturais e ativos energéticos no campo militar/bélico

No campo militar/bélico, destacam-se guerras, conflitos, intervenções, ameaças, movimentos militares e ações violentas que buscam controlar reservas, ativos e fluxos energéticos ou apoiar, destituir ou deslegitimar um determinado regime, grupo político ou governo que detém ou que também busca o controle sobre determinados recursos. Assim, a partir da análise desenvolvida nesse campo, podemos distinguir dois importantes movimentos relacionados ao Brasil no século XXI. Um primeiro movimento relacionado às pressões, projeções e intervenções militares de potências estrangeiras na América do Sul, sobretudo dos EUA, em regiões detentoras de petróleo e de outros recursos naturais estratégicos; e a mudança de postura do Brasil em relação às ameaças externas, passando de uma postura mais independente e soberana para uma mais negligente e até subserviente, sobretudo no que diz respeito as intervenções e ações dos EUA.

Em relação às pressões, projeções e intervenções militares na América do Sul, atualmente, não existe uma guerra tradicional em curso no Brasil envolvendo estados nacionais e suas respectivas forças armadas em busca de controle e acesso aos recursos naturais e energéticos do país. No entanto, existem diferentes pressões, projeções e intervenções militares e paramilitares externas sobre o Brasil e seu entorno regional, que promovem instabilidades políticas e econômicas e riscos à soberania brasileira e sul-americana e aos recursos naturais da região, levantando questionamentos sobre a existência de “guerras híbridas por recursos” no Brasil e na América do Sul. Por outro lado, existem ações de resistência e alinhamentos externos por parte do Brasil e de alguns países da região que também evidenciam as disputas, conflitos, tensões e pressões externas, regionais e domésticas pelo controle ou acesso aos recursos estratégicos do continente. Dentre essas pressões, projeções e intervenções militares ou bélicas, podem ser destacados alguns elementos que também compõem o conceito de “guerras não

convencionais”, como intervenções militares não oficiais, golpes de estados indiretos, diplomacia militar, pactos de segurança coletiva, fornecimento de armas e treinamentos, mobilizações navais, ameaças, espionagem, dentre outros métodos relacionados ao âmbito militar/bélico.

Nesse sentido, pensando nas pressões, projeções e intervenções militares e paramilitares relacionadas diretamente ou indiretamente ao Brasil, à Petrobras e ao petróleo brasileiro, que se encontra majoritariamente em reservas marítimas ao longo de seu litoral, chama a atenção a crescente projeção militar, naval e paramilitar dos EUA na América do Sul a partir de 2001, sob o contexto de Guerra ao Terror e sob a justificativa de proteger os interesses geopolíticos e a segurança energética do país, e as diplomacias militares de Rússia e China, geralmente estabelecendo um “contrapeso” às ameaças dos EUA aos países da região não alinhados à sua política externa. Além disso, destacam-se disputas, conflitos e tensões entre os países da região e o estabelecimento de alianças militares externas com essas mesmas potências internacionais.

Nesse contexto, destaca-se a continuidade da política internacional de combate ao narcotráfico no continente por meio do Plano Colômbia de 1999, que ganhou diferentes conotações ao longo das décadas, mas manteve a constante presença de forças militares, de segurança e judiciais dos EUA na Colômbia ao longo do século XXI (GAO, 2008). De 2000 a 2015, a Colômbia recebeu aproximadamente 10 bilhões de dólares para modernizar suas forças armadas e de segurança e suas instituições de justiça sob a justificativa de combate ao narcotráfico e ao terrorismo no país e na região. Em contrapartida, a Colômbia permitiu a presença dos EUA em seu território por meio de bases operacionais e da atuação de diferentes agências norte-americanas, como o exército, o Department of Defense (DoD), o Drug Enforcement Administration (DEA) e o Department of Justice (DoJ – Departamento de Justiça dos EUA) (FERNÁNDEZ, 2018). Em 2005, sob o governo Álvaro Uribe, o plano foi ressignificado para combater o “narcoterrorismo”, recebendo ainda mais investimentos; Em 2016, durante os governos Manuel Santos, na Colômbia, e Barack Obama, nos EUA, o plano foi substituído pelo programa Paz Colômbia, que colocou 450 milhões de dólares à disposição do governo colombiano para mais investimentos na área de segurança e social. Na ocasião, o presidente Manuel Santos agradeceu a ajuda militar e social dos EUA para evitar que a Colômbia virasse um “estado falido”. Obama, por sua vez, disse que a Colômbia tem sido um parceiro tradicional dos EUA em tempos de guerra e agora também em tempos de construção da paz (RAMPTON, 2016).

Em dezembro de 2017, também foi assinada uma carta de intenções entre EUA, Colômbia e México, para “proteger a soberania das águas territoriais e das zonas econômicas

exclusivas de cada nação”. Geograficamente, esse pacto de segurança coletiva cobriria o Golfo do México, parte da América Central e do Caribe colombiano, podendo, no entanto, monitorar e influenciar operações no Atlântico Sul e no Pacífico. Em janeiro de 2018, em razão das eleições na Venezuela, militares dos EUA também se deslocaram para território panamenho, sob a justificativa de proteger o canal. Além disso, destaca-se a projeção dos EUA sobre as forças armadas e a polícia do Equador e a presença de militares dos EUA no país durante o governo Lenín Moreno, sob o pretexto de combater o terrorismo e o tráfico de drogas na região, incluindo treinamento, inteligência, troca de informações e acesso a escolas militares dos EUA. Em uma visita ao Equador, o vice-comandante do Comando Sul, Joseph P. Di Salvo, reuniu-se com as mais altas autoridades para “coordenar ações” e disse que era preciso pensar em uma nova estratégia que supere o Plano Colômbia em termos de atuação e que combine esforços em todo o território sul-americano (FERNÁNDEZ, 2018).

Outro caso importante, nesse contexto, foi a participação indireta dos EUA na tentativa de golpe de estado na Venezuela em 2002, após o presidente venezuelano Hugo Chavez rever os contratos de exportação de petróleo da Petróleos de Venezuela (PDVSA) e mudar a gestão e as políticas relacionadas ao setor de petróleo do país. Após a tentativa de golpe orquestrada pela oposição em conjunto a alguns grupos policiais e militares alinhados e apoiados pelos EUA, Chavez passou a criticar abertamente o imperialismo dos EUA e alinhou-se militarmente e diplomaticamente à Rússia e ao Irã. Com a morte do mandatário em 2013 e a sua sucessão por Nicolas Maduro, as pressões militares e paramilitares e as políticas de desestabilização dos EUA tornaram-se ainda mais constantes no país, tanto por meio de sanções, ameaças navais e confisco de navios petroleiros quanto por meio de intervenções paramilitares de mercenários americanos contratados pela oposição para depor o presidente Maduro em 2020 (FELLETT, 2018).

Essas pressões, por sua vez, também levaram a Venezuela a estreitar relações diplomáticas e militares com a Rússia e com a China, que passaram a fornecer equipamentos bélicos, treinamentos militares e empréstimos financeiros ao governo Maduro. Para China, a Venezuela representa um grande fornecedor de petróleo em potencial, enquanto, para a Rússia, um aliado na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), sendo também um destino para os investimentos de empresas do setor de energia dos dois países e um aliado geopolítico contra a hegemonia dos EUA. Além disso, o apoio de China e Rússia após as eleições na Venezuela garantiram força política ao governo Maduro em meio ao não reconhecimento internacional de sua eleição por governos ocidentais alinhados aos EUA (FELLETT, 2018).

Em 2018, a Rússia enviou aviões militares com capacidade nuclear para realizar manobras conjuntas com as forças armadas da Venezuela. Na ocasião, o ministro da Defesa venezuelano declarou que os exercícios servem “para preparar a defesa do país caso seja necessário” (RÚSSIA MANDA..., 2018). Além disso, a empresa estatal e exportadora de armas Rosoboronexport, que fabrica o fuzil Kalashnikov, anunciou que pretendia abrir uma fábrica na Venezuela, assim como um centro de manutenção de helicópteros. As transações financeiras, por sua vez, deveriam ser realizadas em moedas locais, de modo a não se submeter à influência do dólar (EXPORTADORA..., 2018). A China, por sua vez, concedeu empréstimos de 5 bilhões de dólares à Venezuela para superar as sanções impostas pelos EUA e pela ONU e para estreitar as relações comerciais entre os países, sobretudo no que diz respeito às exportações de petróleo (CHINA..., 2018). Os ministros das Relações Exteriores da China e da Rússia ainda declararam que seus países estão dispostos a dar toda ajuda que puder à Venezuela (PREMIÊ..., 2018; RUSSIA SE DIZ..., 2018).

No que diz respeito diretamente ao Brasil, destaca-se a ocupação militar e a nacionalização de duas refinarias da Petrobras na Bolívia em 2006, após o então presidente Evo Morales anunciar a nacionalização da exploração do gás e do petróleo no país. A assinatura do decreto de estatização foi realizada sem que a Petrobras fosse informada previamente. Na ocasião, a Petrobras detinha investimentos de aproximadamente 1 bilhão de dólares no país e era responsável por fornecer 62% do gás natural consumido no Brasil e 15% do produto interno bruto (PIB) boliviano. O episódio causou tensões diplomáticas entre os países e um grande desgaste político interno no governo Lula. As medidas de Morales também determinaram que o Estado assumisse o controle acionário das duas refinarias da Petrobras no país e de outras empresas e ativos estrangeiros por meio do controle majoritário da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFBO). Além disso, o decreto aumentou o imposto sobre o gás de 50% para 82%. Caso as empresas não aceitassem as medidas, teriam que deixar o país após prazo de 180 dias. Em discurso no megacampo de gás de San Alberto, explorado pela Petrobras Bolívia, Morales (apud MAISONNAVE, 2006, s.p.) pediu “aos companheiros trabalhadores da Petrobras presentes a ser fiéis com a sua pátria, a respeitar disciplinadamente este decreto supremo para que esse recurso natural retorne às mãos do povo boliviano”. Ao total, as Forças Armadas bolivianas assumiram a segurança das 56 instalações de hidrocarbonetos em todo o país (MAISONNAVE, 2006).

Morales também prometeu nacionalizar outras áreas e outros recursos estratégicos do país (MAISONNAVE, 2006), no entanto, após três mandatos de políticas nacionalistas e uma quarta reeleição, em 2019, o mandatário sofreu um golpe de estado orquestrado pela oposição

e por setores das forças armadas bolivianas alinhados aos EUA, que coordenaram um massacre aos apoiadores de Morales, que fugiu exilado para o México (GREENWALD, 2020). O golpe foi comemorado pelo então secretário de Estado dos EUA Mike Pompeo, que havia questionado a legitimidade do processo eleitoral, validado posteriormente pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 2020, o partido de Morales voltou ao poder com vitória eleitoral de Luis Arce, e Morales voltou ao país após o governo assumir e prender parte da oposição vinculada ao golpe (GREENWALD, 2020). Em entrevista, em 2021, o ex-presidente falou sobre os golpes de estados judiciais e parlamentares na América Latina apoiados pelos EUA e sobre a relação desses golpes com os recursos naturais bolivianos e sul-americanos, como lítio e hidrocarbonetos. Para Morales, seu golpe foi influenciado pela venda de lítio para a China e contou com o apoio e participação da Central Intelligence Agency (CIA) e dos governos argentino e brasileiro e de outros atores que apoiam a deposição de governos eleitos não alinhados em nome da “democracia” (EVO MORALES..., 2021).

Também chama a atenção as mobilizações da marinha dos EUA no Atlântico Sul, que passaram a ser mais frequentes após a descoberta do Pré-Sal em 2006, com a reativação do South Command e da IV Frota em 2008, (KLARE, 2008; KORYBKO, 2015). No mesmo período, também foi criado o Air Forces Southern (AFSOUTH), um comando da Força Aérea dos EUA, vinculado ao South Command, que tem como objetivo controlar e monitorar o espaço aéreo sul-americano (O PETRÓLEO..., 2019). Essas mobilizações, por sua vez, fazem parte de uma estratégia militar expansionista global dos EUA que busca maior influência geopolítica sobre regiões vitais para a segurança energética e interesses comerciais do país, conforme já declarado por diversos autores, atores, instituições, relatórios e documentos das forças armadas dos EUA já citados por esta pesquisa (KLARE, 2008; KORYBKO, 2015). Nesse contexto, servem também para patrulhar e mapear regiões estratégicas para a exploração e para o comércio de petróleo, sobretudo o Pré-Sal brasileiro e as áreas *offshore* na costa africana. Vale lembrar que, em 1986, a região foi declarada Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) por meio uma resolução da ONU proposta pelo Brasil, assegurando o uso pacífico do mar entre os Estados ribeirinhos (GARCIA, 2005).

Diante dessas ameaças e riscos à soberania nacional e aos recursos estratégicos do Brasil e da região, o governo Lula tomou algumas iniciativas na área de defesa e de segurança. Nesse sentido, apoiou a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2008, no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), que tinha como objetivo elaborar coordenar as políticas de defesa coletiva do continente sem a interferência dos EUA e integrar as indústrias de materiais bélicos dos países da região. Além disso, as forças armadas do Brasil passaram a

realizar exercícios militares que simulavam a proteção da costa e dos recursos marítimos brasileiros. Em 2008, a Operação Atlântico realizou exercícios na região Sudeste do país e, em 2010, a Operação Atlântico 2 ampliou o escopo do treinamento para o Nordeste, respondendo a ameaças às infraestruturas petrolíferas do país e à pesca ilegal. Em entrevista, o contra-almirante Paulo Ricardo Médici, subchefe de operações do Comando de Operações Navais da Marinha, disse que a segunda operação seria muito mais complexa e com maior grau de realismo, abrangendo também as bacias de Santos e Campos, as usinas nucleares de Angra dos Reis e outras instalações energéticas. Para o contra-almirante, embora o Brasil não sofra nenhuma ameaça específica, é preciso proteger a região à medida que o país possui mais plataformas marítimas de petróleo operando. Dentre as simulações, destaca-se um ataque de submarinos e a ocupação de forças inimigas em uma plataforma de petróleo. A operação mobilizou 10 mil membros das três forças armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), além de navios e aviões de guerra. No entanto, Médici também reconheceu a necessidade de modernização dos equipamentos e armamentos brasileiros, especialmente de navios-patrolha e navios-escolta, para garantir a proteção adequada da costa, que possui 8.500 quilômetros de extensão. Nesse sentido, ele destaca a importância dos submarinos a propulsão nuclear (resultado de um acordo com a França que prevê a transferência de tecnologias) e da aquisição de novos aviões caças para garantir a segurança e a soberania nacional (SIMÕES, 2010).

Em 2011, o governo brasileiro também publicou o *Livro Branco de Defesa Nacional*, estabelecendo diretrizes para as políticas de defesa nacional e definindo o termo Amazônia Azul para se referir às águas e aos recursos marítimos sob jurisdição brasileira. O texto traz que a Amazônia Azul abriga reservas de petróleo em águas profundas e ultraprofundas que são importantes para o desenvolvimento do país e ressalta a necessidade de intensificar medidas de acompanhamento, monitoramento e controle sobre o tráfego marítimo e sobre incidentes na região. Destaca ainda que, além do Pré-Sal, parte do petróleo importado pelo Brasil vem de países localizados na faixa equatorial do Atlântico e que os *royalties* pela produção de petróleo foram responsáveis por 78,6% da receita da Marinha em 2011 (BRASIL, 2020).

Ainda sobre ameaças e riscos à soberania nacional, destacam-se os casos de espionagem à presidente Dilma Rousseff e a membros do governo brasileiro e da Petrobras por parte da CIA e da National Security Agency (NSA) a partir de 2011, conforme revelado pelo site Wikileaks em 2013 e pelo ex-agente da CIA Edward Snowden, e as suspeitas de espionagem e o roubo de informações sigilosas da Petrobras no período (PEDROSA; MATSUKI, 2013; WIKILEAKS..., 2015). Em entrevista, o ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa, Celso Amorim, comentou que existe uma guerra cibernética de “baixa intensidade”, aberta e constante, na qual

o Brasil é vítima de ataque dos EUA. Também lembrou que, após os casos de espionagem da NSA sobre a Petrobras e a presidente Dilma, o governo tentou desenvolver um *software* nacional de comunicação interministerial, mas o projeto foi abandonado pelo governo interino após o *impeachment*. Amorim ainda questionou a intenção do governo de Michel Temer em privatizar a empresa estatal que administra os dados cibernéticos nacionais em favor de uma empresa estrangeira (FRAGÃO, 2020).

Outra questão significativa dentro desse contexto geopolítico de “guerras híbridas por recursos” é a existência e o crescente estabelecimento de bases militares e operacionais dos EUA na América do Sul, permitindo uma maior projeção militar do país sobre a Amazônia e sobre o Aquífero Guarani, onde se encontram grandes reservas de recursos hídricos, minerais e petrolíferos. Atualmente, os EUA possuem aproximadamente 800 bases militares no mundo, incluindo 76 na América Latina, América Central e Caribe, sendo 12 no Panamá, 12 em Porto Rico, 9 na Colômbia e 8 no Peru (FERNÁNDEZ, 2018). Apesar dos EUA terem mudado o foco quanto à instalação de bases militares, optando por modelos de bases mais informais, legalmente ambíguos, mais baratos e mais fáceis de desmobilizar no caso de críticas ou pressões, muitas bases ainda realizam um grande número de exercícios militares operacionais em conjunto com as forças militares dos países da região. Nesse sentido, destacam-se os treinamentos entre Colômbia e o SOUTHCOM (Comando Sul dos Estados Unidos); o treinamento da Brigada Colombiana Contra Narcóticos, que ocorre desde 2014; o US – Colombia Action Plan de 2018; e os treinamentos de jatos F-16 entre a Guarda Aérea Nacional dos EUA e a Força Aérea Colombiana na base aérea de Palanquero em 2017, para simular possíveis conflitos com a Força Aérea da Venezuela, que possui jatos F-16 e Sukhoi. Além disso, existe uma crescente interação entre autoridades dos países, como a visita do Almirante Tidd do SOUTHCOM à Bogotá e a do presidente eleito Iván Duque ao Comando do Sul, em Miami, em 2018 (BALBINO FIGUEIRA, 2018).

Outra iniciativa relevante foi a aproximação entre EUA e Argentina em 2016, após o processo de *impeachment* no Brasil, para negociar a instalação de bases militares em Ushuaia, na Terra do Fogo, e na Tríplice Fronteira, próximo ao Aquífero Guarani, considerado uma das maiores reservas de água subterrânea do mundo e localizado entre os territórios de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Além do aquífero, a América do Sul ainda detém 47% das reservas hídricas superficiais e subterrâneas do mundo, com destaque também para o Aquífero Alter do Chão na região amazônica e para as bacias hidrográficas do continente. Em 2017, após reuniões com funcionários do Department of State (DoS – Departamento de Estado), do Federal Bureau of Investigation (FBI), da Drug Enforcement Administration (DEA – Administração de

Fiscalização de Drogas dos EUA) e do South Command, o governo da Argentina autorizou a instalação de uma base militar dos EUA na Tríplice Fronteira e assinou um acordo para criar um Centro Regional de Inteligência em Usuhaia (Patagônia Argentina). Em 2018, os EUA também anunciaram sua intenção de criar uma “base militar de ajuda humanitária” em Neuquén, na Argentina, onde a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) encontrou um enorme campo de petróleo em 2011 (FERNÁNDEZ, 2018).

Chama a atenção o fato de que essas bases não são somente bases militares, mas centros de guerra midiática e ciberguerra, nas quais o South Command trabalha em conjunto com diferentes instituições e agências dos EUA (Departamento de Defesa, NSA, DHS, FBI, CIA, DEA) e com as forças armadas dos países da região para detectar atividades “maliciosas”. Em março de 2018, o Comando Sul dos EUA tornou público informações sobre sua estratégia para a região nos próximos dez anos, identificando, como principais “perigos” e “ameaças”: Cuba, Venezuela, Bolívia, “a luta contra o narcotráfico”, as redes transnacionais ilegais e a maior presença da China, Rússia e Irã na América Latina e no Caribe. Também destacou a importância das forças de segurança de cada país em diferentes áreas relacionadas para combater essas ameaças. Ainda em 2018, o comandante do Comando Sul, almirante Kurt Tidd, apresentou ao Congresso dos EUA cenários, objetivos, meios e estratégias militares planejadas para a América do Sul de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (2018) do país e a Estratégia Nacional de Segurança (2017- 2018). Dentre as ações estratégicas, estão operações militares unilaterais, bilaterais ou multilaterais em resposta a qualquer crise na região. Segundo o almirante, “em termos de proximidade geográfica, comércio, imigração e cultura, não há outra parte do mundo que afete mais o cotidiano dos Estados Unidos do que a América Central, a América do Sul e o Caribe”. Nesse sentido, os EUA devem operar por meio de “redes de redes” que envolvam o South Command, as agências dos EUA e os países aliados. (FERNÁNDEZ, 2018).

Além dos EUA, a França também possui bases militares, navais, aéreas e centros espaciais na Guiana Francesa, próxima à foz do Amazonas e às reservas marítimas de petróleo recém-descobertas, localizadas entre a Venezuela e o Suriname. O petróleo e os recursos brasileiros e da região também estão inseridos nas políticas energéticas da França, assim como dos EUA, que coordenam suas políticas de segurança e defesa com questões energéticas. O Brasil, por sua vez, pleiteia, perante a ONU, a incorporação de 390 mil quilômetros quadrados na chamada Margem Equatorial, que comporta uma faixa do Atlântico que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte e é dividida em cinco grandes bacias sedimentares em uma área de mais de 1 milhão de quilômetros quadrados. Estima-se que a região da Foz do Amazonas possua até 15 bilhões de barris de petróleo e 30 trilhões de pés cúbicos de gás, localizados a uma

distância de cerca de 60 quilômetros do litoral, em águas rasas e profundas (O PETRÓLEO..., 2019).

Nesse contexto, as potências ocidentais com interesses nos recursos petrolíferos da região estão assegurando cobertura militar no Atlântico Sul à medida que suas empresas se inserem no setor energético brasileiro e sul-americano por meio de aquisições e de investimentos na área de exploração e produção, refino, distribuição e logística. No entanto, apesar da crescente militarização desse espaço em função da questão energética, observa-se a retração geopolítica e econômica do Brasil, somada a um maior alinhamento aos EUA e ao abandono das políticas estatais que tinham como objetivo garantir a segurança estratégica do país e promover o desenvolvimento do setor por meio da atuação da Petrobras (O PETRÓLEO..., 2019).

Ressalta-se ainda a mudança de postura do Brasil em relação às questões de segurança regional e internacional após o processo de *impeachment* em 2016. Desde 2003, o Brasil passou a ter uma postura mais independente em relação a suas iniciativas de segurança regional e internacional, tendo criado o Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da UNASUL e incentivado a integração da indústria bélica dos países da região. Além disso, o país participou de discussões e iniciativas multilaterais sobre segurança internacional, liderando operações de paz da ONU, exercendo posição de mediador nas negociações referentes ao acordo nuclear entre EUA e Irã e buscando maior aproximação na área de segurança com os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do Sul Global. No entanto, a partir 2016, os governos subsequentes (Temer e Bolsonaro), apoiados inclusive por parte das forças armadas, passaram a adotar uma postura de menor preocupação geopolítica em relação à segurança e à defesa nacional e de maior alinhamento à política externa dos EUA. O ministro de Minas e Energia do governo Bolsonaro, almirante Albuquerque Júnior, declarou não existir problemas em ceder o patrimônio mineral, energético e tecnológico a potências estrangeiras e em adotar um modelo de administração mais contábil que estratégico. Perguntado sobre o risco de desnacionalização e interferência econômica estrangeira no Pré-Sal, respondeu que o aspecto mais importante diz respeito aos recursos “estarem aqui e em condições de serem protegidos”. Além disso, o ministro apoiou a abertura da base de Alcântara aos EUA e a abertura do setor de minerais estratégicos a empresas estrangeiras, sobretudo do setor de urânio. Também apoiou a assinatura do protocolo adicional que amplia inspeções internacionais no Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e, por fim, defendeu a venda das refinarias da Petrobras (MAZUI; BARBIERI, 2020).

Nesse sentido, destaca-se a retomada das negociações entre Brasil e EUA sobre a Base de Alcântara, criada em 1983, cuja localização estratégica permite uma economia de até 30% de combustível nos lançamentos. Em 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o acordo foi rejeitado pelo congresso por questões referentes à inviolabilidade de equipamentos americanos. Em 2014, o governo Lula assinou um acordo de utilização da base com a Ucrânia que previa a transferência de tecnologia (russa). No entanto, a parceria foi frustrada por resultados negativos e minada por pressões dos EUA. Em 2017, o governo Temer retomou as negociações a partir de uma proposta brasileira e, em 2019, logo no início do seu mandato, Bolsonaro assinou o acordo com EUA durante uma visita oficial, cedendo a base de lançamento de foguetes de Alcântara (FELLETT, 2019). O acordo, que foi ratificado pelo Congresso Nacional, permite o uso comercial da base de Alcântara em troca de recursos para investir no desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro. No entanto, o acordo prevê salvaguardas tecnológicas por parte dos EUA, o que limita a transferência de tecnologia, e dispõe de uma cláusula de extraterritorialidade, que limitaria a soberania brasileira em determinados espaços da base. Pelo acordo, outros países que utilizam a tecnologia americana também poderão utilizar a base para fins civis, respeitados os acordos internacionais (MAZUI; BARBIERI, 2020). Em entrevista, o embaixador Roberto Abdenur, que chefiou a embaixada do Brasil nos EUA entre 2004 e 2006, elogiou o acordo com os EUA e criticou a parceria com a Ucrânia. Segundo o embaixador, os EUA detêm 80% do mercado global de componentes de satélites, sendo difícil explorar o setor sem o aval do país. Ainda segundo o embaixador, o acordo é positivo por viabilizar economicamente a base e por resolver os problemas de prejuízo à soberania nacional que existiam na primeira versão do acordo em 2000 (FELLETT, 2019).

Ainda sobre a mudança de postura geopolítica pelos governos recentes do país, em março de 2020, o Brasil assinou com os EUA um acordo de cooperação militar em Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação, que tem como objetivo fortalecer a diplomacia militar entre os países e facilitar a entrada de produtos da área militar e de segurança entre os países e demais aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O acordo foi celebrado com a visita de Bolsonaro ao centro do South Command na Flórida, marcando a primeira visita de um presidente brasileiro à unidade e o claro alinhamento do governo brasileiro aos interesses geopolíticos dos EUA. O evento ainda contou com a presença dos ministros da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, além do almirante Craig Feller do South Command. Segundo o Ministério da Defesa, o acordo “abre caminho para que os governos desenvolvam futuros projetos conjuntos alinhados com o mútuo

interesse das partes, aperfeiçoando capacidades militares”. O ministro da Defesa ainda ressaltou que o acordo fortalece as relações entre os países, sobretudo após a assinatura do acordo sobre a base de Alcântara em 2019 e o reconhecimento do Brasil como um aliado extra-OTAN dos EUA. Para o almirante Feller, o acordo foi histórico e foi possível discutir ameaças à democracia com Bolsonaro (MAZUI; KRUGER, 2020).

Em claro alinhamento aos EUA, o governo Bolsonaro também passou a não reconhecer o governo Maduro e a realizar exercícios militares que simulavam uma possível invasão do país vizinho. Em 2020, o Brasil realizou uma operação militar inédita na Amazônia durante a visita do então secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, ao país. A operação simulou uma guerra entre dois países na Amazônia em que o país “vermelho” invade o país “azul”, sendo o objetivo do treinamento expulsar os invasores. Em entrevista, o vice-presidente Hamilton Mourão declarou que é uma operação normal e que a presença do secretário dos EUA foi “coincidência”. Declarou ainda que o exército tem que estar pronto para qualquer situação, como “um time de futebol” que, “se não treinar, perde o jogo” (ALVES, 2020). Ainda em 2020, Brasil e Venezuela tiveram tensões militares na fronteira em meio a uma crise de refugiados.

Por fim, também chama a atenção o isolamento e o afastamento do Brasil em relação às disputas e aos conflitos internacionais que envolvem países estratégicos dentro da geopolítica do petróleo. Em 2020, questionado sobre os ataques dos EUA ao Irã e sobre possíveis impactos sobre o preço do combustível no Brasil, Bolsonaro demonstrou pouco conhecimento geopolítico referente à questão e declarou, de forma genérica, que as ações poderão ter impacto, mas que o preço do combustível “já está alto” e que “se subir muito, complica”. Declarou ainda que não pode “tabelar nada”, lembrando que o tabelamento da carne não deu certo no passado. Disse ainda que tentou falar sobre o assunto com o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, e com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, mas que ambos “não atenderam o telefone”. Diante da situação, disse que iria “conversar com quem entende”, que o Brasil está dando certo porque ele “não mete bedelho em tudo” e que iria se reunir com o ministro do GSI, Augusto Heleno, para se inteirar do que realmente aconteceu e emitir seu “juízo de valor” (GOMES, 2020).

Ainda sobre esse isolamento e afastamento, faz-se necessário destacar a solicitação para o Brasil se manter em uma posição de neutralidade. O ministro do GSI, general Augusto Heleno pediu ao presidente que mantivesse uma posição de neutralidade no conflito, sobretudo para preservar as relações diplomáticas e comerciais com o Irã. No entanto, após “inteirar-se” da situação, Bolsonaro declarou que a posição de seu governo é de se aliar a qualquer país do

mundo no combate ao terrorismo e que “todos sabem o que o Irã representa para seus vizinhos e para o mundo” (POSIÇÃO..., 2020).

4.2 A negligente e subserviente atuação política e diplomática do Brasil em relação ao setor de petróleo e demais setores energéticos

No âmbito político, destacam-se pressões, disputas e conflitos travados pelo controle de recursos e ativos estratégicos dentro das principais esferas de poder doméstico e internacional. No que diz respeito ao Brasil, observam-se disputas, conflitos e mudanças políticas domésticas envolvendo a Petrobras, o Pré-Sal e o setor de petróleo, promovidas por diferentes atores, assim como pressões externas, promovidas por estados, organizações internacionais e organizações não governamentais, que buscam exercer influência sobre o petróleo nacional e demais recursos naturais e ativos energéticos. Nesse sentido, destacam-se as mudanças de legislações, o desmonte das políticas de proteção à indústria nacional e as mudanças no comando da Petrobras, que passou a promover uma gestão de desinvestimentos e de vendas de ativos. Destacam-se também algumas reações políticas da oposição e alguns movimentos políticos de resistência, assim como as sucessivas trocas de comando da Petrobras, as crises institucionais na empresa e as tensões causadas pelas políticas adotadas pela presidência da estatal, que conflitam com as reivindicações dos movimentos sindicais organizados por petroleiros e caminhoneiros.

No âmbito internacional, houve, em um primeiro momento, uma postura mais soberana, independente e nacional-desenvolvimentista do Brasil em relação ao desenvolvimento do setor de petróleo e à segurança energética nacional, seguida de uma postura mais subserviente, de viés neoliberal e alinhada à política externa dos EUA e aos interesses das multinacionais do petróleo. Mais recentemente, observa-se o “desalinhamento” e o isolamento diplomático do Brasil e as pressões externas, relacionadas à segurança energética e ao desenvolvimento sustentável, promovidas por diferentes atores internacionais, inclusive pelos EUA.

No início do século XXI, o Brasil iniciou um novo ciclo de desenvolvimento econômico e de ascensão internacional, buscando associar soberania, segurança energética, crescimento socioeconômico e desenvolvimento tecnológico, sobretudo por meio da exploração do Pré-Sal e da internacionalização da Petrobras. Nesse contexto, a estatal aumentou seu portfólio de investimentos e de ativos estrangeiros e seu escopo de operações na América Latina e na África.

Além disso, os governos Lula e Dilma buscaram desenvolver e internacionalizar a indústria nacional para-petroleira a partir de legislações que protegiam o setor e direcionavam parte da renda do petróleo para o desenvolvimento de outros setores econômicos e sociais. Contudo, a partir de 2014, com a ascensão da operação Lava Jato, notam-se algumas disputas e conflitos políticos, bem como instabilidades, crises e mudanças relacionadas à política doméstica, à política externa e ao setor de petróleo brasileiro que também levantam questões sobre a existência de “guerras híbridas por recursos” no âmbito político.

Na virada do século XXI, chama a atenção o debate e as disputas políticas no Brasil em torno da Lei do Petróleo de 1997, que pôs fim ao monopólio da Petrobras e abriu o setor para competição estrangeira. De um lado, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), seguindo as premissas neoliberais do Consenso de Washington, defendia uma maior liberalização do setor, maior competitividade externa e abertura do capital da empresa à iniciativa privada por meio do mercado de ações, ao passo que a oposição, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e por movimentos sindicais, defendia a manutenção da Petrobras como uma empresa estatal integrada e alinhada aos interesses nacionais. O debate ganhou amplitude e, mais uma vez, dividiu a sociedade entre “nacionalistas” e “entreguistas”, ou “desenvolvimentistas” e “liberais”, com declarações, manifestações, greves, pedidos de *impeachment* e discussões calorosas no Congresso e em outras instâncias políticas, tanto a favor de uma maior abertura do setor aos capitais estrangeiros quanto em defesa da soberania e do desenvolvimento nacional contra ingerências externas. Ainda em 1995, uma greve de 31 dias, promovida pelo movimento sindical, envolveu 40 mil trabalhadores contra o descumprimento do acordo coletivo por parte da Petrobras, que previa a reintegração dos trabalhadores demitidos no governo Collor, e em defesa do monopólio da Petrobras no setor. A greve foi a maior manifestação do setor desde a Campanha do Petróleo e ficou marcada como uma pressão direta ao viés neoliberal do governo FHC (DIEESE, 2020), que ora se dizia a favor da privatização das estatais, mas que depois recuava diante das pressões políticas da oposição.

Diante dessas pressões, no segundo governo FHC, a Petrobras passou a investir no seu desenvolvimento tecnológico e na sua internacionalização. Em 2000, lançou o Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas (PROCAP 3000), que deu continuidade à exploração de petróleo *offshore* e lançou as bases para a descoberta e a exploração do Pré-Sal (ORTIZ NETO; COSTA, 2007). Em 2001, a empresa recebeu sua primeira concessão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para exploração dessas reservas e, em 2002, comprou a Perez Companc Energia, segunda maior empresa de petróleo da Argentina, que tinha operações no Brasil, Bolívia, Peru e Venezuela, dobrando a produção

total de petróleo do país. No governo Lula, a Petrobras continuou investindo em desenvolvimento e em sua internacionalização, ao passo que o setor de petróleo passou a ser mais regulado. Já em 2005, a Petrobras realizou a primeira extração do Pré-Sal e, em seguida, descobriu grandes reservas na Bacia de Campos e de Santos, colocando o Brasil em um novo patamar dentro da economia mundial do petróleo e elevando a estatal brasileira ao grupo das cinco maiores empresas de petróleo do mundo. Ainda em 2006, a Petrobras comprou a refinaria de petróleo de Pasadena nos EUA, medida que gerou protestos por parte de setores nacionais, que consideravam a operação um gasto desnecessário para a empresa (CHEVRON..., 2019).

Assim, em 2008, a estatal brasileira passou a ser a terceira maior empresa das Américas, quando investiu aproximadamente 54 bilhões de reais na economia brasileira e foi reconhecida internacionalmente pelos seus processos produtivos sustentáveis, eficientes e inovadores na exploração de petróleo em águas profundas. Em 2009, seguindo um viés mais nacional-desenvolvimentista, o governo Lula conseguiu aprovar a Lei de Partilha do Pré-Sal, que delegava ao Ministério de Minas e Energia, por meio do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a decisão de entregar determinadas áreas de interesse nacional diretamente à Petrobras ou de realizar licitações. No caso de licitações, a lei permitia a participação de empresas estrangeiras, mas estabelecia a Petrobras como operadora única do Pré-Sal e com participação mínima de 30% nos consórcios. Além disso, a nova legislação previa a criação de uma nova empresa estatal, a Petrosal, e um Fundo de Desenvolvimento Social (ANP, 2018a, 2018b; COUTINHO, 2018).

A partir de então, notam-se algumas ações e reações de grupos políticos, empresas multinacionais, governos estrangeiros e outros atores em torno do setor de petróleo brasileiro. Nesse sentido, tem-se, entre 2008 e 2010, o episódio do roubo de computadores e *hard drives* de uma sonda da Petrobras, os quais continham informações sigilosas sobre a exploração do Pré-Sal; a reativação da IV Frota dos EUA para monitorar também o Atlântico Sul; e o estabelecimento de canais de cooperação extraoficial entre membros do DoJ, dos EUA, e membros da Polícia Federal e do Ministério Público do Brasil. Além disso, destaca-se a comunicação revelada pelo Wikileaks entre executivos da Chevron, agentes do consulado dos EUA no Rio de Janeiro e o senador brasileiro José Serra, que discutiam a possibilidade de reversão da Lei de Partilha do Pré-Sal em caso de vitória nas eleições presidenciais. Os executivos da Chevron também manifestaram preocupação em relação à ascensão de empresas estatais chinesas e russas no mercado brasileiro, em especial a Sinopec e a Gazprom. Também nesse período, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Associação dos Engenheiros da

Petrobras (AEPET) lançaram a campanha “O petróleo tem que ser nosso”, defendendo maior nacionalização do setor (COUTINHO, 2018; LACERDA, 2019; WIKILEAKS, 2009).

Em meio a esses eventos, Dilma Rousseff foi eleita presidente em 2010, derrotando José Serra e prometendo dar continuidade aos projetos e legislações de desenvolvimento do Pré-Sal aprofundados no governo Lula. Nesse sentido, em 2013, o governo aprovou uma lei que destinava 75% dos *royalties* do petróleo para educação e 25% para saúde. No entanto, novas pressões externas e domésticas provocaram mais disputas, conflitos e instabilidades em torno da Petrobras, do Pré-Sal e do próprio governo. Ainda em 2013, foi divulgado pelo ex-analista da NSA, dos EUA, Edward Snowden, que a Petrobras e vários membros do governo brasileiro, incluindo a presidente, estavam sendo investigados pelo governo dos EUA desde 2011. Também em 2013, ocorreram diversos protestos no país liderados por movimentos políticos e sociais que tinham como foco a corrupção na Petrobras e o primeiro leilão do Pré-Sal, o qual contou com baixa participação das multinacionais e foi vencido pela Petrobras, Shell (Reino Unido/Holanda), Total (França), CNPC (China), CNOOC (China). Diante dessas pressões e instabilidades, o Ministério Público e a Polícia Federal lançaram a operação “Lava Jato” de combate à corrupção em 2014, revelando esquemas de corrupção na Petrobras e a participação de políticos, burocratas, empresários e executivos do alto escalão nacional. A partir de então as investigações, processos e prisões passaram a ser mais recorrentes e a operação passou a contar com cada vez mais com a cooperação extraoficial entre membros do Ministério Público e do DoJ e com amplo apoio dos meios de comunicação (COUTINHO, 2018; LACERDA, 2019).

Apesar das crises, instabilidades e da crescente oposição criada pela Lava Jato e pelas massivas campanhas dos meios de comunicação contra a corrupção na Petrobras, Dilma foi reeleita em 2014 prometendo não intervir na Lava Jato e dar continuidade às políticas de viés desenvolvimentista, sobretudo em relação ao setor de petróleo. Porém, a oposição ao seu governo aumentou em razão de sua participação no conselho administrativo da estatal à época da compra da refinaria de Pasadena. A presidente também perdeu apoio político no Congresso Nacional após o aprofundamento das investigações sobre figuras políticas tradicionais, como o vice-presidente Michel Temer, o deputado Eduardo Cunha e os senadores Romero Jucá e Aécio Neves, que tinham como objetivo “estancar a sangria” da operação com apoio do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outros setores sociais, conforme revelado posteriormente. Nesse contexto, em 2016, Dilma sofreu um processo de *impeachment* sob a acusação de ter realizado manobras fiscais ilegais, as chamadas “pedaladas fiscais”, no entanto a votação de seu processo no Congresso Nacional foi marcada por muitas alusões à corrupção na Petrobras e ao “conjunto da obra” de seu governo, despertando questionamentos sobre a ocorrência de um “golpe

brando” ou um “golpe parlamentar”, também apoiado por atores externos. Ao final, o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência, ao passo que processo radicalizou ainda mais a política nacional, dividindo o país entre apoiadores do *impeachment* e críticos do golpe.

Além da ruptura política, esse episódio também marcou uma reviravolta na política econômica do governo e no setor do petróleo, com o presidente interino Michel Temer e o novo ministro das Relações Exteriores José Serra assumindo uma agenda favorável às multinacionais do petróleo, que solicitavam: fim da liderança da Petrobras como operadora única no Pré-Sal; privatização dos ativos e a desintegração da Petrobras; renovação dos subsídios à importação; redução das metas do conteúdo nacional; aceleração dos leilões de privatização do petróleo; redução dos impostos sobre a renda petroleira; abertura do mercado de trabalho para estrangeiros; e desvio da obrigação contratual do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil. Ainda em 2016, Temer aprovou a Lei 13.365, que revogou a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do Pré-Sal e decretou a isenção fiscal de 40 bilhões de dólares por ano para as empresas de petróleo estrangeiras. Em seguida, a Petrobras lançou o Programa de Parcerias Estratégicas e o Plano de Negócios e Gestão, que iniciou um processo de desinvestimentos e de privatização dos seus ativos. Em 2017, a Petrobras também passou a adotar uma nova política de preços que oscilavam de acordo com a variação da cotação internacional do barril petróleo (COUTINHO, 2018).

Segundo a AEPET, essas medidas contribuíram com o aumento da exportação de petróleo cru e da importação de derivados, favorecendo empresas estrangeiras importadoras de petróleo e desfavorecendo as refinarias nacionais, que passaram a operar com capacidade ociosa, alterando a balança comercial do país. Em 2015, o diesel importado dos EUA correspondia a 40% do total importado, percentual que passou a ser de 80% em 2017, beneficiando produtores norte-americanos, *traders* e empresas internacionais que operavam no Brasil (COUTINHO, 2018; LACERDA, 2019). A partir de 2017, a ANP também realizou sucessivas rodadas de leilão do Pré-Sal da Bacia de Santos e da Bacia de Campos, que foram marcadas pela grande presença de empresas estrangeiras, que, ao final, conseguiram arrematar mais de 75% do total das reservas descobertas do Pré-Sal (COUTINHO, 2018; GOVERNO..., 2018). Dentre as empresas estrangeiras vencedoras estão Shell (Reino Unido/Holanda), Total (França), Statoil (Noruega), Petrogal (Portugal), Exxon Mobil (EUA), Chevron (EUA), BP (Reino Unido), Repsol Sinopec (China), CNOOC (China), CNODC (China), QPI (Qatar) e Ecopetrol (Colômbia). (ANP, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b; CORREA; ORDOÑEZ, 2018).

Além das mudanças no setor de petróleo, a Petrobras também cedeu às pressões da justiça norte-americana e fechou um acordo judicial, em 2018, para o pagamento de 2,95

bilhões de dólares ao DoJ, a U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) e aos acionistas da estatal nos EUA pelas desvalorizações sofridas ao longo da Lava Jato (COUTINHO, 2018; LACERDA, 2019). O acordo foi firmado diante de um contexto marcado pela cooperação extraoficial entre procuradores e juízes brasileiros, estadunidenses e suíços, pela não observação do tratado de cooperação jurídica internacional entre Brasil e EUA e pela omissão do Estado brasileiro diante de um julgamento estrangeiro promovido por atores externos e domésticos contra uma empresa estratégica nacional. Além disso, o modelo do acordo também foi aplicado a outras empresas nacionais vinculadas ao setor de petróleo que também foram investigadas pela justiça dos EUA, como Braskem e Odebrecht.

Por outro lado, a força-tarefa da Lava Jato também passou a acusar o ex-presidente Lula de ter participado de esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras. Diante das acusações e do desmonte da empresa, grupos políticos, partidos e setores sociais de esquerda e nacional desenvolvimentistas passaram a se organizar politicamente em torno de Lula, que passou a considerar disputar mais uma eleição, prometendo reverter os efeitos do *impeachment* e da operação Lava Jato sobre a Petrobras e sobre o setor de petróleo nacional. No entanto, em abril de 2018, quando liderava as pesquisas de intenção de voto, Lula foi preso por decisão do juiz Sérgio Moro, sob acusação de ter recebido benefícios financeiros ilegais durante seu mandato, incluindo a reforma de um sítio e a posse de um apartamento. A prisão midiática do ex-presidente foi comemorada por grande parte da sociedade e contestada por outra, dividindo também a opinião dos meios de comunicação nacionais e estrangeiros, que interpretaram a prisão como algo legítimo, dentro de um contexto de combate a corrupção, ou como uma prisão política, dentro de um contexto de “golpes brandos” e de ingerências externas.

A prisão também abriu caminho para a eleição de Bolsonaro em outubro de 2018, que, apoiado por partidos de centro e de direita e por setores liberais, prometia livrar o país da “corrupção” e do “comunismo” em nome de “deus”, da “pátria” e da “família”. A partir de então, o governo e o Estado brasileiro passaram a adotar um viés “neoliberal na economia” e “conservador nos costumes”, alinhado, sobretudo, à política externa dos EUA e do governo Trump e aos valores da direita mundial. Para formar seu quadro de ministros, Bolsonaro escolheu o ex-juiz Sérgio Moro como ministro da Justiça, levantando ainda mais questionamentos, suspeitas e denúncias sobre as articulações políticas antes da eleição, o possível apoio externo, os processos sofridos pela Petrobras e as mudanças ocorridas na política doméstica e externa do país.

Em entrevista concedida em 2021, o ex-procurador da Lava Jato Carlos Fernando dos Santos Lima admitiu ter votado em Jair Bolsonaro para presidente nas Eleições de 2018, assim

como outros procuradores da força-tarefa (NOGUEIRA, 2020). Outra declaração significativa foi a do ministro do STF Dias Toffoli, também em 2021, que afirmou, em entrevista, que o inquérito das *fake news* identificou o financiamento estrangeiro a pessoas envolvidas em atos antidemocráticos, classificando a descoberta como “gravíssima”. Ainda segundo o ministro, a história do Brasil já mostrou que financiamentos a grupos radicais, “seja de extrema direita, ou seja, de extrema esquerda, vem para criar o caos e desestabilizar a democracia” (BOLSONARO É INCLUÍDO..., 2021).

Para o comando da estatal em 2019, Bolsonaro nomeou Roberto Castello Branco, que deu início a um acelerado processo de desinvestimentos, vendendo ações da BR Distribuidora e da Liquigás no mercado financeiro e a polêmica refinaria de Pasadena e mais outros ativos para a Chevron por menos da metade do preço pago em 2006 (CHEVRON..., 2019). No caso da BR Distribuidora, o controle acionário da Petrobras passou de 70% para menos de 30%, e, no caso da Liquigás, a estatal vendeu todas suas ações. Em entrevista de 2019, Castello Branco anunciou que também iria privatizar outros segmentos, como a Gaspetro, e flexibilizar algumas operações de contratação de funcionários e de prestação de serviços. Disse ainda não estar preocupado com uma possível transferência do domínio da Gaspetro para o setor privado nem para uma empresa estrangeira e que a Petrobras iria se concentrar majoritariamente no Pré-Sal (VARGAS, 2019).

Ainda em 2019, as reportagens da Lava Jato revelaram a cooperação extraoficial entre procuradores brasileiros e estadunidenses, aumentando ainda mais as tensões políticas no país e os questionamentos sobre a operação, as prisões, a cooperação, as ingerências, o cerco contra a Petrobras e a omissão do Estado. Em outubro de 2020, durante sessão da Câmara dos Deputados, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) denunciou os ataques sofridos pela Constituição e pela Petrobras no governo Bolsonaro. Em seu discurso, declarou que “essas duas conquistas brasileiras estão sendo cotidianamente violentadas, desmontadas, agredidas”, destacando que o regime republicano e a soberania nacional, consagrados na Carta Magna brasileira, são permanentemente violados sob o governo Bolsonaro. A deputada ainda salientou que “a violação da Petrobras é, exatamente, a quebra da soberania nacional brasileira” e que a empresa não deve ser apenas lucrativa, mas um instrumento do desenvolvimento nacional, como sempre foi. Ainda segundo Feghali, a destruição da estatal também se refere à destruição do Estado brasileiro, sendo necessário resistir em defesa da Petrobras (FEGHALI, 2020; LOBREGATTE, 2020).

Outro importante movimento político que se colocou como obstáculo à política de desmonte da Petrobras ocorreu em setembro de 2020, quando o STF julgou uma ação que tinha

como objetivo impedir a venda de refinarias da Petrobrás sem aval do Congresso. Na ocasião, três ministros manifestaram-se a favor da suspensão das privatizações: Edson Fachin (relator), Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello. Em resposta, o governo Bolsonaro convocou figuras do primeiro escalão do governo para conversar com os outros ministros do STF e tentar reverter a votação. Dessa forma, coube aos ministros de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e da Advocacia-Geral da União, José Levi Mello, conversarem com o ministro Dias Toffoli e com a ministra Rosa Weber, enquanto o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, reuniu-se com o presidente da corte, Luiz Fux (STF DECIDE...; 2020).

Em 2021, o senador Jaques Wagner (PT-BA) entrou com uma ação na Justiça federal para suspender a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM). Dentre os motivos, o valor negociado “a preço de banana”. A ação também contou com apoio da FUP e do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que avaliou o valor da empresa em 3 ou 4 bilhões de dólares. A ação ainda apontou “lesividade ao patrimônio público” e lembrou que a refinaria recebeu 14 bilhões de dólares de investimentos públicos entre 2008 e 2012 e que tem capacidade de processar 323 mil barris por dia (14% da capacidade total do país). Para o senador, esse processo faz parte do desmonte geral da Petrobras (OHANA, 2021).

Outra iniciativa que deve ser destacada dentro das disputas políticas em torno da Petrobras e do setor de petróleo no Brasil foi a criação da Associação de Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) em 2020, com o objetivo de ser um instrumento de luta política dos trabalhadores que possuem ações da estatal contra as políticas de desinvestimentos e de privatizações promovidas pelas recentes gestões da Petrobras. Além disso, a associação pretende prestar assessorias econômicas e jurídicas aos sindicatos e contestar o desmonte da estatal junto a órgãos de controle econômico, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa de Valores, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, “a ideia é que a associação consiga contestar a privatização da Petrobras em órgãos que controlam as companhias de capital aberto e até entrar com ações judiciais de Direito Econômico, demonstrando que essas privatizações são prejudiciais aos acionistas minoritários” (TRABALHADORES..., 2020).

Para os petroleiros e acionistas minoritários, as recentes decisões da direção da Petrobras são prejudiciais aos acionistas e à soberania do país e podem ser consideradas “ataques” que causam prejuízos bilionários ao país e que se iniciaram antes do golpe de 2016 contra a ex-presidente Dilma Rousseff, principalmente por parte dos promotores da operação Lava Jato e do ex-juiz e ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Sergio Moro. Segundo o presidente

eleito da associação, que também é diretor jurídico do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro SC/PR), o petroleiro Mario Dal Zot, a Anapetro pretende “fiscalizar e denunciar todos os casos e qualquer medida contrária ao interesse da companhia em todos os fóruns econômicos, como a malversação de recursos públicos, os casos de improbidade administrativa e os acordos com acionistas norte-americanos privilegiados pela Lava Jato” (TRABALHADORES..., 2020).

O dirigente da FUP também criticou o acordo de US\$ 2,95 bilhões entre a Petrobras e o DoJ em 2018 para encerrar a ação coletiva, argumentando que o resultado beneficiou apenas os investidores americanos. Além disso, questionou o fato do Ministério Público Federal (MPF) do Paraná ter ficado responsável pela utilização de 80% dos 3,4 bilhões de reais pagos ao DoJ e à SEC para serem utilizados no combate a corrupção. Zot ainda argumentou que os gestores da Petrobras vêm demonstrando ser contra os interesses nacionais e da própria empresa, com uma visão de curto prazo e de entrega de patrimônio, privilegiando importadores e reduzindo as cargas das refinarias e os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e novas tecnologias. Também criticou a saída da empresa dos mercados de fertilizantes e de derivados de petróleo e dos setores de biocombustíveis e de energias alternativas e renováveis, dedicando-se apenas à exportação de óleo cru. Por fim, ressaltou que uma das lutas da Anapetro é questionar a política agressiva de venda de ativos da Petrobras (TRABALHADORES..., 2020).

A diretoria da Anapetro também está atuando para garantir a participação de seus representantes nas próximas assembleias de acionistas da Petrobras. A entidade já conta com 60 sócios fundadores associados, e outros 100 trabalhadores acionistas da Petrobras estão em processo de associação. Para Deyvid Bacelar, a FUP e seus sindicatos têm um papel fundamental de reação ao desmonte promovido pelo governo Bolsonaro. Além disso, o coordenador-geral da FUP destaca que “é uma guerra para ocupar todos os espaços que pudermos para fiscalizar a gestão e defender a Petrobras, contra os ataques e o processo de privatização” (PRESIDENTE..., 2020; CARVALHO, 2020).

Para o presidente da AEPET, Pedro Pinha, os ataques à estatal se dão pela soberania e pelo desenvolvimento nacional conquistado ao longo da história, pelo domínio tecnológico da empresa e pelo seu papel no fornecimento de energia nacional. Nesse contexto, também destaca que as “guerras híbridas” são travadas desde a antiguidade e é preciso se aprofundar mais no estudo dessas relações, sobretudo em relação às práticas neoliberais. Pinha resalta ainda que é preciso compreender o que se está combatendo, pois o poder não se revela e não permite ser estudado (A FALÁCIA..., 2021).

Apesar de diversas iniciativas contrárias às políticas do governo Bolsonaro, esse governo ainda conseguiu promover a abertura econômica do setor de gás em 2021. Na ocasião, a Câmara dos Deputados aprovou o novo marco regulatório do setor de gás, que proíbe o monopólio do setor e permite a participação da iniciativa privada. A ANP, por sua vez, ficou responsável por estimular a competitividade do setor, até então controlado pela Petrobras, que era responsável por 100% da importação e do processamento e aproximadamente 80% da produção de gás. O texto aprovado também acabou com a exclusividade dos estados na atividade de distribuição de gás natural e passou a permitir a exploração por concessionárias privadas de energia elétrica (BOLSONARO SANCIONA..., 2021; LEÓN, 2021). Ainda nesse contexto, ressalta-se o apoio explícito do vice-presidente Hamilton Mourão à ideologia neoliberal e à defesa das privatizações. Em conversa com jornalistas em fevereiro de 2021, o vice-presidente disse que as empresas estatais são fruto de mentalidade ultrapassada e que é preciso mudar a forma de pensar a economia ultrapassada, uma vez que a criação e manutenção de estatais é algo dos “primórdios do capitalismo” (MOURÃO..., 2021).

No entanto, ainda em fevereiro de 2021, diante das pressões e após desentendimentos com o presidente da Petrobras Castello Branco em razão do aumento do preço dos derivados de petróleo, da manutenção da política de paridade de preços e da pressão dos caminhoneiros, que passaram a organizar paralisações, Bolsonaro decidiu pela troca no comando da estatal e anunciou o general Silva e Luna para presidir a Petrobras. General de carreira, Silva e Luna também foi diretor-geral da Itaipu Binacional e ministro da Defesa no governo Temer em 2018 (ROSA, 2021^a, 2021b). Em seu primeiro discurso como novo presidente da Petrobras e em claro alinhamento aos interesses do mercado, Silva e Luna afirmou que iria buscar reduzir a volatilidade dos preços e respeitar a política de paridade de preço internacional e que era preciso conciliar os interesses de consumidores e acionistas e garantir maior retorno possível ao capital empregado. No mesmo evento, o ministro de Minas e Energia, general Bento Albuquerque, afirmou que as vendas de ativos da Petrobras “têm sido um sucesso” e são importantes para promover a competição no setor. A nomeação e o discurso inicial de Silva e Luna agradaram o mercado financeiro e alguns analistas de investimentos, fazendo as ações da empresa terem alta e ganhos de 16 bilhões de reais em valor (AÇÕES..., 2021). Ainda em 2021, o novo presidente da Petrobras anunciou que a empresa estava perto de antecipar sua meta de redução da dívida e que a nova política de dividendos poderia ser antecipada com a venda de ativos, a desalavancagem, a nova política de preços e a forte geração de caixa (RAMALHO; RUDDY, 2021).

Também em 2021, o STF decidiu pela suspeição de Moro nos julgamentos de Lula relacionados à Lava Jato, argumentando que o ex-juiz agiu em conluio com o MPF e atores externos. Meses depois, em junho de 2021, em visita a um estaleiro no Rio de Janeiro, Lula, que teve seus direitos políticos recuperados, condenou o sucateamento da Petrobras e atribuiu as dificuldades do setor à Operação Lava jato e ao governo Bolsonaro e seus apoiadores, sobretudo os grandes capitais. Disse ainda que os EUA nunca aceitaram a ideia da Lei de Partilha do Pré-Sal e do fundo social. Lembrou ainda que a Petrobras não é apenas importante para a produção de petróleo, mas para o desenvolvimento nacional, com pesquisas e fomento a outras indústrias, como a naval. Em seu Twitter, o ex-presidente também declarou que o debate é sobre soberania e que ele será um soldado nessa luta (VASQUES, 2021).

Um importante aspecto a ser destacado diz respeito à negligente, subserviente e desalinhada política externa do Brasil em relação às guerras híbridas por recursos. Para o ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa, Celso Amorim, “a participação nos BRICS e o Pré-Sal trouxeram a guerra híbrida para o Brasil” (AMORIM..., 2019). Em evento virtual sobre a “Petrobras e a guerra híbrida”, promovido pelo PDT, Amorim declarou que os governos Lula e Dilma do PT subestimaram a “guerra híbrida” que ocorreria no Brasil em razão da “aproximação independente” do país com países do BRICS e da descoberta do Pré-Sal. Para o ex-chanceler, o Pré-Sal contribuiu para uma maior soberania energética da América Latina, deixando de ser vista como o “quintal dos vizinhos do norte”. Destacou ainda “o poder oculto dos neoliberais” no governo Itamar Franco e a “ingenuidade” do governo Lula de “parar a marcha das privatizações”. Disse ainda que “foram ingênuos” em tentar dar uma face mais humana ao capitalismo e que o golpe veio mesmo não havendo uma política antiamericana por parte do governo. Sobre o papel dos meios de comunicação no Brasil, o ex-chanceler afirmou que a mídia nacional “é mais reacionária que os empresários brasileiros, pois faz intermediação com interesses estrangeiros”. Por fim, destacou que é preciso “formar consciências para resistir às guerras híbridas” por meio da educação e da cultura (A FALÁCIA..., 2019).

Nos governos Lula e Dilma, o Brasil adotou uma política externa mais independente que também priorizava, dentre outras coisas, a soberania nacional sobre os recursos naturais e energéticos do país, a internacionalização das empresas estratégicas nacionais e a integração energética sul-americana. Nesse sentido, destaca-se a criação do Conselho Energético Sul-Americano em 2008, no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que tinha como objetivo promover a cooperação dos países da região em matéria de segurança energética; o apoio do Brasil a projetos de integração energética regional, como o projeto do Gasoduto do Sul em parceria com a Argentina, Bolívia e Venezuela, que tinha como o objetivo criar uma

infraestrutura para escoamento de gás e petróleo para pontos estratégicos do continente; e a criação do Parque Eólico Artilleros em 2015 em parceria com o Uruguai, construído pela Eletrobras e pela Usina Termelétrica de Uruguiana (UTE). Soma-se a isso, o apoio à internacionalização da Petrobras na América Latina e na África e a liderança brasileira na exploração do Pré-Sal de forma soberana a partir de grandes investimentos estatais, de tecnologia nacional e de significativa regulação do setor.

No entanto, após o processo de *impeachment* e a eleição de Bolsonaro, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), sobretudo por meio do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, passou a adotar uma política externa alinhada aos interesses dos EUA, ao governo Trump, à ideologia neoliberal e à extrema direita mundial, bem como uma política internacional mais negligente em relação à segurança energética, ao desenvolvimento sustentável e a outros temas multilaterais. Nesse sentido, destacam-se algumas ações e iniciativas do Brasil e de demais atores que demonstram a mudança de postura internacional do país, o alinhamento aos EUA, as crescentes pressões internacionais, o isolamento geopolítico e a negligente, subserviente e desalinhada política externa brasileira em relação ao petróleo e demais recursos naturais e ativos energéticos.

Em 2019, por exemplo, a Petrobras se recusou a abastecer um navio iraniano que fazia comércio com o Brasil em razão das sanções econômicas dos EUA impostas ao Irã, provocando tensões comerciais e diplomáticas entre os países. Questionado sobre o assunto, o presidente Jair Bolsonaro declarou que o Brasil respeitaria as sanções por estar alinhado à política dos EUA (PETROBRAS DIZ..., 2019; STF MANDA..., 2019).

Em março de 2020, em outra clara demonstração de alinhamento diplomático aos EUA, o governo Bolsonaro não reconheceu o governo Maduro na Venezuela e removeu os diplomatas brasileiros do país. Em abril de 2020, o ministério das Relações Exteriores do Brasil informou à Embaixada da Venezuela que seus diplomatas teriam que deixar o Brasil, sob o risco de serem considerados *persona non grata*, sem a proteção diplomática. Posteriormente, Bolsonaro defendeu a saída de Maduro do poder e recebeu o líder da oposição e presidente declarado Juan Guaidó em Brasília (BOMTEMPO, 2020).

Também sinalizando clara adesão às sanções dos EUA contra a Venezuela, em 2020, a Petrobras informou que não contrataria nenhum navio-tanque que tenha operado na Venezuela por 12 meses. A ação corresponde à lista imposta pelos EUA de petroleiros e companhias de navegação sancionadas por negócios com o país, que tem como objetivo reduzir as receitas venezuelanas e debilitar o governo Maduro. Em comunicado, a Petrobras ainda declarou que adicionou linguagem específica a seus contratos de remessa para evitar a contratação de navios

em desacordo com os regulamentos do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) do Departamento do Tesouro dos EUA (PETROBRAS SEGUE COMANDO..., 2020; PETROBRAS SEGUE SANÇÕES..., 2020).

No mesmo ano, Brasil e EUA assinaram um Acordo de Comércio e Cooperação Econômica (ATEC) que estabelece, dentre outras medidas, facilitação de comércio e combate a corrupção. Apesar de ter sido criado em 2011, o mecanismo bilateral só foi ativado em 2019 com a “Parceria para a Prosperidade” durante a visita de Bolsonaro aos EUA. De acordo com o ministério das Relações Exteriores, o mecanismo está alinhado aos esforços do governo federal de criar um ambiente de negócios no Brasil mais “transparente, previsível, aberto à concorrência” e com intervenção do estado “apenas quando necessário”. Além da esfera criminal, a parte de combate à corrupção também abrange a cooperação na esfera civil e administrativa (BRASIL E EUA..., 2020).

Ainda em 2020, o Brasil também assinou um memorando de entendimento com o Export-Import Bank dos EUA para facilitar a aquisição de bens e serviços em projetos de investimentos no Brasil de até 1 bilhão de dólares. Além disso, o Brasil poderá utilizar créditos em projetos de telecomunicações (5G), energia (petróleo, gás naturais, energia nuclear e energia renovável), infraestrutura, logística, mineração e manufatura (incluindo aeronaves). Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, esse acordo faz parte de um processo de convergência de marcos regulatórios e de combate a corrupção com os EUA, União Europeia (UE), Japão, Coreia do Sul e Canadá. Somado a isso, o Brasil assinou um protocolo referente ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica bilateral, que condiciona os países a obedecerem aos compromissos assumidos nas áreas de facilitação de comércio, boas práticas regulatórias e esforços anticorrupção. Nesse sentido, o governo brasileiro se comprometeu a publicar anualmente um relatório de mudanças, propostas de mudanças e estimativas dos impactos comerciais de novas regras assumidas por órgãos reguladores (SERODIO, 2020).

Já em 2021, o governo Bolsonaro recebeu uma comitiva de aproximadamente 40 empresários e representantes de fundos de investimentos dos EUA que participaram de um encontro com o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, para conhecer projetos de desenvolvimento no país nas áreas de iluminação pública, mobilidade urbana, saneamento básico e segurança hídrica. Segundo o ministro, a parceria com os EUA é muito importante, proveitosa e tradicional, e o Brasil possui uma carteira de investimentos em infraestrutura do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) de 200 bilhões de dólares para oferecer à iniciativa privada. Para o embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman, a gestão do governo Bolsonaro estaria comprometida em abrir condições para os investimentos

do setor privado em infraestrutura, o que é uma grande oportunidade para investidores dos EUA. Nesse sentido, a embaixada dos EUA declarou apoio aos esforços do governo brasileiro para seguir com as reformas e criar um clima mais “amigável” internacionalmente (MDR..., 2021).

No entanto, com a eleição do democrata Joe Biden, os EUA passaram a criticar constantemente a postura ambiental do governo Bolsonaro, levando os países a um afastamento diplomático e o Brasil ao isolamento internacional. Durante o governo Bolsonaro, o Brasil ainda foi considerado um “pária internacional”, por seus posicionamentos externos, e um dos países mais antiambientais do mundo, por suas práticas e omissões ambientais (COLETTA, 2019), o que criou ainda mais pressões sobre o país e sobre o governo, que passou a ser ainda mais criticado pela falta de habilidade diplomática e geopolítica.

No que diz respeito ao desalinhamento diplomático com os EUA e às pressões ambientais internacionais, chama a atenção a postura de Bolsonaro em resposta à fala do então candidato à presidência dos EUA Joe Biden em setembro de 2020, quando o candidato democrata prometeu 20 bilhões de dólares em ajuda aos países da Amazônia para proteger a floresta. Em debate presidencial com Trump, Biden ainda afirmou que o Brasil está queimando a Amazônia e que, se não parar, haverá consequências econômicas significativas. Em resposta, Bolsonaro declarou que não aceitaria “suborno” e citou a cobiça de outros países pela Amazônia (AMARAL, 2020). Em seu Twitter oficial, Bolsonaro declarou que o Brasil “mudou de presidente” e que, “diferentemente da esquerda”, não aceita mais suborno, criminosas demarcações ou infundadas ameaças e que a soberania brasileira era inegociável. Afirmou ainda que o governo está atuando “sem precedentes” pela proteção da Amazônia e enxerga com “bons olhos” a cooperação com os EUA, sobretudo para projetos sustentáveis que possam gerar empregos. Por fim, disse que Biden foi “lamentável em todos os aspectos”. O vice-presidente general Hamilton Mourão, por sua vez, disse que “não viu ameaças” na fala de Biden. Na 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Bolsonaro ainda declarou que o Brasil era vítima de campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. Também pelo Twitter, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles questionou de forma irônica se o dinheiro citado por Biden seria por ano (AMARAL, 2020).

Com a posse de Biden e o retorno dos EUA ao multilateralismo e às questões ambientais, o Brasil passou a ser visto de forma ainda mais negativa e a sofrer ainda mais pressões, sobretudo em relação à preservação da Amazônia. Na Cúpula do Clima de 2021, sediada nos EUA, o presidente americano se retirou da reunião pouco antes do presidente brasileiro iniciar sua fala virtual, demonstrando claro repúdio ao governo brasileiro e seu presidente. Em seu

discurso, Bolsonaro, por sua vez, demandou ajuda financeira aos países em desenvolvimento para manter seus programas de preservação ambiental, contrariando tanto seu discurso anterior quanto suas práticas ambientais, diplomáticas e geopolíticas (ESCOBAR, 2021).

Ainda em 2021, Joe Biden recebeu um dossiê que pedia o congelamento de acordos, negociações e alianças políticas com o Brasil enquanto Bolsonaro estiver na presidência. O documento também recomendava a suspensão das importações de madeira, soja e carne do Brasil ao menos que se confirmasse, por meio de ordem executiva ou do Congresso, que esses produtos não estivessem vinculados ao desmatamento ou abuso de direitos humanos. O documento, iniciativa da U.S. Network for Democracy in Brazil, uma rede criada por ativistas e acadêmicos brasileiros no exterior, foi assinado por universidades, como Harvard, Brown e Columbia, e organizações não governamentais, como Friends of the Earth e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) (SENRA, 2021). Nesse contexto, o secretário de estado dos EUA, Anthony Blinken, pediu para que seus diplomatas pressionassem países defasados na questão climática (SECRETÁRIO..., 2021). Meses depois, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, passou a ser investigado pelo FBI por exportação de madeira ilegal.

Além disso, EUA, França e Reino Unido também passaram a tecer críticas e a exercer pressões junto a organizações internacionais e a organizações não governamentais (ONGs) sobre as práticas e políticas ambientais no Brasil que contribuem para o desmatamento (ESCOBAR, 2021). Em 2020, França e EUA acusaram o Brasil de desmatar a Amazônia para plantar soja, gerando reações e críticas por parte dos produtores brasileiros. Além disso, a UE passou a exercer pressão ambiental sobre o Brasil ao condicionar a ratificação do Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e UE, de 2019, às questões ambientais e de saúde coletiva não atendidas pelo Brasil (GORTÁZAR, 2020).

Em 2020, um relatório da ONU também declarou que os casos judiciais referentes aos desastres ocorridos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais, revelaram impunidade e uma “farsa da justiça”. O relatório ainda diz que o governo brasileiro relaxou as fiscalizações depois dos acidentes e que as mineradoras envolvidas “manobraram” as denúncias e ações para atender as populações afetadas. A coordenadora responsável pelo documento, Baskut Tunkat, ainda propôs que o Brasil fosse investigado internacionalmente por violações de direitos humanos e de meio ambiente. O relatório destaca ainda a impunidade da indústria extrativista como um desafio global e recomenda comissões de reconciliação, condenação dos responsáveis e reestruturação da fundação Renova²⁴ sem a influência política dessas empresas.

²⁴ Fundação responsável por gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em novembro de 2015 em Mariana (MG).

Sobre o derramamento de petróleo que atingiu todo o litoral do Nordeste, em especial a Bahia, em 2019, o relatório sugere uma investigação independente sobre o papel da Petrobras e soluções aos pescadores locais (CHADE, 2020).

O Reino Unido também vem exercendo pressões ambientais sobre o Brasil, com destaque para a política do primeiro-ministro, Boris Johnson, que suspendeu o financiamento britânico de projetos relacionados ao desenvolvimento de combustíveis fósseis, sobretudo de petróleo no Brasil (MACHADO, 2021). Além disso, em 2020, o ex-ministro das relações exteriores do Reino Unido, Willian Hague, declarou que seu país deveria usar sua diplomacia e suas forças armadas para impedir outros países de derrubarem florestas e perfurarem campos de petróleo. A ideia é intervir em alguns países considerados “irresponsáveis”, com o objetivo de proteger o meio ambiente. Em referência ao Brasil, Hague pontuou que será difícil fechar um acordo de livre comércio com um país com alto índice de desmatamento (FERNANDEZ, 2021).

No entanto, apesar das críticas, das ameaças e das iniciativas, o Reino Unido passou a se aproximar e a investir em países que detêm recursos naturais e reservas energéticas renováveis. Nesse contexto, em dezembro de 2020, foi assinado um acordo, entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do Reino Unido, estabelecendo compromisso mútuo com o desenvolvimento de tecnologias limpas e de mercados eficientes; com a descarbonização da produção de petróleo e gás; e com investimentos em energias renováveis no Brasil. No mesmo período, o Reino Unido também assinou um memorando de cooperação em agricultura de baixo carbono e em bioenergia com o governo de Minas Gerais. Nesse contexto de cooperação diplomática e econômica, destaca-se ainda a cooperação bilateral, assinada entre Brasil e Reino Unido em 2021, referente a projetos de gás natural e de energia eólica *offshore* para acelerar a transição energética anunciada pelo Reino Unido. A cooperação tem como objetivo reforçar a parceria já existente por meio do programa de energia britânico Prosperity Fund, que apoia o desenvolvimento de tecnologias limpas no Brasil. Os projetos estão sendo desenvolvidos em Aberdeen, no Reino Unido, e em Macaé, no Rio de Janeiro. Segundo a embaixadora do Reino Unido no Brasil, Liz Davidson, as cidades foram escolhidas por serem as capitais do petróleo em seus respectivos países, servindo de referência para a transição energética (MACHADO, 2021).

Um episódio que também se mostra relevante em relação às questões ambientais foi o anúncio realizado, em 2020, pelo fundo soberano de investimentos da Noruega (Fundo de Pensão do Governo Norueguês) de que não vai mais investir em empresas de mineração e de energia que violam direitos humanos. Dentre as empresas internacionais que tiveram seus

investimentos suspensos, estão a Vale e a Eletrobras. Segundo o Fundo (de cerca de 1 trilhão de dólares), essas empresas representam ameaças ao meio ambiente e aos povos indígenas e não mais refletem o interesse dos seus investidores (CAVALLI, 2020).

Por fim, destacam-se também as críticas do presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil e China (CCIBC), Charles Tang, sobre o Brasil não estar aproveitando as oportunidades de negócios com a China. Embora tenha ressaltado que a saída de Ernesto Araújo e a entrada de Carlos Alberto França na chefia do ministério das Relações Exteriores melhoraram as relações e o ambiente de negócios, o presidente da CCBIC ressaltou que a China é o maior comprador, investidor e financiadores de projetos no Brasil, com investimentos de 85 bilhões de dólares nos últimos anos nos setores de energia, petróleo e gás, construção civil e infraestrutura. De acordo com Charles Tabg, apesar do Brasil atualmente não possuir um bom ambiente para negócios devido às crises políticas, ao alto custo de produção e à escassez de capital, a China e os capitais chineses possuem grande interesse em projetos energéticos no país, sobretudo em projetos de energia renovável, de ferrovias e de construção civil (OLIVEIRA, 2021).

4.3 O mito do estado ineficiente, o decrescente papel do estado e os acelerados processos de desinvestimentos e privatizações

No âmbito econômico, destacam-se disputas e conflitos por reservas, ativos, tecnologias, mercados, infraestruturas e investimentos relacionados ao setor de petróleo e a outros recursos naturais e ativos energéticos, protagonizados por estados, governos, organizações internacionais, empresas (estatais, privadas, nacionais e estrangeiras), cartéis, fundos de investimento, sindicatos, movimentos sociais, dentre outros atores que buscam acessar e controlar os aspectos econômicos da geopolítica de guerras híbridas por recursos. Como métodos, estratégias e ações, destacam-se aquisições, fusões e concessões, formação de monopólios e oligopólios, *lobby*, financeirização de ativos, criação de fundos soberanos, formação de estoques estratégicos, dentre outros. Além disso, destaca-se o crescente papel e controle do Estado sobre a gestão desses recursos por meio de estatizações, parceiras público-privadas, regulamentações, sanções econômicas e comerciais, financiamento e construção de infraestruturas.

Nesse âmbito, observou-se, no Brasil, a ascensão da ideologia neoliberal, a promoção do mito do Estado ineficiente, os acelerados processos de desinvestimentos e privatizações e o

decrecente papel do Estado brasileiro no setor de petróleo e energético. No início do século XXI, o Brasil passou por um processo de investimentos públicos no setor de petróleo, que culminou com a descoberta do Pré-Sal e a internacionalização da Petrobras, que passou a operar com maior presença na América do Sul, na África e até nos EUA e na Europa. No entanto, após a ascensão da Lava Jato e o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, os governos Temer e Bolsonaro pautaram-se por um viés neoliberal, alinhados à política externa dos EUA, e passaram a promover esforços para privatizar diversas empresas e ativos públicos e desregulamentar diferentes setores relacionados aos recursos naturais e energéticos do país, sobretudo o de petróleo.

A Petrobras, por sua vez, passou a promover uma política agressiva de desinvestimentos, de venda de ativos e de aumento de dividendos para seus acionistas. Além disso, os governos Temer e Bolsonaro assumiram uma postura omissa diante dos processos sofridos pela Petrobras e por outras empresas estratégicas nacionais no exterior. Vale destacar que as políticas e iniciativas brasileiras passaram a ir de encontro com as adotadas pelas principais potências internacionais e por países produtores e consumidores de recursos naturais e energéticos, as quais buscam maior controle e regulação sobre setores energéticos estratégicos e maior projeção e acesso a mercados para suas empresas energéticas nacionais.

Um importante aspecto a ser destacado diz respeito à ideologia neoliberal e ao mito da empresa Petrobras quebrada e do Estado ineficiente. Diante dos escândalos de corrupção e do desenvolvimento da operação Lava Jato, os meios de comunicação tradicionais, setores da mídia e grupos políticos e econômicos passaram a promover a narrativa do “mito da Petrobras quebrada” e a necessidade de diminuir a participação do “Estado ineficiente” e de abrir caminho para a privatização e para a “boa governança”. Na prática, isso significou um processo de desmonte do Estado sobre o setor de petróleo, de perda de credibilidade da empresa e de adesão da Petrobras a políticas neoliberais, de *compliance* e aos “interesses de seus acionistas”. Para o então presidente da Petrobras, Castello Branco, uma “organização criminosa” formada por empreiteiros, funcionários e políticos se apoderou da Petrobras, desmontou a empresa e gerou duas crises (uma “moral” e uma dívida de 100 bilhões de dólares) que somente serão superadas com a venda de ativos para gerar receita e “limpar” o nome da empresa (DANIELLE, 2019).

No entanto, para a AEPET, essa narrativa que destaca a corrupção, a política de preços abaixo do valor internacional (2010-2014) e os “maus investimentos” não correspondem à realidade da empresa, que nunca esteve perto de “quebrar”. O balanço da empresa, por exemplo, segundo Coutinho (2019), demonstra que a geração de caixa, entre 2012 e 2017, foi de 25 a 27 bilhões de dólares nominais. Atualizado para 2019, foram mais de 30 bilhões por ano,

independente dos fatores citados. Nesse período, a Petrobras também manteve reservas em caixa maiores do que as multinacionais do setor (de 13 a 25 bilhões), e o índice de liquidez corrente da empresa foi de 1,5 no período (DANIELLE, 2019).

Para o presidente da AEPET, o governo também demonstra desconhecimento sobre todo o potencial das reservas do Pré-Sal, assim como sobre outros recursos naturais e energéticos estratégicos. Ao mesmo tempo em que passou a apressar leilões para cobrir déficits fiscais, que poderiam, inclusive, levar ao esgotamento precoce das reservas, o governo e a gestão da Petrobras passaram a priorizar a exportação de petróleo cru e a importação de derivados. Além disso, destaca-se que, das 25 maiores empresas de petróleo e gás natural do mundo, 19 são estatais que, juntas, controlam 90% das reservas de petróleo e 75% da produção mundial. Em paralelo, é importante lembrar que a venda de ativos, justificados pela redução do endividamento, está na contramão dos processos de internacionalização e integração vertical praticados pelas grandes empresas, sobretudo as estatais (COUTINHO, 2019).

Sobre a dívida, Coutinho (2019) destaca que ela é administrável e que seu valor é compatível com os investimentos realizados e com as descobertas de reservas do Pré-Sal. Nesse sentido, chama a atenção para o fato de que, entre 2009 e 2014, foram investidos 250 bilhões de dólares em termos nominais (50 bilhões por ano em valores atuais) e que os investimentos no setor são de longo prazo (10 anos), sendo a rolagem de dívida uma prática normal (OLIVEIRA; COUTINHO, 2017a). Sobre a questão dos “maus investimentos”, o total da dívida da empresa, em 2014, era de 136 bilhões, sendo a maior do período. No entanto, desse volume, 4,5% correspondiam aos “investimentos possivelmente improdutivo”, enquanto “efeitos da corrupção” respondiam por 3,6% da dívida (OLIVEIRA; COUTINHO, 2017b).

De 2015 a 2018, a Petrobras também reduziu sua dívida de 115 bilhões de dólares para 69 bilhões e sua alavancagem de 4,25 para 2,20 entre 2014 e 2018. Nesse período, 11,8 bilhões de dólares também entraram em caixa com as privatizações de ativos, os quais somaram 18,7 bilhões de dólares. Para Coutinho (2019), a dívida é proporcional aos investimentos e ao tamanho do Pré-Sal e não à corrupção e aos “maus investimentos”. Além disso, argumenta que a geração de caixa dispensa vendas de ativos. Até 2002, a exploração e produção de petróleo no Brasil não eram tão atrativas e as atividades que existiam na bacia de Campos estavam em declínio e com baixas perspectivas. No entanto, a continuidade dos investimentos na exploração de águas profundas e a descoberta do Pré-Sal em 2006 mudaram esse cenário, demandando investimentos ainda mais significativos. O primeiro poço do Pré-Sal, por exemplo, custou 90 milhões de dólares e foi considerado uma operação de alto risco para uma empresa privada assumir (COUTINHO, 2019).

Nesse período, nenhuma empresa aumentou sua dívida na mesma proporção, porém nenhuma empresa também descobriu grandes reservas de petróleo e gás natural como o Pré-Sal, que multiplicou os volumes recuperáveis da Petrobras em quatro vezes, com 60 bilhões de barris de petróleo estimados. Salienta-se que, apesar dos custos de extração serem baixos, os custos de depreciação e amortização são altos, pois os investimentos dos ativos são altos. Dentre os ativos básicos para o desenvolvimento dessas atividades, estão equipamentos para construção dos poços, sistemas submarinos, linhas de transmissão e a unidade estacionária de produção. Com cada sistema de produção custando aproximadamente 6 bilhões de dólares, o total dos 20 sistemas de produção chega 120 bilhões. Porém, considerando que a receita líquida de 60 bilhões de barris é estimada em algo em torno de 4 a 5 trilhões de dólares e que metade seria destinada à União, a Petrobras teria 2,5 trilhões de receita líquida para pagar sua dívida (A FALÁCIA..., 2019).

Em 2017, quando o barril de Brent estava custando 54 dólares, os lucros operacionais de exploração e produção (E&P), contando os campos de Lula e Sapinhoá, foram de 14 bilhões de dólares. Os lucros de abastecimento, por sua vez, foram de 9 bilhões de dólares, enquanto os de gás e energia e de distribuição foram 3,5 bilhões e 2 bilhões respectivamente. Em 2018, com o barril a 71 dólares, E&P passou a ter lucros operacionais de 25 bilhões de dólares, ao passo que abastecimento teve 6 bilhões, gás e energia, 3,25 bilhões, e distribuição, 1,7 bilhões. Embora a dívida somasse R\$ 400 bilhões, o faturamento total da Petrobras, em 2018, foi de R\$ 350 bilhões, o que não pode ser considerada tão grande, levando em consideração a dimensão, a geração de caixa e os lucros operacionais de todas as áreas de atuação da empresa. Além disso, a Petrobras sempre mantém reservas em caixa superiores a suas concorrentes (A FALÁCIA... 2019).

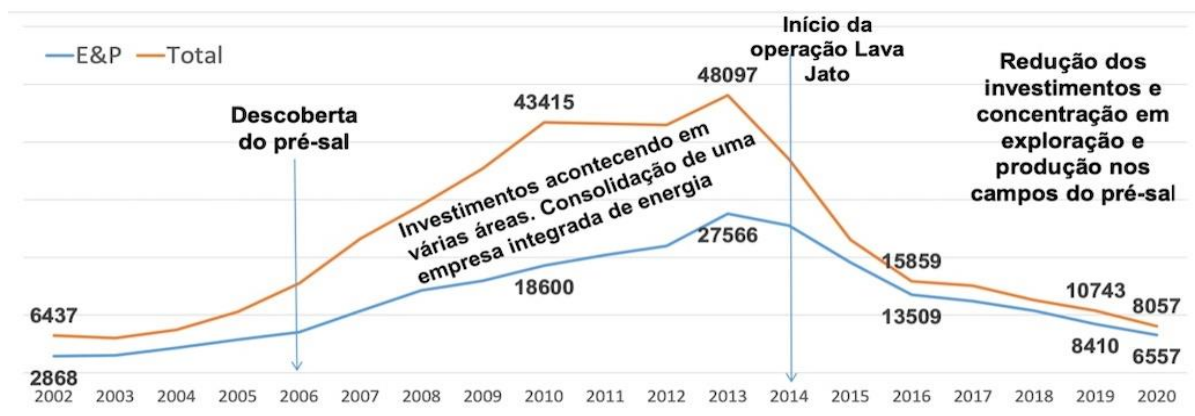
Para a AEPET, a Petrobras foi construída por uma luta histórica de engenheiros, geólogos, petroleiros e demais funcionários que conseguiram descobrir e reduzir o custo de produção do barril do Pré-Sal abaixo de 6 dólares e o custo de refino abaixo de 2,5 dólares sem vender um ativo. O governo Bolsonaro e as gestões de Castelo Branco e Silva e Luna, por sua vez, estão “colhendo os frutos” sem ter participado do processo. Além disso, representam e promovem uma ideologia neoliberal e um discurso de que a empresa privada é sempre mais eficiente e as estatais ineficientes. No entanto, observa-se no mundo o papel crescente das NOCs e do Estado sobre os setores de petróleo nacionais e a crescente associação de muitas IOCs à Petrobras e a outras empresas estatais de outros países em razão da eficiência produtiva e tecnológica dessas empresas em diversos seguimentos. A AEPET lembra ainda que a Transportadora Associada de Gás (TAG) tinha R\$ 4 bilhões de receita e custo de R\$ 1 bilhão e

foi privatizada, assim como a BR distribuidora, que sempre foi lucrativa e também privatizada recentemente. Por fim, ressalta que nenhuma empresa no mundo está privatizando a distribuição de petróleo e derivados e que a atual presidência da Petrobras, chancelada pelo governo, está destruindo o conceito de “do poço ao posto” sem nenhuma justificativa técnica (DANIELLE, 2019; A FALÁCIA..., 2019).

Um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) também apontou que R\$ 172,2 bilhões deixaram de ser investidos no país de 2014 a 2017 em razão dos impactos gerados pela operação Lava Jato. Além disso, o Brasil teve uma perda de 3,6% no PIB no mesmo período. Com foco no setor de construção civil, o estudo mapeou os projetos e as obras afetadas e os valores não investidos pela Petrobras, concluindo que 4,4 milhões de postos de trabalhos foram perdidos, sendo 1,1 milhão somente no setor de construção civil. Além disso, os desinvestimentos provocaram a redução de R\$ 85,5 bilhões na massa salarial do país. Além do setor de construção civil, a Lava Jato também afetou setores da economia, como comércio, serviços, transporte, alimentação, saúde, educação, dentre outros, e impactou a arrecadação de impostos, deixando-se de recolher R\$ 47,4 bilhões em impostos diretos. Por fim, o estudo ressalta que os trabalhadores do setor defendem o combate à corrupção, contudo esse combate não pode destruir a estrutura produtiva de nenhuma empresa, aplicando mecanismos que punam os culpados, mas que preservem os empregos como ocorre em outros países (CUT; DIEESE, 2021).

Para o presidente da CUT, Sérgio Nobre, as ações da Lava Jato foram espetaculosas e expuseram o nome da empresa, dizimando também outros setores. Além disso, ressalta a falta de prioridade em relação à preservação de empregos e questiona a atuação de membros da operação e a influência estrangeira no desmontes das empresas nacionais. Também denuncia que a Lava Jato tinha um projeto de poder e serviu de instrumento político, ajudando a eleger Bolsonaro em 2018. O gráfico de investimentos totais em exploração/produção da Petrobras (em milhões de dólares), de 2002 a 2020, demonstra o impacto da operação sobre o setor de petróleo e demais setores (Figura 1) (CUT; DIEESE, 2021).

Figura 1 – Investimentos totais em exploração/produção da Petrobras (em milhões de dólares), de 2002 a 2020



Fonte: Petrobras. Relatórios de Administração, vários anos. Elaboração: Subseção DIEESE/FUP

Fonte: CUT; DIEESE, 2021.

Segundo Iderly Colombini, técnico pesquisador do DIEESE, o processo de desinvestimentos e de privatizações da Petrobras, seguido do *impeachment*, ainda levou à falência 40 para-petroleiras nacionais e ao aumento de 72% dos contratos da Petrobras com Halliburton, empresa que atua constantemente em parceria com as forças armadas dos EUA e que já foi comandada pelo ex-vice-presidente dos EUA Dick Cheney. Apesar de terem menor visualização midiática, as para-petroleiras possuem enorme importância financeira e geopolítica, controlando um grande número de patentes tecnológicas, sendo responsáveis pela produção de máquinas e equipamentos sofisticados para o setor, ocupando posições estratégicas na cadeia global e presentes em praticamente todos os países produtores, mesmo naqueles com monopólio estatal. Se na década de 2000, as para-petroleiras foram fortalecidas por políticas de conteúdo nacional, a partir de 2016, essas políticas foram desmontadas, contribuindo com o fortalecimento das multinacionais no mercado brasileiro. (GOLPE QUEBROU..., 2020).

No Brasil, a partir de 2003, com a quinta rodada de licitação da ANP, passou a ser exigido um percentual de conteúdo local para a realização das operações de exploração do petróleo e gás nacional. Assim, durante toda a década dos anos 2000, houve um forte crescimento das empresas nacionais de médio porte para o suprimento serviços e bens, como máquinas e equipamentos, além da consolidação das grandes empreiteiras nacionais para a realização das grandes obras. O fortalecimento das para-petroleiras nacionais nesse período também foi potencializado pelos enormes investimentos da Petrobras, tanto na compra de máquinas e equipamento quanto em ciência e tecnologia, sobretudo após a descoberta do Pré-Sal em 2006, que demandou infraestrutura e serviços para sua exploração. Nesse contexto, as grandes empresas internacionais, sobretudo a Halliburton, tiveram seus contratos de produção

de plataformas e sondas cancelados para que as para-petroleiras nacionais atendessem as exigências da política de conteúdo local (GOLPE QUEBROU..., 2020).

No entanto, a política de conteúdo local foi completamente comprometida em 2016 com a Resolução n. 7 do CNPE. Em contrapartida, as grandes para-petroleiras internacionais iniciaram uma política agressiva de *dumping* e de fusões e aquisições. Nesse cenário de forte crise do setor do petróleo no Brasil, grandes para-petroleiras estrangeiras (como Halliburton, Schlumberger e Baker) passaram a praticar preços nas licitações de contrato muito inferiores ao padrão do mercado, mesmo tendo, como implicação, prejuízos no curto prazo, que obrigaram as matrizes a realizar aportes financeiros. O valor médio dos contratos da Halliburton com a Petrobras, no período de 2014 até 2019, teve uma redução de 36% em relação ao período de 2003 a 2014, em compensação o número de contratos aumentou 72% no mesmo período. A Baker e a Schlumberger também tiveram resultados semelhantes, com redução nos valores médios de contrato de 66% e 45% respectivamente e com aumento do número de contratos em 15% no período de 2014 a 2019 em relação ao período de 2003 a 2014. A crise iniciada em 2014 e aprofundada em 2016 fortaleceu as para-petroleiras internacionais enquanto as empresas nacionais entraram em depressão. Segundo estudo da KPMG de agosto de 2018, cerca de 40% das para-petroleiras brasileiras faliu desde 2014, e as empresas que resistiram ainda enfrentam crises e a constante ameaça de falência (GOLPE QUEBROU..., 2020).

Outro dado interessante é o aumento da participação de empresas estrangeiras (privadas ou estatais) na produção e no mercado nacional. Em 2019, a Petrobras foi responsável por 75,15% da produção nacional de petróleo, alcançando a marca de produção de 2,61 milhões de barris de petróleo por dia (bpd); seguida por Shell/BG, com produção de 427 mil bpd (12% do total nacional); Petrogal, com 117 mil bpd (3,36%); Repsol Sinopec, com 91 mil bpd (2,62%); Equinor Energy, com 51 mil bpd (1,47%); e Equinor Brasil, com 40 mil bpd (1,15%). Outras empresas somaram 137 mil bpd (3,96% do total nacional). No que diz respeito às importações de derivados de petróleo, os EUA passaram a ocupar uma posição muito vantajosa após a Lava Jato, o *impeachment* e a eleição de Bolsonaro. Em 2015, 41% (16.200 toneladas por dia) do diesel importado pelo Brasil veio dos EUA, assim como 23% da gasolina importada (5.020 toneladas). Em 2019, esse número passou para 82% (25.561 toneladas por dia) das importações de diesel e 71% (9.871 toneladas por dia) de gasolina. Além disso, 94% do etanol importados pelo Brasil foi produzido nos EUA. As exportações brasileiras de petróleo cru, por sua vez, passaram a ser o foco da gestão Castelo Branco e Luna e Silva em 2019, sendo destinadas majoritariamente para China (51%), seguida de EUA (21%), Uruguai (6%), Chile (5%) e Espanha (4%). Outros países somaram 13% (COUTINHO, 2019).

É preciso destacar a velocidade com que foram realizados os leilões do Pré-Sal sob o regime partilha e do volume de 5 bilhões de barris sob o regime da Cessão Onerosa²⁵. No primeiro leilão de partilha, em 2013, ainda no governo Dilma Rousseff, a Petrobras detinha 60% das reservas recuperáveis sob os dois regimes. Shell e Total, somadas, representavam 26,7% e as estatais chinesas 13,3% de um total estimado de 15 bilhões de barris equivalentes de petróleo (bep). No governo Temer, após quatro leilões de partilha (de 2017 a 2018), a Petrobras ficou com apenas 17,4% do volume leiloadado, enquanto um grupo de IOCs, formado por Shell, BP, Total, ExxonMobil e Petrogal conseguiu arrematar 54,7% do volume leiloadado. Das estatais, a norueguesa Equinor conseguiu arrematar 10,9%, as chinesas CNOOC e CNODC, 9,8%, a colombiana Ecopetrol, 4,1%, e a catari QPI, 3%, de um volume total estimado de 12,21 bilhões de bep. No total, após os cinco leilões, a Petrobras passou a deter 41% dos campos leiloados, enquanto as empresas estrangeiras ficaram com 59% de um volume estimado em 27,21 bilhões de bep (COUTINHO, 2019). Vale ressaltar que, em reservas provadas, o Brasil detém a 15ª maior reserva internacional, totalizando 13 bilhões de bep. Para títulos de comparação, a Argélia possui 12,2 milhões de bep de reservas provadas; a Angola, 8,3; Equador, 8,3; México, 7,3; Azerbaijão, 7,0, e Noruega, 6,6 (COUTINHO, 2019).

Importante salientar também que, dentre as 100 maiores corporações transnacionais que operam nos oceanos mundo afora, a Petrobras aparece em segundo lugar, de acordo com pesquisa publicada na revista *Science Advances*, realizada por cientistas da Universidade Duke, nos EUA, e das universidades de Estocolmo e Uppsala, na Suécia. No estudo, foram avaliados oito setores que operam nos oceanos: petróleo e gás *offshore*, equipamentos e construção navais, produção e processamento de pescados e frutos do mar, transporte de contêineres, construção e reparo de navios, turismo de cruzeiros, atividades portuárias e energia eólica. Combinadas, essas indústrias geraram ganhos de 1,9 trilhão de dólares em 2018. O estudo demonstrou ainda que Arábia Saudita, Brasil, Irã, México e Estados Unidos são, respectivamente, sede das maiores transnacionais de petróleo e gás *offshore*. A Petrobras, por sua vez, faturou 46 bilhões de dólares em 2018 e possui 87% do total de suas operações concentradas na produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas no Brasil (PONTES, 2021).

No entanto, em seu novo plano estratégico, a Petrobras reduziu investimentos e metas de produção. Para o período 2021-2025, a empresa prevê investimentos de 55 bilhões de dólares. No plano anterior (2020-2024), o montante foi de 75 bilhões de dólares. Pelo plano, o

²⁵ Cessão onerosa é um sistema no qual a União cede o direito de exploração de um recurso natural de sua propriedade em troca de uma remuneração pré-estabelecida.

segmento de E&P vai absorver 84% do total (46 bilhões), dos quais 70% do valor para E&B (US\$ 32 bilhões) serão destinados aos ativos do Pré-Sal. Em comunicado ao mercado, a Petrobras informou que “o plano mantém os cinco pilares que atuam na sustentação para a implantação do conjunto de estratégias da companhia: (i) maximização do retorno sobre o capital empregado; (ii) redução do custo de capital; (iii) busca incessante por custos baixos e eficiência; (iv) meritocracia e (v) segurança, saúde, respeito às pessoas e ao meio ambiente” (GAUDARTE, 2020).

No que diz respeito à nova gestão corporativa da Petrobras, além da promoção do mito da Petrobras quebrada, da perda de espaço na produção e no mercado nacional e dos desinvestimentos da empresa a partir de 2016, também chama a atenção a mudança da política corporativa da Petrobras, que passou a atender os interesses de seus acionistas em detrimento dos interesses estratégicos da empresa e do Brasil.

Ao longo do século XX, o princípio de governança corporativa utilizado para alocação de receitas das grandes corporações foi o de “reter e reinvestir”, que tinha como objetivo reter o lucro da empresa e reinvesti-lo em capital físico e recursos humanos complementares. No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, esse princípio passou a ser questionado nos EUA devido ao excessivo crescimento das empresas, às dificuldades de coordenação e à ascensão do modelo de produção japonês, que era mais flexível e descentralizado e que passou a desafiar o modelo da grande indústria americana. Nesse sentido, as empresas passaram a aplicar o princípio de “reduzir e distribuir”, priorizando a “maximização de valor para os acionistas” (MVA) (JESUS JUNIOR; SARTI; FERREIRA JUNIOR, 2017).

O resultado de uma empresa também passou a ser medido em termos de desempenho financeiro e o mercado de ações passou a funcionar como um mercado de controle corporativo, que permite aos acionistas influenciar as políticas de distribuição de dividendos e os investimentos da empresa. Nesse contexto, os preços das ações tendem a subir com aumentos (ou promessas) de pagamentos aos acionistas e a cair com a decisão (ou perspectiva) de reduções de pagamentos. Focando somente na taxa de retorno sobre o investimento dos acionistas, o conceito de MVA despreza a geração de valor, de tecnologia, de inovação e de capacidades produtivas superiores. Nesse sentido, as políticas desenvolvimentistas do setor de petróleo promovidas pela Petrobras a partir de 2000, sobretudo de conteúdo local (CL), estariam na contramão das perspectivas de MVA. No entanto, a partir de 2016, o conceito de MVA foi adotado pela nova gestão da Petrobras e passou a guiar as ações e políticas da estatal (JESUS JUNIOR; SARTI; FERREIRA JUNIOR, 2017).

O estabelecimento de metas de conteúdo local de E&P foi criado pela Lei 9.478 de 1997, que pôs fim ao monopólio estatal nesse setor, abrindo maior espaço para a participação de empresas brasileiras na oferta de equipamentos e insumos para a E&P e refino de petróleo e gás natural (P&G) no país. Em 2010, com o novo marco regulatório, referendado pela Lei 12.351 de 2010, a Petrobras passou a ser operadora de todos os blocos licitados das áreas do Pré-Sal e equivalentes, respondendo pelo cumprimento da exigência de CL para o desenvolvimento da indústria para-petrolífera (IPP) (JESUS JUNIOR; SARTI; FERREIRA JUNIOR, 2017). Os maus resultados alcançados pela Petrobras coincidem com a ampliação dos investimentos para exploração do Pré-Sal, que é um dos maiores projetos de desenvolvimento *offshore* do mundo, sendo o setor que mais recebe investimentos desde 2010. O Plano de Negócio e Gestão (PNG) da Petrobras (2014-2018), por exemplo, previu investimento de 220,6 bilhões dólares, com, aproximadamente 69% vindo de fluxo de caixa operacional (após dividendos) e desinvestimentos e 23% de captação (dívida), e o restante do uso do caixa e da reestruturação no modelo de negócios. Nesse contexto, o endividamento bruto total cresceu vertiginosamente. Em 2006, era de R\$ 64,2 bilhões, passando para R\$ 252,9 bilhões em 2013, um crescimento de aproximadamente 409% (JESUS JUNIOR; SARTI; FERREIRA JUNIOR, 2017).

A política de dividendos da Petrobras, por sua vez, prevista em seu estatuto, determina que o valor mínimo a ser distribuído seja de 25% do lucro líquido ajustado, tanto para ações ordinárias (ON), quanto preferenciais (PN). Desde 2000, embora o estatuto da companhia garanta maiores dividendos para as ações PN, os pagamentos eram idênticos para ambas as categorias e a remuneração era mais generosa do que a prevista. No entanto, de 2012 a 2013, a Petrobras distribuiu o mínimo exigido tanto para as ações ON quanto para as PN, com a justificativa de manter caixa para conseguir cumprir seu plano de investimentos. Esse corte de dividendos fez com que as ações ON (PETR3) e PN (PETR4) despencassem e a empresa perdesse valor de mercado (JESUS JUNIOR *et al.*, 2017).

Entre 2006 e 2013, a Petrobras perdeu valor no mercado acionário em função do rebaixamento de sua nota por diferentes agências de *rating*. Dentre as causas para o rebaixamento, destaca-se o “agressivo” programa de investimentos da companhia; a exposição da empresa à interferência política local; o déficit comercial da Petrobras; os subsídios a produtos refinados importados; a dificuldade de atendimento das metas de produção, dado o nível de equipamentos necessários para E&P nas áreas do Pré-Sal; e o cumprimento das metas de conteúdo local (CL) (JESUS JUNIOR; SARTI; FERREIRA JUNIOR, 2017).

Apesar da perda de valor de mercado, a Petrobras continuou entre as 100 maiores empresas do mundo em capitalização. Embora outras empresas de petróleo também tenham

registrado quedas, a Petrobras caiu da 12^a posição, em 31 de março de 2008, para a 49^a, em 31 de março de 2013. O rebaixamento da nota foi realizado pelas agências de *rating* Moody's, Standard & Poor's e Fitch. Dentre as principais razões, estão os riscos envolvidos na E&P da nova fronteira geológica; as perdas no *downstream*, causadas pelo aumento das importações de produtos refinados; a prática de preços máximos sobre esses produtos no Brasil; as mudanças regulatórias dos últimos anos; e a política de Conteúdo Local (CL). Como fatores positivos da Petrobras, as agências destacaram a posição dominante da empresa no setor de energia brasileiro, com reservas de hidrocarbonetos e produção *offshore* de P&G que se destacam mundialmente; e sua posição de liderança na aplicação de tecnologias para E&P em áreas *offshore*. Vale ressaltar que, antes disso, a elevação do *credit rating* da Petrobras à categoria de *investment grade*, pela Moody's em 2005 e pelas agências Standard & Poor's e Fitch em 2007, possibilitou a empresa a ter acesso a financiamentos com menores *spreads*, o que lhe permitiu aumentar seus investimentos (JESUS JUNIOR; SARTI; FERREIRA JUNIOR, 2017).

Em 2019, no entanto, a gestão Castello Branco, que montou a diretoria com a menor proporção de executivos de carreira na história recente da estatal, iniciou um agressivo programa de desinvestimentos, privatizações e vendas de ativos e deu início a uma nova política que prevê a ampliação de pagamentos de dividendos quando a dívida bruta da empresa estiver abaixo de 60 bilhões de dólares. Além dos 25% do lucro líquido previsto em lei, a nova política também prevê a distribuição de 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos. Quanto mais a meta da dívida for atingida, mais dividendo a Petrobras pagará. Para Castello Branco, a Petrobras remunerava mal seus acionistas e, diante disso, sua gestão estabeleceu bônus para diretores e executivos que cumprissem as metas de ampliação do pagamento de dividendos. (PAMPLONA, 2020).

Assim, em outubro de 2020, a Petrobras revisou sua política de remuneração aos acionistas, permitindo o pagamento de dividendos mesmo quando a empresa apresentar prejuízo. A partir de então, os dividendos passaram a ser definidos de acordo com a dívida da empresa. Com o endividamento bruto acima de US\$ 60 bilhões, a empresa pode remunerar seus acionistas se a dívida líquida tiver apresentado redução nos 12 meses anteriores ao pagamento. Com o endividamento bruto abaixo dos US\$ 60 bilhões, a companhia pode efetuar pagamentos adicionais, superando o mínimo obrigatório ou um valor equivalente a 60% da diferença entre o fluxo de caixa e o valor dos investimentos, mesmo sem lucro contábil. Atualmente, a dívida bruta da empresa é de US\$ 75,5 bilhões. Entretanto, houve redução de 13,7 bilhões nos últimos 12 meses (WEIMANN, 2021). Diante desses movimentos, em fevereiro de 2021, a Petrobras

também divulgou que vai pagar dividendos de 10 bilhões de reais diante do lucro de 2020 de 7,11 bilhões de reais (PAMPLONA, 2020).

Para a nova gestão da estatal, “a Petrobras está focada em gerar valor para o acionista e o Estado brasileiro é acionista da Petrobras”. Além disso, Castello Branco ainda destacou que “há uma definição clara de que o foco é empresarial. Não pode ser controle de preços, de inflação ou a obrigação de levar produto para onde quer que seja” (PAMPLONA, 2020). Já para o ex-presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, que comandou a empresa durante o governo Lula, “o preço da gasolina não pode ser tratado como preço de um cachorro-quente ou de uma banana”. Além disso, o ex-presidente da estatal destacou que “petróleo não é uma mercadoria qualquer, é uma mercadoria estratégica, indispensável para que haja mobilidade de pessoas e de cargas” e, por isso, seu preço é estratégico. Gabrielli destaca ainda que não há como desvincular o preço doméstico daquele praticado no exterior, mas também não há necessidade de repassar todas as variações ao consumidor brasileiro. “No longo prazo você tem que manter uma relação do preço doméstico com o preço internacional. Não há como você isolar o país. Mas você não precisa, nas circunstâncias do mercado brasileiro, passar todas as variações diárias no preço do petróleo internacional, da gasolina internacional, para o mercado brasileiro” (O PREÇO DA GASOLINA...; 2021).

Outro importante destaque nesse âmbito econômico relaciona-se ao processo acelerado de venda de ativos. A venda parcial ou total de participações em empresas e ativos estatais também ganhou força a partir de 2016 no governo interino Temer e foi intensificado no governo Bolsonaro. Até setembro de 2019, quase 20 bilhões de dólares foram arrecadados com as vendas de ativos público, sendo 6 bilhões de dólares somente em leilões de infraestrutura e 12 bilhões em atividades de exploração de matérias primas, em especial de petróleo. Entre janeiro de 2019 e julho de 2020, a Petrobras também abriu 48 processos de venda de ativos (2,5 por mês), número maior que o governo Temer (1,4 por mês) e Dilma (0,4 por mês). O processo ganhou ainda mais força com a decisão do STF, que autorizou a empresa a criar subsidiárias para vender seus ativos (PAMPLONA, 2020).

Sob a justificativa de que “a ascensão do setor privado e a diminuição do estado reduzirá a corrupção”, o governo Bolsonaro passou a privatizar qualquer ativo público ou participação do estado em empresas estratégicas como Petrobras, Eletrobras, Porto de Santos, Telebrás, Correios, Casa da Moeda, JBS, dentre outras, mesmo quando essas empresas apresentavam lucros. As três maiores estatais brasileiras (Petrobras, Eletrobrás e Banco do Brasil), por exemplo, tiveram lucro líquido recorde de 52 bilhões de reais de janeiro até setembro de 2019,

superando o recorde de 2018 de 51,9 bilhões de reais. Em 27 anos, as três estatais só registraram prejuízos em cinco anos (1995, 1996, 2014, 2015 e 2016) (ESTATAIS..., 2019).

Essas negociações, por sua vez, estão sendo feitas no mercado financeiro por meio da venda ações. De 1991 a 2001, o setor público brasileiro transferiu o controle ou participações de 119 empresas para a iniciativa privada. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi uma das maiores transferências de ativos públicos da história, somando 68 bilhões de dólares. As operações incluíram Vale, Petrobras, Sidebras, dentre outras empresas estratégicas. No entanto, atualmente, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Brasil tem 418 empresas de titularidade pública, das quais 140 estão sob controle do governo federal, que pretende privatizá-las (FARIZA, 2020). Ressalta-se ainda que, em um período de seis meses, o governo Bolsonaro vendeu quase 13% de suas participações em ações com direito de voto da Petrobras por meio de ofertas públicas na Bolsa de Valores. As vendas partiram da Caixa Federal (3,2% por R\$9,6 bilhões) e do BNDES (9,6% por R\$23 bilhões) (GUIMARÃES; GOMES, 2020).

De modo geral, a Petrobras vem se desfazendo de um variado conjunto de ativos, envolvendo campos de petróleo, usinas de energia eólica, usinas térmicas e de produção de biocombustíveis, grandes refinarias, gasodutos, participações na distribuição de gás nos estados, indústrias de fertilizantes e investimentos no exterior. Já foram vendidos ou estão à venda empresas e campos de petróleo nos Estados Unidos, Uruguai, Colômbia, Argentina, Paraguai e também na África. Estão sendo ofertados mais de uma centena de campos de petróleo localizados em terra nos estados do Amazonas, Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Espírito Santo e Alagoas. No mar, a empresa está se desfazendo de campos de petróleo em águas rasas (até 300 metros de profundidade) nas bacias de Campos e Santos e nos estados do Rio Grande do Norte e Alagoas, que tiveram papel histórico no desenvolvimento tecnológico da Petrobras a partir de 1970. Também estão sendo colocados à venda campos localizados em águas profundas, nas bacias marítimas de Campos, Santos e Sergipe-Alagoas (MORAIS, 2020).

Nesse contexto, a Petrobras anunciou, em 2019, o plano de venda das refinarias de Abreu Lima (RNEST) em Pernambuco (PE); Landulpho Alves (RLAM) na Bahia (BA); Presidente Getúlio Vargas (Repar) no Paraná (PR); e Alerto Pasqualini (Refap) no RS. Além disso, o governo também anunciou que pretende vender mais oito refinarias, incluindo também a Refinaria Gabriel Passos (Regap) em Minas Gerais (MG); Isaac Sabbá (Reman) no Amazonas (AM); Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor) no Ceará; e Unidade de Industrialização de Xisto (Six) no Paraná (PR). Juntas, essas refinarias representam aproximadamente 50% da capacidade de refino nacional, com capacidade para processar 1,1

milhões de barris por dia. A presidência da Petrobras, por sua vez, estima arrecadar 20 bilhões de dólares com a venda desses ativos e justificou as operações como uma forma de reduzir o endividamento e otimizar o portfólio da empresa, visando gerar valor para seus acionistas (PETROBRAS AVANÇA...; 2019).

No que diz respeito às refinarias, a Rnest (PE) tem capacidade de processamento de 130 mil barris/dia (5% da capacidade nacional) com potencial de duplicar sua capacidade. Seus ativos incluem um terminal de armazenamento e um conjunto de oleodutos de 101 km. A RLAM (BA), por sua vez, pode processar 333 mil barris/dia (14% da capacidade nacional) e seus ativos incluem quatro terminais de armazenamento e um conjunto de oleodutos de 669 km. A Repar (PR) processa 208 mil barris/dia (9% da capacidade nacional) e possui cinco terminais de armazenamento e uma malha de oleodutos de 476 km. Por fim, a Refap (RS) também processa 208 mil barris/dia (9%) e seus ativos incluem dois terminais de armazenamento e 260 km de oleodutos (PETROBRAS AVANÇA...; 2019).

Em 2019, a Petrobras também anunciou a venda da polêmica refinaria de Pasadena nos EUA por metade do preço pago em 2006. Alvo de investigação da Lava Jato e considerada desnecessária e um “elefante branco” por parte da imprensa e de grupos políticos, a refinaria custou 1,2 bilhões de dólares à Petrobras em 2006 e foi vendida de volta para Chevron por 467 milhões de dólares. Além disso, a venda incluiu a subsidiária PRSI, que opera a refinaria, a PRSI Trading, que opera a venda de derivados nos mercados locais, um tanque de armazenamento de 5,1 milhões de barris e 143 hectares de terra ao longo do canal de Houston. Para a Chevron, a refinaria e seus ativos são considerados estratégicos para as operações da empresa na região (PETROBRAS CONCLUI..., 2019; NASSIF, 2020)

Em 2020, a Petrobras também vendeu seus últimos ativos na África e encerrou suas atividades no continente, seguindo seu plano de desinvestimentos e foco na exploração e produção de petróleo no Brasil. Na ocasião, a estatal brasileira vendeu sua participação da empresa Petrobras Oil&Gas B.V. (PO&GBV) na Nigéria para a canadense Africa Oil Corp por 1,5 bilhões de dólares. A PO&GBV tinha participação nos campos de Agbami, Akpo e Egina e produzia aproximadamente 34 mil bpd. Em comunicado, a Petrobras afirmou que visa gerar valor a seus acionistas. Além disso, anunciou que pretende se desfazer de ativos na Bolívia (participações em campos de produção), no Uruguai (redes de distribuição de combustíveis), na Colômbia, na Argentina e nos EUA. Até então, a Petrobras já havia vendido ativos no Chile, Paraguai, Japão e Nigéria, arrecadando 5,2 bilhões de dólares (PETROBRAS VENDE...; 2020).

Ainda em 2020, a diretora de Refino e Gás da Petrobras, Anelise Lara, anunciou que a empresa iria vender três grandes gasodutos marítimos que ligam campos do Pré-Sal na Bacia

de Santos ao continente. A ideia seria formar uma empresa detentora dos três dutos e vendê-la por meio de oferta pública de ações no mercado de capitais. Os três dutos, que alcançam a costa do Rio de Janeiro e São Paulo, transportam aproximadamente 48 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Vale ressaltar que já existe um acordo entre Petrobras e outras empresas que usam os dutos por meio do Sistema Integrado de Escoamento, como Shell, Repsol e Galp (ORDOÑEZ, 2020b).

Em agosto de 2020, a Petrobras também vendeu (em um leilão *online*) três plataformas de petróleo na Bacia de Campos, por 7,5 milhões de reais. O comprador foi identificado como Marboteni, e as plataformas vendidas foram a P-07, por 370 mil dólares, a P-12, por 330 mil dólares, e a P-15, por 750 mil dólares. Os valores foram considerados irrisórios pelos sindicatos nacionais e o site do leilão foi questionado por ser especializado em venda de carros batidos e sucatas de seguradoras. Para o Sindipetro-NF, a FUP e demais sindicatos, as plataformas estão sendo entregues a “preço de banana” pela Petrobrás e a venda pode ser considerada um crime contra o povo brasileiro, assim como todo o conjunto de entregas do patrimônio do país que estão sendo realizadas e programadas. Os sindicatos argumentam ainda que, mesmo com produções menores e em águas rasas, as plataformas poderiam continuar em operação sem prejuízo e gerando empregos e renda para a região e lucro para o país. Antes da venda, as plataformas produziam aproximadamente 25 mil barris diários de óleo (15 mil na P-07; 7 mil na P-12; e 3 mil na P-15) (GESTÃO..., 2020).

Outro processo de venda de ativos ocorreu em setembro de 2020, quando a Petrobras anunciou que iria vender 100% da sua participação nos campos de Albacora e Albacora Leste, em águas profundas da Bacia de Campos. Na ocasião, a empresa estimava que os dois campos produziam 43 mil barris de óleo equivalente por dia (Mboe/d) e 34 Mboe/d, respectivamente, de um volume total de 4,4 Bbbl e 3,8 Bbbl. A venda ainda incluiu duas plataformas de produção e processamento, a semissubmersível P-25 e o FPSO P-31. Vale ressaltar que Albacora Leste começou a produzir, em 2006, a partir do FPSO P-50, que ficou marcada como a plataforma da autossuficiência do Brasil em petróleo. A venda dos dois campos também incluiu as infraestruturas de produção e escoamento. Destaca-se que a espanhola Repsol possui participação de 10% no campo de Albacora (ORDOÑEZ, 2020b).

Ainda em 2020, no Uruguai, a Petrobras informou, por meio da sua controlada indireta Petrobras Uruguay Sociedad Anónima de Inversiones (PUSAI), que fechou a venda de toda sua participação na Petrobras Uruguay Distribución S.A. (PUDSA) para o Grupo Disa (também espanhol), pelo valor de US\$ 61,70 milhões (cerca de R\$ 308,5 milhões). Também informou

que iniciou a fase vinculante referente à venda de sua subsidiária integral Petrobras Biocombustível (PBIO) (MOUTINHO, 2020).

Em outubro de 2020, a Petrobras também anunciou a pretensão de venda da totalidade de suas participações no Polo Carmópolis na Bacia Sergipe-Alagoas, o maior campo de petróleo terrestre do Brasil, que inclui 11 concessões de campos de produção terrestres e instalações integradas de produção com campos localizados em Sergipe. Segundo o comunicado da Petrobras, a oferta incluía 3 mil poços de petróleo em produção, 17 estações de tratamento de óleo, uma estação de gás em Carmópolis e aproximadamente 350 km de gasodutos e oleodutos. Além disso, a venda também incluía outros ativos, como o Polo Atalaia, que inclui o Terminal Aquaviário de Aracaju (Tecarmo), uma unidade de processamento de gás natural, uma estação de processamento de óleo e o oleoduto Bonsucesso-Atalaia, com 48,6 quilômetros de extensão e que escoar a produção das concessões até o Tecarmo. Entre janeiro e setembro de 2020, a produção do Polo Carmópolis foi de 10 mil barris de óleo por dia e 73 mil metros cúbicos de gás natural. Vale ressaltar que a Petrobras é a operadora dos campos com 100% de participação (MARINHO, 2020).

Além de Carmópolis, a Petrobras também anunciou que vai vender suas participações em 28 concessões de campos de produção de petróleo terrestre e instalações associadas nas bacias do Recôncavo e Tucano, em diferentes municípios do estado da Bahia. Em comunicado, a Petrobras afirmou que “esta divulgação está de acordo com as normas internas da Petrobras e com as disposições do procedimento especial de cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, previsto no Decreto 9.355 / 2018” e que “esta transação no mercado de petróleo está alinhada à estratégia de otimização do portfólio e melhoria da alocação de capital da empresa, concentrando cada vez mais seus recursos em ativos de classe mundial em águas profundas e ultraprofundas, onde a Petrobras tem demonstrado grande diferencial competitivo ao longo dos anos”. Os campos possuem instalações integradas e acesso à infraestrutura de processamento, logística, armazenamento, transporte e escoamento de petróleo e gás natural. O chamado Polo Bahia Terra possui cerca de 1,7 mil poços de petróleo em operação, além de estações coletoras e de tratamento, parques de estocagem e movimentação de petróleo, gasodutos e oleodutos e outras infraestruturas associadas. Em janeiro e fevereiro de 2021, os ativos no polo Bahia Terra tiveram produção em média de 13,5 mil barris de óleo por dia e 660 mil metros cúbicos por dia de gás (MARINHO, 2021a).

Nesse contexto de desmonte, a usina termoeétrica da Petrobras, de 570 milhões de reais, em Camaçari na Bahia também teve suas operações paralisadas sob a justificativa de que a

Petrobras não conseguia vender energia a um preço viável para cobrir os custos de manutenção e a tecnologia utilizada. Construída em 2001 em parceria com a empresa portuguesa EDP, a termoelétrica foi comprada integralmente pela Petrobras e tem capacidade de gerar 120 megawatts (MW). De 2015 a 2017, a empresa operou sob contrato de concessão com a Petrobras. No entanto, em 2017, a usina, que é movida a geração de gás, perdeu sua concessão devido à falta de “condições operativas” de acordo com a gestão Castello Branco (BORGES, 2021).

Em julho de 2021, a Petrobras assinou um contrato de compra e venda de ações para vender sua participação de 10% na empresa de gasodutos TAG para a Engie Brasil e o fundo de investimento canadense Caisse de Depot et Placement du Quebec (CDPQ) (MEDEIROS, 2021). Em agosto 2021, a estatal também fechou contrato com a SPE Rio Ventura para vender a totalidade de sua participação em mais oito campos terrestres de Petróleo na Bahia. A Petrobras também leiloou o polo de Urucu na Amazônia em 2020, que foi arrematado pela Eneva (ENEVA..., 2021), e realizou desinvestimentos no Ceará em prol da iniciativa privada, provocando a queda de 85% da produção de petróleo do estado (COM PARALISAÇÃO.... 2021).

Diante do processo de desinvestimentos da Petrobras, a empresa estadunidense Oil Group anunciou, em 2020, que planeja construir seis refinarias de pequeno porte no Brasil, com investimentos de 2 bilhões de dólares nos próximos sete anos. Para o Diretor da Oil Group, Fabiano Diaagoné, o Brasil consome diesel em alta escala e a Petrobras não consegue suprir somente com sua produção. Essas pequenas refinarias, por sua vez, atenderiam mercados locais. O Oil Group já investe no Brasil na exploração e produção de petróleo, sendo o refino uma oportunidade diante da reestruturação do setor. Além de uma unidade inicial no Rio de Janeiro, a empresa também anunciou que planeja construir unidades no Espírito Santo, Maranhão, Sergipe ou Bahia. No entanto, segundo o diretor da empresa, a Oil Group não pretende usar recursos do BNDES, mas recursos de bancos de desenvolvimento e fundos de investimento do exterior (ORDOÑEZ, 2020a).

Em 2019, a China colocou 100 bilhões de dólares de fundos de investimento à disposição do Brasil para projetos de desenvolvimento, sobretudo de infraestrutura. Segundo o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), os investimentos da China na última década no Brasil foram de 57 bilhões de dólares em 145 projetos em 21 estados mais o DF. A maior parte dos investimentos concentra-se no setor de energia e ocorreu a partir de 2017, por meio do programa de concessões e privatizações do então presidente interino Michel Temer. Apenas em 2018, a State Grid e a China Three Gorges financiaram 12 projetos no país, totalizando 1,7

bilhões de dólares. Além disso, essas empresas se consolidaram no setor elétrico brasileiro por meio de aquisições de geradoras, distribuidoras e linha de transmissão. Além disso, as estatais chinesas estão presentes em vários setores da economia brasileira, como na fabricação de máquinas e equipamentos, telecomunicações, papel e celulose, agricultura e petróleo e gás (WIZIACK, 2019).

Em 2021, o fundo soberano Mubadala Capital dos Emirados Árabes Unidos também negociou com a Odebrecht (agora Novonor) a aquisição de 50,1% de participações na Braskem. A operação, que contou com empréstimos tomados junto aos maiores bancos brasileiros, estava prevista no contrato de recuperação judicial da Braskem. O Mubadala também negociou a compra da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) com a Petrobras, que também detém o restante de participações da Braskem (GOMES; DECLOEDT, 2021). Ao final da gestão Castello Branco, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da RLAM e seus ativos na Bahia para o Mubadala Capital por 1,65 bilhões de dólares. Na ocasião, Castello Branco declarou que “hoje é dia muito feliz para a Petrobras e o Brasil. É o começo do fim de um monopólio numa economia ainda com monopólios em várias atividades. O desinvestimento da RLAM contribui para a melhoria da alocação de capital, redução do ainda elevado endividamento e para iniciar um processo de redução de riscos de intervenções políticas na precificação de combustíveis, que tantos prejuízos causaram para a Petrobras e para a própria economia brasileira. A transação satisfaz sem dúvida os melhores interesses dos acionistas da Petrobras e do Brasil”.

4.4 O combate à corrupção e o lawfare como estratégia geopolítica sobre recursos, ativos e setores estratégicos

Ao analisar o Brasil, na esfera jurídica, observam-se alguns fenômenos, disputas e conflitos judiciais tanto no âmbito doméstico quanto internacional que corroboram a hipótese de “guerras híbridas por recursos” sobre a Petrobras, o Pré-Sal e o setor de petróleo brasileiro. Nesse sentido, destacam-se a crescente influência das políticas e legislações de combate à corrupção (Foreign Corrupt Practices Act – FCPA) e de instituições jurídicas e de segurança dos EUA (DoJ, SEC, FBI) sobre a Petrobras e outras empresas estratégicas nacionais; a ascensão da Lava Jato e suas investigações, delações, articulações, perseguições e prisões com fins políticos; os processos e acordos de leniência entre instituições estrangeiras e empresas estratégicas nacionais e a omissão do estado; a ascensão da indústria do *compliance* e o

crescente fenômeno da “porta giratória”; a cooperação extraoficial internacional entre instituições políticas e a ingerência externa sobre processos jurídicos domésticos; e os treinamentos jurídicos aplicados por instituições estrangeiras sobre atores domésticos.

A operação Lava Jato foi uma operação de combate a corrupção lançada em 2014 pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF) para investigar esquemas de corrupção na Petrobras e em outras empresas relacionadas ao setor de petróleo após as delações do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto da Costa. Para grande parte da sociedade brasileira, a operação representou e um “alento” aos sucessivos escândalos políticos do país. No entanto, para outra parte, foi a “tempestade perfeita” e um dos grandes “laboratórios de *lawfare*” e de “guerras híbridas” ocorridos no século XXI.

A operação começou no Brasil e colocou a Petrobras como réu nos EUA, resultando na recuperação de 4 bilhões de reais, mas na perda de quase 4 bilhões de dólares em acordos com o DoJ e a SEC para evitar processos nos EUA (2,95 bilhões de dólares em *class action* e 853 milhões de dólares em acordos institucionais). Além disso, a empresa passou a adotar regras de *compliance* e auditorias impostas por essas instituições estrangeiras e a se desfazer de seu capital produtivo, levantando questionamentos sobre a interferência externa sobre a estatal e sobre o setor de petróleo brasileiro por meio da utilização de meios jurídicos de forma arbitrária. Nesse sentido, a pesquisa buscou investigar alguns métodos, estratégias, ações, disputas e conflitos jurídicos que corroboram essa hipótese.

Nesse contexto, destaca-se a política contra à corrupção promovida, pelo Departamento de Estado dos EUA depois dos atentados de 2001, dentro do contexto de combate ao terrorismo e ao crime organizado internacional. Dentro dessa política, destacam-se três leis e duas instituições que passaram a ser instrumentos da política externa dos EUA e de sua atuação global. A Lei de Práticas Corruptas no Exterior (Foreign Corrupt Practices Act – FCPA); a Convenção Anti-Suborno (Anti-Bribery Convention) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e o Sarbanes-Oxley Act (SOX). Dentre as instituições, destacam-se a Seção de Integridade Pública do Departamento de Justiça e o Department of Homeland Security (DHS).

A FCPA é uma lei criada no final dos anos 1970 para investigar a Lockheed Martin por subornos na Itália, na Holanda e no Japão e que, atualmente, é utilizada para processar empresas e pessoas de qualquer país desde que o crime investigado tenha algum vínculo com os EUA. Dentre os vínculos, basta a utilização de um banco americano para transações, a entrada de uma empresa estrangeira no mercado de ações do país, a compra de imóveis nos EUA, ou qualquer outra transação financeira relacionada aos EUA de alguma forma. Atualmente aplicada pelo

DoJ e pela SEC nos âmbitos civil e administrativo, a lei ganhou notoriedade com as investigações e processos contra a FIFA e seus dirigentes e contra empresas estratégicas estrangeiras, como as brasileiras Petrobras, Odebrecht, Braskem e Embraer, a alemã Siemens, a francesa Alstom, a holandesa SBM Offshore, dentre outras (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

Um caso emblemático sobre a aplicação da FCPA nos EUA e que guarda semelhança a outros casos de *lawfare* é o do senador republicano Ted Stevens, que, após 40 anos de vida pública, foi acusado de receber “presentes” de um amigo empresário do ramo do petróleo, como a reforma de uma cabana que pertencia a Stevens. Na ocasião, a empresa do amigo do senador foi acusada de superfaturar o valor da obra, que custou alguns milhares de dólares. Após investigações, os promotores sustentaram a narrativa de crime de corrupção, e Stevens foi condenado em primeira instância em 2008, não conseguindo mais se reeleger. Tempo depois, um agente do FBI denunciou erros e abusos cometidos ao longo do processo, como a ocultação de provas e testemunhas da defesa e fraudes. Em 2009, a sentença foi derrubada, os promotores foram investigados e o DoJ pediu desculpas a Stevens, reconhecendo as arbitrariedades e irresponsabilidades da força-tarefa. Em 2010, Stevens morreu em um acidente de avião e, logo depois, um dos promotores acusados cometeu suicídio (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

Outro instrumento jurídico que compõe esse arcabouço, a Convenção Anti-Suborno (Anti-Bribery Convention) da OCDE, criada no final da década de 1990, tinha como objetivo criar um *framework* internacional de combate à corrupção por meio da internacionalização dos princípios da FCPA e da incorporação deles por parte dos demais países. Em, 2000, o Brasil ratificou a convenção, comprometendo-se a combater o suborno de agentes públicos em transações internacionais. Em 2013, influenciado pela convenção, o governo Rousseff criou a Lei 12.846, a Lei Anticorrupção, que abriu caminho para o uso das “delações premiadas” no país (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

Já a Sarbanes-Oxley Act (SOX), lei criada pelo congresso dos EUA em 2002 após o caso de falência da Eron, obriga empresas estratégicas a contratar auditorias externas e a criar mecanismos internos de controle para monitorar e prevenir fraudes e corrupção. A lei é considerada o embrião da “indústria do *compliance*” ao promover a “boa governança” das empresas e mecanismos para evitar fuga de investidores por causa de crimes financeiros ou contra o mercado de capitais. Destaca-se ainda o Patriot Act de 2001, que suspendeu contrapesos jurídicos que evitavam abusos cometidos por tribunais e agências de segurança,

passando a permitir intervenções em correspondências, e-mails e telefones (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

No que diz respeito às instituições, destaca-se a Seção de Integridade Pública do DoJ, considerada uma espécie de unidade anticorrupção de elite que conta com dezenas de promotores autorizados a investigar autoridades públicas. Dentre os promotores, está Andrew Weissmann, que trabalhou no caso da Enron e que desenvolveu técnicas processuais não ortodoxas, como a escandalização de conduções coercitivas, a ocultação de provas e as ameaças às testemunhas de defesa. Após o caso Eron, Weissmann passou a trabalhar na área de *compliance* para empresas privadas e atuou no caso da Petrobras. Ao longo das investigações contra a estatal, suas técnicas foram incorporadas pelos procuradores da Lava Jato, sobretudo no que diz respeito às “delações premiadas”. Em 2002, os EUA também criaram o Department of Homeland Security (DSH), uma instituição de segurança nacional e de vigilância que conta com um orçamento anual de 40 bilhões de dólares e que coordena, junto à National Security Agency (NSA), 22 agências que combinam serviços de inteligência e de espionagem, como CIA, Departamento de Estado e FBI, formando o núcleo de segurança dos EUA. Ao todo, são 240 mil funcionários treinados para monitorar e responder a ameaças terroristas no âmbito doméstico, fronteiriço ou cibernético (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

Dessa forma, essas leis e instituições, em conjunto, permitem aos EUA investigar práticas de corrupção que ocorrem fora do país enquanto suas instituições criam arranjos de cooperação internacional, muitas vezes inconstitucionais, que facilitam a aplicação desse arcabouço jurídico, mas que também desafiam a soberania dos estados nacionais correspondentes às empresas e demais atores investigados. Foi nesse contexto que, alegando “falha de controle interno”, “transparência” e “*compliance*”, investidores estrangeiros moveram uma ação coletiva na justiça dos EUA contra a Petrobras, conseguindo um acordo indenizatório de mais 2,95 bilhões de dólares. Além disso, a Petrobras assinou um contrato de 853 milhões de dólares com o DoJ em 2018 para não ser julgada nos EUA depois da exposição causada pela Lava Jato (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

Vale lembrar que, no Brasil, a primeira cooperação importante entre Ministério Público Federal e o DoJ deu-se com a operação Banestado na década de 1990 e contou com a participação do ex-juiz Sérgio Moro e de outros integrantes da Lava Jato. A operação começou com a investigação de uma remessa de 30 bilhões que foi enviada do Banestado ao exterior e depois foi distribuída em contas na Europa e no Caribe. Logo depois, as investigações envolveram políticos brasileiros de alto escalão, como Celso Pitta, Jorge Bornhausen e José Serra, no entanto algumas dificuldades e limitações da PF para investigar figuras políticas e

empresários fizeram a força-tarefa buscar ajuda do DHS e de procuradores norte-americanos. Durante as investigações, foi revelado que uma das contas, denominada “Toucan”, havia movimentado milhões de dólares entre 1996 e 2000 e que o então ministro José Serra tinha acesso à conta (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

Após informações enviadas dos EUA ao Brasil, a PF realizou a operação Farol da Colina, porém o foco saiu dos políticos e empresários e voltou-se aos “doleiros” e “laranjas”, e o delegado do caso foi afastado das investigações, em 2003, por ordem do então ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos. O novo delegado, por sua vez, decidiu investigar apenas em território nacional, e os processos foram distribuídos entre diversos tribunais do país, sendo alguns desses colocados sob responsabilidade do então juiz Sérgio Moro, no Paraná. Na ocasião, Moro condenou o doleiro Alberto Youseff, que, após fechar acordo de colaboração com Banestado, voltou a operar no mercado (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

Os delegados Erika Marena e Marcio Anselmo e os procuradores Januário Paludo e Carlos Fernando dos Santos Lima, que investigaram a Petrobras durante a Lava Jato, junto ao procurador Vladimir Aras, que também foi o coordenador da cooperação jurídica internacional da operação, também trabalharam no caso Banestado e dificultaram o acesso de parlamentares brasileiros a informações e documentos produzidos nos EUA. No governo Bolsonaro, os delegados ganharam cargos no governo quando Moro virou Ministro da Justiça, enquanto Carlos Fernando dos Santos Lima passou a trabalhar como consultor de *compliance* após a operação (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

A partir do caso Banestado, juízes, delegados e procuradores passaram a estreitar relações com procuradores, juízes e agentes dos EUA, mantendo também distância de figuras políticas investigadas. Em 2007, por exemplo, Moro autorizou indevidamente que um agente do FBI tivesse acesso a documentos falsos e pudesse abrir contas bancárias para trabalhar infiltrado no Brasil. No entanto, a decisão foi indeferida porque o MPF não foi ouvido conforme obriga a lei. Também em 2007, na condição de governador de São Paulo, Serra tentou se aproximar do DHS, usando os ataques da organização criminosa PCC ao metrô de SP como pretexto para estabelecer parcerias jurídicas e treinamentos de combate ao terrorismo e ao crime organizado, conforme foi revelado pelo Wikileaks em 2011. Tentou ainda estabelecer cooperação direta com o DHS, porém a instituição esclareceu, à época, que não podia passar por cima das instituições federais, como MRE, STF e MPF. Em 2009, o DoJ patrocinou o Projeto Pontes, um seminário sobre combate à corrupção ocorrido no Rio de Janeiro que durou uma semana e contou com a presença de policiais, procuradores e juízes de diversos estados brasileiros e de diversos países da região. Posteriormente, o Wikileaks revelou que Moro

realizou uma palestra no evento sobre um “modelo proativo da força tarefa”, que previa a possibilidade de cooperação direta entre os agentes dos países. Ao final, os americanos sugeriram a criação de um projeto piloto em Curitiba ou São Paulo e incentivaram levar o experimento ao tribunal, prometendo aos brasileiros “acesso aos especialistas dos EUA” (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

Com relação à ascensão da Lava Jato e suas relações externas, em 2013, o então vice-presidente dos EUA, Joe Biden, visitou o Brasil e países vizinhos para conversar sobre cooperação energética, reunindo-se com a então presidente da Petrobras, Graça Foster, em busca de maior acesso para empresas americanas na exploração do Pré-Sal. De acordo com representantes petrolíferas norte-americanas, a lei de partilha do Pré-Sal e a concorrência chinesa transformavam as IOCs em meras financiadoras da prospecção. Foi nesse contexto que o senador José Serra se aproximou de executivos da Chevron por meio da embaixada dos EUA, conforme revelado pelo Wikileaks. Para o ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa Celso Amorim, não só o petróleo, mas a possibilidade de ascensão geopolítica do Brasil e da América do Sul é considerada uma ameaça ao pensamento estratégico e geopolítico dos EUA. Nesse sentido, a “luta contra a corrupção” seria um meio de frear os processos do Pré-Sal e outras iniciativas internacionais, como a UNASUL e os BRICS (COMO A ANTICORRUPÇÃO..., 2020).

Assim, a operação Lava Jato começou em março de 2014 com a PF prendendo o doleiro Alberto Youssef, o empresário Enivaldo Quadrado e mais 14 suspeitos de lavagem de dinheiro e corrupção. Com o desenvolvimento da operação, foi um revelado um esquema de 6 bilhões de reais em propinas na Petrobras, envolvendo grandes empresários, lobistas, operadores e donos das maiores empreiteiras do país, como Marcelo Odebrecht, os irmãos Joesley e Wesley Batista (J&F), Dalton dos Santos Avancini (Camargo Correa), Léo Pinheiro (OAS), Eike Batista (EBX), dentre outros. Em seguida, a operação passou a atuar no âmbito político, investigando, processando ou prendendo políticos do alto escalão nacional, como o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, os senadores Aécio Neves e José Serra, o então vice-presidente, Michel Temer, e o ex-presidente Lula, que foi a figura central, sendo réu em cinco processos por corrupção e lavagem de dinheiro e preso em 2018 (A GEOPOLÍTICA..., 2020).

Além de Lula, todos os ex-presidentes pós-redemocratização foram citados em depoimentos de executivos da Odebrecht durante as delações premiadas da Lava Jato. Dilma foi investigada por obstrução à justiça sob suspeita de proteger Lula, e FHC, Sarney e Collor foram citados por receber propina. Ao todo, a operação expediu mais de 900 mandados de

prisão e condenou 123 pessoas por corrupção, além de 953 mandados de busca e apreensão, 227 conduções coercitivas e 11 bilhões de reais recuperados de acordos com procuradores.

Também foram investigados diferentes partidos políticos, como PT, PMDB, PSDB, PTC, PSB, SD, PR, PPS, DEM, PC do B, PRB, PTB e PSD, assim como diferentes presidentes e ex-presidentes latino-americanos, sobretudo de esquerda ou de viés nacional-desenvolvimentista, como Cristina Kirchner, na Argentina, e Rafael Correa, no Equador (EM QUATRO...; 2018). No Peru, destacam-se investigações sobre três ex-presidentes: Alejandro Toledo, Alan García e Ollanta Humala. Toledo, acusado de ter recebido propinas para a licitação da rodovia Interoceânica Sur, entre Brasil e Peru, foi condenado à prisão e está foragido nos EUA. Garcia, por sua vez, foi investigado por corrupção nas obras do metrô de Lima, e Humala acusado de receber recursos da Odebrecht para sua campanha eleitoral. Todos negaram as acusações (ESPINOZA, 2017).

Apesar da força-tarefa da Lava Jato negar constantemente a cooperação com os EUA e outros países sem respeitar os canais oficiais, em 2017, em um evento promovido por um centro de lobby dos EUA, que contou com a presença do então procurador geral da República Rodrigo Janot, o ex-procurador do DoJ, Keneeth Blanco, relatou que a cooperação internacional entre o MPF e o DOJ durante a Lava Jato ocorreu sem o consentimento dos órgãos centrais do governo, o que é proibido por lei, e ainda revelou proximidade com procuradores do México, do Equador, do Panamá e da Colômbia. Em 2019, William Burck, também ex-procurador do DoJ, esteve no Brasil e declarou que não há dúvidas de que os EUA utilizam o combate a corrupção como um instrumento de política externa. No caso da Lava Jato, ele declarou que os procuradores brasileiros “trouxeram a raposa para o galinheiro”. Vale lembrar que os procuradores da Lava Jato nunca se pronunciaram publicamente sobre os interesses geopolíticos nacionais nem sobre a perda de espaço econômico das empresas brasileiras na América Latina e na África por conta da operação. Pelo contrário, mensagens divulgadas entre Sergio Moro e Deltan Dallagnol demonstraram a cumplicidade entre juízes e procuradores e o descaso em relação à soberania e ao desenvolvimento nacional (A GEOPOLÍTICA..., 2020).

Vale destacar também os processos e acordos de leniência envolvendo atores externos e a omissão do Estado. Após as primeiras delações da Lava Jato, sobretudo a do diretor e funcionário de carreira da Petrobras Paulo Roberto Costa, em dezembro de 2014, a empresa passou a sofrer uma ação coletiva (*class action*) nos EUA movida por investidores minoritários que alegaram falta de *compliance* da empresa, corrupção sistêmica e perda de valor de mercado devido aos danos à imagem da empresa. A ação foi iniciada por André de Almeida, um advogado brasileiro formado e residente nos EUA que se associou ao escritório Wolf Popper.

Em entrevista ao CGN, ao ser questionado sobre os motivos que o levaram a ação nos EUA, Almeida disse que iniciou o processo nos EUA porque existe um “*gap* civilizatório brutal” entre o poder judiciário americano e brasileiro, sobretudo no que diz respeito às ações coletivas e reparações monetárias. Ainda segundo Almeida, sua pretensão inicial era de que a justiça americana reparasse todos os acionistas americanos e brasileiros. No entanto, no meio do processo, a justiça americana decidiu que só julgaria o caso dos acionistas que investiram nos EUA (OS PROCESSOS..., 2020).

Para justificar o argumento de perda de valor da empresa, Almeida usou o valor da abertura de IPO na bolsa de valores em 2010, que estimava a empresa como a quinta mais valiosa do mundo, avaliada em 300 bilhões de dólares, para comparar com o valor estimado após a deflagração da operação Lava Jato, quando a empresa passou a ser avaliada em 30 bilhões de dólares em função da desvalorização de suas ações. Apesar da queda de valor também observada entre as principais empresas de petróleo do mundo, puxada pela queda do preço do barril e dos grandes investimentos e da alavancagem realizada pela Petrobras no período, Almeida justificou que as ações da IOCs não caíram tanto quanto a de outras estatais. Para o advogado, enquanto o valor da ExxonMobil caiu 18% e da BP 14%, a PDVSA caiu 89% e a Petrobras caiu 90%, e a diferença era resultado da má gestão da empresa e de desvios de conduta ética de funcionários, cabendo, aos acionistas, indenizações pelas perdas financeiras (OS PROCESSOS....., 2020).

No entanto, é interessante o fato de que a Petrobras foi tratada como corruptora e culpada nos EUA e como vítima de um grupo de executivos, políticos e empresários no Brasil. Nesse contexto, a empresa foi poupada de investigações mais rígidas no Brasil, porém contribuiu com o Ministério Público Federal para processar os réus da Lava Jato e a própria Petrobras nos EUA. Vale lembrar que a União, na condição de acionista majoritário da Petrobras, poderia ter invocado a cláusula de “*interessa nacional*” da empresa e suspender o processo de acordo com o tratado de assistência jurídica em matéria penal entre Brasil e EUA, em vigor desde 2001. Pelo acordo, o Ministro da Justiça é a autoridade central sobre o tema, no entanto essa condição foi delegada, ao Procuradoria-Geral da República (PGR) Rodrigo Janot, pelo então ministro da Justiça José Cardozo. Janot, por sua vez, delegou a responsabilidade ao MPF do Paraná. Caso a cláusula tivesse sido invocada, a empresa não poderia ter sido investigada pelo DoJ e sanções dificilmente ocorreriam, porque os EUA são os maiores clientes da Petrobras. Nesse sentido, não houve a defesa dos interesses nacionais nem pelo governo nem pelos procuradores da Lava Jato. Pelo contrário, os procuradores do MPF ajudaram as autoridades americanas a tornar a Petrobras réu e a manter todo o processo em Curitiba, na primeira instância. Se a União ou a

Petrobras fossem acusadas no Brasil, o processo iria para âmbito federal e tudo poderia ter sido diferente. Sob a lei americana, o processo resultou no pagamento de 2,95 bilhões de dólares em indenizações e em acordos com o DoJ (853 milhões) e com a SEC (933 milhões abatidos da *class action*), totalizando 3,8 bilhões de dólares, aproximadamente um dólar por ação (a pretensão inicial era de 8 ou 9 dólares por ação). Essa quantia é quatro vezes maior que os R\$ 4 bilhões recuperados pela Lava Jato e que os R\$ 6 bilhões perdidos por corrupção e pagamentos indevidos registrados em 2015 (OS PROCESSOS..., 2020).

Uma questão que é pouco destacada é a ingerência que essas instituições estrangeiras passaram a ter sobre a Petrobras. Além das informações sigilosas que a Petrobras forneceu à Lava Jato e que foram repassadas às autoridades dos EUA ao longo do processo, a Petrobras teve que ampliar seu sistema de *compliance*, submeter-se a fiscalizações externas e entregar ao DoJ relatórios periódicos contendo dados financeiros, patrimoniais e competitivos da empresa. A Petrobras teve que alocar advogados de escritórios americanos, escolhidos pelo DoJ e pagos pela Petrobras, como “monitores de *compliance*” dentro da empresa por um período de dez anos, colocando a estatal e seus segredos industriais, comerciais e estratégicos em situação vulnerável e constrangedora. As transações de compra, venda ou fusões também devem ser previamente comunicadas ao DoJ. Por fim, a Petrobras também concordou com uma “cláusula de confidencialidade” que limita a empresa de comentar detalhes do acordo sem a autorização prévia do DoJ. Ao ser questionada, a Petrobras afirmou que os acordos com DOJ, SEC e investidores minoritários “atendem aos melhores interesses da Petrobras e de seus acionistas e põe fim a incertezas, ônus e custos associados a potenciais litígios nos EUA” (OS PROCESSOS..., 2020). Curiosamente, somente em 2020, a Petrobras passou a pedir tratamento de embaixada ao STF para tentar se desvencilhar dos acordos judiciais nos EUA (MARTINS, 2020).

Além dos acordos, em 2015, os procuradores Deltan Dallagnol e Carlos Fernando Santana Lima foram aos EUA pedir ajuda para investigar a Eletronuclear, subsidiária da Petrobras. Na mesma viagem Janot encontrou com a procurada Leslie Caldwell do DoJ, que havia participado no caso Eron e trabalhado para um escritório de advocacia do setor nuclear. Cinco meses depois, a Lava Jato prendeu o almirante Otto, o maior cientista militar nuclear do país, figura central dos projetos de desenvolvimento do submarino nuclear brasileiro e conhecedor de um mercado de 100 bilhões de dólares ao ano. O almirante foi preso pela delação de Dalton Avancini, executivo da Camargo Correa, que “ouviu dizer” que ele teria favorecido contratos em favor da empresa de tradução de sua filha quando foi presidente da Eletronuclear. Apesar da competência jurídica da presidência da República, do Ministério da Defesa e das

Forças Armadas, Moro mandou prender o almirante, e o processo passou para o juiz Marcelo Bretas do Rio de Janeiro, que condenou o almirante Otto a 40 anos de prisão. Encarcerado, o almirante tentou suicídio em sua cela e, tempo depois, foi libertado e disse à imprensa que seu caso envolvia interesses internacionais desde 2004, quando projetos de enriquecimento de urânio na usina de Angra passaram a completar seus ciclos, chamando atenção dos EUA e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (OS PROCESSOS..., 2020).

Além das viagens dos procuradores brasileiros aos EUA, a força-tarefa da Lava Jato também recebeu promotores do DoJ e agentes do FBI para investigar e interrogar delatores na prisão sem o conhecimento do governo federal. Os procuradores da Lava Jato, por sua vez, negaram tanto a presença de agentes quanto o encontro de Janot com membros do DoJ em 2015 e declararam que não interferiram no processo da Petrobras junto ao DoJ e à SEC, nem nas negociações entre eles. Por outro lado, o MPF do Paraná declarou que realizou esforços junto às autoridades norte-americanas para que parte significativa dos recursos fosse ressarcida ao Brasil. Nesse contexto, o DOJ acordou em abrir mão de 80% do valor da multa de 600 mil dólares (R\$ 2,5 bilhões) e devolveu o valor às autoridades brasileiras para que decidissem como utilizar o dinheiro. Em 2019, a Petrobras assinou um acordo exclusivo com a equipe do MPF do Paraná, liderado por Deltan Dallagnol, sem consultar a PGR, para criar uma fundação bilionária que usaria 50% do valor para financiar ações sociais e anticorrupção e os outros 50% para reparar acionistas brasileiros no futuro. No entanto, o presidente do STF Dias Toffoli declarou que isso se caracterizava crime e a o acordo foi invalidado (OS PROCESSOS....., 2020).

Em 2016, o DoJ também informou que a Odebrecht e a Braskem admitiram, em acordos de leniência, terem pagado, respectivamente, 788 milhões de dólares, entre 2001 e 2016, e 250 milhões de dólares, entre 2006 e 2014, em propinas a funcionários do governo e de partidos políticos do Brasil e de outros 11 países. Vale ressaltar que a Odebrecht é considerada uma das maiores empreiteiras brasileiras, com atuação internacional na América Latina e na África, enquanto a Braskem é uma das maiores petroquímicas das Américas, e uma empresa de capital aberto controlada pelo grupo Odebrecht, que detém 38,3% das ações. A Petrobras é a segunda maior acionista da Braskem, com 36,1% de participação acionária, sendo os 25,5% restantes pertencem a acionistas minoritários. Para o DoJ, os casos de corrupção envolvendo as duas empresas foi o “maior caso de suborno internacional na história” e “a conduta criminal foi dirigida pelos mais altos níveis da empresa”. Segundo comunicado do DoJ, a Odebrecht pagou propina para garantir contratos em mais de 100 projetos em Angola, Argentina, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guatemala, México, Moçambique, Panamá, Peru

e Venezuela. No Brasil, a Odebrecht admitiu o pagamento de aproximadamente 349 milhões de dólares (R\$ 1,16 bilhões) em propinas entre 2003 e 2016 (OLIVEIRA; SALOMÃO, 2016).

Ainda de acordo com o DoJ, a Braskem recebeu diversos benefícios da Petrobras por meio de tarifas preferenciais, contratos, legislação favorável e programas governamentais. Nos acordos de leniência, assinados no âmbito da Lava Jato, as duas empresas também revelaram e se comprometeram a revelar fatos ilícitos praticados na Petrobras e em outras esferas de poder envolvendo agentes políticos de governos federal, estaduais, municipais e estrangeiros. Além da revelação dos fatos, os acordos permitem a preservação das empresas e a continuidade de suas atividades, inclusive para gerar valores necessários à reparação dos ilícitos. Pelos acordos, as empresas se comprometeram a pagar cerca de R\$ 6,9 bilhões a instituições dos EUA, Suíça e Brasil (OLIVEIRA; SALOMÃO, 2016).

Em nota, a Odebrecht disse que “se arrepende profundamente da sua participação nas condutas que levaram a este acordo e pede desculpas por violar os seus próprios princípios de honestidade e ética”. A empreiteira também afirmou que seguirá colaborando com as autoridades e que assume responsabilidade pela violação das legislações dos países e, mais especificamente, da FCPA. A Braskem, por sua vez, disse que reconhece a responsabilidade “pelos atos de seus ex-integrantes e agentes” e afirmou lamentar condutas passadas. “A empresa reafirma o seu compromisso de continuar cooperando com as autoridades” (OLIVEIRA; SALOMÃO, 2016).

Ainda sobre o caso do acordo de leniência da Braskem, chama a atenção a omissão de informações, desde 2016, por parte do MPF sobre as acusações de “caixa dois” relacionadas ao ex-presidente da empresa, José Carlos Grubisich, preso em 2019 após entrar nos EUA. Apesar do conhecimento prévio do MPF, o fato nunca gerou denúncia no Brasil e só foi conhecido após a prisão de Grubisich nos EUA. Além disso, a informação, que responsabilizava Grubisich pelas propinas poderia colocar em questionamento a prisão e a sentença de 19 anos de Marcelo Odebrecht, ex-presidente do grupo e do conselho de administração da Braskem, que foi acusado pela Lava Jato de negociar propinas da Braskem com a Petrobras em troca de contratos. Na ocasião, Marcelo Odebrecht negou acusações e alegou que se tratava de fatos ocorridos em 2008, antes de ele assumir o conselho. O doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto da Costa também disseram, em delação, que nunca trataram de propina com Marcelo Odebrecht. No entanto, Odebrecht admitiu que, durante sua gestão na Braskem, ele realizou pagamentos ao PT para conseguir contratos que não envolviam a Petrobras (NARCIZO, 2019).

No acordo de leniência, está declarado que a Braskem tinha um departamento próprio de propinas para atender às demandas político-partidárias para custeio de campanhas eleitorais de candidatos alinhados às agendas e aos interesses estratégicos da Braskem e do setor petroquímico. Documentos da Justiça dos EUA ainda indicam que R\$ 523 milhões foram movimentados e depositados pela Braskem em contas da empresa no Brasil, em Nova Iorque e na Flórida. No entanto, as informações foram omitidas pelo MPF do Paraná. Em nota, o coordenador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, declarou que o volume de informações dos acordos era muito grande e que cada investigação tem um ritmo, além de que o MPF de Curitiba só poderia tratar denúncias ligadas a Petrobras de acordo com decisão do STF. No entanto, no dia da prisão de Grubisich, Dallagnol publicou em rede social que esse tipo de notícia só existe por conta da cooperação internacional “cada vez mais forte contra o crime” (NARCIZO, 2019).

O cenário apresentado traz como consequência a ascensão da indústria do *compliance*, o crescente fenômeno da “porta giratória” e a ingerência externa sobre a Petrobras e outras empresas estratégicas nacionais. Atualmente, a Petrobras e outras empresas estratégicas estão passando por um processo de controle externo por meio de políticas de *compliance* guiadas, sobretudo, por uma ideologia de que, quanto maior a empresa, maior a corrupção e a necessidade de controle para “reduzir a corrupção”. Nesse sentido, as indústrias da anticorrupção e do *compliance* tornaram-se algumas das atividades mais rentáveis do país. Vale lembrar ainda que parte dos R\$ 2,5 bilhões dos recursos disponibilizados pelo DoJ também deveria ser destinado para a difusão da cultura do *compliance* no Brasil, o que fez aumentar ainda mais a oferta desses serviços. Por sua vez, os procuradores e demais membros da força-tarefa da Lava Jato, a exemplo dos EUA, passaram a migrar para esse mercado, usando suas redes de *network* e seus conhecimentos públicos para fins privados ou de proteção, caracterizando o fenômeno da “porta giratória”. Muitas vezes, procuradores e juízes viraram advogados de defesa de empresas que eles mesmos investigaram, inclusive sobre os mesmos processos, como Marcelo Miller, Carlos Fernando dos Santos Lima, Ellen Grace e o próprio Sérgio Moro. (ORTEGA; ROBERTO NETTO; MACEDO, 2020).

Esse fenômeno não é exclusividade do Brasil. Nos EUA, essa relação entre os procuradores do DoJ e os escritórios de *compliance* vem se tornando cada vez mais próxima e “normal”. Atualmente, diversas empresas comportam centenas de ex-funcionários do DoJ em seus quadros de *compliance*. O procurador-geral dos EUA, Eric Holder, por exemplo, trabalhou em um escritório que defendia bancos antes de assumir o cargo público. O procurador Adam Kaufman, por sua vez, atuou nos casos Eron, Banestado e Lava Jato e depois abriu um escritório

com o procurador suíço Stefan Lenz, que ajudou a investigar a Odebrecht. Em 2017 ele ainda recebeu uma proposta de trabalho do PGR Rodrigo Janot. Trevor Mcfadden, ex-juiz e ex-advogado da Baker Mackenzie, foi sócio do escritório Trench Rossi Watanabe no Brasil, que defendeu empresas como Petrobras e JBS/J&F. Geralmente, esses escritórios são os escolhidos pelo DOJ para atuar como interventores em empresas condenadas, empregando ex-procuradores e ex-juizes que decidiram se aposentar depois de atuar em grandes operações, remunerando-os muito bem por isso (ORTEGA; ROBERTO NETTO; MACEDO, 2020).

No Brasil, esse mercado foi aberto por Antenor Madruga, ex-secretário nacional de justiça, com passagem pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e demais órgão de investigação e controle, que se associou ao escritório Barbosa, Mushnich e Aragão (BMA) em 2008, e por Marcos Neder, ex-servidor da receita federal e investigador de crimes corporativos, que se associou ao Trench Rossi. Em 2018, O ex-procurador Marcelo Miller, que negociou a delação da J&F, também foi trabalhar para o Trench Rossi, que defendia juridicamente a J&F. No entanto, o caso acabou com a JBS denunciando o conflito de interesse de Miller, que passou a ser investigado pelo MPF por orientar a defesa do empresário Joesley Batista quando ainda era procurador federal. O ex-PGR Rodrigo Janot também abriu um escritório de *compliance* com Marcio Elias Rosa, ex-procurador geral de São Paulo, assim como o ex-procurador da Lava Jato Carlos Fernando dos Santos Lima, que também abriu um escritório de “*compliance* restaurador” e gerenciamento de crises para empresas que enfrentam escândalo de corrupção (ORTEGA; ROBERTO NETTO; MACEDO, 2020).

Dallagnol e Pozobon, por sua vez, não abandonaram a força-tarefa, mas passaram a ministrar cursos e palestras sobre combate à corrupção e *compliance* e cogitaram abrir uma empresa para prospectar serviços. Rosangela Moro, esposa de Sérgio Moro, também criou uma empresa de *compliance* com o advogado Carlos Zucoloto, que prestou assistência jurídica aos procuradores da Lava Jato (ORTEGA; ROBERTO NETTO; MACEDO, 2020).

Em 2021, sete meses depois de Moro ter deixado o ministério da Justiça por divergências com Bolsonaro sobre intervenções no comando da PF, a consultoria americana de gestão empresarial, Alvarez & Marsal, contratou o ex-juiz e ex-ministro como sócio-diretor para atuar na área de “disputas e investigações” da empresa em nível global, sobretudo nos processos da Odebrecht que ele julgou. O contato entre Moro e a Alvarez & Marsal começou nos EUA quando ele atuava como juiz federal em Curitiba. Segundo nota da empresa, a contratação do ex-juiz para atuar no escritório em São Paulo está de acordo com os objetivos da empresa, “oferecendo a expertise de um ex-funcionário do governo brasileiro” que é “especialista em liderar investigações anticorrupção complexas e de alto perfil”. Por fim, a

empresa ainda destaca que o ex-juiz e ex-ministro também vai trabalhar com ex-funcionários do governo dos EUA (ORTEGA; ROBERTO NETTO; MACEDO, 2020).

Organizações não-governamentais também foram criadas nesse contexto, como o World Justice Project, uma instituição internacional que busca difundir a indústria do *compliance* para países em desenvolvimento e que conta com autoridades desses países em seus quadros, como a ex-ministra do STF Ellen Grace, que é diretora da instituição e que busca abrir o mercado brasileiro para esses escritórios. Depois da Lava Jato, Grace foi contratada por R\$ 4 milhões para trabalhos independentes de investigação realizados pelo Trench Rossi na Petrobras, como uma “fiscal estrangeira”. Ela também realizou um trabalho de consultoria na Eletrobras por R\$ 700 mil. Entre contratos e aditivos, seu contrato saltou de R\$ 6,4 milhões para R\$ 400 milhões, um valor muito superior às perdas estimadas da Eletrobrás para a corrupção. Chama atenção também o fato de que Grace era paga pelo escritório Trench Rossi dos EUA, que também contrata empresas estrangeiras especializadas em espionagem (LAVA JATO..., 2020).

Percebe-se, portanto, que advogados, juízes, procuradores e policiais envolvidos em operações e investigações de grande relevância passaram a trabalhar para a indústria de *compliance* e a operar sob o “guarda-chuva” da lei americana. Além disso, a ascensão da indústria do *compliance* está diretamente atrelada ao crescimento das operações de combate à corrupção global lideradas pelos EUA. Os escritórios, por sua vez, passaram a ser interventores do DoJ para “controlar a corrupção” em empresas estratégicas, e os procuradores passaram a ser os executores das FCPA. Atualmente, há “escritórios interventores” atuando na Petrobras, Eletrobras, Embraer, Eletronorte, Odebrecht e JBS. Muitas vezes, esses mesmos escritórios também trabalham para empresas concorrentes (LAVA JATO..., 2020).

No cenário da Lava Jato, destaca-se também a série de reportagens denominada “Vaza Jato”, divulgada, em 2019, por alguns meios de comunicação, como a o site *The Intercept* e a *Agência Pública*, que revelou conversas entre os procuradores da Lava Jato, do DoJ e do então juiz Sérgio Moro demonstrando os métodos e a interferência externa sobre a operação e os processos jurídicos e políticos e as violações ao estado de direito (VIANA; FISHMAN; SALEH, 2020).

Dentre as revelações, destacam-se a visita de procuradores do DoJ e agentes do FBI à Procuradoria da República em Curitiba em 2016. Na ocasião, a comitiva americana interrogou por seis horas o ex-funcionário da Petrobras Agostilde Mônaco de Carvalho, ex-assessor de Cerveró, que atuou na compra da refinaria de Pasadena, no Texas. Após o interrogatório, o ex-funcionário reconheceu o pagamento de propina na compra da refinaria de Pasadena. Os agentes americanos também interrogaram o doleiro Alberto Youssef durante seis horas, assim

como seu ex-funcionário Rafael Ângulo Lopez. No último dia, a comitiva americana reuniu-se durante todo o dia para discutir o caso Odebrecht com a força-tarefa da Lava Jato, representada por Deltan Dallagnol, Orlando Martello, Paulo Roberto Galvão, Roberto Pozzobon e Marcelo Miller. Na semana da visita, Dilma já estava afastada do cargo de presidente, respondendo ao processo de *impeachment* (VIANA; FISHMAN; SALEH, 2020).

Outras conversas também revelaram que, em 2016, a procuradora do MPF Thaméa Danelon foi a Washington para dar um curso ao FBI sobre a Lava Jato e, em diálogo com Deltan Dallagnol, informou que o FBI pediu para ela falar sobre a Lava Jato no curso. Ao perguntar se estaria tudo bem e se Dallagnol poderia mandar um material em inglês, o coordenador da Lava Jato respondeu: “Animal. Não é tudo bem. É tudo excelente!!!!” (VIANA; FISHMAN; SALEH, 2020).

No mesmo dia, o então procurador Vladimir Aras, responsável pela coordenação da cooperação internacional, surpreendeu-se com um e-mail de Dallagnol enviado para Escritório de Assuntos Internacionais dos EUA que tratava de um pedido informal de extradição de um suspeito da Lava Jato sem passar pela Secretaria de Cooperação Internacional da PGR nem pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça, autoridade central responsável, de acordo com o tratado bilateral entre Brasil e EUA de cooperação jurídica de 2001. O Tratado de Assistência Legal Mútua (MLAT), assinado por Brasil e EUA, estipula que cabe ao ministro da Justiça aprovar colaboração jurídica entre os procuradores brasileiros e americanos (VIANA; NEVES, 2020a). Em um trecho, Aras disse que “não é bom tentar evitar o caminho da autoridade central, já que, como você sabe, isso ainda é requisito de validade e pode pôr em risco medidas de cooperação no futuro e a ‘política externa’ da PGR neste campo”. Ainda segundo Aras: “O que podemos fazer agora é ajustar com o FBI e com o DHS para localizar o alvo e esperar a ordem de prisão, que passará pelo DEEST. Podemos mandar simultaneamente aos americanos”. Em resposta, Dallagnol agradece pelas ponderações e diz que “conversamos aqui e entendemos que não vale o risco de passar pelo executivo, nesse caso concreto. Registra para os seus anais caso um dia vá brigar pela função de autoridade central rs” (VIANA; NEVES, 2020a; NEVES; VIANA, 2020).

Os diálogos analisados pela *Agência Pública* ainda mostraram que a equipe liderada por Dallagnol atuou para facilitar a investigação dos procuradores e agentes norte-americanos, violando inclusive tratados internacionais e a legislação brasileira, para realizar ações de busca e apreensão ou condução coercitiva de forma midiática e para ocultar sua relação com procuradores americanos e agentes do FBI. Em 2015, em um dos diálogos sobre a imprensa

estar “polvorosa” com a vinda de agentes/promotores dos EUA ao país, Dallagnol disse que os “americanos não querem que divulguemos as coisas”. Além disso, o coordenador da força-tarefa tentou evitar o conhecimento do Ministério da Justiça sobre a visita da comitiva americana e, em resposta a um questionamento de um delegado que trabalhava no DRCI fazendo a coordenação de cooperação internacional, disse que não gostaria da ideia “do executivo olhando nossos pedidos e sabendo o que há” (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020).

O então ministro de Justiça, José Eduardo Cardozo, só soube da vinda dos investigadores estrangeiros pela imprensa quando eles já estavam no Brasil. Quando o governo Rousseff descobriu a visita, ficou “indignado”, segundo Vladimir Aras disse a Dallagnol. O chefe do DRCI passou então a enviar várias perguntas à PGR a respeito do “passeio” dos americanos no Brasil, mas, conforme as conversas reveladas, Dallagnol convenceu Aras a limitar as informações que repassaria ao DRCI. Outro diálogo mostra que Dallagnol resistiu até mesmo a enviar os nomes dos agentes americanos que estavam em Curitiba, ao dizer que: “Os contatos estão sendo feitos de acordo com as regras nacionais e internacionais. Sugiro que sugira que o DRCI pare de ter ciúmes da relação da SCI/MPF com outros países rs” (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020).

Preocupado com a questão, o próprio Aras demonstrou receio quanto à atitude do coordenador da Lava Jato e respondeu: “Delta, como já conversamos, essa investigação dos americanos realmente me preocupa. Fiquei tranquilo quando vc garantiu que esse grupo de americanos não fez investigações em Curitiba quando esteve aí... O MPF e a SCI não podem permitir isso”. Em resposta ao DRCI, Aras e Dallagnol garantiram que “a presença dessa missão americana é de interesse da Justiça brasileira, porque facilita a formalização de futuros pedidos de cooperação, por intermédio da autoridade central”. De acordo com o MLAT, o governo brasileiro poderia negar apoio aos americanos caso a solicitação prejudicasse a segurança ou interesses essenciais do país, e, por isso, Dallagnol trabalhou para manter a relação com DOJ e FBI da forma mais informal possível, sem precisar envolver o governo federal (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020).

Dias depois da visita dos procuradores e agentes americanos à Curitiba, o procurador Orlando Martello rascunhou um e-mail que incentiva os procuradores do DoJ a conduzir as entrevistas com delatores diretamente nos EUA para não ter que obedecer às restrições da lei brasileira. Martello também se ofereceu para pressionar alguns investigados para depor nos EUA, dizendo que essa é uma “boa oportunidade”. Por fim, ainda ofereceu estratégias para que os americanos fizessem interpretações “mais flexíveis” da lei e de decisões do Supremo Tribunal Federal (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020). Passados dois meses da visita em

Curitiba, Dallagnol o informou a Aras que “o DOJ já veio e teve encontro formal com os advogados dos colaboradores, e a partir daí os advogados vão resolver a situação dos clientes lá... Isso atende o que os americanos precisam e não dependerão mais de nós”. Na visão de Dallagnol, os “EUA estão com faca e queijo na mão” (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020).

Enquanto isso, a percepção geral era de que faltava reciprocidade na relação. Em agosto de 2017, Aras chegou a pedir que a Lava Jato parasse de prestar apoio aos estrangeiros: “Alguém tem de pagar o pato pelo DOJ rsrsr”. A assessoria de imprensa da operação Lava Jato disse ao *The Intercept* que “eventuais reuniões com autoridades alienígenas – e foram dezenas, algumas presenciais e outras virtuais com diversos países – não necessitam de qualquer formalização via DRCI, mas apenas autorização interna dos respectivos órgãos interessados”. Também afirmou que “vários colaboradores procuraram diretamente autoridades estrangeiras – e não apenas os EUA – para formalizar diretamente acordos de colaboração” e que “isso foi – e é – incentivado pelo MPF”. Aras ainda defendeu a legalidade da visita e disse ao *The Intercept* que eles “não estão obrigados a revelar ou a reportar esses contatos a qualquer autoridade do Poder Executivo” e que “o contato direto entre membros do Ministério Público de diferentes países é uma boa prática internacional”. Ricardo Saadi, ex-chefe da DRCI, disse ao *The Intercept* que não lembrava se o Ministério Público respondeu às suas perguntas sobre a visita de outubro de 2015. Ele acrescentou que “O contato informal e direto entre as autoridades de diferentes países é permitido e previsto em convenções internacionais. Para esse tipo de contato, não há a necessidade de elaboração de pedido baseado no MLAT” (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020).

Sobre empecilhos à cooperação informal colocados pela Autoridade Central da Suíça em referência a Petrobras, Dallagnol declarou que

talvez dependamos de fazer um acordo com a vítima, a Petrobras. Vc podia marcar reunião com Petro para isso tb. A justificativa é que sem investigação e sistemas etc nunca ela seria ressarcida. 10% é algo razoável a perder para ganhar muito mais. Conseguindo fazer a Petro concordar, cai o argumento do Teori. O que está faltando nisso é alguém assumir e priorizar isso. Até a decisão do Teori, não tínhamos pressa. Agora, precisamos priorizar isso enquanto temos alguma vantagem para negociar com Petrobras. O material que o moro nos contou é ótimo. Se for verdade, é a pá de cal no 9 e o Márcio merece uma medalha. (ANGELO, 2021)

Em outro trecho dos diálogos, questionado sobre uma possível regularização futura da cooperação, Dallagnol responde que “faz tpo [tempo] que não tenho vergonha na cara kkkk”. Na mesma ocasião, disse também que havia recebido um e-mail do ex-procurador suíço Stefan Lenz e que os dois trocaram informações pelo Telegram. “Não comenta com ninguém do e-mail com Stefan”. Vale destacar que, em alguns casos, as informações de brasileiros e empresas nacionais eram encaminhadas a autoridades norte-americanas por *pen drives*. “Estou recebendo

informações de Mônaco diretamente por email e foi autorizado o uso oficial...”, diz Dallagnol. O procurador, no entanto, foi repreendido por Vladimir Aras: “Delta, melhor ter cuidado. Que tipo de situação é? As defesas podem questionar o canal. O DRCI também” (FAZ TEMPO..., 2021).

A operação Lava Jato também envolveu a participação de agentes do FBI nas investigações sem o conhecimento do governo federal. Dentre os agentes, destacam-se, de um lado, algumas figuras públicas que dão entrevistas, participam de seminários, aparecem frequentemente em eventos elogiando a força-tarefa e dão conselhos às corporações sobre como seguir a FCPA. Por outro, destacam-se aqueles que tiveram atuação temporária e são difíceis de encontrar informação sobre eles (VIANA; NEVES, 2020b). Atualmente, o FBI possui 63 escritórios e 27 subescritórios em embaixadas, empregando mais de 200 agentes e funcionários de apoio no exterior. No entanto, apesar de muitos estarem trabalhando legalmente, as polícias estrangeiras não têm jurisdição no território de outros países, sendo proibidas por lei de realizar investigações em solo brasileiro sem autorização expressa do governo brasileiro (VIANA; NEVES, 2020b). No entanto, em 2004, o ex-diretor do FBI no Brasil, Carlos Costa, em entrevista à Carta Capital relevou a presença de agentes do FBI no Brasil. Posteriormente, em depoimento ao MPF, afirmou que o FBI direcionava e financiava operações da PF, estabelecendo uma relação de “subordinação às autoridades norte-americanas”. Em 2009, documentos vazados revelaram que o Brasil foi investigado pela CIA e, em 2015, agentes do FBI passara a atuar com maior frequência, e a margem da lei, no território brasileiro. Dentre os agentes, destacam-se algumas figuras públicas que dão entrevistas, participam de seminários, aparecem frequentemente em eventos elogiando a força-tarefa e dão conselhos às corporações sobre como seguir a FCPA. Além desses, existem aqueles que tiveram atuação temporária e são difíceis de encontrar informação sobre eles (VIANA; NEVES, 2020b).

No Brasil, as relações entre MPF e FBI também foram estreitadas a partir da presença da funcionária do FBI Leslie R. Backschies, que passou a ajudar nas investigações da Lava Jato em 2014 e que participou de palestras de procuradores do DoJ e agentes do FBI a integrantes do MPF para ensinar o funcionamento e os fundamentos da FCPA. Atualmente, Leslie comanda a Unidade de Corrupção Internacional do FBI, que inaugurou recentemente um escritório em Miami só para investigar casos de corrupção em países estratégicos na América do Sul e promover a aplicação da FCPA (RODAS, 2020).

O atual chefe do FBI no Brasil, David Brassanini, em palestra no 7º Congresso Internacional de Compliance, realizado em maio de 2019 em São Paulo, descreveu a cooperação internacional com a Lava Jato como “fluida, sem problemas e transparente”, pois

seus agentes já tinham familiaridade com a cultura e a sociedade brasileira. No mesmo evento, Brassanini também relatou que agentes do FBI vêm a São Paulo “toda semana para tratar de diferentes casos que envolvem FCPA e lavagem de dinheiro”. Com base em documentos da “Vaza Jato” entregues ao *The Intercept Brasil*, a *Agência Pública* localizou 12 nomes de agentes do FBI que atuaram nas investigações lado da PF e da força-tarefa, mais a agente Leslie Backschies, que comanda o esquadrão de corrupção internacional do FBI. Segundo um ex-promotor do DoJ, a presença de agentes do FBI no Brasil foi fundamental para o governo americano concluir suas investigações sobre corrupção de empresas brasileiras (VIANA; NEVES, 2020b).

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, publicada sob o título “Curitiba mandou a mensagem de que o Brasil está ficando limpo” em fevereiro de 2018, George “Ren” McEachern, ex-agente do FBI que chefiou a Unidade de Corrupção Internacional do FBI até dezembro de 2017 e supervisionou as investigações da Lava Jato em nome do DoJ, disse que “o que ocorre no Brasil está mudando o modo como olhamos os negócios e a corrupção no mundo inteiro”. McEachern também esteve na primeira delegação de investigadores americanos que esteve em Curitiba em outubro de 2015. Para o ex-agente, que depois passou a atuar em uma empresa privada da indústria de *compliance* (Exiger), “é preciso compartilhar informações, pois agora todos os negócios são globais” e “uma empresa que paga propina no Brasil paga também em outros países” (VIANA; NEVES, 2020b).

No seu perfil no site da Exiger, sobre “o mundo após a Lava Jato”, McEachern é descrito como aquele que “desenvolveu e implementou uma nova estratégia global proativa no FBI para investigar crimes financeiros complexos e temas de corrupção”. Em 2016, o ex-agente especial foi palestrante no 4º Annual International Compliance Congress and Regulator Summit em São Paulo, financiado pela agência de notícias Thomson Reuters, e deu palestra a 90 membros do Ministério Público Federal de São Paulo. No evento, enalteceu a cooperação internacional e explicou que, no Brasil, o FBI “oferece suporte técnico a investigações, em relação a criptografia, telefonia móvel e dados em nuvem, com um analista cibernético sediado em Brasília”. Em uma conferência sobre “o mundo após a Lava Jato”, realizada em Nova Iorque em 2019, McEachern declarou que

por volta de 2014, 2015, o FBI estava buscando maneiras de ser mais proativo nas investigações sobre corrupção internacional... Então começamos a olhar para países que poderiam convidar agentes do FBI até o país para analisar investigações de corrupção que tivessem umnexo com os Estados Unidos, em jurisdições como FCPA e lavagem de dinheiro.

Ainda segundo o ex-agente, “o timing foi simplesmente perfeito... Nós estávamos ajudando em casos que tinham uma conexão com os EUA, mas eles [os procuradores da Lava Jato] eram realmente muito avançados e estavam usando técnicas muito sofisticadas e inteligentes”. Para McEachern, a Lava Jato e o caso da Petrobras ensinaram ao FBI a trabalhar “proativamente” em casos de corrupção internacional e marcou um nível sem precedentes de “compartilhamento de inteligência e de evidência certificada” (VIANA; NEVES, 2020b).

Outros agentes envolvidos são Jeff Pfeiffer, Carlos Fernandes, o adido legal Steve Moore e o adido-adjunto David F. Williams, membros do escritório em Brasília que foram enviados para Curitiba, sendo que o último aparece algumas vezes em comunicação direta com procuradores da Lava Lato nos diálogos vazados ao site *The Intercept Brasil*. Foi ele quem atendeu ao pedido feito, em setembro de 2016, pelos procuradores Paulo Roberto Galvão de Carvalho e Carlos Bruno Ferreira da Silva, para verificar se o FBI conseguiria quebrar o sistema MyWebDay através do qual os funcionários da Odebrecht administravam as propinas pagas em diversos países. Steve Moore, por sua vez, também foi o chefe do escritório do FBI no Brasil entre agosto de 2014 e agosto de 2017, comandando a equipe de agentes lotados em São Paulo e Brasília, tendo trabalhado no país durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Questionado pelo jornal *USA Today* sobre como o FBI treinava uma polícia que “há muito tempo é maculada com corrupção e laços com organizações criminosas em todo o país”, Moore respondeu que trabalhava com brasileiros “cuidadosamente selecionados e treinados pelos EUA há muitos anos”, reduzindo o risco de informações sensíveis caírem em mãos erradas. “A chave para isso é que nós trabalhamos proximamente com a Polícia Federal brasileira e compartilhamos informações com as suas unidades especializadas” (VIANA; NEVES, 2020b).

Outro integrante da primeira comitiva americana, de 2015, e que retornou, em 2016, em uma nova comitiva do DoJ ao Brasil, para conduzir interrogatórios em Curitiba e no Rio de Janeiro, foi Mark Schweers, que também fez parte do grupo que interrogou os ex-diretores da Petrobras Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa por nove horas cada na sede da Procuradoria da República no centro do Rio de Janeiro. Em Curitiba, também participou do inquérito de seis horas ao doleiro Alberto Yousseff. Diferente de outros agentes, Schweers não possui página no LinkedIn ou em outras redes sociais nem muitas referências sobre sua atuação como agente do FBI.

Os documentos entregues ao *The Intercept Brasil* mencionam ainda dois agentes especiais do FBI que atuaram com investigadores brasileiros a partir do consulado em São Paulo em 2016: June Drake e Patrick T. Kramer. Em 2016, Kramer foi enviado para uma posição temporária durante seis meses como adido-adjunto no consulado de São Paulo, “facilitando e

coordenando” temas para a Unidade de Corrupção Internacional do FBI chefiados por Ren McEachern. De acordo com seu LinkedIn, ele “conduziu extensiva coordenação e relacionamento” com a Polícia Federal brasileira, Ministério Público Federal, a Unidade de Corrupção e o Departamento de Justiça americano sobre “temas de preocupação mútua no aprofundamento dos interesses do Brasil/EUA”. Também foi responsável pelo “gerenciamento, coordenação, implementação e execução de estratégias operacionais e investigativas sob responsabilidade do adido legal de Brasília”. No dia 19 de outubro do mesmo ano, participou do II Seminário Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal, em Maceió (VIANA; NEVES, 2020b).

A atuação de Moro como ministro da Justiça a partir de 2019 também foi significativa para uma maior influência do FBI e do DoJ no Brasil. Documentos oficiais revelam que Moro e o ex-diretor da PF Maurício Valeixo, assinaram acordos com o FBI, ampliando a influência da agência americana em diferentes áreas de combate ao crime e estabelecendo a presença dos agentes estrangeiros em um centro de inteligência na fronteira, além do acesso a dados biométricos brasileiros. Os acordos foram seguidos de um maior volume de recursos do governo americano ao escritório do FBI no Brasil para ampliar sua equipe e atender às demandas da cooperação internacional (VIANA, 2020).

Em 2019, no início de seu mandato como ministro, Sergio Moro e o assessor especial do presidente para assuntos internacionais Filipe Martins reuniram-se com David Brassanini que comanda o FBI no Brasil desde 2017. Brassanini reside no país desde 2006 e atualmente lidera o trabalho do FBI na embaixada dos EUA em Brasília e nos consulados em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, sendo considerado o principal articulador de uma postura mais “ativa” do FBI junto ao Ministério da Justiça no Brasil. Em setembro de 2019, Brassanini participou de um evento de treinamento de policiais federais e procuradores no Itamaraty. O DoJ, o FBI e a SEC também realizaram um Treinamento em Combate à Corrupção e Suborno Transnacional em parceria com o Ministério Público Federal, a Controladoria-Geral da União e o governo federal (VIANA, 2020).

Em janeiro de 2019, segundo o site do Ministério da Justiça, já na condição de ministro, Moro recebeu uma delegação de autoridades norte-americanas para discutir maneiras de aprofundar a cooperação jurídica do Brasil com os EUA. Na ocasião, Moro falou sobre seu “pacote anticrime” que ainda não havia apresentado ao congresso. Em março de 2019, durante a visita presidencial aos EUA, Moro e o ex-diretor-geral da PF Maurício Valeixo tiveram reuniões com a então secretária de Segurança Interna, Kirstjen Nielsen, e com o diretor do FBI, Christopher A. Wray, em Washington, quando assinaram um acordo que previa o

compartilhamento de informações biométricas nas bases de dados dos EUA acessível para diferentes agências e instituições do país (VIANA, 2020).

Na mesma ocasião, Maurício Valeixo também assinou um acordo de intercâmbio fronteiriço com o chefe de Alfândega e Proteção de Fronteira dos EUA, Kevin K. McAleenan, para permitir que um delegado da PF fique lotado no Centro Nacional de Identificação de Ameaças nos EUA e um agente do DHS fique lotado junto à PF no Brasil, para coordenarem ações de segurança de fronteiras. Além disso, o acordo previa a criação de um Centro Integrado de Operações na Fronteira (Ciof) na Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu, inspirado no centro comandado pela DEA na fronteira com o México, que Moro visitou em junho de 2018, no auge da divulgação das reportagens da “Vaza Jato”. Além disso, fez uma visita às Forças-Tarefa Conjuntas de Combate ao Terrorismo do FBI (VIANA, 2020).

A criação do centro era um projeto dos EUA há dez anos, que pressionava o governo brasileiro para investigar suspeitas de atividades terroristas na região, mas que enfrentava resistência dos governos Lula e Dilma, conforme revelaram documentos diplomáticos publicados pelo Wikileaks. Em janeiro de 2008, por exemplo, o embaixador dos EUA reclamou que o governo de Lula “se recusava a classificar, de forma oficial ou até retórica, grupos considerados terroristas pelos Estados Unidos, como Hamas, Hezbollah e Farc”, que estariam na região da Tríplice Fronteira. O centro foi inaugurado em dezembro de 2019 no Parque Tecnológico da Usina de Itaipu, em Foz do Iguaçu. Um mês antes, Brassanini fez um *tour* especial às instalações guiado por Moro. No dia seguinte à visita, Moro anunciou a assinatura de um acordo com Paraguai, Uruguai e Argentina que permitia que policiais possam cruzar a fronteira para atuar nos países vizinhos durante uma perseguição. Na mesma semana, o FBI criou uma equipe especializada em temas como terrorismo e tráfico de drogas para atuar no Paraguai. Um mês depois das primeiras publicações dos diálogos da “Vaza Jato” em junho de 2019, Moro viajou pela terceira vez no ano aos EUA, quando tirou uma “licença não remunerada” para uma semana de “férias” com a esposa (VIANA, 2020).

É interessante observar um anúncio de emprego da embaixada dos EUA destacado pela reportagem da *Agência Pública* que revela como funciona esse tipo de trabalho. O anúncio, de 19 de outubro de 2019, busca um “investigador de segurança” para trabalhar na equipe do adido legal e passar 70% do tempo fazendo investigações. Segundo o anúncio, essas investigações são “frequentemente e altamente controversas” e podem ter “implicações sociais e políticas significativas”. Dentre as tarefas listadas, estão “assistência investigativa relacionada com violações da lei dos EUA” a agentes de segurança pública, incluindo o Ministério da Justiça, polícias Federal, Civil e Militar e a Procuradoria Geral da República (PGR). A posição ainda

“requer uma habilidade de interagir em um nível profissional com membros da comunidade de segurança em alto escalão e nível operacional em temas operacionais e de relacionamento”. O profissional deve “comparecer com (ou algumas vezes sem) a equipe do adido legal a reuniões com membros do alto escalão do governo brasileiro”, acompanhar a imprensa brasileira e manter “bases de dados investigativas e de treinamento relacionadas aos contatos de ligação, conferências, tópicos, palestrantes, fotos, e materiais que podem ser facilmente acessados para avaliação (*compiling evaluations*), conforme necessário”. O anúncio ainda menciona que “viagens para áreas remotas de fronteira e para todas as regiões do Brasil serão requeridas”. Perguntada sobre o anúncio, a embaixada dos EUA não se manifestou (VIANA, 2020).

Em 2021, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, retirou o sigilo de conversas obtidas na Operação Spoofing e tornou público um documento de 50 páginas de mensagens vazadas por *hackers* entre procuradores da força-tarefa da Lava Jato e o ex-juiz Sérgio Moro. Nas mensagens, o juiz “combinava o jogo” com o Ministério Público, oferecia informações detalhadas e orientação estratégica de como os procuradores deveriam agir em diversos aspectos relacionados à cooperação internacional, às delações e provas, ao ex-presidente Lula e ao relacionamento com os meios de comunicação (WAGNER, 2021; MIAZZO, 2021). Em março do mesmo ano, pressionado pelos vazamentos, o ministro do STF Edson Fachin anulou as condenações de Lula relacionadas à Lava Jato por considerar que a vara federal de Curitiba não tinha competência para julgar os casos por não estarem vinculados à Petrobras. Embora o pedido tenha sido apresentado anos antes, ele só foi julgado após os vazamentos. Com a decisão, Lula recuperou seus direitos políticos. Semanas depois, baseados nos vazamentos, o plenário do STF confirmou a decisão (FALCÃO; VIVAS, 2021).

Em um dos mais recentes desdobramentos da Lava Jato, congressistas dos EUA pediram que o governo Biden explicasse como se deu a cooperação entre a Lava Jato e os órgãos governamentais estadunidenses, sobretudo no que diz respeito às investigações (SANCHES, 2021). Os congressistas também enviaram uma carta ao DoJ pedindo que as informações fossem públicas, muitos deles estão preocupados com o envolvimento do DoJ com ameaças à democracia e ao estado de direito, sobretudo em relação a participação do ex-juiz Sérgio Moro. Para a deputada democrata da Pensilvânia Susan Wild, a Lava Jato parece ter sido um “esforço politizado e falho para pender o ex-presidente Lula” e mantê-lo fora da disputa eleitoral de 2018. O movimento do congresso foi embasado nas decisões que anularam os julgamentos de Lula e nos diálogos vazados na mídia. Além das exposições feitas pelos próprios membros do DoJ, como Kenneth Blanco, que incentivava a cooperação informal como estratégia e prática investigativa dentro do contexto da FCPA (SANCHES, 2021).

Por fim, outro método que vem se desenvolvendo bastante dentro do contexto das “guerras híbridas” e do “*lawfare*” é o “treinamento” de atores políticos, jurídicos e sociais por agentes estrangeiros. Na prática, instituições como o FBI, CIA, DoJ ou DHS promovem cursos, seminários e *think tanks*, direta ou indiretamente, em países alvos para estreitar relações e fortalecer o alinhamento ideológico de juízes, procuradores e policiais à “doutrina anticorrupção” dos EUA. O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, por exemplo, antes de assumir os processos da Lava Jato, fez um curso para juízes estrangeiros nos EUA em 2015, por meio do *Visiting Foreign Judicial Fellows Program* do Federal Judicial Center (FJC) (RODAS, 2020).

O FJC é uma instituição de pesquisa e educação do Judiciário federal dos EUA que tem como objetivo estudar formas de melhorar a Justiça. No programa, juízes, advogados e acadêmicos de outros países são convidados a fazer pesquisas no FJC por um período de duas semanas a três meses. O objetivo é que os participantes conheçam melhor o sistema judicial dos EUA e desenvolvam estudos que possam contribuir com reformas judiciais em seus respectivos países. O site da instituição destacou que Bretas participou do programa e fez um artigo sobre como o sistema legal dos EUA equilibra as necessidades de aplicação da lei com direitos individuais de privacidade. Dentre os assuntos estudados, destacam-se: gerenciamento de processos, meios alternativos de resolução de disputas, relações com a imprensa e educação judicial. Até maio de 2020, o FJC já havia recebido 138 pesquisadores de 50 países (RODAS, 2020).

4.5 Narrativas, campanhas (des)informativas e resistência social

No campo social, destacam-se conflitos e disputas travadas por atores da sociedade civil, por meios de comunicações, pela mídia e pelas redes sociais, por organizações não governamentais, por movimentos sociais, por centros acadêmicos e de pesquisa e por fóruns de debates (*think tanks*) que buscam influenciar a subjetividade de determinada população em relação a determinados recursos naturais ou ativos energéticos. É uma disputa pela maneira de pensar, pelo controle das ideias e das narrativas. No Brasil, observam-se disputas sociais em torno da Petrobras, do Pré-Sal e do setor de petróleo promovidas pelos meios de comunicação e por movimentos sindicais organizados. Nesse contexto, existem narrativas que fortalecem o

“mito da Petrobras quebrada” e “do estado corrupto e ineficiente” e denúncias, greves e protestos contra os ataques à Petrobras e contra a Operação Lava Jato.

Dentre os métodos, estratégia e ações utilizados, destacam-se campanhas (des)informativas e psicológicas, matérias e coberturas jornalísticas sensacionalistas, seminários, conferências, manifestações, mobilizações, difamações, mentiras (*fake news*) e ataques virtuais que visam desorientar ou criar “efeito enxame”. Destaca-se também a promoção de ideologias, nacionalismos e valores apelativos, como “liberdade”, “deus”, “pátria”, a “demonização” de grupos de oposição, bem como o financiamento e treinamento de grupos que visam criar instabilidades e fortalecer narrativas. Do outro lado, observam-se movimentos sociais e de resistência, denúncias, protestos, greves e outros meios que buscam combater a narrativa ou a ideologia dominante.

Para Coutinho (2014), presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras (AEPET), a Operação Lava Jato também promoveu um cerco midiático à Petrobras com investigações e denúncias tratadas de forma seletiva e sensacionalista pela imprensa e pelos meios de comunicação de modo a difamar a imagem da empresa e influenciar a opinião pública, sobretudo em período eleitoral. Além disso, muito foi divulgado sobre a corrupção dentro da empresa, sobre o mito da Petrobras quebrada e sobre a ligação de políticos e demais investigados com a empresa. No entanto, muitos meios de comunicação omitiram os processos de crescimento, a internacionalização e verticalização da empresa e seu papel estratégico para o desenvolvimento e a soberania nacional. Nesse sentido, Coutinho (2014) destaca o caráter essencialmente moralista, “ingênuo” e superficial de muitas reportagens, análises e interpretações em que a corrupção é o grande “vilão” da vida nacional, contudo sem considerar causas e consequências sistêmicas. No entanto, por outro lado, o advento de canais e empresas de comunicação alternativas e de reportagens investigativas e de denúncia cumpriu um papel de contrabalancear o chamado “quarto poder” da mídia e dos meios de comunicação tradicionais.

Nesse contexto, Coutinho (2014) chama atenção para o espetáculo midiático, para denúncias precocemente assumidas como verdadeiras, com acusados pré-condenados e processos judiciais não monitorados ou transparentes. Além disso, destaca que o corruptor é ignorado ou entendido como vítima, que as leis são consideradas imparciais e adequadas e que membros do poder judiciário são postos acima de qualquer crítica, sendo tratados, inclusive, como “salvadores” ou “super-heróis”. Ressalta também que o poder econômico e as disputas entre empresários não são consideradas possíveis motivadoras de ação de corrupção ou da revelação ao público do desvio ocorrido. As relações entre cartéis e instituições públicas

também é constantemente ignorada e tampouco considerada nociva. O tratamento a burocratas e políticos não é igual ao dado aos empresários corruptores, que quase sempre é mais negativo.

Ao citar o economista indiano Prabhat Patnaik, Coutinho (2014) afirma que a corrupção é funcional ao capitalismo ao desacreditar a classe e as instituições políticas da democracia representativa. Ao mesmo tempo, a classe e as instituições corporativo-financeiras passam despercebidas pelos meios de comunicação, que muitas vezes também os controlam, fortalecendo o discurso do “estado ineficiente”, assim como omitindo a forma sistêmica da corrupção. Na justiça, sobressaem-se aqueles que podem contratar bancas de advogados especializados (*compliance*). Nesse contexto, acionistas majoritários, conselheiros administrativos, diretores e executivos quase sempre não são acusados ou condenados, e corruptores são preservados. E, muitas vezes, a corrupção é a “taxa de serviço” cobrada pelo burocrata para favorecer o interesse de políticos nomeados para cargos na empresa e que defendem interesses de grupos empresariais já ligados à empresa, por meios de contratos e serviços. Nesse contexto, a “taxa” é apenas a ponta do iceberg de lucros que serão gerados com a assinatura de contratos.

Sobre a Petrobras, Coutinho (2014) destaca que se trata de uma empresa de economia mista com ações negociadas na bolsa de valores com controle acionário pertencente ao Estado brasileiro. Em termos técnicos e econômicos, é uma organização produtiva que explora, produz, refina e comercializa petróleo, gerando riqueza, renda e desenvolvimento. Além disso, lembra que o excedente produtivo da empresa sempre esteve em disputa ao longo da história e é distribuído entre: Estado (dividendos), acionistas minoritários (dividendos), bancos e seguradoras privados (juros e lucros), fornecedores de bens e serviços (lucros), industriais consumidores de combustíveis e petroquímicos (subsídios), comerciantes revendedores (subsídios), industriais produtores de biodiesel (subsídios), petroleiras de capital privado, estatal ou estrangeiro (subsídios e vantagens indiretas como acesso a tecnologias), meios empresariais de comunicação (lucros) e trabalhadores assalariados (salários). A apropriação e distribuição da riqueza são definidas pelo conselho administrativo da empresa, que é controlado pelo governo federal. A presidência e a diretoria também influenciam no processo de distribuição.

No que diz respeito aos meios de comunicação, Coutinho (2004) reforça que esses lucram com campanhas publicitárias, mas também participam “indiretamente” ao defender interesses econômicos e políticos de determinados atores, como empresas privadas, estrangeiras ou atores políticos nacionais que visam maior acesso ou controle do setor e dos recursos. Na maioria das vezes, apresentam o “espetáculo da corrupção” defendendo o acesso direto das

multinacionais a setores estratégicos nacionais, a abertura dos mercados para investimentos estrangeiros ou a privatização da Petrobras em razão do “estado ineficiente”. Ao ocupar por semanas, meses e até anos a programação de TVs, rádios, jornais e mídias sociais, o “espetáculo da corrupção” macula a imagem da empresa, dos petroleiros e das lutas populares travadas ao longo da história.

Ainda nesse contexto, é relevante um estudo sobre a cobertura da revista *Veja*, uma das maiores revistas de circulação nacional, sobre a Lava Jato entre 2014 e 2016, e o nível de sensacionalismo presente em suas reportagens e as constantes associações da Petrobras à corrupção. O estudo demonstrou um grande foco das matérias sobre o ex-presidente Lula, a então presidente, Dilma, e o Partido dos Trabalhadores (PT) e a constante construção de uma imagem mitológica, ética, imparcial e justa de membros do poder judiciário, sobretudo do ex-juiz Sérgio Moro (ESPOSITO, 2018).

Dentre as capas e títulos de matérias entre 2014 e 2016, destacam-se: “Como o PT está afundando a Petrobras”; “Petrobras: o que já vazou é explosivo... mas os corruptos se apavoram com o quer este homem ainda pode revelar”; “Exclusivo: Escândalo da Petrobras - O delator fala”; “Escândalo da Petrobras: O doleiro fala”; “Petrolão: Eles sabiam de tudo”; “Petrolão: Operação Mãos Sujas – os acusados do maior caso de corrupção da história brasileira manobram para tirar de cena o juiz responsável pelo processo”; “A prisão dos bilionários: na nova fase da Operação Lava Jato, o escândalo do petrolão leva à cadeia 18 altos executivos de empreiteira e o homem forte do PT na Petrobras”; “Exclusivo De Paulo Roberto para Dilma Rousseff – uma mensagem eletrônica de Paulo Roberto Costa para Dilma Rousseff em 2009 indica que ela e Lula ignoraram alertas sobre irregularidades em obras da Petrobras usadas pelos corruptos do caso Lava Jato”; “A Operação Lava Jato e o PT: o partido do governo tem muito a explicar sobre o escândalo depois das acusações de receber propinas nas campanhas eleitorais”; “Exclusivo: o Disque Propina – saiba a quem este homem entrega em domicílio o dinheiro desviado da Petrobras. Tem ex-presidente, ministro, tesoureiro de partido, deputado...”; “Reação em Cadeia: executivos presos revoltados com políticos soltos. Empreiteiros ameaçando Lula e Dilma. São todos contra todos na fase decisiva da Operação Lava Jato”; “Saiu! a lista de Janot: começa o processo de investigação dos políticos implicados na Operação Lava Jato”; “Exclusivo Operação Lava Jato: Empreiteiro arrasta Lula para o meio do escândalo – Preso, Leo Pinheiro, da OAS, ameaça contar à Justiça o que sabe sobre o petrolão - e seu alvo é o ex-presidente”; “O juiz vê mais longe; por que a soltura, pelo STF, dos empreiteiros presos na Lava Jato não representa o fim da esperança dos brasileiros de que corruptos vão para a cadeia”; “Lava Jato: Grampo – Sabotagem ou negligência. Entenda as

forças em jogo que podem minar o trabalho anticorrupção do juiz Moro”; “Exclusivo: A vez dele – amigo de Lula, o empreiteiro Leo Pinheiro decidiu contar ao Ministério Público tudo o que sabe sobre a participação do ex-presidente no petrolão e como o filho Lulinha ficou milionário” (ESPOSITO, 2018).

Para o pesquisador e professor de estudos brasileiros na University of Oklahoma, nos Estados Unidos, Fabio de Sa e Silva, “a força-tarefa da Lava Jato reproduz e fortalece um discurso iliberal” e “a luta anticorrupção serviu como plataforma para a extrema direita no Brasil”. A partir de sua pesquisa, publicada no *Journal of Law and Society*, que codificou 194 entrevistas concedidas por membros da Lava Jato e pelo juiz Sergio Moro entre janeiro de 2014 e dezembro de 2018, Sa e Silva (2020) afirma que as entrevistas indicam que a Lava Jato tinha uma “gramática política” estruturada, que incluía: pressionar por mudança de normas em benefício da própria força-tarefa, classificar os que resistiam a alterações como inimigos do povo e contornar a lei quando necessário para alcançar objetivos políticos. A retórica dos integrantes da Lava Jato indica que eles “estão muito mais próximos da ideia de identificação e perseguição do inimigo do que propriamente da contenção de arbitrariedade no exercício do poder, que é a chave do liberalismo” (SA E SILVA, 2020).

Sá e Silva (2020) ainda argumenta que quando um obstáculo jurídico se impõe, a Lava Jato quase sempre o transgride em nome da necessidade de proteger o povo e a sociedade. Mensagens reveladas pela “Vaza Jato” demonstram que procuradores e juízes tinham clareza de que estavam fazendo algo ilegal, mas entendiam que politicamente era o correto a ser feito para restringir a ascensão política de Lula e do PT. Em um diálogo no qual os procuradores discutem a divulgação de uma conversa telefônica entre Lula e Dilma, Deltan escreve a um colega: “No mundo jurídico concordo com vc, é relevante. Mas a questão jurídica é filigrana dentro do contexto maior que é político”.

Para Sa e Silva (2020), “muita gente entendia esses promotores e juízes como agentes do liberalismo político que estavam tornando o Brasil um país com mais *accountability* e transparência”, no entanto o autor argumenta que os procuradores e juízes articulam uma visão sobre a ação anticorrupção e o Estado de direito conflitiva com o liberalismo político, minando as instituições e regras que garantem a limitação do seu poder. A campanha das “dez medidas contra a corrupção”, capitaneada por Moro e Dallagnol, e a defesa de reformas para ampliar o poder dos próprios agentes que conduzem a iniciativa anticorrupção são exemplos claros dessas articulações. Por outro lado, quando setores da sociedade e do Congresso se colocam em oposição e resistência a essas propostas, os procuradores e juízes da Lava Jato, junto aos meios de comunicação tradicionais, como Rede Globo, Record e Jovem Pan, usam uma linguagem

alarmista e constroem uma narrativa que caracteriza os atores contrários às reformas como “inimigos do povo” que “defendem” a corrupção.

Com a ajuda de uma cobertura midiática acrítica, a Lava Jato colocou-se como protetora do povo na cruzada contra a corrupção, sendo alguns de seus personagens comparados a super-heróis, como o caso do ex-juiz Sérgio Moro. A narrativa começa com a ideia de que a corrupção é um monstro, ou um câncer, que precisa ser combatido e tratado a qualquer custo, sobretudo por meio de *lawfare*, *compliance* e reformas políticas e econômicas. Nesse contexto, a mídia passa a destacar lideranças que prometem proteger o país da corrupção e do comunismo por meio de iniciativas neoliberais ou “iliberais”. Caso as condições necessárias para tanto não sejam atendidas, seja silenciando a oposição ou restringindo direitos individuais, o “mal da corrupção” sempre prevalecerá (LUPION, 2020).

Além da Lava Jato, o jornalista Marcelo Auler (2020) também destaca que os meios de comunicação tradicionais omitiram a greve dos petroleiros, em defesa da Petrobras e contra o desmonte da estatal, que foi considerada uma das maiores da história do país e que contou 20 mil petroleiros em 120 unidades da Petrobras. O autor também chama a atenção para a censura aos trabalhadores grevistas pelos grandes conglomerados da comunicação do país e a sabotagem ao interesse nacional. Para Auler (2020), os meios tradicionais davam voz apenas aos canais institucionais da empresa ou às reações contrárias ao movimento sem muito senso crítico, como a decisão do então presidente do STF, Dias Toffoli, que determinou multas se a greve envolvesse mais de 10% dos trabalhadores das unidades. O Globo, por sua vez, mesmo sem noticiar o movimento grevista, apresentou um editorial classificando a greve como movimento político da FUP, sem mencionar outras entidades e sindicatos.

Auler (2020) também destaca que muitos meios de comunicação tomam partido em favor dos empresários, apoiam políticas liberais e evitam associar os movimentos contemporâneos com os do passado, como a campanha do “Petróleo é Nosso”. Faltam mais visões, opiniões e debates na grande mídia, que analisa os fatos quase sempre pelo lado de mercado e quase nunca pelo lado da geopolítica. Não se discute os movimentos internacionais, a política de preços da empresa, a greve dos petroleiros, o desmonte da capacidade produtiva, dentre outros assuntos discutidos em qualquer país minimamente alerta. A alta do preço do gás e desemprego gerado também é relativizada, assim como a carta publicada pela Federação Nacional dos Petroleiros criticando a política de preços desde o governo Temer, a qual facilita a concorrência estrangeira e encarece o combustível. Também ignoraram o acampamento instalado na porta do edifício sede da estatal, no centro do Rio de Janeiro, onde fizeram vigília empregados e familiares da Fábrica de Fertilizantes de Araucária, que também recebeu a adesão

de caminhoneiros no Porto de Santos. Por fim, Auler (2020) aponta ainda a omissão em relação às negociações que os então presidentes da Câmara Federal, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, fizeram junto a petroleiros, deputados e senadores da oposição comprometendo-se a abrirem um canal de negociação com a estatal e o governo (AULER, 2020).

Ainda no que diz respeito ao papel dos meios de comunicação dentro da “geopolítica de guerras híbridas por recursos”, o portal *Esquerda Diário* também denunciou o bloqueio da “mídia burguesa” contra a greve nacional dos petroleiros e contra a luta dos trabalhadores sindicalizados, assim como a ofensiva do judiciário para criminalizar o movimento. O portal colocou-se em apoio aos petroleiros e contra os ataques do governo Bolsonaro e ao seu projeto privatista que pretende entregar estatais e recursos nacionais (DIEESE, 2020; PETROLEIROS RESISTEM..., 2020).

Os vazamentos publicados pelo *The Intercept* e pela *Agência Pública*, denominados de “Vaza Jato”, foram reveladores em relação aos métodos de *lawfare* aplicados e a blindagem da operação pela mídia tradicional ao “tirar da cartola” uma acusação contra Lula. A divulgação de mensagens *hackeadas* trocadas entre os procuradores do MPF do Paraná, nas quais são observadas diversas estratégias e ações antiéticas do ponto de vista jurídico, que tinham como objetivo incriminar Lula a qualquer custo e omitir a cooperação extraoficial entre as instituições jurídicas de Brasil e EUA, levaram à reviravolta da Lava Jato. Com base nas conversas por Telegram, é possível observar os acordos ocultos entre o DoJ e o MPF do PR em relação à negociação, à aplicação e ao recebimento de parte do dinheiro das multas por meio de palestras pagas. Para o jornalista Luis Nassif, que acompanha o caso desde 2014, o PGR Rodrigo Janot desembarcou nos EUA acompanhado de procuradores brasileiros para “rifar” a Petrobras e atender interesses políticos e pessoais. Os jornalistas dos grandes meios de comunicação passaram a ser meros intermediários de *release* da Lava Jato. O STF também foi permissivo em relação às denúncias contra a operação (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020; NASSIF, 2020; VIANA; FISHMAN; SALEH, 2020).

As duas principais reportagens da *Agência Pública* e do *The Intercept* demonstraram que os procuradores da Lava Jato, sobretudo Deltan Dallagnol, tinham conhecimento sobre o acordo de cooperação jurídica entre Brasil e EUA que impedia que os países processassem empresas estratégicas do outro. As reportagens também revelaram que o acordo entre o MPF e o DoJ estabelecia a reversão das multas pagas pela Petrobras em recursos que seriam aplicados pelos próprios procuradores da Lava Jato em atividades de combate à corrupção. Em um dos trechos das conversas entre Deltan Dallagnol e Roberto Pozzobon, os procuradores da Lava Jato planejaram criar uma ONG para realizar palestras que seriam financiadas com um fundo

anticorrupção, sendo a maior parte dos recursos destinada ao pagamento do cachê das palestras. As reportagens também evidenciaram que o acordo de leniência entre Petrobras e DoJ foi montado com base em frágeis evidências obtidas por meio das investigações e das delações da Lava Jato. Nos diálogos, percebe-se que os procuradores ainda foram consultados pelo DoJ sobre a possibilidade da Petrobras não ser processada, no entanto o assunto foi negligenciado diante da possibilidade de os procuradores controlarem os recursos da multa que seriam repassados (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020; NASSIF, 2020; VIANA; FISHMAN; SALEH, 2020).

Dentre os principais pontos das reportagens, destacam-se ainda: a viagem de Janot aos EUA em fevereiro de 2015, acompanhando dos procuradores Vladimir Aras, Carlos Fernando dos Santos Lima, Marcelo Miller e Deltan Dallagnol; o conhecimento de Janot sobre a visita de procuradores americanos ao Brasil para interrogar delatores; e o desconhecimento e ingenuidade de Cardozo, então ministro da Justiça, em relação à visita. Outro ponto importante revelado pelas reportagens diz respeito ao chefe da delegação norte-americana à época, Patrick Strokes, ex-chefe da divisão de corrupção internacional do DoJ, que posteriormente tornou-se sócio do escritório Gibson, Dunn & Crutcher's, especializado em *compliance*, o qual passou a representar a Petrobras nos EUA. Documentos obtidos pelo *The Intercept* ainda demonstraram que o DoJ pediu visto para dois procuradores que planejavam viajar a Curitiba para reuniões com autoridades brasileiras e com os advogados dos delatores com o objetivo de levantar evidências adicionais sobre as investigações contra a Petrobras em curso nos EUA (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020; NASSIF, 2020).

O nível de profundidade e detalhe da cooperação extraoficial vai ainda além. Segundo as reportagens, agentes do FBI também foram designados para operar no Brasil e obter informações sobre as investigações, os processos e os movimentos políticos do país. Depois de uma apresentação sobre os delatores (ex-presidentes e executivos de algumas das principais empresas brasileiras), a delegação dos EUA ainda passou dois dias negociando com advogados dos delatores a possibilidade de cooperação nos EUA. Em um trecho, o então procurador Orlando Martello fala em utilizar a cooperação com os EUA para ameaçar indivíduos para incentivá-los a viajar voluntariamente para os EUA para cooperar com as investigações e processos que corriam no país. Em outro trecho, Aras mostra-se preocupado com a ida dos delatores aos EUA e a perda de força da Lava Jato para negociar a divisão do dinheiro recuperado. Dallagnol também assume que a cooperação informal possa ter extrapolado os limites legais sem pensar nas consequências (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020; NASSIF, 2020; VIANA, 2020; VIANA; FISHMAN; SALEH, 2020).

No final de 2015, Dallagnol ainda explicou a Aras que pretendia atrasar o envio de provas aos EUA para ter melhores condições de negociar a partilha dos recursos das multas. Praticamente todas as informações que moveram o processo da Petrobras nos EUA vieram da Lava Jato. No início das negociações, o DoJ tinha a intenção de repatriar apenas 25% dos valores das multas, ao final concordou em 80%. Apesar do questionamento da embaixada brasileira quanto a cláusula estratégica, o processo continuou. Nesse meio tempo, pretendendo “lucrar” com a decisão do DoJ, Dallagnol e Pozzobon abriram uma ONG em nome de suas respectivas esposas para dar palestras, uma vez que eles próprios sabiam da ilegalidade de um procurador abrir uma empresa e da falta de ética referente ao caso, como observado em outros trechos. Diante das denúncias, a ONG retrocedeu e o STF classificou a ação como crime (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020; NASSIF, 2020; VIANA, 2020; VIANA; FISHMAN; SALEH, 2020).

Diante das críticas e pressões aos meios de comunicação tradicionais e, sobretudo, após as revelações da “Vaza Jato”, a suspeição de Moro e a anulação dos processos de Lula, o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma matéria sobre como o jornal manteve uma postura crítica em relação à força-tarefa da Lava Jato. Além de expor as descobertas das investigações, o jornal também destacou seus questionamentos em relação à condução das operações, ouvindo especialistas que criticavam o *modus operandi* das investigações e processos. Nesse contexto, o jornal ressaltou suas matérias sobre as ações de Moro e Dallagnol, o excesso de prisões preventivas, a engrenagem dos vazamentos, delações duvidosas e o caso da prisão de Lula (HADDAD, 2021).

O jornal francês *Le Monde*, por sua vez, publicou uma reportagem que apontou a influência do governo dos Estados Unidos na operação Lava Jato a partir de uma conexão com o então juiz Sergio Moro. No texto, a publicação diz que a força-tarefa da operação serviu a “vários interesses, mas não à democracia”. A reportagem afirmou que a conexão entre EUA e Lava Jato começou ainda no governo de George W. Bush, que buscou “aumentar a ação antiterrorista de Brasília” e tentou criar uma “uma rede de especialistas locais” capazes de defender as posições americanas “sem parecerem joguetes” de Washington. Na época, Moro teria colaborado com os EUA no caso Banestado e foi convidado para participar do Programa de Visitantes Internacionais do Departamento de Estado. Em 2007, o ex-juiz teria aceitado o convite e realizado uma viagem aos EUA, quando fez contatos dentro do FBI, do Departamento de Justiça e do Departamento de Estado dos EUA. Por outro lado, em 2015, no governo Obama, os EUA teriam enviado a Curitiba agentes do FBI e da Polícia Federal estadunidense para receber “explicações” sobre os “procedimentos em andamento” na Lava Jato. Ainda de acordo

com o *Le Monde*, houve um acerto entre a força-tarefa da Lava Jato e as autoridades norte-americanas que permitiu essa troca de informações e o aprofundamento da cooperação extraoficial. O jornal diz ainda acreditar que a Lava Jato estava obcecada em bloquear o PT nas eleições de 2018 (MORO..., 2021; ESTRADA; BOURCIER, 2021).

Outra matéria do *Le Monde* afirmou que a luta anticorrupção lançada por Moro, envolvendo a Petrobras, empreiteiras e líderes políticos foi realizada por meio de métodos ilegais apoiados pelo poder judiciário e pela mídia em nome de uma “limpeza” política que iria “salvar” o Brasil. A matéria ainda aponta que as investigações e os processos jurídicos tiveram muita influência política, sobretudo nas eleições de 2018, e que, ao todo, como consequência da cruzada anticorrupção, foram expedidos 1.450 mandados de prisão, sendo 533 pessoas indiciadas, 174 condenadas, 12 ex-chefes de Estado latino-americanos envolvidos em escândalos de corrupção e apenas R\$ 4,3 bilhões recuperados. Além disso, a matéria também destacou que as investigações jornalísticas e os vazamentos de diálogos entre Moro e os procuradores da Lava Jato levaram à suspeição de Moro e à anulação dos processos contra Lula, decretando uma reviravolta em relação à operação e ao seu papel como instrumento geopolítico e de *lawfare* (ESTRADA; BOURCIER, 2021).

Em sua coluna de opinião no *NY Times*, o diretor-executivo do Observatório Político para a América Latina e Caribe, Gaspar Estrada, também ressaltou que a Lava Jato foi criada com a promessa de salvar o Brasil da corrupção, mas que, na prática, cometeu violações ao estado de direito com apoio do sistema judiciário nacional e da mídia tradicional, com destaque para o protagonismo do juiz Sérgio Moro e dos procuradores do MPF do Paraná. Para Estrada (2021), apesar da recuperação de alguns milhões de dólares e a prisão de alguns empresários e políticos de alto escalão, a operação também promoveu métodos ilegais, ideologias políticas e esquemas de porta-giratória, além de ter causado crises políticas e econômicas no país. Na prática, os procuradores e juízes trabalharam em conluio para impedir a candidatura de Lula, para enfraquecer a Petrobras e para pavimentar a ascensão de Bolsonaro. As conversas vazadas entre Moro e os procuradores da Lava Jato sobre estratégias de incriminação contra Lula ilustram esses métodos ilegais e a quebra de diversos princípios do devido processo legal. Além disso, Estrada também destaca tentativa dos procuradores da Lava Jato de criar um fundo privado para administrar os recursos recuperados, o que foi suspenso pelo STF, e a polêmica ascensão de Moro ao cargo de ministro da Justiça do governo Bolsonaro (ESTRADA, 2021). Vale ressaltar ainda que, após desavenças políticas com o Bolsonaro, Moro deixou o ministério e passou a trabalhar para um escritório norte-americano especializado em *compliance*, prestando consultoria jurídica para empresas acusadas pela Lava Jato. Além disso, em 2021, o

ex-juiz passou a se articular politicamente e lançou-se como pré-candidato à presidência da República para as eleições de 2022, levantando ainda mais questionamentos sobre sua atuação política ao longo da Lava Jato.

Também é relevante a relação explícita e pública de Bolsonaro e sua família com o estrategista da campanha de Trump, Steve Bannon, especialista em ativismo e militância digital e líder e fundador do The Moviment, um grupo que reúne conservadores de todo o mundo, como Marine Le Pen, Matteo Salvini e Viktor Orban. O deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente e figura sempre presente em viagens diplomáticas, exaltou a liderança mundial de Bannon e se declarou líder do The Moviment na América Latina contra o “domínio cultural esquerdista marxista”. Em 2019, a comitiva presidencial foi aos EUA e Bannon e Bolsonaro se encontraram em um jantar na embaixada do Brasil. O jantar ainda contou com a presença do ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, do guru da extrema direita brasileira Olavo de Carvalho e do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro. Bannon e Eduardo ainda se encontraram no final do ano, no período da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em Nova York (EDUARDO..., 2020; PIRES, 2020).

Bannon nunca escondeu seu apoio à família Bolsonaro e sua ajuda informal. Acusado de participar do esquema da Cambridge Analytica, que vendeu milhões de informações e dados de redes sociais para uso político em processos eleitorais, Bannon também fundou um site de *fake news* de extrema direita e de cunho racista, chamado *The Breitbart*. Nesse contexto, Olavo de Carvalho, considerado o “guru filosófico” do governo Bolsonaro, também fundou um site com o mesmo viés, denominado *Brasil Sem Medo*. O vereador e filho do presidente Carlos Bolsonaro, por sua vez, iniciou um processo de recrutamento de apoiadores digitais e de controle sobre as redes sociais do presidente. Esses processos contaram com o apoio explícito do assessor de Relações Internacionais da presidência, Filipe Martins, também considerado discípulo de Olavo de Carvalho e admirador de Bannon. Os dois sites, no entanto, assim como outros com o mesmo perfil, foram alvos de campanhas promovidas pelo site *Sleeping Giants*, que tem como objetivo denunciar propagandas de sites de *fake news*, de cunho racistas ou ofensivos em sites de grandes empresas. Esse processo retirou mais de 50 milhões de dólares só do site de Bannon. Em 2020, Bannon foi preso por fraude e desvio de dinheiro na campanha de construção do muro na fronteira com o México. No entanto, após pagar 5 milhões de dólares de fiança, foi liberado (EDUARDO..., 2020; PIRES, 2020).

No que diz respeito aos valores apelativos promovidos por Bolsonaro e seus seguidores, tanto em campanha quanto em seu governo, destacam-se o “patriotismo” que exalta as cores verde e amarelo, a camisa de futebol da seleção nacional, a família, deus, a liberdade e o

combate ao comunismo, ao PT, ao esquerdismo, à corrupção e ao “estado ineficiente”. Além disso, o governo ainda defende pautas antivacina, negacionistas, conservadoras, neoliberais e outras defendidas pela direita mundial. No que diz respeito a Petrobras, o governo tenta passar a imagem de combate à corrupção, mas na prática promove uma gestão baseada em desinvestimentos, privatizações, desmonte, venda de ativos, submissão aos interesses externos das IOCs e conflitos com os trabalhadores do setor e demais setores diretamente impactados.

Fiori e Nozaki (2019) destacam também a utilização da “guerra híbrida” para fazer valer os interesses dos EUA, utilizando mais informação do que da força, mais sanções do que dos bombardeios e mais desmoralização intelectual dos opositores do que da tortura. No *Manual de Treinamento das Forças Especiais Americanas Preparadas para Guerras Não-Convencionais*, publicado pelo Pentágono em 2010, já está dito explicitamente que “o objetivo dos EUA nesse tipo de guerra é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças internas de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos” Além disso, os EUA reconhecem que “em um futuro não muito distante, as forças dos EUA se engajarão predominantemente em operações de guerra irregulares”. Em 2017, o governo Trump apresentou sua Estratégia de Segurança Nacional por meio de um documento que destacava que o “combate à corrupção” deve ter lugar central na desestabilização dos governos dos países que sejam “competidores” ou “inimigos” dos EUA. Em 2018, outro documento sobre a estratégia de defesa nacional dos EUA também ressalta que “uma nova modalidade de conflito não armado tem tido presença cada vez mais intensa no cenário internacional, com o uso de práticas econômicas predatórias, rebeliões sociais, *cyber*-ataques, *fake news*, métodos anticorrupção”.

Fiori e Nozaki (2019), também chamam a atenção para o fato de que o Brasil passou a ser alvo mais constante desses métodos híbridos por parte dos EUA após a criação do BRICS em 2003 e a descoberta do Pré-Sal em 2006. No *Blueprint for a Secure Energy Future*, publicado em 2011 pelo governo de Barack Obama, o Brasil já ocupava posição de destaque em três das sete prioridades estratégicas da política energética norte-americana: (i) como uma fonte de experiência para a produção de biocombustíveis; (ii) como um parceiro fundamental para a exploração e produção de petróleo em águas profundas; e (iii) como um território estratégico para a prospecção de Atlântico Sul (FIORI; NOZAKI, 2019).

Também existem disputas e conflitos em torno do petróleo nacional e da Petrobras que ocorrem no âmbito social por meio de movimentos sociais. Nesse sentido, destacam-se as greves dos trabalhadores da Petrobras em 2015 e 2020, que, além de reivindicações trabalhistas, defendia a soberania do setor de petróleo nacional e o papel da Petrobras no desenvolvimento

econômico nacional. Em 2015, a greve dos petroleiros foi realizada durante 20 dias com a participação de 40 mil trabalhadores, tendo como demandas a garantia de direitos adquiridos, a manutenção da Petrobras como empresa integrada e indutora do desenvolvimento nacional e a suspensão da venda de ativos da empresa (privatização fatiada). Nesse contexto, a FUP e a Petrobras chegaram a um entendimento, por meio de um grupo de trabalho, que foi expresso no documento *Pauta pelo Brasil*, que continha propostas para o enfrentamento da crise (DIEESE, 2020). Nesse documento, destaca-se, logo na primeira página, uma citação de Joseph Stiglitz, que diz que:

Ainda que haja uma pressão externa para desenvolver seus recursos de forma rápida (sob o comando de empresas multinacionais), não aja rápido demais. Tome o tempo que for preciso para desenvolver as leis e instituições necessárias. Os recursos vão ficar onde estão e é bem provável que valham mais no futuro do que hoje; não aceite o argumento de que os países devem se ater às suas vantagens comparativas (ou que se deva deixar todas as atividades nas mãos de empresas, resignando-se a simplesmente tributá-las). (PAUTA PELO BRASIL, 2016)

Esse mesmo documento também traz que a categoria dos petroleiros e seus sindicatos tomam a iniciativa de lutar contra os ataques à Petrobras e a possibilidade de redução de seu papel estratégico para o desenvolvimento nacional. No que diz respeito às mudanças no setor de óleo e gás, destaca: (i) a acentuada redução do preço do barril desde 2014 (quando atingiu o valor de 100 dólares por barril), que influenciou na redução dos investimentos das petroleiras e do setor de bens e serviços; (ii) as mudanças geopolíticas entre países ofertantes e demandantes; (iii) o desemprego crescente; (iv) e a variação da taxa de câmbio, que influencia diretamente a dívida da Petrobras, da qual 70% foi contraída em dólares (PAUTA PELO BRASIL, 2016).

Além disso, no *Pauta pelo Brasil*, argumenta-se que a Petrobras é a empresa que mais investe no Brasil, sendo responsável por 70% do total de investimentos em E&P no país e por 7,5% de média do total dos investimentos no país entre 2010 e 2014, sendo a estatal e suas atividades importantes fontes de receitas fiscais para União, estados e municípios e de empregos diretos e indiretos. O documento também destaca, que, para cada R\$ 1 bilhão de investimento da Petrobras no país, R\$ 860 milhões pode ser gerado de valor adicionado na economia brasileira, assim como 19.300 novos postos de trabalho. Com os investimentos programados no Plano de Negócio e Gestão (PNG) 2015-2019, de R\$ 385,4 bilhões, esperava-se gerar um efeito positivo de R\$ 308,2 bilhões (R\$ 61,6 bilhões por ano) e a geração de 6,9 milhões de empregos (1,38 milhões por ano) (PAUTA PELO BRASIL, 2016).

Porém, a partir de 2014, a Petrobras passou a reduzir seus investimentos e isso gerou efeitos negativos na economia brasileira. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Grupo de Economia da Energia da UFRJ, o governo perdeu 25% de arrecadação com *royalties* no

primeiro semestre de 2015 e, entre janeiro e agosto de 2015, houve redução de 7% no nível de emprego no setor de E&P, e, entre 2013 e 2015, de 156 mil postos de trabalhos. Já a FUP afirma identificar algumas diferenças no papel da Petrobras. Até 2003, a empresa estava focada na produção na Bacia de Campos e, a partir de então, passou a explorar a Bacia do Espírito Santo e a Bacia de Campos, onde ocorreram as primeiras descobertas do Pré-Sal, além de criar novas refinarias e modernizar antigas. Como resultado, a empresa se integrou ainda mais, aumentou suas reservas e produção de petróleo e gás natural e avançou nos setores de tecnologia, pesquisa e inovação e em áreas como geração de energia elétrica e petroquímica. O número de trabalhadores também aumentou de forma significativa. Após a crise financeira de 2008, a Petrobras desempenhou um papel fundamental para reduzir os efeitos negativos da crise na economia brasileira: fortaleceu seu Plano de Negócios e ampliou investimentos no país, ao contrário das grandes empresas nacionais e multinacionais (PAUTA PELO BRASIL, 2016).

Em *Pauta pelo Brasil* (2016) ainda foi ressaltado que Petrobras passou a viver momentos críticos com ataques de grupos interessados em seu enfraquecimento e sua privatização a partir de 2012. Dentre as dificuldades, defasagem do preço dos derivados, declínio da produção, crise de fornecedores e a Operação Lava-Jato. Fatores esses que, em conjunto com auditorias, fizeram a empresa reduzir seus investimentos, concentrando seus investimentos em E&P, como representado no Plano de Negócios 2015/21019. Do lado da Petrobras, a empresa alegou a concentração dos investimentos em E&P em razão da rentabilidade, variável também adotada por outras empresas.

O documento também discute a participação da Petrobras na política de conteúdo local instituída a partir de 2003, no governo Lula, defendendo a importância da estatal para atrair investimentos no país. Para a Petrobras, o atendimento da crescente demanda por máquinas e equipamento de produção nacional era importante porque permitia acesso à assistência técnica local; maior garantia de fornecimento e maior acompanhamento dos processos produtivos; redução de riscos ligados à política externa; aumento da capacidade de inovação dos fornecedores; e redução de estoques e de custos. Para o Brasil, geração de empregos, renda, diversificação e crescimento econômico, atração de investimentos, desenvolvimento da capacidade produtiva e maior arrecadação de impostos. Como efeito dessa política, destacou-se o fortalecimento da indústria naval brasileira: de 2003 a 2014, o número de estaleiros passou de 2 para 14 (5 em construção) e o número de empregos diretos de 7.465 para 82.472. Na carteira de encomendas, registraram-se projetos de construção de 8 cascos de unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência (Floating Production Storage and Offloading – FPSO), 4 conversões de cascos, 16 projetos de módulos e integrações de FSPOs,

28 sondas de perfuração e 40 navios petroleiros, contra apenas duas construções de módulos de integração de FSPOs em 2003 (PAUTA PELO BRASIL, 2016).

Outra questão abordada em *Pauta pelo Brasil* (2016) foi o elevado endividamento em razão dos investimentos realizados, das variações da taxa de câmbio e da redução do preço do barril. Nesse sentido, destaca-se o Plano de Negócios 2015/2019 da Petrobras, que previa redução dos investimentos (14 bilhões de dólares em 2016) e a possibilidade de venda de ativos. A FUP, no entanto, posicionou-se contra o plano de desinvestimentos, alegando que a Petrobras possuía recursos para pagar suas dívidas, segundo informações publicadas pela própria empresa e pelo presidente Bendine em entrevista em 2015. Além disso, consideravam-se os recursos do acordo de financiamento assinado com o China Development Bank (CBD), na ordem de bilhões de dólares. Do lado da Petrobras, o presidente Bendine afirmou que o caixa suficiente para quitar as dívidas dependeria da venda de ativos da empresa e que o financiamento ainda não estava disponível.

A FUP, por sua vez, defendeu uma solução que não reduzisse o papel estratégico da empresa nem que colocasse a venda os ativos da empresa em condições desfavoráveis, citando as incertezas do mercado mundial, o cenário macroeconômico e a dificuldade de novas captações. Nesse sentido, a FUP propôs trocar as dívidas de curto prazo por dívidas de longo prazo, mesmo com juros maiores, utilizar a venda de petróleo e derivados a prazos futuros pré-determinados, o que era de grande interesse de países asiáticos e já realizado com a China desde 2009, e suspender o programa de desinvestimentos e venda de ativos. Para a FUP, a estratégia adotada em 2003, de tornar-se uma empresa integrada, “do poço ao posto”, foi acertada, sobretudo comparada aos resultados das petroleiras multinacionais de E&P. A FUP reafirmou, ainda, a importância da diversificação dos setores de atuação (E&P, refino, comércio, derivados) como fatores que promovem resultados financeiros positivos, além de citar a atuação da empresa no desenvolvimento da produção de biodiesel, no setor termelétrico e na produção de fertilizantes (PAUTA PELO BRASIL, 2016).

A greve de 2020, por sua vez, pouco antes da pandemia, é uma reação a uma série de eventos, desde 2014, que foram entendidos pela FUP como ataques à estratégia de manter a Petrobras como uma empresa integrada e de importância estratégica. Destacam os efeitos negativos que a empresa sofreu com a Operação Lava-Jato, que, ao ser exposta na mídia, passou a encontrar dificuldades na contratação de empresas para dar continuidade a obras, projetos e investimentos. Soma-se a isso a queda do preço do barril no mercado internacional. Esse cenário fez a direção da empresa alterar suas estratégias e objetivos, abrindo mão da lógica de empresa

integrada, reduzindo investimentos, para concentrar seus investimentos em operações de E&P (DIEESE, 2020).

A FUP ainda ressaltou que planos estratégicos a partir de 2015 passaram a ter como foco redução do nível de endividamento, intensificação da venda de ativos, redução de gastos operacionais e maior retorno aos acionistas no curto prazo. Alegando prejuízos recorrentes, a Petrobras tentou vender a fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados no Paraná (Ansa/Fafen-PR), adquirida da Vale em 2013, para a empresa russa Acron Group no início de 2018, mas a negociação fracassou no final de 2019 (DIEESE, 2020).

Em janeiro de 2020, a Petrobras decidiu encerrar/hibernar as atividades da Ansa/Fafen, levando a demissão de aproximadamente 400 trabalhadores e 600 terceirizados. Em resposta a essa decisão, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas do Paraná (Sindiquímica-PR) defendeu a posição de que a subsidiária não incorria em prejuízos e que a visão estratégica de integração da Petrobras havia mudado. Dentre as razões, o sindicato destacou a diferença de preços entre a matéria-prima utilizada (resíduo asfáltico) e o produto final (ureia). Além disso, trata-se de um refugo gerado pela Refinaria Presidente Vargas (Repas) da própria Petrobras, que pode ser transformado em um produto de maior valor agregado. Por outro lado, destacou que a Ansa/FafenPR era uma das últimas fábricas de nitrogenados do Brasil em operação, reforçando ainda que um país agrícola depende muito da importação desses produtos (DIEESE, 2020).

Nesse contexto, durante um protesto em janeiro de 2020, a Sindiquímica-PR recorreu à ocupação da fábrica como última tentativa de convencer a direção. No entanto, a ideia não era paralisar, mas ocupar e manter níveis mínimos de atividade para garantir também o interesse da Petrobras. Segundo o sindicato, a Petrobras estaria violando um acordo coletivo recém assinado que proibia demissões em massa sem negociação prévia com o sindicato e com garantias de requalificação, recolocação e outros benefícios no caso de inviabilidade da empresa. No entanto, os sindicalistas afirmaram que a empresa não estava aberta a negociação, que os benefícios das demissões eram limitados e que a empresa também estava negociando a venda da Repar e da Usina do Xisto (SIX), também no polo de Araucária (DIEESE, 2020).

Diante do impasse, a FUP decidiu manter a greve por tempo indeterminado. Dentre as reivindicações, constavam o não fechamento ou privatização da unidade; abertura de negociações; e cumprimento do acordo coletivo. Após mais um impasse em uma reunião com representante da empresa, diretores da FUP ocuparam a sala da gerência de gestão de pessoas no edifício da Petrobras no Rio de Janeiro, criando também uma Comissão de Negociação Permanente para manter o diálogo com a Petrobras, que, por sua vez, entrou na Justiça do

Trabalho exigindo a retirada da comissão do prédio, pedido que foi negado. Como resposta, a Petrobras cortou o fornecimento de água e energia elétrica do andar ocupado e impediu a entrega de alimentos. Uma nova decisão judicial determinou o restabelecimento da luz e da água e a entrada de comida sob pena de multa de R\$ 100 mil por hora de descumprimento. Assim, a Petrobras religou a luz e a água, mas não o ar-condicionado (DIEESE, 2020).

Em fevereiro de 2020, a greve foi deflagrada e contou com a adesão inicial de 12 unidades de refino, vários campos de exploração de petróleo e cinco terminais da Transpetro, subsidiária que também estava sob o risco de privatização e demissões. Dias depois, a greve atingiu 30 bases operacionais do sistema Petrobras em 12 estados, com atos/protestos nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia. Além disso, botijões de gás foram vendidos com mais de 30% de descontos. Em Vitória, no Espírito Santo, a gasolina foi vendida por um preço menor que o de mercado. No Rio de Janeiro, vigílias foram organizadas por diferentes movimentos sociais em frente ao prédio da Petrobras. Por fim, dirigentes sindicais foram à Brasília para conversar com parlamentares. Nesse mesmo dia, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Filho, concedeu uma liminar declarando a não abusividade da mobilização, no entanto estabeleceu como condições a manutenção de 90% dos efetivos operacionais sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 500 mil para a FUP, os sindicatos do Norte Fluminense, da Bahia e do Espírito Santo e R\$ 250 mil para os demais. Somados, os valores chegavam a R\$ 4,5 milhões por dia. Uma condição bastante rigorosa segundo a FUP (DIEESE, 2020).

Apesar das condições, a greve continuou a crescer e atingiu 70 unidades do sistema Petrobras em 13 estados da federação. Como resposta, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) atendeu à reivindicação da Petrobras de que os efetivos mínimos não foram cumpridos, declarou abusiva a paralisação e determinou o bloqueio cautelar das contas bancárias dos sindicatos e autorizou a contratação de pessoas e serviços para substituir os grevistas. Ainda assim, a greve continuou e atingiu 121 unidades do sistema, envolvendo aproximadamente 21 mil trabalhadores em plataformas, refinarias, usinas e outras instalações. A comissão de dirigentes também continuou ocupando o quarto andar do edifício-sede da Petrobras (DIEESE, 2020).

Em resposta, o ministro Gandra Filho declarou a ilegalidade da mobilização e exigiu o retorno imediato ao trabalho sob pena de multas entre R\$ 250 mil e R\$ 500 mil aos sindicatos por descumprimento. A FUP então decidiu abrir votação sobre a continuidade da greve. No entanto, no Paraná, trabalhadores familiares e ativistas permaneceram acampados em frente a Ansa/Fafen-PR. Dias depois, a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) Rosali Michaele Bacila Batista determinou a suspensão das demissões anunciadas.

Em Brasília, as negociações foram reabertas, sob mediação do ministro Gandra Filho, entre a Petrobras e a FUP, agora apoiada por diversos parlamentares. Após o ministro convocar uma audiência de conciliação, a FUP orientou as assembleias sindicais a votar pela suspensão da greve, mas destacando que a mobilização poderia ser retornada em caso de impasse. No final de fevereiro de 2020, os petroleiros retornaram às atividades, encerrando a maior paralisação de trabalhadores da Petrobras depois da de 1995. No entanto, a unidade da Ansa/Fafen-PR continuou sob protestos até o início de março, quando propostas de benefícios e de não demissões dos grevistas foram apresentadas. Contudo, a FUP não reconheceu o processo de demissões e declarou que continuaria a se articular com parlamentares um projeto de lei para anistia e recondução dos trabalhadores demitidos (DIEESE, 2020).

Nesse contexto, a FUP ainda ressalta que a categoria petroleira é reconhecidamente combativa e possui grande capacidade de organização nacional, como evidenciado em diferentes momentos da história. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) foi criada em 1994 a partir da evolução histórica do movimento sindical petroleiro no Brasil desde a criação da Petrobras em 1953. Nesse sentido, declara-se uma entidade autônoma, independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos e com forte inserção de base. A greve de 1995 ficou marcada como uma resposta direta ao viés neoliberal do governo FHC, que acabou abrindo o setor de petróleo às empresas internacionais em 1997. Já em 2015, a greve ocorreu em um momento extremamente delicado da política nacional, com a operação Lava Jato em curso e em um contexto de abertura do Pré-Sal às empresas estrangeiras. Esses processos, por sua vez, contribuíram para o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, marcado, sobretudo, pelas manchetes de corrupção na Petrobras promovidas pelos principais meios de comunicação do país ao longo do ano. A greve de 2020, por sua vez, foi uma manifestação que teve como gatilho as políticas de privatização e desinvestimentos iniciadas pelo governo Temer em 2016 e continuadas pelo governo Bolsonaro (DIEESE, 2020).

Também vale apontar algumas características dessas greves como movimentos políticos, econômicos, geopolíticos e sociais organizados e de resistência. Em primeiro lugar, chama a atenção tanto as demandas voltadas às condições de trabalho (salários, demissões, benefícios etc.) quanto as em relação ao papel estratégico da Petrobras (política de preços justos, integração setorial, agregação de valor, desenvolvimento industrial, tecnologia, soberania etc.). Em segundo lugar, a utilização cada vez mais recorrente e em grande escala, pelos petroleiros, das redes sociais com a finalidade de organizar e realizar atos, mobilizações e greves. Além disso, essas redes também foram utilizadas como instrumento de comunicação da voz dos petroleiros diante de uma disputa de narrativas, na qual a versão dos petroleiros é quase sempre

limitada ou distorcida pelos grandes meios de comunicação nacionais ou pela própria comunicação oficial da Petrobras. Nesse caso, o lado dos sindicalistas (notas, discursos, vídeos etc.) pode ser difundido para milhões de pessoas com maior velocidade. Destaca-se também a forte reação da justiça, em especial do TST, contra a greve; a pressão institucional da Petrobras; o não reconhecimento do movimento sindical como interlocutor; as disputas de narrativas; a grande adesão e radicalização dos trabalhadores; e o apoio de movimentos sociais e de parte da população. Mesmo em momentos históricos diferentes, essas greves defenderam direitos conquistados, a não privatização da Petrobras e do setor de petróleo e o papel estratégico da Petrobras para a soberania e o desenvolvimento nacional (DIEESE, 2020).

Diante das instabilidades no setor de petróleo causadas pela pandemia, pela queda brusca do preço do petróleo e pela disputa entre Rússia e Arábia Saudita por influência sobre o preço e sobre a produção mundial, a FUP e o Sindipetro também reafirmaram a importância de manter a Petrobras integrada e com negócios diversificados com o objetivo de garantir preços acessíveis e um bom nível de empregos e investimentos no país. Segundo o diretor de comunicação do Sindipetro Bahia, Radiovaldo Costa,

o atual cenário coloca em xeque as ações que estão sendo implementadas pela Petrobrás. O preço baixo do barril de petróleo fortalece o refino, portanto, vender quase a totalidade do seu parque de refino não é uma boa estratégia da estatal, pois isso traz impacto negativo no presente e no futuro, não só para a Petrobrás, mas também para o próprio país.

Ainda nesse sentido, argumenta que manter uma empresa integrada garante o equilíbrio e a sustentabilidade financeira da estatal. “Hoje se temos um setor com uma rentabilidade maior e um mercado mais propício, ele acaba dando sustentabilidade a outro setor da empresa que não esteja bem naquele momento” (CRISE..., 2020).

Radiovaldo explica que a Petrobrás tem um parque de refino e um mercado consistente nessa área e que é hora de aumentar a carga processada nas refinarias e não as vender. A Refinaria Landulpho Alves, por exemplo, tem capacidade de produzir 377.388 barris de derivados de petróleo por dia, sendo 67.776 barris de gasolina e 22.435 de GLP. De acordo com dados da ANP, a capacidade de uso da RLAM, em dezembro de 2013, era de 98%. Já em janeiro de 2019, essa capacidade foi reduzida para 56% (CRISE..., 2020).

O Sindipetro defende que o refino pode garantir a manutenção nos investimentos na área de E&P. Para a entidade, é um grande erro a desativação de unidades, a diminuição da carga processada e a venda de ativos, como os campos de produção terrestres. Um processo que começou no governo Temer e que se mantém constante. Segundo Radiovaldo, alguns campos têm custo de produção muito baixo e ainda têm capacidade de ofertar um petróleo mais barato,

que, junto ao processamento feito pela própria Petrobras, dispensam a necessidade de importação e não comprometem a balança comercial do país.

Radiovaldo cita ainda o prejuízo que o Brasil terá caso a Petrobras insista em vender seus ativos num momento como esse. “Além da retração do mercado, você corre o risco de depreciar o patrimônio, vendendo-o a preços muito baixos”. Para o Sindipetro, a hora é de investimento, não de encolhimento, o que só agrava a crise econômica. Do mesmo modo, para Radiovaldo:

Não é hora de fatiar ou diminuir o tamanho e a importância e atuação de uma grande empresa como a Petrobrás. O que há é a necessidade urgente de mais investimentos, de gerar empregos, aumentando com isso a arrecadação dos impostos federais, estaduais e municipais. A roda da economia está parada, para o bem de todos, ela tem de girar. (CRISE..., 2020).

Em 2021, diante da venda da RLAM, a primeira refinaria do Brasil, criada em 1950, os petroleiros convocaram uma greve por tempo indeterminado em defesa dos empregos, dos direitos adquiridos e contra as privatizações nas unidades do Sistema Petrobras. Além da RLAM, o processo acelerado de privatização também inclui a Fábrica de Lubrificantes do Nordeste (Lubnor), no Ceará; a Usina de Xisto (SIX), no Paraná; a Refinaria Alberto Pasqualine (Refap), no Rio Grande do Sul; a Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais; e a Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. Na ocasião, os sindicatos da FUP realizaram atrasos e protestos em frente às refinarias e em outras áreas operacionais, como na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimba, no Espírito Santo. Houve atrasos na Reman (AM), na Lubnor (CE), na Abreu e Lima (PE), na Reduc (RJ), na Regap (MG), na Replan e na Recap (em SP), na Repar e na Six (no PR) e na Refap (RS), além da UTGC (ES) e da RLAM (BA), onde os trabalhadores também entraram em greve.

Durante os atos, a FUP e seus sindicatos tornaram a alertar a sociedade para o fato de que a privatização das refinarias vai aumentar as demissões em massa, os riscos de acidentes e de impactos para o meio ambiente, a perda de soberania e fazer disparar os preços já elevados dos derivados de petróleo. Para o coordenador da FUP, Deyvid Bacelar,

[...] estamos denunciando os impactos negativos para a população das privatizações de refinarias, terminais e sistemas logísticos que a atual gestão da Petrobrás está promovendo. A venda da RLAM e de outras refinarias pode criar monopólios regionais, e isso vai aumentar ainda mais os preços dos combustíveis. A política de preços da atual gestão da Petrobrás, que já reajustou gasolina e diesel em torno de 30% somente este ano, é nefasta, mas os preços subirão ainda mais com a venda dessas refinarias, já que os investidores que adquirirem esses ativos vão poder cobrar o preço que bem entenderem. Sem falar no risco de desabastecimento, se o dono da refinaria optar por exportar combustíveis em vez de vender no mercado brasileiro (PETROLEIROS DE TODO..., 2021).

De acordo com analistas da XP Investimentos, barrar a venda da RLAM a Mubadala, mesmo a um preço abaixo do seu valor (R\$ 1,65 bilhão dos R\$ 3 bilhões avaliados pela própria Petrobras), seria um “revés” para a empresa e para a segurança energética do Brasil. Além disso, defendem a manutenção da política de preços internacionais iniciada por Pedro Parente em 2016. Os “percalços” e incertezas sobre o mercado, como a greve dos caminhoneiros, justificam um “desconto” no preço final das refinarias (10% aproximadamente), que ainda precisariam de modernização. Por fim, destacam que, embora o valor seja abaixo, é importante continuar com os processos de venda, sobretudo para distribuir melhores dividendos. Ainda, a redução da capacidade da estatal na formação de preços no território nacional é importante para a segurança energética do Brasil, pois vai exigir maiores investimentos. O que não faz nenhum sentido (RIZÉRIO, 2021).

Em 2019, também foi criado um grupo de profissionais do setor naval denominado Projeto Emerge, que tem como proposta central a revitalização do setor após a recessão promovida pela Lava Jato. A ideia é “virar a página da Lava Jato” e apresentar ao governo federal ideias para a retomada de projetos e obras em estaleiros e de pedidos da Petrobras para o setor de petróleo e gás. O grupo destaca que muitos estaleiros com capacidade operacional já instalada estão parados e abandonados e que muitas obras que poderiam ser realizadas no Brasil estão sendo realizadas em Singapura e na Coreia. O grupo declara estar pronto para “diálogo e convencimento da classe política” e ressalta que essa imagem de corrupção do setor prejudicou a credibilidade do setor nacional (MARINHO, 2021b).

Para o grupo, muitos contratos entre a Petrobras e muitas empreiteiras nacionais foram interrompidos por conta das investigações da Lava Jato, e a indústria naval, ao lado do setor de petróleo e gás e da construção civil, foi um dos setores mais afetados, uma vez que estaleiros deixaram de ser utilizados para manutenção de navios e plataformas e para atividades logísticas referentes à extração e refino de petróleo. O grupo também ressalta que o país deixou de receber R\$ 172 bilhões em investimentos e deixou de arrecadar R\$ 47,4 bilhões em impostos e R\$ 20,3 bilhões sobre a folha salarial. Nesse contexto, o grupo defende uma mudança da política industrial do governo federal de modo a estimular o setor e suas demandas em outros setores. A reativação dos estaleiros parados no Rio de Janeiro, por sua vez, poderia gerar 30 mil vagas diretas de emprego e 100 mil indiretas e servir de exemplo para outros estaleiros no Brasil (MARINHO, 2021b).

O Projeto Emerge ainda conta com o apoio da Associação Brasileira de Engenharia de Construção Naval Onshore e Offshore (Abecom). Para Maurício Almeida, fundador do projeto, a questão não é ser contra a Lava Jato, mas contra o fato de 100% das obras do setor terem sido

transferidas para estaleiros na Ásia. Almeida ainda lembra que as empresas internacionais não costumam fechar nem suspender suas atividades quando executivos são acusados de corrupção. Por fim, destaca que, ao combater a corrupção, a Lava Jato repetiu a fórmula de efeitos desastrosos, paralisando diversas obras no Brasil e manchando a imagem do setor no exterior (MARINHO, 2021b).

CONCLUSÃO

As disputas por recursos naturais sempre acompanharam o desenvolvimento das sociedades, no entanto, com o desenvolvimento do estado moderno, essas disputas passaram a ficar mais acirradas e mais técnicas, envolvendo também atores políticos, econômicos, jurídicos e sociais, que desempenham diferentes estratégias e ações. No século XXI, percebe-se um desenvolvimento ainda maior de métodos híbridos, que passaram a ser estudados com maior rigor, inclusive por instituições militares e de segurança das potências internacionais.

O *framework* desenvolvido nesta pesquisa permite uma compreensão melhor sobre a situação do Brasil diante de uma geopolítica que se mostra cada vez mais conflituosa, complexa e intensa em relação à busca e ao controle de recursos naturais e ativos energéticos. Essa também é uma geopolítica mais difusa, descentralizada, indireta e não estatal no que diz respeito aos métodos, conflitos, atores, estratégias, práticas, ações, reações, eventos, características, ideologias e ameaças à soberania e ao desenvolvimento nacional de países detentores e produtores de recursos naturais estratégicos, em especial de petróleo.

O setor de petróleo no Brasil, por sua vez, foi e continua sendo palco de diversas disputas e conflitos entre diferentes atores nacionais e internacionais pelo seu controle. Ao longo do século XX, foram constantes as tensões entre governos e diferentes setores sociais no Brasil no que diz respeito às políticas econômica e externa e às decisões relacionadas a processos de desenvolvimento, estatização, nacionalização e abertura econômica do setor de petróleo, havendo um embate entre modelos liberais e nacionais desenvolvimentistas, com a abertura do setor diante de algumas manifestações políticas e sociais.

No início do século XXI, no qual se destaca a descoberta do Pré-Sal e um processo de maior internacionalização da Petrobras, observou-se, no Brasil, uma tentativa de retomada de um modelo nacional-desenvolvimentista no setor de petróleo. No entanto, a partir de 2009, nota-se se um período de instabilidades políticas e pressões geopolíticas que levaram a uma mudança radical do setor, despertando ainda mais instabilidades, disputas e crises, seguidas de abertura econômica, privatizações e desinvestimentos acelerados no setor de petróleo e de novos alinhamentos externos.

No que diz respeito aos atores internacionais, tem-se a histórica presença militar dos EUA e de suas empresas multinacionais pressionando governos por maior abertura econômica e alinhamento político. Também é possível identificar a participação de instituições políticas, jurídicas e de segurança nacional dos EUA no setor de petróleo brasileiro, sobretudo por meio

de espionagem comercial, *lobby*, cooperação extraoficial e diplomacia secreta. Além disso, observa-se a crescente projeção e presença da China, da Rússia e de outros países sobre o Pré-Sal, com participação expressiva nos leilões realizados.

Pode ser difícil afirmar que a “guerra híbrida por recursos” é um fenômeno recorrente no Brasil a partir do que foi pesquisado. No entanto, é ainda mais difícil negar os fatos e as evidências e tratar tudo no campo da coincidência ou do liberalismo. Desde sua formação como sociedade e estado, o Brasil sofre pressões externas e domésticas por diversos recursos, sendo o petróleo um caso mais latente devido à ascensão econômica da Petrobras no século XXI e à descoberta do Pré-Sal. Do mesmo modo, outros recursos sofrem pressões iguais e até maiores sem, no entanto, despertar um grande debate nacional. A partir do que foi apresentado nesta pesquisa, evidencia-se que além das constantes pressões externas na área econômica, promovidas, sobretudo, pelos EUA e, em menor medida, pela Rússia e pela China, o Brasil ainda sofre pressões domésticas de grupos políticos, econômicos, jurídico ou sociais alinhados aos interesses externos, como os casos da Lava Jato, da diplomacia, da narrativa dos meios de comunicação, dentre outros. Por outro lado, movimentos sindicais, acadêmicos, jornalísticos e sociais compõem o campo de resistências contra pressões externas imperialistas ou neoliberais.

O Brasil é um país único no que diz respeito aos recursos naturais e energéticos, porém ainda instável institucionalmente para proteger seus recursos e ativos da cobiça externa ou para utilizá-los para o seu próprio desenvolvimento. A rápida venda de ativos por parte dos governos a partir de 2016, com pouca resistência por parte das outras instituições políticas, demonstra essa fraqueza.

Os meios de comunicação também exercem um papel fundamental contra os interesses nacionais, glorificando a luta contra a corrupção como algo moralmente superior, mas sem discutir as consequências econômicas e estratégicas desse combate. Quase nunca o tema é abordado sob um viés crítico e geopolítico. A resistência quase sempre vem de meios de comunicação independentes e majoritariamente de esquerda, que levantam questões relacionadas à soberania e ao desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, considerando todos os elementos apresentados, pode-se afirmar que a realidade do setor de petróleo brasileiro representa uma parte de um todo que pode ser chamado de uma “geopolítica de guerras por recursos”, na qual as potências internacionais pressionam países em desenvolvimento e os atores domésticos disputam instituições de poder e ativos econômicos relacionados aos recursos naturais. No entanto, nesse contexto geopolítico, o Brasil está entregando o controle sobre seus recursos (sobretudo em relação a Petrobras) a atores externos de forma acelerada e passiva, caracterizando o que podemos chamar também de

“nacional entreguismo”, em oposição ao crescente papel do estado exercido pelas potências internacionais, o que também poderia ser considerado uma categoria dentro das “guerras híbridas por recursos”.

Por outro lado, ressalta-se ainda que os fenômenos das “guerras híbridas por recursos” no Brasil são complexos e manifestam-se por diversos meios, sendo ainda necessário aprofundar agendas de pesquisa e desenvolver novos estudos e metodologias para observar, identificar e medir de maneira mais precisa e eficiente os fenômenos que pretendem acessar e controlar os recursos alheios, de forma mais natural possível, por meio de ideologias, relações econômicas, campanhas informacionais e instrumentos jurídicos. Além disso, não se pode esquecer que o Brasil é um dos maiores detentores de recursos naturais do mundo e um país em desenvolvimento com fragilidades políticas, econômicas e sociais, o que o torna um interessante “alvo” nessa geopolítica, demandando maior atenção, reflexão e entendimento sobre a relação entre recursos naturais, poder, soberania e desenvolvimento.

Por fim, vale lembrar que as forças políticas brasileiras irão se enfrentar novamente nas eleições em 2022 e muito está em jogo, sobretudo em relação à Petrobras, ao Pré-Sal e aos demais ativos e recursos energéticos brasileiros. Nesse sentido, qualquer projeto político e econômico que não leve em consideração o contexto geopolítico de “guerras híbridas por recursos” está fadado à subserviência, ao subdesenvolvimento, à dependência e ao retrocesso.

REFERÊNCIAS

- A FALÁCIA da privatização para redução da dívida da Petrobrás. *AEPET*, 28 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2953-falacia-da-privatizacao-para-reducao-da-divida>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- A GEOPOLÍTICA do capital: Pré-Sal na mira dos EUA - Ep. 3. Canal TV GNN no YouTube, 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MWUOiDNrtw>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- AÇÕES da Petrobras disparam e estatal ganha R\$ 16 bi de valor com discurso conciliatório do novo CEO. *Info Money*, 19 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-da-petrobras-aceleram-e-sobem-ate-5-com-discurso-do-novo-presidente-da-estatal/>>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- ALVARENGA, Alexandre Andrade.; DANTAS, Alexis. O Brasil no contexto das guerras por recursos: o caso do petróleo. *Revista del CESLA - International Latin American Studies Review*, n. 26, p. 377-392, 2020. Disponível em: <<https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/654>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ALVARENGA, Alexandre Andrade. Guerras por recursos: o petróleo no Brasil. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/47369/33393>>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- ALVES, Hellen. Mourão defende simulação de guerra contra Venezuela: ‘Se não treina, perde o jogo’. *DCM*, 14 out. 2020. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/mourao-defende-simulacao-de-guerra-contra-venezuela-se-nao-treina-perde-o-jogo/>>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- AMARAL, Luciana. Bolsonaro ataca Biden, cita cobiça sobre Amazônia e diz não aceitar suborno. *UOL*, 30 set. 2020. Meio Ambiente. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/09/30/bolsonaro-ataca-biden-cita-cobica-sobre-amazonia-e-diz-nao-aceitar-suborno.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- AMORIM: “Participação no Brics e Pré-Sal trouxeram a guerra híbrida para o Brasil”. *AEPET*, 07 mai. 2021. Disponível em: <<http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/6203-amorim-participacao-no-brics-e-pre-sal-trouxeram-a-guerra-hibrida-para-o-brasil>>. Acesso em: 13 mai. 2021.
- ANGELO, Tiago. Confirma novos diálogos entre procuradores do Paraná e Moro. *Consultor Jurídico (ConJur)*, 01 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-fev-01/confirma-novos-dialogos-entre-procuradores-parana-sergio-moro>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ANP. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ministério de Minas e Energia. *Resultado das 3ª rodada de partilha da produção do Pré-Sal*. 2017a. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao/3-rodada-de-partilha-de-producao-presal/resultados>>. Acesso em: 14 out. 2019.

ANP. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ministério de Minas e Energia. *Resultado das 2ª rodada de partilha da produção do Pré-Sal*. 2017b. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao/2-rodada-de-partilha-de-producao-presal/resultados>>. Acesso em: 14 out. 2019.

ANP. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ministério de Minas e Energia. *As rodadas de licitações*. 2018a. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/entenda-asrodadas/as-rodadas-de-licitacoes>>. Acesso em: 14 out. 2019.

ANP. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ministério de Minas e Energia. *Os regimes de concessão e partilha*. 2018b. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/entenda-as-rodadas/os-regimes-de-concessao-e-de-partilha>>. Acesso em: 14 out. 2019.

AULER, Marcelo. A greve e o silêncio ensurdecido da mídia. *Outras Mídias*, 17 fev. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-greve-e-o-silencio-ensurdecido-da-midia/>>. Acesso em 15 dez. 2021.

BALBINO FIGUEIRA, Flávio Zylberberg. A Presença Militar Atual dos EUA na América do Sul e no Atlântico Sul e seus reflexos para o Brasil. 2018. 96f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3740/1/MO%205913%20-%20BALBINO.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

BOLSONARO É INCLUÍDO no inquérito das fake news: os principais pontos da decisão de Moraes. *G1*, São Paulo, 04 ago. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/04/bolsonaro-e-incluido-no-inquerito-das-fake-news-os-principais-pontos-da-decisao-de-moraes.ghtml>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BOLSONARO SANCIONA proposta da Câmara para novo marco legal do gás natural. *Agência Câmara de Notícias*, 09 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/744585-bolsonaro-sanciona-proposta-da-camara-para-novo-marco-legal-do-gas-natural/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BOLSONARO VOLTA a insinuar que a China teria criado o coronavírus propositalmente. *G1*, 05 mai. 2021. *Jornal Nacional*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/05/bolsonaro-volta-a-insinuar-que-a-china-teria-criado-o-coronavirus-propositalmente.ghtml>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BOMTEMPO, Claudia. Governo informa à Embaixada da Venezuela que diplomatas do país têm até dia 2 para deixar o Brasil. *G1*, 29 abr. 2020. *Política*. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/29/governo-informa-a-embaixada-da-venezuela-que-diplomatas-tem-ate-2-de-maio-para-deixar-o-brasil.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BORGES, André. Usina térmica de R\$570 milhões da Petrobras na Bahia vira ‘elefante branco’. *O Estado de S. Paulo*, 01 mar. 2021. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,usina-termica-de-r-570-milhoes-da-petrobras-na-bahia-vira-elefante-branco,70003628664>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL e EUA assinam acordo de facilitação do comércio e contra a corrupção. *UOL*, 19 out. 2020. Economia. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/10/19/brasil-e-eua-assinam-acordo-de-facilitacao-do-comercio-e-contra-a-corrupcao.htm?>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BROWN, Warwick Michael. *The Royal Navy's fuel supplies, 1898-1939: the transition from coal to oil*. London: University of London, 2003. 328 p.

BULLARD, Sir Reader. Persia in the two World Wars. *Journal of the Royal Central Asian Society*, London, v. 50, n.1, p. 6-20, 1963.

CARVALHO, Luiz. Assembleia constituirá Associação dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras. *Sindipetro SP*, 10 jun. 2020. Disponível em: <<https://sindipetrosp.org.br/assembleia-constituira-associacao-dos-petroleiros-acionistas-minoritarios-da-petrobras/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

CASTO, William R. Advising Presidents: Robert Jackson and the Destroyers-For-Bases Deal. *American Journal of Legal History*, v. 52, n. 1, p. 1-135, 2012. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41345493?seq=1>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CAVALLI, Guilherme. Fundo Norueguês retira investimentos de empresas de mineração e energia que violam direitos humanos. *Sul 21*, 19 mai. 2020. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2020/05/fundo-noruegues-retira-investimentos-de-empresas-de-mineracao-e-energia-que-violam-direitos-humanos/>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CHADE, Jamil. Relatoria da ONU: Mariana e Brumadinho revelam "farsa da justiça". *UOL Notícias*, 17 set. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/09/17/relatoria-da-onu-mariana-e-brumadinho-revelam-farsa-da-justica.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

CHEN, Zhiting. *Governing Through the Market: SASAC and the Resurgence of Central State-owned Enterprises in China*. 2017. 402 f. Thesis (Degree of Doctor of Philosophy) - Department of Political Science and International Studies School of Government and Society College of Social Sciences, University of Birmingham. Birmingham, 2017.

CHEVRON conclui compra da refinaria de Pasadena da Petrobras. *GI*, 01 mai. 2019. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/01/chevron-conclui-compra-de-refinaria-de-pasadena-da-petrobras.ghtml>>. Acesso em: 22 out. 2019.

CHINA concede crédito de US\$ 5 bilhões à Venezuela. *Sputnik Brasil*, 04 jul. 2018. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/americas/2018070411629928-china-5-bilhoes-credito-venezuela-petroleo/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

COLLETA, Ricardo Della. Em um ano, Ernesto promove guinada ideológica inédita no Itamaraty. *Folha de S. Paulo*, 15 dez. 2019. Diplomacia Brasileira. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/em-um-ano-ernesto-promove-guinada-ideologica-inedita-no-itamaraty.shtml>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

COM PARALISAÇÃO de poços, produção de petróleo no CE desaba 85%. FCDL CE. 01 fev. 2021. Disponível em: <<https://fcdlce.org.br/com-paralisacao-de-pocos-producao-de-petroleo-no-ce-desaba-85/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

COMO A ANTICORRUPÇÃO virou bandeira política dos EUA - Ep. 1. Canal TV GNN no YouTube, 15 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X7rzUEjKVos>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CORREA, Marcello; ORDOÑEZ, Ramona. Confira quem levou cada bloco da 4ª rodada do leilão do Pré-Sal. *O Globo*, 07 jun. 2018. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/confira-quem-levou-cada-bloco-da-4-rodada-do-leilao-do-pre-sal-22754595>>. Acesso em: 20 out. 2019.

COUTINHO, Felipe. *O histórico cerco a Petrobrás e a corrupção*. nov. 2014. Disponível em: <https://felipecouthino21.files.wordpress.com/2015/01/o-histc3b3rico-cerco-a-petrobras-e-a-corrupc3a7c3a3o_por-felipe-em-nov2014.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

COUTINHO, Felipe. Eventos históricos da disputa pelo Pré-Sal e a renda petroleira. Clube de Engenharia, 22 abr. 2018. Disponível em: <<https://portalclubedeengenharia.org.br/2018/04/22/eventos-historicos-da-disputa-pelo-pre-sal-e-a-renda-petroleira-por-felipe-couthino/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

COUTINHO, Felipe. Enquanto a Petrobras perde mercado, Brasil importa mais combustível dos EUA. *Brasil de Fato*, 16 dez. 2019. Opinião. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/12/16/video-or-enquanto-a-petrobras-perde-mercado-brasil-importa-mais-combustivel-dos-eua/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COVID-19: Ernesto Araujo denuncia 'comunavírus' e ataca OMS. *O Globo*, 22 abr. 2020. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/covid-19-ernesto-araujo-denuncia-comunavirus-ataca-oms-24387155>>. Acesso em: 21 set. 2020.

CRISE mundial do petróleo revela importância de manter Petrobrás integrada. *FUP*, 13 mar. 2020. Disponível em: <<https://fup.org.br/crise-mundial-do-petroleo-revela-importancia-de-manter-petrobras-integrada/>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CUT. Central única dos Trabalhadores; DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Implicações econômicas inter-setoriais da operação Lava Jato*. 16

mar. 2021. Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

DANIELLE, Beatriz. Associação dos Engenheiros desmonta ponto por ponto as mentiras que o presidente da Petrobras contou no Senado. *DCM*, 29 nov. 2019. Disponível em:

<<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-associacao-dos-engenheiros-desmonta-ponto-por-ponto-as-mentiras-que-o-presidente-da-petrobras-contou-no-senado/>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *A greve dos petroleiros em 2020: mais um relato de luta dos trabalhadores*. 09 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2020/especialbalancoGreves2020.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

EDUARDO Bolsonaro se declarou líder latino do movimento conservador comandado por Bannon. *GI*, 20 ago. 2020. Mundo. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/20/bannon-ex-estrategista-de-trump-que-foi-presno-mantinha-contato-com-os-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

EM QUATRO anos, Lava-Jato já alcançou 14 partidos. *O Globo*, 08 abr. 2018. Política.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/em-quatro-anos-lava-jato-ja-alcancou-14-partidos-22569538>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ENEVA vence 3R Petroleum na disputa pelo Polo Urucu da Petrobras. *EPBR*, 01 fev. 2021.

Fusões e Aquisições Disponível em: <<https://epbr.com.br/eneva-vence-3r-petroleum-na-disputa-pelo-polo-urucu-da-petrobras/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ENGDAHL, Frederick William. *Oil and the Origins of the Great War*. *History Compass*, v. 5, issue 6, 2041-2060, 2007. Disponível em:

<<https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1478-0542.2007.00481.x>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

ENGDAHL, Frederick William. *Full Spectrum Domination - Totalitarian Democracy In The New World Order*. [s.l.]: Edition.Engdahl; Wiesbaden, 2009. Disponível em:

<<https://archive.org/details/engdahl/engdahl-full-spectrum-dominance/page/n3/mode/2up>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

ESCOBAR, Herton. “Um dos países mais antiambientais do mundo”. *Jornal da USP*, 23 abr.

2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/um-dos-paises-mais-antiambientais-do-mundo/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

ESPINOZA, Martin Leon. Lava-Jato faz chegar a 14 o número de ex-presidentes latino-americanos investigados. *O Globo*, 30 abr. 2017. Política. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-faz-chegar-14-numero-de-ex-presidentes-latino-americanos-investigados-21277828>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ESPOSITO, Mauricio Pontes. Operação lava jato e mídia: Uma reflexão sobre a imagem da justiça. VI In: COMCULT. Congresso Internacional de Comunicação e Cultura, 6, 2018, São Paulo. *Anais...* São Paulo: COMCULT, 2018. Disponível em:

<http://www.comcult.cisc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/GT5_Mauricio-Pontes-Esposito-PUCSP.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

ESTATAIS que Bolsonaro quer privatizar batem recorde de lucro líquido de R\$ 52 bi. Partido dos Trabalhadores, 14 nov. 2019. Política. Disponível em: <<https://pt.org.br/estatais-que-bolsonaro-quer-privatizar-batem-recorde-de-lucro-liquido-de-r-52-bi>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

ESTRADA, Gaspard. Operação Operation car wash was no magic bullet. *The New York Times*, 26 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2021/02/26/opinion/international-world/car-wash-operation-brazil-bolsonaro.html>>. Acesso em: 14 set. 2021.

ESTRADA, Gaspar; BOURCIER, Nicolas. “Lava Jato”, a armadilha brasileira. *Le Monde*, 11 abr. 2021. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/11/lava-jato-the-brazilian-trap_6076361_3210.html>. Acesso em: 14 set. 2021.

EVO MORALES: Papel do Brasil em golpe na Bolívia será conhecido em breve. Carta Capital, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/evo-morales-papel-do-brasil-em-golpe-na-bolivia-sera-conhecido-em-breve/>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

EXPORTADORA da Rússia diz que planeja abrir fábrica de fuzis Kalashnikov na Venezuela. G1, 21 ago. 2018. Mundo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/21/exportadora-da-russia-diz-que-planeja-abrir-fabrica-de-fuzis-kalashnikov-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. Fachin anula condenações de Lula relacionadas à Lava Jato; ex-presidente volta a ser elegível. *G1*, 08 mar. 2021. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/08/fachin-anula-condenacoes-de-lula-relacionadas-a-operacao-lava-jato.ghtml?>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

FARIZA, Ignacio. ‘Doutrina Guedes’ coloca o Brasil à venda. *El País*, 05 jan. 2020. Economia. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-01-05/doutrina-guedes-coloca-o-brasil-a-venda.html>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

“FAZ TEMPO que não tenho vergonha na cara”, disse Dallagnol sobre cooperação informal. *ConJur* (Consultor Jurídico), 22 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-fev-22/faz-tempo-nao-tenho-vergonha-cara-disse-deltan-monaco>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FEGHALI, Jandira. A Petrobras é do povo brasileiro e deve ser protegida das violações deste governo. Canal Jandira Feghali no YouTube, 06 out. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rbywXAW6qKs>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

FELLET, João. Apoio de China e Rússia à Venezuela garante sobrevivência de Maduro, diz Ricupero. *BBC BRASIL*, 22 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/44205521>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

FELLET, João. As polêmicas sobre o acordo entre Brasil e EUA para uso do centro espacial de Alcântara. *BBC*, 20 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47632237>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

FERNANDEZ, Colin. UK will need to use 'all of its diplomatic capacity' to stop countries cutting down rainforests and drilling for oil, William Hague says. *Daily Mail*, 26 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/news/article-9510817/British-forces-sent-stop-countries-cutting-rainforests-William-Hague-says.html>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

FERNÁNDEZ, Raúl Capote. Bases militares dos EUA na América Latina e no Caribe. O plano da América do Sul. *Granma*. 16 ago. 2018. Disponível em: <<https://pt.granma.cu/mundo/2018-08-16/bases-militares-dos-eua-na-america-latina-e-no-caribe-o-plano-da-america-do-sul>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

FIORI, José Luís; NOZAKI, William. Petróleo, guerra e corrupção: para entender Curitiba. *Carta Maior*, 27 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Soberania-Nacional/Petroleo-guerra-e-corrupcao-para-entender-Curitiba/46/45082>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

FISHMAN, Andrew; VIANA, Natalia; SALEH, Maryam. Como a ‘EUA estão com faca e queijo na mão’. *Pública*, 12 mar. 2020. Agência Pública/The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/03/como-a-lava-jato-escondeu-do-governo-federal-visita-do-fbi-e-procuradores-americanos/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

FRAGÃO, Luisa. Além de eleitoreiro, discurso de Trump na ONU incita “guerra fria”, diz Celso Amorim. *Revista Forum*, 23 set. 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/alem-de-eleitoreiro-discurso-de-trump-na-onu-incita-guerra-fria-diz-celso-amorim/>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

GANEM, Salah Elgabu. *El petróleo em La construcción de La identidad líbia*. Tres décadas de transformación sociales em Líbia. Tesis (Doctorado) – Programa de Doctorado Estudios Linguísticos, Literarios y Culturales, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2018. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/129980/1/SEG_TESIS.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

GAO. United States Government Accountability Office. *Plan Colombia*. Drug Reduction Goals Were Not Fully Met, but Security Has Improved; U.S. Agencies Need More Detailed Plans for Reducing Assistance. October 2008. Disponível em: <<https://www.gao.gov/assets/gao-09-71.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

GAUDARTE, Gustavo. Covid-19 afeta curto prazo da Petrobras, mas plano para 2025 está alinhado com mercado. *EPBR*, 27 nov. 2020. Disponível em: <<https://epbr.com.br/covid-19-afeta-curto-prazo-da-petrobras-mas-plano-para-2025-esta-alinhado-com-mercado/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GESTÃO Castello Branco vende três plataformas pelo preço de três apartamentos. *Federação Única dos Petroleiros (FUP)*, 03 ago. 2020. Disponível em: <<https://fup.org.br/gestao-castello-branco-vende-tres-plataformas-pelo-preco-de-tres-apartamentos/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Estudo de caso*. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLPE quebrou 40% das para-petroleiras nacionais e aumentou em 72% contratos da Halliburton com a Petrobras. *Revista Forum*, 23 jan. 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/golpe-quebrou-40-das-para-petroleiras-nacionais-e-aumentou-em-72-contratos-da-halliburton-com-a-petrobras/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

GOMES, Pedro Henrique. Bolsonaro diz que ataque dos EUA no Iraque 'vai impactar' preço dos combustíveis no Brasil. *GI*, 03 jan. 2020. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/03/bolsonaro-diz-que-ataque-dos-eua-no-iraque-vai-impactar-preco-dos-combustiveis-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

GOMES, Wagner; DECLOEDT, Cynthia. Fundo soberano Mubadala conversa com Odebrecht sobre fatia da Braskem. *Estadão*, 18 abr. 2021. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/fundo-soberano-mubadala-conversa-com-odebrecht-sobre-fatia-na-braskem/>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Petrobras obtém o maior lucro de sua história graças à venda de ativos. *El País*, 19 fev. 2020. Economia. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-02-20/petrobras-obtem-o-maior-lucro-de-sua-historia-gracas-a-venda-de-ativo>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

GOVERNO arrecada 682 bilhões de reais em leilão do Pré-Sal. DW, 28 set. 2018. Economia. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/governo-arrecada-682-bilh%C3%B5es-de-reais-em-leil%C3%A3o-do-pr%C3%A9-sal/a-45678780>>. Acesso em: 20 out. 2019.

GREENWALD, G. Bolívia devolve poder a partido de Evo Morales, um ano após golpe aplaudido pelos EUA. *The Intercept*, 19 out. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/10/19/bolivia-partido-evo-morales-golpe-eua/>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

GUIMARÃES, Fernanda; GOMES, Wagner. Em 6 meses, governo terá vendido 13% de sua fatia na Petrobras. *UOL*, 23 jan. 2020. Economia. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/01/23/em-6-meses-governo-tera-vendido-13-de-sua-fatia-na-petrobras.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

HADDAD, Naief. Folha cobriu Lava Jato com olhar crítico ao longo de 7 anos da operação. *Folha de S. Paulo*, 28 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-cobriu-lava-jato-com-olhar-critico-ao-longo-de-7-anos-da-operacao.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha>. Acesso em: 24 maio 2021.

HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IEA. International Energy Agency. *IEA Atlas of Energy*. CO2 Emissions from Fuel Combustion. 2019. Disponível em: <<http://energyatlas.iea.org>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

JESUS JUNIOR, Leonardo Bispo de; SARTI, Fernando; FERREIRA JUNIOR, Hamilton de Moura. Petrobras, política de conteúdo local e maximização de valor para o acionista: uma sugestão de interpretação. *Econ. Soc., Campinas*, v. 26, n. 2, p. 369-400, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182017000200369&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2021.

KLARE, Michael. *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*. New York: Metropolitan Books/Henry Holt & Co., 2001.

KLARE, Michael. *Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Dependency on Imported Petroleum*. New York: Henry Holt & Co., 2005.

KLARE, Michael. *Rising powers, shrinking planet: How scarce energy is creating a new world order*. Oneworld: Oxford, 2008.

KORYBKO, Andrew. *Híbrid Wars*. The indirect approach to regime change. Moscow: Peoples' Friendship University of Russia. 2015.

LACERDA, Daniel da Silva. O petróleo brasileiro e a geopolítica internacional. Uma linha do tempo. *Jornal GGN*, 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/artigos/o-petroleo-brasileiro-e-a-geopolitica-internacional-uma-linha-do-tempo-por-daniel-da-silva-lacerda/>>. Acesso em: 24 out. 2019.

LAGO, André Aranha Corrêa do. *Conferências de desenvolvimento sustentável*. Brasília: FUNAG, 2013. 202 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1047-conferencias-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

LAVA JATO e a indústria do compliance – Ep. 5. Canal TV GGN no YouTube. 12 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dd995ei6wkA>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

LE BILLION, Philippe. *The geopolitics of resources wars*. New York: Frank Cass, 2005a.

LE BILLION, Philippe. *The geopolitical economy of resource wars*. 2005b. Disponível em: <<http://is.cuni.cz/studium/predmety/index.php?do=download&did=41466&kod=JMB119>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

LENIN, V. I. *Imperialism: the highest stage of capitalism*. Sydney: Resistance Books, 1999.

LEÓN, Lucas Pordeus. Câmara aprova novo marco regulatório do setor de gás. *Radio Agência Nacional*, 17 mar. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2021-03/camara-aprova-novo-marco-regulatorio-do-setor-de-gas>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

LIDDEL HART, B. H. *Strategy: The Indirect Approach*. Westport (CT): Praeger, 1954. 420 p.

LIDDEL HART, B. H. *The Revolution of Warfare*. London: Faber and Faber, 1956.

LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo e ferro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

LOBREGATTE, Priscila. Jandira Feghali defende Petrobras dos ataques do governo Bolsonaro. *Vermelho*, 07 out. 2020. Política. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2020/10/07/jandira-feghali-defende-petrobras-dos-ataques-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

LUPION, Bruno. “Lava Jato serviu como plataforma para a extrema direita”. *DW*, 15 out. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/lava-jato-serviu-como-plataforma-para-a-extrema-direita/a-55282915>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MACHADO, Nayara. Colaboração britânica com o Brasil envolve gás natural e eólicas offshore. *EPBR*, 08 fev. 2021. Disponível em: <<https://epbr.com.br/colaboracao-britanica-com-brasil-envolve-gas-natural-e-eolicas-offshore/>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MAISONNAVE, F. Tensão entre vizinhos: Presidente boliviano assina decreto que aumenta impostos e assume o controle de 2 refinarias da estatal brasileira. *Folha de São Paulo*, 02 maio 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0205200602.htm>>. Acesso: 30 dez. 2021.

MARINHO, Flavia. Petrobras anuncia nesta manhã a venda de 3 mil poços de petróleo, 17 estações de tratamento de óleo, estação de gás, Terminal Aquaviário, gasodutos e oleodutos em Sergipe. *Click Petróleo e Gás* (CPG), 23 out. 2020. Disponível em: <<https://clickpetroleogas.com.br/petrobras-anuncia-nesta-manha-a-venda-de-3-mil-pocos-de-petroleo-17-estacoes-de-tratamento-de-oleo-estacao-de-gas-terminal-aquaviario-gasodutos-e-oleodutos-em-sergipe/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MARINHO, Flavia. Petrobras informou nesta manhã (19/03) a venda de 28 campos de petróleo onshore, localizados no estado da Bahia. *Click Petróleo e Gás* (CPG), 19 mar. 2021a. Disponível em: <<https://clickpetroleogas.com.br/petrobras-informou-nesta-manha-19-03-a-venda-de-28-campos-de-petroleo-onshore-localizados-no-estado-da-bahia/>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MARINHO, Flavia. Indústria da construção naval tentará diálogo com o Governo Federal para retomar contratos Petrobras e voltar a gerar empregos. *Click Petróleo e Gás*, 11 mai. 2021b. Disponível em: <<https://clickpetroleogas.com.br/industria-da-construcao-naval-tentara-dialogo-com-o-governo-federal-retomar-contratos-petrobras-e-voltar-a-gerar-empregos/>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MARTINS, Luísa. Petrobras pede tratamento análogo à embaixada. Empresa resiste a tornar públicos acordos celebrados no exterior. *Valor Econômico*, 26 out. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/10/26/petrobras-pede-tratamento-analogo-a-embaixada.ghtml>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MASSIE, Robert; K. Dreadnought. *Britain, Germany and the coming of the great war*. New York: Ballantine Books, 1991. 1007p.

MAZUI, Guilherme; BARBIÉRI, Luiz Felipe. Governo promulga acordo com EUA para Base de Alcântara; ministro prevê testes em 2021. *GI*, 05 fev. 2020. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/05/governo-promulga-acordo-com-eua-para-base-de-alcantara-ministro-preve-testes-em-2021.ghtml>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

MAZUI, Guilherme; KRÜGER, Ana. Brasil e Estados Unidos assinam acordo de cooperação militar. *G1*, 08 mar. 2020. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/08/brasil-e-estados-unidos-assinam-acordo-de-cooperacao-militar.ghtml>>. Acesso em 01 jan. 2021.

MDR apresenta a empresários dos EUA oportunidades de investimentos em desenvolvimento regional. *Gov.br*, 26 jan. 2021. Ministério do Desenvolvimento Regional Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/mdr-apresenta-a-empresarios-dos-eua-oportunidades-de-investimentos-em-desenvolvimento-regional?>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

MEDEIROS, Valdemar. Após venda de campos de Petróleo – Petrobras começa a dar adeus à Bahia, onde o petróleo ainda era dos brasileiros, segundo especialista. *Click Petróleo e Gás* (CPG), 2021. Disponível em: <<https://clickpetroleoegas.com.br/petrobras-comeca-a-dar-adeus-a-bahia-onde-o-petroleo-ainda-era-dos-brasileiros/?amp>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MIAZZO, Leonardo. Lava Jato: novos diálogos reforçam arranjos entre Dallagnol e Moro. *Carta Capital*, 01 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/lava-jato-novos-dialogos-reforcam-arranjos-entre-dallagnol-e-moro/>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MORAIS, José Mauro de. Por que a Petrobras vende suas empresas e campos de petróleo? *EPBR*, 09 out. 2020. Disponível em: <<https://epbr.com.br/por-que-a-petrobras-vende-suas-empresas-e-campos-de-petroleo-por-jose-mauro-de-morais/>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MORO foi influenciado pelos EUA na operação Lava Jato, aponta Le Monde. *Carta Capital*, 12 abr. 2021. Justiça. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/moro-foi-influenciado-pelos-eua-na-operacao-lava-jato-aponta-le-monde/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MOURÃO diz que estatais são fruto de mentalidade ultrapassada. *R7*, 25 fev. 2021. Brasil. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/mourao-diz-que-estatais-sao-fruto-de-mentalidade-ultrapassada-25022021?am>>. Acesso em: 13 set. 2021.

MOUTINHO, Laura. Petrobras (PETR4) vende ativos no Uruguai por US\$ 61,7. *Suno Notícias*, 02 out. 2020. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/noticias/petrobras-petr4-ativos-uruguai/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

NARCIZO, Bruna. Lava Jato sabia desde 2016 de acusação que levou ex-Braskem à prisão nos EUA. *Folha de S. Paulo*, 25 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/lava-jato-sabia-desde-2016-de-acusacao-que-levou-ex-braskem-a-prisao-nos-eua.shtml>>. Acesso em: 34 out. 2020.

NASSIF, Luis. Pasadena: de “elefante branco” a ativo estratégico. *Outras Mídias*, 22 out. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/refinaria-de-pasadena-de-elefante-branco-a-ativo-estrategico>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

NEVES, Rafael; VIANA, Natalia. Lava Jato: com Dallagnol, FBI teve acesso total às investigações sobre a Odebrecht. *Brasil de Fato*, 01 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/01/lava-jato-com-dallagnol-fbi-teve-acesso-total-as-investigacoes-sobre-a-odebrecht>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

NOGUEIRA, Davi. Ex-procurador da Lava Jato diz que votou em Bolsonaro. *DCM*, 26 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/ex-procurador-da-lava-jato-diz-que-votou-em-bolsonaro/>>. Acesso em: 21 set. 2020.

O PETRÓLEO brasileiro e a presença militar estrangeira na região sul-atlântica. *INEEP* (site), 28 ago. 2019. Disponível em: <<https://ineep.org.br/o-petroleo-brasileiro-e-a-presenca-militar-estrangeira-na-regiao-sul-atlantica327564/>>. Acesso em 03 jan. 2022.

“O PREÇO da gasolina não pode ser tratado como preço de um cachorro-quente ou de banana”, diz Gabrielli. *Brasil 247*, 5 mar. 2021. Economia. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/economia/o-preco-da-gasolina-nao-pode-ser-tratado-como-preco-de-um-cachorro-quente-ou-de-banana-diz-gabrielli>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

OHANA, Victor. Jaques Wagner move ação contra venda de refinaria por metade do preço. *Carta Capital*, 22 fev. 2021. Justiça. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/jaques-wagner-move-acao-contra-venda-de-refinaria-por-metade-do-preco/>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

OLIVEIRA, Cláudio; COUTINHO, Felipe. *O Mito da “Petrobras quebrada”*. mai. 2017a. Disponível em: <<https://www.aepet.org.br/uploads/paginas/uploads/File/ClaudioFelipe.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

OLIVEIRA, Cláudio; COUTINHO, Felipe. *Avaliação dos “maus investimentos” e da corrupção na formação da dívida da Petrobras*. jun. 2017b. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/uploads/paginas/uploads/File/Formacao%20da%20divida.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

OLIVEIRA, João José. Brasil tem muito antipatriota que prejudica país, diz representante chinês. *UOL*, 21 mai. 2021. Economia. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/21/brasil-amanha-ainda-pode-ser-australia-hoje-diz-camara-comercial-da-china.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

OLIVEIRA, Mariana; SALOMÃO, Lucas. Odebrecht e Braskem fecham acordo de leniência com EUA e Suíça. *G1*, 21 dez. 2016. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/odebrecht-e-braskem-fecham-acordo-com-suica.ghtml>>. Acesso em 12 dez. 21.

ORDOÑEZ, Ramona. Americana Oil Group quer investir US\$ 2 bi para construir seis refinarias no Brasil. *O Globo*, 7 ago. 2020a. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/2270-americana-oil-group-quer-investir-us-2-bi-para-construir-seis-refinarias-no-brasil-24518848>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

ORDOÑEZ, Ramona. Petrobras vai vender gasodutos marítimos do Pré-Sal. *O Globo*, 6 mar. 2020b. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-vai-vender-gasodutos-maritimos-do-pre-sal-24291724>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

ORTEGA, Pepita; ROBERTO NETTO, Paulo; MACEDO, Fausto. Consultoria americana anuncia contratação de Sérgio Moro para diretoria de ‘disputas e investigações’. *Estadão*, 29 nov. 2020. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto->

macedo/consultoria-americana-anuncia-contratacao-de-sergio-moro-para-diretoria-de-disputas-e-investigacoes/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ORTIZ NETO, José Benedito; COSTA, Armando João Dalla. A Petrobrás e a exploração de petróleo offshore no Brasil: um approach evolucionário. *Revista Brasileira de Economia*, v. 61, n. 1, p. 95-109. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbe/a/bbJ3zjwJBFyhkthrtMQrvbF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 out. 2019.

OS PROCESSOS que a Petrobras enfrentou nos EUA - Ep. 4. Canal TV GGN no YouTube. 05 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OuJRHzCWUAQ>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PAMPLONA, Nicola. Sob Bolsonaro, Petrobras acelera venda de ativos e mira acionista. *Folha de S. Paulo*, 18 out. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/sob-bolsonaro-petrobras-acelera-venda-de-ativos-e-mira-acionista.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PAUTA PELO BRASIL. *Relatório Final*. Grupo de Trabalho Pauta pelo Brasil. Rio de Janeiro, 10 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/publicacoes/outras-publicacoes/item/19257-pauta-pelo-brasil>>. Acesso em 14 mai. 2021.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 361-398, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262467232_China's_energy_security_and_USA_reactions>. Acesso em: 16 ago. 2020.

PEDROSA, Leyberson; MATSUKI, Edgard. Entenda o caso Snowden. Petrobras também é alvo de espionagem. *Portal EBC*, 28 ago. 2013. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/tecnologia/2013/08/web-vigiada-entenda-as-denuncias-de-edward-snowden>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

PETROBRAS AVANÇA em 1ª etapa de processo de venda de refinarias. *GI*, 22 nov. 2019. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/22/petrobras-avanca-em-1a-etapa-de-processo-de-venda-de-refinarias.ghtml>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PETROBRAS CONCLUI venda da refinaria de Pasadena para Chevron. *GI*, 01 mai. 2019. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/01/chevron-conclui-compra-de-refinaria-de-pasadena-da-petrobras.ghtml>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

PETROBRAS DIZ que abasteceu navios iranianos parados no PR devido às sanções dos EUA. *GI*, 19 jul. 2019. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/07/19/petrobras-diz-que-naoabasteceu-navios-iranianos-por-conta-de-sancoes-dos-eua.ghtml>>. Acesso em: 22 out. 2019.

PETROBRÁS SEGUE COMANDO de Washington e aplica sanções à Venezuela. *Brasil 247*, 13 jun. 2020. Economia. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/economia/petrobras-segue-comando-de-washington-e-aplica-sancoes-a-venezuela>>. Acesso em: 22 out. 2020.

PETROBRAS SEGUE SANÇÕES dos EUA e diz que não contratará petroleiros que estiveram na Venezuela. *Money Times*, 13 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.moneytimes.com.br/petrobras-segue-sancoes-dos-eua-e-diz-que-nao-contratara-petroleiros-que-estiveram-na-venezuela/>>. Acesso em: 22 out. 2020.

PETROBRAS VENDE seus últimos ativos na África e encerra suas atividades no continente. *Xinhua Português*, 16 jan. 2020. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2020-01/16/c_138709687.htm>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PETROLEIROS DE TODO o Brasil se mobilizam contra privatizações e em apoio à greve na Bahia. *FUP*, 18 fev. 2021. Disponível em: <<https://fup.org.br/petroleiros-de-todo-o-brasil-se-mobilizam-contratizacoes-e-em-apoio-a-greve-na-bahia/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

PETROLEIROS RESISTEM em defesa do trabalho e do desenvolvimento nacional. *CTB*, 05 fev. 2020. Disponível em: <<https://ctb.org.br/movimento-trabalhista/petroleiros-resistem-em-defesa-do-trabalho-e-do-desenvolvimento-nacional/>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

PIRES, Breiller. Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon. *El País*, 20 ago. 2020. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>>. Acesso em: 16 out. 2020.

PONTES, Nádia. Petrobras é a segunda maior do mundo em operações no oceano. *DW*, 13 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/petrobras-%C3%A9-a-segunda-maior-do-mundo-em-opera%C3%A7%C3%B5es-no-oceano/a-56212807>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

POSIÇÃO de Bolsonaro sobre crise EUA-Irã desagrada militares do governo. *Jornal do Brasil*, 4 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/pais/politica/2020/01/1021369-posicao-de-bolsonaro-sobre-crise-eua-ira-desagrada-militares-do-governo.html?>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PREMIÊ chinês diz a Maduro que a China está disposta a dar toda ajuda que puder à Venezuela. *GI*, 14 set. 2018. Mundo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/09/14/china-diz-estar-disposta-a-dar-toda-ajuda-que-puder-a-venezuela-diz-primeiro-ministro.ghtml>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

PRESIDENTE da Anapetro explica importância da Associação criada por petroleiros acionistas da Petrobras. *FUP*, 23 jun. 2020. Disponível em: <<https://fup.org.br/presidente-da-anapetro-explica-os-objetivos-da-associacao-criada-por-petroleiros-acionistas-minoritarios-da-petrobras/>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

RAMALHO, André; RUDDY, Gabriela. Petrobras perto de antecipar meta de redução da dívida. *Valor Econômico*, 17 mai. 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/05/17/petrobras-perto-de-antecipar-meta-de-reducao-da-divida.ghtml>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

RAMPTON, Roberta. Obama pledges more than \$450 million aid to help Colombia peace plan. *Reuters*, 4 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-colombia-idUSKCN0VD2XM>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

RIZÉRIO, Lara. Barrar venda da RLAM seria revés para a Petrobras e para a segurança energética do Brasil, apontam analistas da XP. *Info Money*, 05 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/barrar-venda-da-rlam-seria-reves-para-a-petrobras-e-para-a-seguranca-energetica-do-brasil-apontam-analistas-da-xp/>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

RODAS, Sérgio. Juiz Bretas fez curso nos EUA para assumir a Lava Jato no Rio. *Diário do Centro do Mundo* (DCM), 19 out. 2020. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/juiz-bretas-fez-curso-nos-eua-para-assumir-a-lava-jato-no-rio/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ROSA, Bruno. Conselho da Petrobras convoca assembleia para substituir presidente. *O Globo*, 23 fev. 2021a. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/conselho-da-petrobras-convoca-assembleia-para-substituir-presidente-confira-bastidores-da-reuniao-tensa-24895097>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

ROSA, Bruno. 'Paridade' é a ordem de Castello Branco para os últimos dias de sua gestão na Petrobras. *O Globo*, 01 mar. 2021b. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/paridade-a-ordem-de-castello-branco-para-os-ultimos-dias-de-sua-gestao-na-petrobras-24904045>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

ROSENTHAL, Ruben. Guerra híbrida: subversão e ingerência externa 2.0. *Chacoalhando*, 05 out. 2020. Disponível em: <<https://chacoalhando.com/2020/10/05/guerra-hibrida-subversao-e-ingerencia-externa-2-0-por-ruben-roenthal/>>. Acesso em: 28 set. 2021.

RÚSSIA MANDA aviões de guerra para a Venezuela para manobras militares conjuntas. *Estadão*, São Paulo, 10 dez. 2018. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,russia-manda-avioes-de-guerra-para-a-venezuela-para-manobras-militares-conjuntas,70002640539>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RÚSSIA SE DIZ pronta para apoiar desenvolvimento da Venezuela, afirma Lavrov. *Sputnik Brasil*, 26 set. 2018. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/americas/2018092612305091-russia-desenvolvimento-venezuela/>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

SA E SILVA, Fabio de. From Car Wash to Bolsonaro: Law and Lawyers in Brazil's Illiberal Turn (2014–2018). *Journal of Law and Society*, v. 47, issue S1, 10 out. 2020. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/jols.12250>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SANCHES, Mariana. Exclusivo: Congressistas dos EUA pedem que governo Biden explique como foi cooperação entre americanos e Lava Jato. *BBC News Brasil*, 07 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57392099>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporânea: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007.

SECRETÁRIO de Estado dos EUA pede que diplomatas pressionem países defasados na questão climática. *GI*, 19 abr. 2021. Mundo. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/19/secretario-de-estado-dos-eua-pede-que-diplomatas-pressionem-paises-defasados-na-questao-climatica.ghtml>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SENRA, Ricardo. Biden recebe dossiê recomendando suspensão de acordos entre EUA e governo Bolsonaro. *BBC News Brasil*, 03 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55927385?>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SERODIO, Guilherme. Exim Bank dos EUA pode financiar projetos de energia no Brasil. *EPBR*, 20 out. 2020. Política Energética. Disponível em: <<https://epbr.com.br/exim-bank-dos-eua-pode-financiar-projetos-de-energia-no-brasil>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SIMÕES, Eduardo. Militares expandem simulação de ataque ao Pré-Sal. *Reuters/Brasil Online*. 13 jul. 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/militares-expandem-simulacao-de-ataque-ao-pre-sal-2980344>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

STF DECIDE se governo precisa ouvir o Congresso para vender refinarias da Petrobrás. *Brasil 247*, 30 set. 2020. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/stf-decide-se-governo-precisa-ouvir-o-congresso-para-vender-refinarias-da-petrobras>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

STF MANDA Petrobras abastecer navios iranianos parados no Brasil. *El País*, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/25/politica/1564071681_129387.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. O papel do petróleo na geopolítica americana. In: FIORI, José Luis. *O Poder Americano*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.

TRABALHADORES e acionistas da Petrobras se unem para barrar privatização da estatal. *Brasil 247*, 13 jul. 2020. Economia. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/economia/trabalhadores-e-acionistas-da-petrobras-se-unem-para-barrar-privatizacao-da-estatal>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

U.S. SECURITY Cooperation with Nigeria. *US Departmente of State*, 19 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.state.gov/u-s-security-cooperation-with-nigeria/>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

VARGAS, Ivan Martínez. Petrobras já levantou R\$ 57 bi com plano de privatizações neste ano. *Folha de São Paulo*, 25 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/petrobras-levantou-r-56-bi-com-desinvestimentos-neste-ano.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2019.

VASQUES, Lucas. Lula visita estaleiro no RJ e manda recado: “A gente tem que reagir. O Brasil não é do Bolsonaro”. *Revista Fórum*, 11 jun. 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/lula-visita-estaleiro-no-rj-e-manda-recado-a-gente-tem-que-reagir-o-brasil-nao-e-do-bolsonaro/>>. Acesso em: 25 out. 2021.

VIANA, Natalia. No Ministério da Justiça, Sergio Moro abriu as portas para o FBI. *Pública*, 04 mai. 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/no-ministerio-da-justica-sergio-moro-abriu-as-portas-para-o-fbi/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

VIANA, Natalia; FISHMAN, Andrew; SALEH, Maryam. Como a Lava Jato escondeu do governo federal visita do FBI e procuradores americanos. *Pública*, 12 mar. 2020. Agência Pública/The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/03/como-a-lava-jato-escondeu-do-governo-federal-visita-do-fbi-e-procuradores-americanos/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

VIANA, Natalia; NEVES, Rafael. O FBI e a Lava Jato. *Pública*, 01 jul. 2020a. Agência Pública/The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/07/o-fbi-e-a-lava-jato/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

VIANA, Natalia; NEVES, Rafael. Quem são os agentes do FBI que atuaram na Lava Jato. *Pública*, 02 jul. 2020b. Agência Pública/The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/07/quem-sao-os-agentes-do-fbi-que-atuaram-na-lava-jato/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

WAGNER, Cláudio. Defesa Lula. 30 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/defesa-lula-laudo-spoofing.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

WARHURST, Alyson. Technology transfer and the development of China's offshore oil industry. *World Development*, v. 19, n. 8, p. 1055-1073, ago. 1991. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X91901252>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

WEIMANN, Guilherme. Petrobrás vai distribuir dividendos maiores do que o lucro obtido em 2020. *Sindipetro*, 01 mar. 2021. Disponível em: <<https://sindipetrosp.org.br/petrobras-vai-distribuir-dividendos-maiores-do-que-o-lucro-obtido-em-2020/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

WIKILEAKS. Public Library of US Diplomacy. *Can the oil industry beat back the Pré-santo law?* 2 December 2009.

WIKILEAKS: US 'routinely spied' on Brazil, *BBC*. 04 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-33398388>>. Acesso em 02 jan. 2022.

WIZIACK, Julio. China põe US\$ 100 bilhões de fundos à disposição do Brasil. *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/china-poe-us-100-bilhoes-de-fundos-a-disposicao-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

YERGIN, Daniel. *A busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno*. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.